



# Português baiano

DE NORTE A SUL,  
DE LESTE A OESTE

ISIS JULIANA FIGUEIREDO DE BARROS

JÉSSICA CARNEIRO DA SILVA

RAMON AREND PARANHOS

THAMIRIS SANTANA COELHO ASSIS

*Organizadores*



EDUFBA

Convidamos estudantes de graduação, professores, pesquisadores e o público em geral para conhecer este livro, *Português baiano: Norte a Sul, Leste a Oeste*, em que reunimos resultados de estudos descritivos e explicativos da diversidade dos falares do português do Estado da Bahia, contendo dados de fala da capital, Salvador, de cidades do interior e de comunidades rurais afro-brasileiras. Tais estudos estão majoritariamente inseridos no campo de investigação da Sociolinguística Variacionista, lançando hipóteses e análises sobre as formações sociais e linguísticas que caracterizam os falares nos diferentes territórios do estado.

Esperamos que o conjunto de textos contribua para compreensão e reflexão sobre como representações estereotipadas dos falares baianos, relacionadas a marcadores sociais, raciais, culturais e históricos, manifestam-se nas variações em âmbito fonético, lexical e morfossintático. Conseqüentemente, buscamos desvelar o imaginário da Bahia como “particular”, “diferente”, “exótica” ou, nos termos mais freyrianos, como a mais adequada “representante” da formação nacional.

*Ramon Arend Paranhos*

**Português baiano:  
de Norte a Sul,  
de Leste a Oeste**

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

### **Reitor**

*João Carlos Salles Pires da Silva*

### **Vice-reitor**

*Paulo Cesar Miguez de Oliveira*



## EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

### **Diretora**

*Flávia Goulart Mota Garcia Rosa*

### **Conselho Editorial**

*Alberto Brum Novaes*

*Angelo Szaniecki Perret Serpa*

*Caiuby Alves da Costa*

*Charbel Niño El-Hani*

*Cleise Furtado Mendes*

*Evelina de Carvalho Sá Hoisel*

*Maria do Carmo Soares Freitas*

*Maria Vidal de Negreiros Camargo*



### **Apoio:**

Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA)

Proap/Capes

ISIS JULIANA FIGUEIREDO DE BARROS  
JÉSSICA CARNEIRO DA SILVA  
RAMON AREND PARANHOS  
THAMIRIS SANTANA COELHO ASSIS

Organizadores

# **Português baiano: de Norte a Sul, de Leste a Oeste**

Salvador  
Edufba  
2022

2022, autores.

Direitos para esta edição cedidos à Edufba. Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

**Coordenação editorial**

Susane Santos Barros

**Diagramação**

Zeta Studio

**Coordenação gráfica**

Edson Nascimento Sales

**Arte-final**

Igor Almeida

**Coordenação de produção**

Gabriela Nascimento

**Revisão e normalização**

Tikinet edições Ltda

**Capa**

Taciara Aristóvolu

**Sistema de Bibliotecas - UFBA**

---

P853 Português baiano: de Norte a Sul, de Leste a Oeste / Isis Juliana Figueiredo de Barros ... [et al], Organizadores. - Salvador: EDUFBA, 2022.  
22,2 MB : PDF.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35316>

ISBN: 978-65-5630-310-9

1. Sociolinguística - Bahia. 2. Língua Portuguesa – Variação. 3. Dialetologia - Bahia. I. Barros, Isis Juliana Figueiredo de. II. Título: de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

CDU – 800.87(813.8)

---

Elaborada por

Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

**Editora filiada à**



**Editora da UFBA**

Rua Barão de Jeremoabo

s/n - Campus de Ondina

40170-115 - Salvador - Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164

[www.edufba.ufba.br](http://www.edufba.ufba.br) | [edufba@ufba.br](mailto:edufba@ufba.br)

*Dedicamos essa obra ao povo afro-brasileiro da Bahia, em especial aos que participaram das pesquisas sociolinguísticas nas comunidades contempladas nessa obra, os quais abriram seus lares, acolheram com atenção e alegria e contaram as suas histórias de vida, fé, valores, sonhos e resistência.*





## Agradecimentos

Enquanto buscávamos reorganizar nossas vidas após vivenciarmos as consequências da primeira onda da covid-19, o Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) tornou público o Edital 02/2020, possibilitando a publicação de obras acadêmicas produzidas por estudantes do programa. Foi a partir deste edital que pudemos efetivar um projeto que já vinha sendo pensado antes mesmo da existência da pandemia. Desse momento em diante, nós, Isis Juliana Figueiredo de Barros, Jéssica Carneiro da Silva, Ramon Arend Paranhos e Thamiris Santana Coelho Assis, passamos a nos reunir para convidar cientistas e pesquisadoras e pesquisadores que pudessem nos ajudar nessa empreitada.

Por tudo isso, cabe um agradecimento especial ao PPGLinC/UFBA, pelos subsídios e pelo financiamento desta obra. À coordenação do PPGLinC, na figura da Profa. Dra. Cristina Figueiredo, e a todo o seu corpo docente, técnico e discente por continuar desenvolvendo, em plena pandemia, atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, possibilitando que estudantes, egressos e demais integrantes da sociedade civil ofertem benefícios que apenas instituições públicas podem fornecer, com isonomia e com qualidade.

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) por manter ações, investimentos e bolsas de estudo e de pesquisa, de modo razoável e proporcional, principalmente em campos menos lucrativos, como é o caso da Linguística. Neste livro, reunimos publicações de resultados de trabalhos que foram e continuam sendo financiados por agências de fomento, fato importante diante de um contexto de negacionismo à ciência e desmonte da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Agradecemos às autoras, Amanda Quiroga Leão, Cristina Figueiredo, Eleneide de Oliveira Silva, Elisângela Gonçalves, Elisângela Passos Mendes, Emily Karoline Oliveira Pimentel Lima, Gilce de Souza Almeida, Isabel Silva Silveira, Jailma da Guarda Almeida, Jéssica Carneiro da Silva, Josane Moreira de Oliveira, Juliana Escalier Ludwig Gayer, Juscimaura Lima Cangirana, Lanuza Lima dos Santos, Lílian Teixeira de Sousa, Ludquellen Braga Dias, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, Rosana Carvalho Brito e Silvana Silva de Farias Araujo, e aos autores, Danilo Silva Santos, Elias de Souza Santos, Gredson

dos Santos, Lécio Barbosa de Assis, Marcelo da Silva Souza e Robervaldo Correia dos Santos, que, após serem convidados a compor o livro, aceitaram e confiaram no nosso trabalho, responderam às nossas mensagens, acataram às sugestões dos pareceristas e também da comissão organizadora e foram compreensivo(a)s em relação aos prazos e às solicitações que sugerimos.

Agradecemos aos membros da comissão científica, Amanda dos Reis Silva, Bárbara Cristina dos Santos Carneiro, Carolina Queiroz Andrade, Eduardo Ferreira dos Santos, Elaine Alves Santos Melo, Franciane Rocha, Manuele Bandeira de Andrade Lima, Marcela Moura Torres Paim, Norma Lucia Fernandes de Almeida, Pedro Daniel dos Santos Souza, Shirley Freitas Sousa e Sonia Maria Lazzarini Cyrino pelos trabalhos de leitura, indicação de referências e de alterações formais e conceituais, confecção de pareceres e pela compreensão, sugestões e colaboração para realização deste livro.

Agradecemos a todas as ações desenvolvidas pela Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), tais como a revisão, a emissão de pareceres, a diagramação, a edição, a publicação e a divulgação deste livro.

Agradecemos, também, a Taciara Aristóvolos Andrade que, de forma voluntária, se dispôs a a criar a arte da capa e, com sua paciência e seu olhar cuidadoso, transpôs para o projeto gráfico os sentidos socioculturais e regionais do estado da Bahia.

Por fim, cabe o agradecimento também ao Prof. Dr. Alan Norman Baxter por participar da realização deste livro não apenas com a escrita do prefácio, mas também como membro da comissão científica, lendo, avaliando, sugerindo e comentando sobre os textos com o intuito de efetivarmos tal projeto, com qualidade e com compromisso quanto à pesquisa científica desenvolvida no campo da Linguística no estado da Bahia.

Este livro é um produto gerado por muitas mãos, que consiste em um conjunto amplo de trabalhos, alguns mais próximos e conhecidos, e muitos outros não, que são e foram efetivados mesmo em um contexto de tragédia para humanidade, que atualmente se somam mais de 6 milhões de vidas perdidas Devemos fervorosamente os nossos agradecimentos a todas trabalhadoras e a todos trabalhadores por nos possibilitar chegar até esse momento.

*Isis Juliana Figueiredo de Barros  
Jéssica Carneiro da Silva  
Ramon Arend Paranhos  
Thamiris Santana Coelho Assis*

# SUMÁRIO

13 **PREFÁCIO**  
*Alan Baxter*

15 **O BAIANÊS É O QUÊ? APRESENTAÇÃO**  
*Isis Juliana Figueiredo de Barros*  
*Jéssica Carneiro da Silva*  
*Ramon Arend Paranhos*  
*Thamiris Santana Coelho Assis*

## **PARTE I – DA CAPITAL AO INTERIOR, DO INTERIOR À CAPITAL**

31 **“ÔH BAIANA, FAÇA DE DOIS!”: O IMPERATIVO NA BAHIA, DA CAPITAL AO INTERIOR**  
*Lanuza Lima Santos*

51 **O QUADRO DOS PRONOMES PESSOAIS NO CONTINUUM DO PORTUGUÊS POPULAR BAIANO: UMA ANÁLISE DESCRITIVA DO INTERIOR À CAPITAL**  
*Elisângela dos Passos Mendes*

71 **“RASPA A MANDIOCA, DEPOIS RELA Ø, BOTA ELA NA PRENSA E FAZ FARINHA”: OBJETO NULO E PRONOME PLENO NA REALIZAÇÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NO PORTUGUÊS POPULAR DE SALVADOR**  
*Cristina Figueiredo*  
*Lílian Teixeira de Sousa*  
*Amanda Quiroga Leão*

- 91 **“EU TE VI X EU LHE VI”:** UM ESTUDO SOBRE A VARIAÇÃO NO  
USO DO OBJETO DIRETO DE SEGUNDA PESSOA NA FALA  
SOTEROPOLITANA  
*Gilce de Souza Almeida*

**PARTE II – DE NORTE A SUL**

- 113 **“DIZ QUE/DISSE QUE”:** NO SEMIÁRIDO BAIANO TEM  
GRAMATICALIZAÇÃO  
*Emily Karoline Oliveira Pimentel Lima*  
*Josane Moreira de Oliveira*
- 131 **“DIRGA AU MEUS CUMPADIS QUI NÃO ESQUEÇA”:**  
A CONCORDÂNCIA VERBAL COM A TERCEIRA PESSOA DO  
PLURAL EM UMA DOCUMENTAÇÃO EPISTOLAR DO SERTÃO  
BAIANO  
*Rosana Carvalho Brito*  
*Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda*  
*Silvana Silva de Farias Araujo*
- 149 **“É DIFÍCI, MAI É MILHÓ TRABALHÁ”:** O APAGAMENTO  
DE CONSOANTES PÓS-VOCÁLICAS NA COMUNIDADE  
QUILOMBOLA DE ALTO ALEGRE-BA  
*Gredson dos Santos*  
*Robervaldo Correia dos Santos*  
*Jailma da Guarda Almeida*
- 169 **“LEVAREI X VOU LEVAR X LEVO AMANHÃ”:** VARIAÇÃO NA  
EXPRESSÃO DE FUTURO NA FALA POPULAR DE POÇÕES-BA  
*Isabel Silva Silveira*
- 187 **“PLACA X PRACA”:** O ROTACISMO EM COMUNIDADES  
RURAIS AFRO-BRASILEIRAS DO ESTADO DA BAHIA  
*Ludquellen Braga Dias*  
*Juliana Escalier Ludwig Gayer*

- 205 **“ABÓBORA X ABOBRA”:** A SÍNCOPE NAS PROPAROXÍTONAS  
DAS COMUNIDADES RURAIS AFRO-BRASILEIRAS DO  
ESTADO DA BAHIA  
*Eleneide de Oliveira Silva*  
*Juliana Escalier Ludwig Gayer*

**PARTE III – DE LESTE A OESTE**

- 225 **“A CHAPADA QUE EU GOSTO DELA”:** AS CONSTRUÇÕES  
RELATIVAS NO PORTUGUÊS FALADO EM SEABRA (BA)  
*Elias de Souza Santos*  
*Jéssica Carneiro da Silva*
- 243 **“OS POVO FABRICA OS REMÉDIO”:** PADRÕES DE  
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL NO PORTUGUÊS  
POPULAR DE RIO DAS RÃS  
*Danilo da Silva Santos Brito*  
*Juscimaura Lima Cangirana*  
*Lécio Barbosa de Assis*
- 259 **“ELES VIU” X “ELES VIRAM”:** A RELAÇÃO ENTRE AS REDES  
SOCIAIS E A MARCAÇÃO DE CONCORDÂNCIA EM P6 EM RIO  
DAS RÃS  
*Juscimaura Lima Cangirana*  
*Elisângela Gonçalves*
- 275 **“QUER QUE EU FALO/FALE”:** VARIÁVEIS SOCIAIS E O USO  
DO SUBJUNTIVO NO PORTUGUÊS EM COMUNIDADES  
QUILOMBOLAS DO OESTE DA BAHIA  
*Marcelo da Silva Souza*
- 291 **COMISSÃO CIENTÍFICA**
- 293 **OS ORGANIZADORES**
- 295 **SOBRE OS AUTORES**



## Prefácio

Comecei minhas pesquisas linguísticas na Bahia, em 1985, com a ajuda e orientação das professoras Rosa Virgínia Mattos Silva e Susana Alice Cardoso e as suas colegas dialetólogas. Naquela época, graças ao *Atlas prévio dos falares baianos* (ROSSI; ISENSÉE; FERREIRA, 1963) e ao esforço contínuo dos discípulos do professor Nelson Rossi, já se sabia muito sobre a variação lexical e fonética no estado da Bahia. No entanto, ainda havia poucas pesquisas sobre a variação sociolinguística, sobretudo no que diz respeito às aldeias e cidades do interior e às comunidades rurais (semi-)isoladas. A importância dessas comunidades para uma compreensão mais ampla da história do português na Bahia ainda não era totalmente valorizada pela comunidade científica. Ainda mais, embora a professora Carlota Ferreira tenha efetivamente lançado a primeira pedra com seu estudo inovador da fala da comunidade afro-brasileira de Helvécia (FERREIRA, 1984), a pesquisa sociolinguística nacional ainda demoraria alguns anos para perceber a importância das comunidades de fala afro-brasileiras. Em 1985, pouco se sabia sobre essas inúmeras comunidades (semi-)isoladas no interior da Bahia. Inclusive, a própria ideia de que o contato linguístico (entre o português e as línguas africanas e ameríndias) poderia ter muita relevância na história do português brasileiro ainda estava para ser abordada com seriedade.

É contra esse pano de fundo que apreciamos este volume de pesquisas sociolinguísticas, e vemos nele mais um exemplo da continuidade dos cerca de 35 anos de pesquisa de dialetologia e sociolinguística na Bahia, fruto direto dos esforços de novas gerações de pesquisadores das instituições e universidades baianas, federais e estaduais.

Os capítulos deste livro apresentam um amplo leque de informações para a compreensão do complexo mosaico da sociolinguística baiana, e também oferecem matrizes para o desenvolvimento de futuras pesquisas na área. Vários capítulos baseiam-se em *corpora* recém recolhidos em comunidades de fala até então não estudadas no setor rural, ou em cidades do interior, ou até mesmo no enorme caldeirão urbano de Salvador. Embora a maioria dos capítulos esteja baseada em dados extraídos de gravações de áudio, o livro inclui um estudo inovador que investiga um notável *corpus* epistolar representativo do vernáculo do sertão em meados do século XX.

A gama de temas abordados confirma ainda mais a maturidade da pesquisa sociolinguística na Bahia. As variáveis sociolinguísticas tratadas incluem as clássicas regras

de concordância NP<sup>1</sup> e VP,<sup>2</sup> o repertório pronominal, a morfologia de tempo e modo, a estrutura oracional, a gramaticalização adverbial e aspetos da fonologia. As análises dessas variáveis compreendem diversos aspectos da sua ecologia linguística e extralinguística, e geograficamente são representativos de comunidades de fala dos dois eixos cardinais do território do estado. Há diversidade e semelhanças no tratamento das variáveis. Por um lado, encontramos uma visão global do perfil de certas variáveis, que ressalta a conexão gradativa entre a variação registrada nas comunidades rurais, a das cidades do interior e a da grande Salvador, fatos que reforçam a relevância do *continuum* sociolinguístico rural-metrópole proposto por Lucchesi (2015). Por outro lado, enquanto que em determinados capítulos as considerações linguísticas e discursivas constituem temas mais proeminentes, a maioria dos estudos foca o efeito das dimensões extralinguísticas.

O lugar-chave das comunidades afro-brasileiras no panorama sociolinguístico baiano é evidente na maioria dos capítulos, muitos dos quais enfocam comunidades rurais. De especial interesse, em várias dessas comunidades afro-brasileiras, notam-se indícios de mudanças sociolinguísticas, evidentes nos resultados do estudo do tempo aparente, mas evidentes também indiretamente, nos resultados registrados por outros grupos de fatores: o gênero do falante, a rede social, a mobilidade extracomunitária e a educação.

Este livro faz uma contribuição muito valiosa para a compreensão do desenvolvimento do panorama sociolinguístico do estado da Bahia. Ao mesmo tempo, serve para desafiar os pesquisadores não apenas a ampliar a gama de variáveis sociolinguísticas em estudo, mas também nos desafia a constituir *corpora* novos, coletando dados em locais novos, em uma Bahia agitada por mudanças cada vez mais aceleradas.

Fevereiro de 2021

*Alan Baxter*

## Referências

- FERREIRA, C. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. *Revista Lusitana*, [s. l.], v. 5, p. 21-34, 1984.
- LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- ROSSI, N.; ISENSÉE, D. M.; FERREIRA, C. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: INL, 1963.

---

1 Nominal phrase (sintagma nominal).

2 Verbal phrase (sintagma verbal).



ISIS JULIANA FIGUEIREDO DE BARROS  
JÉSSICA CARNEIRO DA SILVA  
RAMON AREND PARANHOS  
THAMIRIS SANTANA COELHO ASSIS

## O baianês é o quê? Apresentação

Neste livro, *Português baiano: Norte a Sul, Leste a Oeste*, obra financiada pelo Programa de Pós-Graduação de Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), reunimos resultados de estudos descritivos e/ou explicativos da diversidade dos falares do português do estado da Bahia, sob os pontos de vista diacrônico e, principalmente, sincrônico, e buscamos compreender como se manifesta o português baiano, o baianês ou as formas dos falares que se assemelham e se diferenciam umas das outras. Os trabalhos que compõem o livro estão inseridos majoritariamente no campo de investigação da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008[1972]; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]) e, a partir deles, são lançadas hipóteses e análises sobre as formações sociais e linguísticas que caracterizam os falares nos diferentes territórios do estado.

Não é difícil acompanhar, tanto em âmbito local quanto nacional, representações estereotipadas dos baianos, ora (auto)intitulados de “estrepantes”, por diversificados marcadores sociais, raciais, culturais e históricos. (ARAGÃO; ARRUDA, 2008; MARIANO, 2019; MOURA, 2005; PINHO, 1998) A Bahia comumente parece ser vista como “particular”, “diferente”, “exótica” ou, nos termos mais freyrianos, como a mais adequada “representante” da formação nacional. (FREYRE, 1990, 2006[1933]) Embora seja importante discutir sobre tais caracterizações, suas motivações e suas origens, acreditamos que podemos contribuir na reflexão de como alguns desses pressupostos se manifestam no âmbito linguístico.

Ao reunirmos esses estudos, constatamos que, com a expansão do mapeamento sociolinguístico na Bahia no decurso das últimas décadas, o português baiano não é nem de perto uniforme, principalmente por sua extensão e por ser o estado mais fronteiro com outras regiões do país. Com as análises empíricas sobre os falares baianos que compõem esta obra, o leitor terá a percepção de que o português falado no interior, na medida em que se adentra o estado, distancia-se do português falado na capital soteropolitana, graças não somente aos aspectos geográficos, mas principalmente às particularidades socio-históricas, econômicas, políticas e culturais, as quais engendram a diversidade linguística observada no estado baiano. Os falares baianos parecem deter particularidades e, ao mesmo tempo, expressam fenômenos linguísticos que são comuns, possivelmente por conta da ampliação do acesso a meios de comunicação como rádio, TV e internet ou da unidade industrial, econômica e administrativa. (LUCCHESI, 2015)

Nesta apresentação, abordamos os elementos socio-históricos do estado da Bahia; em seguida, os projetos que deram origem às amostras, bem como as localidades estudadas nos capítulos; e, por fim, o resumo dos capítulos que estruturam a obra.

## **Uma breve reflexão sobre os aspectos socio-históricos da formação social da Bahia**

Atualmente, o estado da Bahia tem dimensões geográficas e populacionais semelhantes à extensão de países na Europa ou na África, com uma área de 564.760,427 km<sup>2</sup> e 14.930.634 habitantes. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017, 2020) É banhado pelo oceano Atlântico a Leste e faz divisa com oito estados de quatro regiões diferentes (Nordeste: Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Piauí; Norte: Tocantins; Centro-Oeste: Goiás; e Sudeste: Minas Gerais e Espírito Santo), caracterizando-se como o que mais tem divisas territoriais no país. Em termos administrativos, tem como capital Salvador, onde está localizado o centro administrativo, e divide-se em dez regiões intermediárias (Salvador, Santo Antônio de Jesus, Ilhéus-Itabuna, Vitória da Conquista, Guanambi, Barreiras, Irecê, Juazeiro, Paulo Afonso e Feira de Santana). (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017) Com relação à organização sociocultural, ainda que esteja em curso a atualização dos limites intermunicipais, os 417 municípios estão organizados em 27 territórios de identidade cultural, tomando como base, principalmente, o sentimento de pertencimento às comunidades. (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2020)

Tais configurações geográficas, administrativas e socioculturais são produtos de processos socio-históricos. Não cabe a nós aqui delinear todos esses processos, mas é importante ressaltar aqueles que são fundamentais para observar que, diante de diversos marcadores, é difícil especificar a existência de um único “baianês”. Também são importantes para justificar nossa dificuldade de afirmar que tais variedades compartilham de características tão distintas de outras regiões, pois: 1. a história, a economia e a cultura

do estado estão relacionadas com o país e com outros estados; 2. o fato de Salvador ter sido a capital do país por quase três séculos foi importante do ponto de vista político e administrativo; 3. o desenvolvimento das mídias comunicativas como o rádio, a televisão e, mais recentemente, a *internet*, promove modelos de polarização sociolinguística; e, entre outros, 4. na Bahia e em Pernambuco, foram estabelecidos os principais centros de concentração de populações africanas escravizadas que mais tardiamente se tornaram os principais difusores da língua portuguesa para outras regiões, atuando também ora como força de trabalho (ciclo do açúcar, do ouro, do café, da seringueira), ora como força militar (guerra do Paraguai). (LUCCHESI, 2015)

A formação baiana, assim como a formação brasileira, perpassa pelo contato entre: os povos que já habitavam o território, os indígenas; os portugueses (e outros europeus em contingentes menores, como holandeses, franceses, ingleses etc.), que estabeleceram o processo de colonização do território e das populações que o habitavam; e os povos africanos escravizados, que foram traficados para o Brasil entre os séculos XVI e XIX. Há diversidade de narrativas, de ensaios e de estudos sobre as relações decorrentes desse contato.

Na região onde se situa hoje Porto Seguro, aportaram os primeiros colonizadores portugueses, liderados por Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500. Avançando pela costa da Bahia, eles fizeram os primeiros registros da região de Salvador por volta de 1501 em uma expedição para explorar a chamada ilha de Santa Cruz. (FAUSTO, 2006) No decorrer da colonização portuguesa pela costa, e adentrando aos interiores do território brasileiro, foram instaladas as primeiras feitorias. Em seguida, a coroa de Portugal implantou o sistema de capitanias, posteriormente substituído pela centralização administrativa com um governo-geral, sendo a Bahia a primeira capitania hereditária a se transformar em capitania real. Em 1549, o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, construiu a cidade de São Salvador, na Baía de Todos os Santos, para ser a capital da colônia. Além de sede político-administrativa, a capital foi polo de desenvolvimento de toda a região, em que já se desenvolvia o cultivo e a produção de açúcar, de tabaco e de algodão, e foi também o principal porto de escravizados africanos até o século XIX. (FAUSTO, 2006)

As populações indígenas, genuínas habitantes das terras, ora foram caracterizadas, romanticamente, como heroínas ou autênticas representantes do que é ser brasileiro, tais como os romances de José de Alencar; ora como bárbaras e incivilizadas, ou incapazes para os trabalhos sedentários que a colonização portuguesa exigia. (FREYRE, 2006[1933]) Como afirma Silva (2017), os manuais de história preferem retratar os povos indígenas como derrotados, aqueles que passivamente foram “massacrados” e subjugados, ou como “aculturados”, nos termos de Darcy Ribeiro (2017[1968]), integrando-se, seja pela cristianização ou pelo projeto “civilizador”, à sociedade no processo de colonização. Mais recentemente, os estudos da antropologia têm como foco a investigação sobre as variadas formas de resistência que essas populações exerceram ativamente contra o projeto colonial. Dantas, Sampaio e Carvalho (1998) nos apresentam,

no território nordestino e, conseqüentemente, no território baiano, a diversidade de populações indígenas existentes e em contato que se manifestavam tanto em termos linguísticos e culturais como por meio de conflitos. Melatti (2014) afirma que o litoral brasileiro foi uma área de conflito por conquistas territoriais. Os portugueses e outros povos europeus encontraram a resistência desses povos que perdura até os dias atuais.

Com a resistência à escravidão e o desfavorecimento armamentista nos conflitos, houve grande extermínio dos povos indígenas, principalmente daqueles que habitavam a costa do território. Na ocupação de Salvador e seus arredores – o recôncavo – tornaram-se evidentes as distinções entre essa região e outras localidades mais distantes, como no interior, que foi desbravado a partir da expansão da criação de gado e avanço dos currais, ampliando mais ainda os conflitos com os povos indígenas que habitavam o interior da Bahia, dentre eles, os amoipiras, os acroás e os paiaias. (PARAÍSO, 2011)

Com tantos conflitos entre os povos da terra, o projeto colonial e civilizador escolheu “apagar” a existência dos povos indígenas no país, incluindo o território baiano. Dentre várias conseqüências desastrosas, a perda da história e da cultura dos povos é imensurável.

A redução de 1200 para 180 línguas indígenas nos últimos 500 anos foi o efeito de um processo colonizador extremamente violento e continuado, o qual ainda perdura, não tendo sido interrompido nem com a independência política do país no início do século XIX, nem com a instauração do regime republicano no final desse mesmo século, nem ainda com a promulgação da “Constituição Cidadã” de 1988. (RODRIGUES, 2005, p. 36)

Os africanos traficados para o Brasil e, conseqüentemente para a Bahia (o principal porto até o século XIX), também constituem um contingente populacional que não pode ser retirado da análise sobre como o contato entre esses povos possibilitou a formação de variedades distintas do português. Entre as muitas possíveis hipóteses para que os portugueses adotassem o tráfico de africanos escravizados, estão: 1. a ausência de contingentes populacionais tecnicamente adequados para o trabalho (FREYRE, 2006[1933]); 2. a existência prévia de um mercado de escravizados no continente africano (SOUZA, 2008); 3. o avançado grau de uso da servidão de forma sistemática na sociabilidade capitalista a partir do princípio da raça (MBEMBE, 2014; ROBINSON, 1983); 4. a dificuldade ou a impossibilidade de fazer uso da força de trabalho indígena. (PARAÍSO, 2011)

Independente das motivações, a intensa importação de africanos para o Brasil gerou mudanças culturais significativas na sociedade. (VIANNA FILHO, 2008[1946]) Oriundos principalmente da Guiné, do Congo, de Angola, da Costa da Mina, os africanos foram escravizados e sua presença na Bahia foi, em muitos momentos, maior que em outras regiões do Brasil. Du Bois (2007[1939]) considera que não há consenso sobre a quantidade de africanos importados e escravizados para as Américas durante o período da colonização e estima que 15 milhões de africanos foram traficados, o que

representa uma quantidade ínfima se comparada aos quase 100 milhões que morreram no tráfico. Segundo Petter e Cunha (2015), no Brasil esse número gira em torno de 3,5 milhões de africanos ao longo do período legal e ilegal do tráfico negreiro. Em meados do século XVIII, a quantidade de africanos e afrodescendentes no Brasil atingiu seu maior número, porém os brancos possuíam posição social privilegiada, e chegaram a atingir 41% da população na segunda metade do século XIX (MUSSA, 1991), e a língua portuguesa teria sido o principal modelo linguístico para comunicação com os africanos e seus descendentes. (BAXTER; LUCCHESI, 2006)

No que tange à situação do contato entre línguas na Bahia, de acordo com Mattoso (2003[1982]), os ciclos do tráfico de africanos no Brasil estavam relacionados com os interesses econômicos do país, de modo que a cultura da cana-de-açúcar foi incentivada a fazer comércio com o tráfico nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII, e o enfoque na exploração do ouro nas minas dos interiores brasileiros no século XVIII intensificou o tráfico. No entanto, na Bahia, especificamente, Vianna Filho (2008[1946]) diz que a busca pelo ouro se restringiu apenas ao deserto de Jacobina e ao sertão do Rio de Contas.

Ainda na segunda metade do século XVIII, e considerando que o Brasil era o principal exportador de artefatos de consumo, como fumo, açúcar e cachaça, Neves (2012) conta que a Costa da Mina foi a principal parceira comercial do estado devido à exportação do fumo brasileiro (correspondente a 28%), passando a ser uma das maiores fontes econômicas da Bahia na época, perdurando até a abolição da escravatura.

Durante todo o período de tráfico humano para a Bahia, de acordo com os dados de Vianna Filho (2008[1946], p. 151), entraram 539.825 sudaneses, da costa ao norte do Equador (área oeste-africana), e 507.255 dos povos bantos, da costa ao sul do Equador (área austral), sobretudo provenientes de Angola e do Congo. Segundo o autor, contabilizam-se cerca de um milhão e cem africanos no estado até 1830, correspondendo a 25% do total em relação ao cenário brasileiro na época, quantidade menor apenas em relação ao Rio de Janeiro (38%).

Através desse breve apanhado socio-histórico do Brasil e da Bahia, podemos perceber um pouco de toda a complexidade da formação étnica e sociocultural do estado, destacando dois grandes fatos históricos que marcaram significativamente o projeto colonial: o extermínio dos povos indígenas e o tráfico de africanos escravizados.

## Projetos e o lócus das pesquisas

Os fenômenos investigados nesta obra são extraídos de dados dos *corpora* do português baiano, coletados por diferentes projetos de pesquisa. Com a finalidade de estabelecer um breve contexto, descrevemos a seguir cada um desses projetos e também os principais aspectos históricos e socioeconômicos das comunidades investigadas ao longo dos capítulos.

O projeto variacionista “Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia”, foi lançado em 2002 pelo professor doutor Dante Lucchesi, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e atualmente é coordenado pelo professor doutor Gredson dos Santos. O levantamento conta com um vasto acervo de amostras de fala espontânea de 11 localidades, todas contempladas no presente livro, a saber:

1. As comunidades rurais isoladas afro-brasileiras (Barra e Bananal, em Rio de Contas – situadas na Chapada Diamantina; Helvécia, em Nova Viçosa – no extremo sul do estado; Cinzento, em Planalto – no sudoeste do estado; Sapé, em Valença – no Recôncavo da Bahia). De acordo com Lucchesi e demais autores (2009), essas comunidades formaram-se a partir de quilombos e de doação de terras e mantiveram-se isoladas dos centros urbanos e do processo de desenvolvimento industrial até a segunda metade do século XX, resistindo por meio de culturas de subsistência. Por essa razão, de acordo com os autores, as amostras de fala dessas comunidades afro-brasileiras podem apresentar níveis de variação e de mudança estruturalmente significativos.
2. Os municípios de Poções, no sudoeste da Bahia, e de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo da Bahia, como amostra representativa do universo do português popular. Conforme Silva (2004), Poções é um município formado a partir das incursões dos bandeirantes, no século XVIII. A socio-história é marcada pela formação de fazendas, agricultura de subsistência, cultura do algodão, a presença de indígenas do grupo Gê, africanos oriundos de Moçambique e de Angola, além de negros nascidos da escravidão no Brasil. No caso do município de Santo Antônio de Jesus, Araújo e Coutinho (2004) afirmam que houve a ocupação na região nos séculos XVII e XVIII, resultado do avanço dos empreendimentos coloniais e do estabelecimento de engenhos para cana-de-açúcar e para o cultivo de mandioca. Além disso, a cidade é um dos importantes centros urbanos do Recôncavo da Bahia, à margem da BR 101;

A capital Salvador é contemplada nas amostras vernaculares do português popular a partir do registro de bairros com maior concentração da população afrodescendente: Plataforma, Itapuã e Cajazeiras, sobretudo; Liberdade (bairro mais centralizado); além da cidade de Lauro de Freitas, localizada na região metropolitana, que teve seu crescimento em decorrência da instalação do Polo Petroquímico da Bahia. (Cf. OS BAIRROS POPULARES..., 2010)

1. Idealizado pelo professor doutor Dante Lucchesi e inaugurado em 1996 pela professora doutora Norma Lucia Fernandes de Almeida e pela professora doutora Zenaide Oliveira Novais Carneiro, o projeto “A Língua

Portuguesa no Semiárido Baiano”, sediado no Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP) do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), está contemplado na presente obra através dos seguintes *corpora* linguísticos: (Cf. ARAÚJO; ALMEIDA, 2010)

2. Comunidades da zona rural: Caém (Piemonte da Diamantina), Rio de Contas (Chapada Diamantina), Paraguaçu (Feira de Santana), Jeremoabo, à nordeste do estado. Conforme Almeida e Carneiro (2014), o critério para levantamento desse banco de dados se deu em razão das diferenças socio-históricas e demográficas que tais comunidades apresentam, observando também os fatos históricos em torno dos ciclos da agropecuária e da mineração. Além disso, as autoras argumentam que o tipo de contato entre os povos no Semiárido também se deu de maneira distinta em cada uma das comunidades, como por exemplo: o fato de que a culminância do ciclo do ouro no século XVIII na região da Chapada Diamantina e Piemonte da Diamantina foi muito mais intensa, com a presença mais marcante de africanos do que nas demais regiões em que havia o sistema de *plantation*, como no Alto Sertão baiano.
3. A cidade de Feira de Santana, no norte do estado, cujas amostras foram coletadas na terceira fase do projeto e estão divididas em *norma popular*, *norma semiculta* e *norma culta*. A cidade tem a segunda maior população da Bahia, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). Almeida e Carneiro (2014) contam que a cidade nasceu a partir da civilização sertaneja do couro no século XVIII e, além disso, surgiu da zona rural como um caminho de passagem de viajantes, mas atualmente é um núcleo urbano que oferece influência tanto econômica quanto linguística em relação às demais localidades do Semiárido baiano.

Também relacionando-se ao Semiárido, as cartas pessoais escritas no século XX por sertanejos baianos dos municípios de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu, constituem um *corpus* manuscrito reunido e editado pela professora doutora Huda Santiago, em sua dissertação de mestrado intitulada *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano*, defendida em 2012 na UEFS; e em sua tese de doutoramento *A escrita por “mãos inábeis”: uma proposta de caracterização*, defendida em 2019, na UFBA. De acordo com Santiago (2019), os escritores possuem um perfil da zona rural, e são lavradores. E sobre a região, a autora comenta que a presença de africanos escravizados não era tão representativa quanto se observa no Recôncavo da Bahia. Além disso, foi originada com a expansão do gado por povos não autóctones através dos caminhos de boiadas, sobretudo entre os séculos XVII e XIX.

Outro projeto envolvido no presente livro intitula-se “A Coda Silábica no Português Falado na Comunidade Quilombola de Alto Alegre: Análise Sociolinguística”, sediado

na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), entre 2013 e 2014, idealizado e coordenado pelo professor doutor Gredson dos Santos. Segundo Almeida (2016), o *corpus* do projeto foi extraído por meio de entrevistas na comunidade quilombola de Alto Alegre, pertencente ao município de Tancredo Neves, no território de Baixo Sul. Segundo a autora, a comunidade localiza-se em região alta e de difícil acesso e seu povoado vive da produção de cravo e de produtos agrícolas para venda no comércio do município.

O *corpus* do projeto “Se Abra à Chapada: Coletando, Explorando e Mapeando Dados Sociolinguísticos”, criado e coordenado pelo professor mestre Elias de Souza Santos, no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Seabra, *campus* XXIII, também é estudado neste livro. Desde 2018, o projeto vem avançando no território da Chapada Diamantina, a fim de coletar amostra vernacular do falar diamantino. De acordo com o IBGE (2018), o município de Seabra surgiu a partir de uma determinação de Portugal de abrir uma estrada para ligar as minas de ouro em Jacobina e em Rio de Contas. Essa estrada localizava-se onde hoje é Seabra. À época, o caminho era conhecido por Passagem de Jacobina, onde repousavam os viajantes exploradores das minas e para onde também foram atraídos os primeiros povoados para fazenda de criatório e para lavoura.

O projeto intitulado “O Português Popular do Brasil: Estudo de Amostras de Fala de Comunidades Rurais Afro-Brasileiras do Oeste Baiano”, é coordenado pelo professor mestre Danilo da Silva Santos Brito e sediado pelo Centro Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa, da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Desde 2016, iniciou-se um processo de investigação mais à oeste do estado da Bahia, no Médio São Francisco, quando houve o levantamento da amostra vernacular da comunidade quilombola conhecida por Mucambo do Rio das Rãs, contemplada neste livro. A comunidade de Rio das Rãs, segundo Amorim (2004), localiza-se na área de fronteira agrícola, e, por ser posicionada em local estratégico, a partir dos anos 1970 passou a ser foco das empresas de produção agrícola e pecuária, de irrigação e de outros produtos.

Por fim, à margem esquerda do São Francisco, deu-se início em 2016 ao projeto “Falares do Além São Francisco”, coordenado pela professora doutora Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva, da UFBA, em parceria com a professora doutora Isis Juliana Figueiredo de Barros, no Centro Multidisciplinar de Santa Maria da Vitória, da UFOB. O projeto iniciou-se a partir da coleta de falares vernaculares da comunidade rural de Montevidinha, reconhecidamente quilombola. De acordo com a narrativa oral dos informantes, conforme Souza, Barros e Oliveira (2020), os primeiros afrodescendentes a habitarem a região são provenientes de Macaúbas (Chapada Diamantina), e migraram devido a uma grande seca em 1860. Há também evidências da presença de indígenas na comunidade, uma vez que, nas narrativas dos informantes, há menção sobre os tapuias<sup>1</sup> na formação da comunidade. Essa presença é confirmada por Souza (1996), quando relata

---

1 É uma designação popular para todo indígena não-tupi.



que os caiapós, do grupo macro-jê, viviam na margem esquerda do Rio São Francisco na Bahia. A comunidade sobrevive por meio da agricultura de subsistência, como cultivo de cana-de-açúcar, produção de cachaça e rapadura, mandioca etc.

## A estrutura da obra e os capítulos

De “uma das melhores escolas que eu estudei nela” a “xícara > xicra”, os capítulos que constituem o livro apresentam discussões sobre fenômenos variáveis no nível sintático (concordância nominal e verbal, construções relativas, pronomes pessoais, objeto direto acusativo), no nível morfológico (modo imperativo, tempo futuro, gramaticalização do “diz que” e “disse que”, modo subjuntivo), e no fonológico (rotacismo, síncope, consoante pós-vocálica). Para melhor experiência do leitor, optamos por distribuir esses estudos estruturalmente em três partes: Parte I – “da capital ao interior, do interior à capital”, composta por quatro capítulos; Parte II – “de Norte a Sul”, com seis capítulos; e Parte III – “de Leste a Oeste”, com quatro capítulos.

Na Parte I há quatro pesquisas com uma abrangência maior em relação aos demais capítulos, abordando as comunidades do interior e da capital e sua região metropolitana.

No capítulo 1, sob autoria de Lanuza Lima Santos, é realizado estudo sobre a variação da forma do imperativo (canta ~ cante) nas amostras de fala do português popular urbano (Salvador e Lauro de Freitas) e do interior do estado (Santo Antônio de Jesus, Poções, Rio de Contas, Cinzento, Helvécia, Sapé). Os dados exibidos nesse capítulo são um recorte da investigação já realizada pela autora e demonstram uma clivagem na variação do imperativo, se comparado em *continuum* entre o interior e a capital, uma vez que as comunidades mais isoladas privilegiam o uso das formas do imperativo no indicativo (canta), ao passo que os falantes urbanos dão preferência à forma do imperativo no subjuntivo (cante).

No capítulo 2, a autora Elisângela Passos Mendes discute a variação no quadro dos pronomes pessoais (João *me/te* viu ~ João viu *eu/tu/você*), observando o *continuum* de urbanização desde a capital ao interior, contemplando as seguintes comunidades: Rio de Contas, Cinzento, Helvécia, Sapé (zona rural), Santo Antônio de Jesus, Poções (pequenos centros urbanos), Feira de Santana (centro urbano de porte médio) e Salvador (capital). A análise descritiva aponta para a confirmação de que a variação entre as formas flexionadas e não flexionadas dos pronomes pessoais mantém-se restrita aos paradigmas de primeira e segunda pessoas do singular, apresentando um comportamento linguístico que distancia as variedades baianas dos grandes e médios centros urbanos em relação aos pequenos centros urbanos e das comunidades rurais no interior da Bahia.

No capítulo 3, Cristina Figueiredo, Lílian Teixeira de Sousa e Amanda Quiroga Leão, descrevem o objeto direto anafórico de terceira pessoa (“Tinha um lindo vestido na vitrine, entrei na loja e comprei \_\_\_/ -o/ele/vestido”) em Salvador e região metropolitana. O estudo tem por enfoque os bairros soteropolitanos Plataforma, Itapuã e Liberdade. O resultado da análise aponta para a verificação de que no bairro da Liberdade, cuja

origem é marcada pela significativa participação de afrodescendentes, objeto direto anafórico nulo é a estratégia mais realizada.

No capítulo 4, a autora Gilce de Souza Almeida discute sobre o uso do objeto direto de segunda pessoa (“ninguém vai poder ouvir *você*”/ ninguém vai poder *lhe/te/ Ø* ouvir) no português falado em Salvador. A análise demonstra que na capital há um uso bastante equilibrado das variantes *te* e *lhe*, destacando-se a predileção pelo pronome *lhe* entre os falantes mais velhos e em contextos de maior monitoramento da fala.

Na Parte 2 “de Norte a Sul”, as análises percorrem desde o Semiárido Baiano, situado ao centro-norte do estado, no capítulo 5; passando por Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu, no capítulo 6; Alto Alegre, no capítulo 7; Poções, no capítulo 8; até as comunidades afro-brasileiras, Helvécia, Rio de Contas, Cinzento e Sapé, nos capítulos 9 e 10.

No capítulo 5, as autoras Emily Karoline Oliveira Pimentel Lima e Josane Moreira de Oliveira apresentam uma análise do processo de gramaticalização que envolve as construções “diz que” e “disse que” em diferentes regiões do Semiárido Baiano. O resultado da pesquisa indica que as variáveis independentes “tipo de sujeito” e “valor semântico” foram cruciais para a mudança observada sobre o fenômeno no dialeto baiano, confirmando um padrão já existente no português brasileiro.

No capítulo 6, as autoras Rosana Carvalho Brito, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Silvana Silva de Farias Araujo buscam compreender o fenômeno da variação da concordância verbal com a terceira pessoa do plural (“Dirga Au| meus compadis qui não| esqueça di que não esqueço”) em um acervo de cartas pessoais do século XX, escritas por sertanejos poucos escolarizados, naturais de Riachão do Jacuípe, de Conceição do Coité e de Ichu.

O capítulo 7, sob autoria de Gredson dos Santos, Robervaldo Correia dos Santos e Jailma da Guarda Almeida, versa sobre o apagamento das consoantes /R/, /S/ e /L/ em contexto final de vocábulo, em coda silábica, no português falado pela comunidade quilombola de Alto Alegre, localizada na zona rural do município de Presidente Tancredo Neves. Esse estudo demonstra que o apagamento das consoantes em coda é um fenômeno característico nos falares baianos em Alto Alegre.

No capítulo 8, Isabel Silva Silveira trata a respeito da expressão do futuro (“eu *vou chegar*”; “*chegarei*”) na fala popular baiana em Poções, situada no Sudoeste da Bahia, com enfoque na variante “presente do indicativo”. A autora nota, em sua investigação, que as variáveis explanatórias linguísticas *presença de constituinte adverbial temporal*, *forma do sujeito* e *frases negativas* favorecem principalmente a realização da forma perifrástica na comunidade observada.

No capítulo 9, sob a análise de Ludquellen Braga Dias e Juliana Escalier Ludwig Gayer, o tema em foco é o fenômeno variável do rotacismo, processo que consiste na troca da consoante lateral /l/ por um rótico, no contexto silábico ataque complexo (placa ~ praca), nas comunidades rurais afro-brasileiras na Bahia (Helvécia, Rio de Contas, Cinzento e Sapé). Como resultado, as autoras demonstram que o fenômeno se encontra

em curso especialmente na fala de informantes que nunca saíram da comunidade. No que tange aos contextos linguísticos, favorecem o fenômeno: ausência de outro segmento líquido na palavra, sílaba átona, segmento precedente sonoro, posição inicial de palavra, contexto precedente oclusivo.

No capítulo 10, as autoras Eleneide de Oliveira Silva e Juliana Escalier Ludwig Gayer dedicam-se ao estudo da síncope nas proparoxítonas (“xícara” > “xícra”) nas comunidades rurais que compõem o português afro-brasileiro. O estudo apresenta resultados significativos ao demonstrar que a realização da síncope nas proparoxítonas é sobretudo favorecida pelos seguintes contextos linguísticos e sociais: contexto fonológico seguinte à vogal postônica (líquida lateral e líquida vibrante), traço de articulação da vogal postônica (coronal e labial), comunidade (Cinzento), contexto fonológico precedente à vogal postônica (labial), estrutura da sílaba tônica (sílaba pesada) e escolaridade (analfabeto).

Para compor a Parte 3, “de Leste a Oeste”, organizamos os capítulos da seguinte forma: Seabra, no capítulo 11; Rio das Rãs, nos capítulos 12, 13 e 14; e Montevidinha, também no capítulo 14.

No capítulo 11, de Elias de Souza Santos e Jéssica Carneiro da Silva, realiza-se o estudo sobre a variação em construções relativas (com lacuna, com lembrete, *pied-piping*, cortadoras) em Seabra. O estudo demonstra que a frequência de relativas preposicionadas na comunidade é elevada na medida em que os informantes estão em faixa etária elevada e com maior nível de escolaridade.

O capítulo 12, sob autoria de Danilo Silva Santos, Juscimaura Lima Cangirana e Lécio Barbosa de Assis, refere-se à variação de concordância verbal e nominal (“as condições *financeira(s) era(m) pouca*”) no português popular de Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa, com ênfase nas variáveis sociais. Os resultados observados demonstram a relevância das variáveis sociais acerca do comportamento do fenômeno.

No capítulo 13, as autoras Juscimaura Lima Cangirana e Elisângela Gonçalves abordam o fenômeno variável de marcação de concordância verbal de terceira pessoa do plural na comunidade quilombola de Rio das Rãs. O destaque do estudo é a variável *redes de relações*, na medida em que, quanto mais dispersos, mais os falantes tendem a realizar a concordância.

No capítulo 14, o autor Marcelo da Silva Souza observa o uso variável do modo subjuntivo (“Boa pra fazer conversa assim é a irmã dele, Nair, a Hilda, cês FOSSE lá...”) nas comunidades quilombolas de Montevidinha, em Santa Maria da Vitória, à margem esquerda do São Francisco, e Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa, à margem direita do mesmo rio. Os resultados têm como foco a demonstração de que a variação é favorecida por fatores estruturais e sociais.

Em razão das peculiaridades e do aprofundamento necessário para os estudos descritivos e/ou explicativos, a obra não esgota as diferentes possibilidades de fenômenos linguísticos variáveis que se tem conhecimento acerca do português baiano, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Ao contrário, contribui para a ampliação do repertório em torno

do português baiano e surge como uma evidência da imprescindibilidade de publicação de outras coletâneas sobre os demais estudos não contemplados neste volume.

É válido lembrar que todos os capítulos observados nesta obra passaram por avaliação às cegas por pares, por meio de uma comissão científica qualificada formada por professores-pesquisadores de diferentes universidades no Brasil, a fim de garantir a qualidade do conteúdo e da forma. Por essa razão, esperamos que o leitor possa ter uma boa experiência sobre os encantos dos falares baianos.

## Referências

- ALMEIDA, J. G. *Uma análise sociolinguística do <s> em coda silábica no português falado pela comunidade quilombola Alto Alegre-BA*. 2016. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2016.
- ALMEIDA, N. L. F.; CARNEIRO, Z. O. N. (org.). *Variação linguística no semiárido baiano*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.
- AMORIM, I. G. As comunidades negras rurais quilombolas do Médio São Francisco. In: SEMOC – SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA, 7., 2004, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Universidade Católica de Salvador, 2004.
- ARAGÃO, C. O. M.; ARRUDA, A. Bahia, um Brasil evocado em exotismo: alegria, negritude, sabor e movimento nas representações sociais de universitários. *Psicologia em revista*, Belo Horizonte, v. 2, n. 14, p. 187-202, 2008.
- ARAÚJO, S.; ALMEIDA, N. L. F. A língua portuguesa no semiárido baiano. *Vertentes*, Salvador, 2 ago. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3Etw5Yp>. Acesso em: 19 fev. 2021.
- ARAÚJO, S.; COUTINHO, S. O município de Santo Antônio de Jesus no Recôncavo Baiano. *Vertentes*, Salvador, 2 ago. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3ewzjzK>. Acesso em: 19 fev. 2021.
- BAXTER, A. N.; LUCCHESI, D. Processos de crioulização na história sociolinguística do Brasil. In: CARDOSO, S. A.; MOTTA, J.; MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 163-218.
- DANTAS, B. G.; SAMPAIO, J. A. L.; CARVALHO, M. R. G. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, M. C. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras 1998. p. 431-456.
- DU BOIS, W. E. B. *Black folk: then and now*. New York: Oxford University Press, 2007[1939].
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.
- FREYRE, G. *Bahia e baianos*. Salvador: Fundação das Artes, 1990.
- FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global. 2006[1933].

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3FcTfI7>. Acesso em: 28 jan. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3mEzUDN>. Acesso em: 28 jan. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2020*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3euUySt>. Acesso em: 28 jan. 2021.
- LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008[1972].
- LIMITES INTERMUNICIPAIS do Estado da Bahia. *Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia*, Salvador, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3JovpHf>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- LUCCHESI, D. et al. O português afro-brasileiro: as comunidades de fala analisadas. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 75-100.
- LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARIANO, A. *A invenção da baianidade: segunda as letras das canções*. Salvador: Edufba, 2019.
- MATTOSO, K. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense. 2003[1982].
- MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. 3. ed. Portugal: Antígona, 2014.
- MELATTI, J. C. *Índios do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2014.
- MOURA, M. Identidades: construção de identidades, identidade local, regional, nacional, baianidade, brasilidade, identidade e militância. In: RUBIM, A. *Cultura e atualidade*. Salvador: Edufba, 2005. p. 77-92.
- MUSSA, A. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. 1991. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
- NEVES, E. F. Propriedade, posse e exploração da terra: domínio fundiário na região Oeste da Bahia, século XIX. In: CARIBÉ, C.; VALE, R. (org.). *Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do além São Francisco*. Feira de Santana: UEFS, 2012. p. 31-96.
- OS BAIRROS POPULARES de Salvador e sua região metropolitana. *Vertentes*, 3 ago. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3z5YT8h>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- PARAÍSO, M. H. B. Índios, náufragos, moradores, missionários e colonos em KiriMurê no século XVI: embates e negociações. In: CAROSO et al. (org.). *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: Edufba. 2011. p. 69-100.
- PETTER, M. M. T.; CUNHA, A. S. A. *Línguas africanas no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- PINHO, O. S. A. A Bahia no fundamental: notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 36, 1998.

- RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização*. São Paulo: Global, 2017[1968].
- ROBINSON, C. J. *Black marxism: the making of the Black radical tradition*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1983.
- RODRIGUES, A. D. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 57, n. 2, 2005.
- SANTIAGO, H. S. *A escrita por mãos inábeis: uma proposta de caracterização*. 2019. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Anuário estatístico da Bahia 2017*. Salvador: SEI; 2020.
- SILVA, E. Povos indígenas no nordeste: mobilizações sociopolíticas, afirmações étnicas e conquistas de direitos. *Crítica e sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v. 7, n. 1, p. 147-172, 2017.
- SILVA, J. A. A. Breve história do município de Poções. *Vertentes*, Salvador, 2 ago. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3HbE6mu>. Acesso em: 19 fev. 2021.
- SOUZA, J. E. *O sertão de cocos na Bahia: uma miragem no Oeste*. Brasília, DF: Arte e Movimento, 1996.
- SOUZA, M. M. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2008.
- SOUZA, M. S.; BARROS, I. J. F.; OLIVEIRA, J. M. A expressão do dativo no português rural da comunidade quilombola de Montevidinha, Oeste da Bahia. In: FIGUEIREDO, C.; GAYER, J. L.; SOUZA, L. T.; PINTO, C. F. *Língua em movimento: História e funcionamento das línguas naturais*. Salvador: Edufba, 2020. p. 227-250.
- VIANNA FILHO, L. *O negro na Bahia*. Rio de Janeiro, [s. n.], 2008[1946].
- WEINREICH, V.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006[1968].

PARTE I  
**DA CAPITAL AO INTERIOR,  
DO INTERIOR À CAPITAL**





LANUZA LIMA SANTOS

## **“Ôh baiana, faça de dois!”: o imperativo na Bahia, da capital ao interior**

### **Introdução**

O imperativo é o modo verbal pelo qual o falante expressa uma atitude diretiva em relação a um interlocutor, tentando impelir-lhe um comportamento, verbal ou não verbal. Especializado na modalidade deôntica<sup>1</sup> (OLIVEIRA, 2003), sua caracterização se processa pela atuação de diferentes níveis de análise da língua.

Do ponto de vista morfossintático, é constituído com uma morfologia não exclusiva, derivada dos modos indicativo e subjuntivo, acontece em sentenças absolutas, principais ou coordenadas, conforme os exemplos (1), (2) e (3), e apresenta, em geral, sujeito superficial nulo.

- (1) Num *bole* na minha perna, não! (POR-08)<sup>2</sup>
- (2) Num *diga* que é Lúcia não. (SUB-11)
- (3) *peça* o carro a seu Manolo e *traga* nosso... nossos móvel [...] (CAJ-08)

---

1 As modalidades, conforme Oliveira (2003, p. 245), “são a gramaticalização de atitudes do falante”, dizem respeito à maneira como o enunciador se posiciona em função do conteúdo expresso pelo enunciado. Na modalidade deôntica, o locutor intenta promover uma ação ou comportamento em seu interlocutor.

2 As siglas identificam a comunidade e o número do inquérito a que refere o exemplo.

A esses aspectos estão associados traços do nível semântico-pragmático, uma vez que as sentenças do tipo imperativo se materializam como atos diretivos de fala que variam quanto ao teor impositivo e ao controle exercido pelo locutor, como ordem, exortação, pedidos/súplicas, conforme os exemplos (4), (5) e (6).

- (4) E aí, ali... *pára*, menino, *vá* [punta] sua mãe lá fora, *vá*. (LAU 11)
- (5) A senhora vai levá a nenê? *Pede* um vizinho pa ficá esses dia, enquanto a senhora tá andano pa justiça aqui, (LAU-06)
- (6) Ah, Alic[ia], me *dá* essa menina pra mim. (LAU-11)

No âmbito dos estudos sociolinguísticos, a variação do modo imperativo no português brasileiro (PB) tem sido objeto de análise de pesquisadores de todo o país, dentre os quais se destacam a pioneira investigação de Faraco (1985/1986) e as relevantes e abundantes contribuições da professora Marta Scherre. (SCHERRE, 2004; SCHERRE, 2007; SCHERRE et al., 1998; SCHERRE et al., 2007) De modo geral, as análises empreendidas associam ao PB um quadro de variação linguística entre formas derivadas do indicativo diretamente negadas (*canta/ não canta*) e do subjuntivo (*cante/não cante*). A variação sugere uma divisão dialetal do país em duas isoglossas que opõem as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (predomínio de formas do indicativo – *canta*) (SCHERRE et al., 2007) e a regiões Nordeste (prevalência das formas do subjuntivo – *cante*). (OLIVEIRA, 2017; SCHERRE et al., 2007). A par do que propõe o padrão normativo e em distinção ao padrão europeu, verifica-se em PB (na maior parte das regiões brasileiras) o emprego indistinto das formas com os pronomes *tu* e *ocê*, conforme exemplos (7) e (8).

- (7) *Vem* pra caixa *ocê* também, *vem!* (comercial do banco Caixa Econômica Federal, década de 1990).
- (8) Se *tu* ainda não fizeste o que eu pedi, *faça* agora mesmo. (BAGNO, 2011, p. 567)

Situado na dimensão geral do fenômeno, o objetivo deste capítulo é descrever a variação<sup>3</sup> dos usos do imperativo no português popular da Bahia<sup>4</sup> (alternância das formas indicativas e subjuntivas), de modo a caracterizar o comportamento do fenômeno da capital ao interior do estado. A observação dos dados parte da hipótese de que a expressão variável do imperativo no extenso território da Bahia não é suficientemente coberta pela tradicional associação ao padrão subjuntivo (*cante*).

3 Este capítulo dedica-se à caracterização do modo imperativo e sua distribuição pelo território baiano, com destaque aos fatores que mais detalhadamente se relacionam à dialeção do fenômeno. Dessa forma, não são apresentados aqui todos os fatores condicionantes e dados estatísticos da análise.

4 Adotamos aqui a designação proposta por Lucchesi para as amostras dos falantes de normas populares, pouco escolarizados (analfabetos ou semialfabetizados) coletadas pelo projeto Vertentes.

## Decisões metodológicas

A caracterização do imperativo aqui apresentada parte da concepção da língua como um produto social heterogêneo, cuja variação é passível de ser descrita e sistematizada. Assim, os dados são observados, neste capítulo, a partir dos pressupostos teóricos metodológicos da sociolinguística variacionista. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968])

O universo de observação delimitado busca cobrir diferentes variedades populares do português da Bahia, destacando espaços que representem comunidades urbanas e comunidades rurais, mais e menos isoladas. Dessa forma, os dados utilizados na análise compreendem os *corpora* do português popular da Bahia, coletados e organizados pelo Projeto Vertentes, e perfazem um conjunto de 169 amostras de fala do tipo entrevista espontânea, com duração média de uma hora. Os falantes entrevistados são analfabetos e semialfabetizados, estão distribuídos em três faixas etárias (I: 20 a 40, II: 40 a 60, III: mais de 60) e entre os sexos feminino e masculino.

Entre os dados representativos das variedades rurais do estado estão as amostras do português rural da Bahia, as comunidades afro-brasileiras isoladas remanescentes de quilombo (Helvécia, Sapé, Cinzento e Barra e Bananal) e as comunidades do interior, de perfil menos isolado e sem uma relação direta com o passado escravocrata – os municípios de Santo Antônio de Jesus e Poções. Amostras de fala do português popular de Salvador, bairros da Liberdade, Plataforma, Itapuã e Cajazeiras, bem como a região metropolitana, Lauro de Freitas, representam o polo urbano.

No universo de observação delimitado, foi feito levantamento exaustivo e codificadas todas as ocorrências do modo verbal imperativo, variantes do indicativo (*canta*) e do subjuntivo (*cante*), na referência à segunda pessoa do discurso. Todas as ocorrências foram ouvidas, a fim de asseverar a fidedignidade dos dados. Durante esta etapa do trabalho, foram descartados contextos de neutralização como o emprego de formas cristalizadas (músicas e expressões idiomáticas) e a neutralização vocálica em contextos onde a realização do morfema modo temporal se funde ao termo subsequente, impedindo a identificação da variante empregada (p. ex., *peg'ái*). Os dados foram analisados a partir da realização da variável do subjuntivo, com o suporte estatístico Goldvarb.

A fim de colaborar com a compreensão do fenômeno em estudo, a apresentação das comunidades estudadas a da análise dos dados segue breve caracterização acerca do processo de povoamento e urbanização da capital ao interior do estado, evidenciando os principais traços históricos e sociais que caracterizam o território.

## A Bahia, da capital ao interior

Os primeiros contatos do europeu com o Brasil se dão a partir da Bahia, assim, tal qual a história do país, a primeira característica do processo de ocupação do estado passa pela presença consistente de povos indígenas. Nesse sentido, identifica-se uma

primeira diferenciação entre a costa, predomínio de grupos indígenas tupi/tupinambás e onde se instauraria a cidade de Salvador, e o interior do estado, ocupado sobretudo pelos tapuias. Essa primeira observação revela, além de uma diferenciação no plano etnolinguístico, um condicionante do plano social, uma vez que, conforme aponta Azevedo (1969), os tupis/tupinambás da costa tinham comportamento mais amistoso e aberto à relação com o imigrante europeu. Esse pode ser o primeiro indício de que a difusão do português, a princípio, encontrou um terreno mais ameno na costa do que no interior.

A partir da instalação europeia no século XVI, desenrola-se um processo progressivo de reconhecimento e exploração da terra cujos impactos repercutem na constituição demográfica do estado, que varia, em natureza da difusão e intensidade, da capital ao interior. O povoamento do território que hoje corresponde à Bahia começa pela costa e segue de maneira lenta até meados do século XVI, avançando, nos séculos subsequentes, em função da necessidade de desenvolvimento das capitanias, defesa do território e aprimoramento de atividades econômicas.

No caso particular da região que hoje corresponde à capital Salvador, do contato inicial entre portugueses e índios tupinambás até o século XVIII, houve expressivo crescimento populacional e de sua importância para a conjuntura política e econômica do país. A vocação defensiva foi progressivamente dando lugar à atividade comercial e conduziu Salvador a constituir-se num expressivo entreposto, mediando as relações da colônia com a metrópole e o Recôncavo Baiano.

Dentre os aspectos sociais que demarcaram o início do povoamento dessa região, destacaram-se a oposição socioeconômica entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa e a convivência, no espaço da cidade, de um clima cosmopolita, com a circulação de portugueses e outros europeus ao lado de um contingente populacional adensado pela mestiçagem, conforme assevera Thales de Azevedo (1969, p. 137).

Conforme Santos (2013), até o século XIX, o povoamento de Salvador é mais denso na costa, às margens do Oceano Atlântico e da Baía de Todos os Santos. No miolo, concentravam-se as atividades rurais. Do ponto de vista social, a cidade se apresenta como um espaço de dualidades, de maneira que, para quem chegava, impressões antagônicas se misturavam. Os que vinham do mar deslumbravam-se com a vista, sendo mais tarde aturcidos pelas precárias condições sanitárias e pelo aspecto sujo da Cidade Baixa. (NASCIMENTO, 2007) A partir do século XX, mais precisamente na década de 60, incorporam-se novas áreas e novos mecanismos que dão impulso a um processo de estruturação e reestruturação urbana.

Transitando além da costa, o avanço para o interior baiano deu-se como resultado de um longo e sucessivo processo de conquistas, posse e povoamento, conduzido sobretudo pelas Entradas e atravessado por dificuldades impostas pelo vasto território, como rios, matas e serras, além da resistência da população autóctone. (TAVARES, 2001[1959]) Os objetivos que conduziram os conquistadores da costa ao interior repousam, sobretudo, na necessidade de se conhecer, povoar e defender as terras de invasões estrangeiras.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a ocupação do interior da Bahia é resultado de múltiplos fatores, mas foram as diferentes atividades econômicas fixadas ao longo do território que ampliaram progressivamente os limites do estado e diversificaram as relações sociais estabelecidas. Registra-se, inicialmente, o domínio do cultivo da cana-de-açúcar e a criação de gado na região da costa. A partir do século XVII, há o incremento do cultivo de fumo e o expressivo domínio da criação de gado, que se espalha crescentemente pelo norte e regiões interioranas da Bahia. No século XIX, atividades como mineração e o cultivo do cacau sustentam o desenvolvimento econômico e demográfico do centro e sul do estado. Além desses aspectos econômicos, destacam-se, ainda, fatores religiosos e políticos, tais como as missões religiosas, exploradoras e de combate aos ataques piratas no interior.

A observação do processo de ocupação do interior, principalmente quando tomado a partir do vetor da economia, nos revela, para além da dimensão socioeconômica, importantes elementos de natureza sociocultural. Isso porque falar do desenvolvimento de atividades agrárias no interior da Bahia é também tratar do papel desempenhado pelos agentes humanos envolvidos no processo. Em outras palavras, é considerar a interação entre os índios – população autóctone, expulsa e/ou dizimada; os portugueses – colonizadores e exploradores da terra e do povo; e os negros – população importada para fins de mão de obra.

Embora só seja possível falar de um processo de urbanização do Brasil no sentido mais estrito a partir da década de 1940, na Bahia, a cultura da cana-de-açúcar a partir do século XVII motivou a formação de pequenos centros nos territórios da Zona da Mata e do Recôncavo Baiano. Esses espaços produtores, ao lado de Salvador, que funcionava como importante centro regional e porto de escoamento da produção, conformavam uma importante rede urbana.

A Bahia termina o século XIX com a consolidação de um grande centro urbano – Salvador –, no qual se concentravam atividades comerciais e para onde convergiam as relações comerciais da metrópole e de todo o estado. (SANTOS, 2013) A estruturação urbana da cidade, no entanto, só é implementada a partir da segunda metade do século XX.

Atualmente temos uma rede baiana caracterizada por um reduzido número de capitais regionais, cuja localização desigual revela o desequilíbrio e grau de dependência dos municípios em relação à capital do estado e às cidades fora dos limites baianos. Nesse cenário, estão inseridas as comunidades analisadas neste estudo, as quais seguem brevemente situadas e descritas a seguir.

### **As comunidades rurais**

Fazem parte desta análise dados de fala das comunidades rurais remanescentes de quilombos e comunidades não marcadas etnicamente. No primeiro grupo estão as comunidades geminadas de Barra e Bananal (situadas no município de Rio de Contas, região da Chapada Diamantina); a comunidade de Sapé (em Valença, situada no Recôncavo Baiano); a comunidade de Cinzento (no município de Planalto, sudoeste do estado); e

Helvécia (no extremo sul da Bahia, município de Nova Viçosa). O traço de isolamento e o passado escravocrata levam a considerá-las importantes testemunhas dos processos históricos que marcam a heterogeneidade do português brasileiro.

Entre as comunidades não marcadas etnicamente, analisamos dados das cidades de Santo Antônio de Jesus (na região do Recôncavo baiano) e Poções (centro-sul da Bahia). Embora as duas estejam inseridas no tecido das relações econômicas e sociais do estado, apresentam localização e nível de desenvolvimento social e urbano divergentes, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Indicadores sociais e demográficos das comunidades de Santo Antônio de Jesus e Poções

INDICADORES SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS DAS COMUNIDADES					
COMUNIDADE	POPULAÇÃO	EXTENSÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA EM 2000	DISTÂNCIA DE SALVADOR	GRAU DE URBANIZAÇÃO
<b>Santo Antônio</b>	77.368 (2000) <sup>5</sup> 90.985 (2010) 102.380 (2020)	259 km <sup>2</sup>	306,99 h/km <sup>2</sup>	200 km	85,62
<b>Poções</b>	44.213 (2000) 44.701 (2010) 46.879 (2020)	963 km <sup>2</sup>	45,86 h/km <sup>2</sup>	444 km	71,93

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000, 2002, 2010a).

Santo Antônio de Jesus é mais próxima de Salvador e apresenta maior índice demográfico e de urbanização em relação a Poções. As cidades também possuem traços socioculturais relevantes para a caracterização do estado.

O município de Santo Antônio de Jesus é um dos mais importantes do Recôncavo Baiano, destacando-se como um polo comercial e de serviços de sua microrregião. Além do forte comércio, destacam-se como atividades econômicas do município a produção de gêneros agrícolas (amendoim, limão e laranja), a pecuária (criação de bovinos e muaras) e a produção de fogos de artifício.

Poções, por sua vez, situado na mesorregião do centro-sul da Bahia, tem entre as principais atividades econômicas a agricultura (produção de café, feijão, tomate, mandioca, banana, milho, aipim e mamona), a pecuária e a produção de ferro e amianto. Do ponto de vista cultural, é caracterizada pela manutenção de algumas tradições folclóricas e religiosas, como o Reisado e a festa do Divino Espírito Santo. Além disso, apesar do crescimento da cidade ao longo do tempo, a paisagem local pouco se modificou, conservando-se um clima de calma, com pouca circulação de pessoas, conforme descrevem os informantes entrevistados.

5 Dados extraídos do Censo do IBGE (2000), período próximo ao início da coleta dos dados.

## Comunidades urbanas

A delimitação do *corpus* representativo do português urbano da Bahia considerou dados de fala popular da cidade de Salvador. Com densidade demográfica de 3.859,44 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a), a capital do estado é uma cidade fragmentada e polinucleada, com convivência de vários centros e sub-centros urbanos onde se concentram atividades como comércio e serviços. (SANTOS, 2013) A fim de cobrir dados que representem a fala popular das principais regiões do centro urbano, o *corpus* investigado selecionou falantes das quatro regiões de Salvador e da região metropolitana de Lauro de Freitas.

Entre as regiões de ocupação mais antigas da cidade estão o bairro de Plataforma, integrante do chamado Subúrbio Ferroviário, e Liberdade, situado no Centro da cidade. O primeiro alcançou expressivo crescimento populacional no século XIX, com a implantação da linha férrea. O bairro de Plataforma é ocupado por uma população de 28.932 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a) habitantes e está compreendida no que o IBGE (2010b) define como *aglomerados subnormais*.<sup>6</sup> Também antigo, o bairro da Liberdade nasceu e cresceu ao redor de uma das estradas mais importantes do Brasil do século XVIII, e, com o tempo, passou a ser conhecido pelo grande índice populacional, por sua riqueza cultural e por sua identificação afrodescendente. (RAMOS, 2007)

As regiões mais novas da cidade são representadas por Cajazeiras, parte do Miolo de Salvador, conglomerado formado na década de 1980 por 13 conjuntos habitacionais, e Itapuã, cujas primeiras menções associam-se ao desenvolvimento agrícola e à formação de vilarejos após o século XVII. (AZEVEDO, 1969) Atualmente, Cajazeiras abriga uma população expressiva, originária de outros bairros e também do interior do estado. Esse crescimento, associado ao incremento de muitas habitações não regulamentadas em encostas e demais áreas não habitadas, levariam o bairro a atingir dimensões inimagináveis, proporcionais aos seus problemas sociais e de infraestrutura. A região de Itapuã, por sua vez, revela-se um espaço de contrastes. Ruas inteiramente habitadas por antigos moradores e comunidades de pescadores que narram com saudosismo os tempos de uma Itapuã aprazível e pacata dividem espaço com a ocupação moderna, entrecortada por invasões e baixas. Como os bairros das demais metrópoles brasileiras, a região é afetada pelos problemas da ocupação desordenada, violência e tráfico de drogas.

Por fim, e representando a região metropolitana, incorpora a amostra o município de Lauro de Freitas, região contígua a Salvador, emancipado da capital apenas na década de 1960. A população, conforme contagem do Censo 2010, é estimada em

---

6 Conglomerado subnormal é definido pelo IBGE (2010b, p. 2) como “o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade, irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).”

163.449 habitantes. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a) Além das atividades comerciais e de um pequeno aporte industrial, a cidade conta com um potencial turístico que movimenta sua economia.

## Usos do imperativo no português da Bahia

A análise do imperativo na Bahia, conforme descrito na introdução, considerou o emprego das variantes morfológicas (indicativa e subjuntiva). Ao longo da leitura dos inquéritos e cotejo dos dados, no entanto, foram identificadas construções alternativas para a expressão da modalidade deôntica, as quais seguem brevemente descritas.

Além das variantes estritamente observadas no estudo, foram identificadas ocorrências de construções declarativas com presente do indicativo (9) e o emprego de modalizadores com o infinitivo, conforme (10).

(9) *Cê vai ficá na sala pra não tê problema pra mim.* (SUB-o8)

(10) *Didiu, pode gastá,<sup>7</sup> que não tem dono não.* (SUB-o8)

Construções semelhantes são previstas por Bechara (2002) para o português brasileiro, conforme o exemplo (11) em que o autor ilustra o emprego do verbo *querer* como modalizador.

(11) *Queira aceitar meus cumprimentos.*

Entre os dados, destacaram-se ainda realizações na primeira pessoa do plural (12), presente do indicativo. Ocorrências desse tipo, segundo Rocha Lima (2003), denotam a inclusão do falante em uma ação que ele deseja que o seu receptor execute.

(12) a. *Rapaz, vamos ficá alerta* que aquele navio num vai saí. (ITA-o6)

b. *Dielson, vumbora.<sup>8</sup>* (ITA-o6)

Embora seja relevante apresentar as realizações alternativas ao imperativo na expressão da modalidade deôntica, as formas anteriormente descritas não foram computadas na análise dos dados. Julgamos importante, no entanto, ressaltá-las, tendo em vista a necessidade de contextualização do trabalho e possibilidade de desdobramentos em futuras investigações.

7 A notação do infinito (*gastá*, em referência a *gastar*) segue as definições da chave de transcrição do Projeto Vertentes (Disponível em: [www.vertentes.ufba.br](http://www.vertentes.ufba.br). Acesso em: 10 jan. 2022.)

8 Entende-se a forma *vumbora* como a contração de *vamos embora*.



A apreciação geral das ocorrências válidas para o estudo mostrou-se compatível com os paradigmas previstos para o português brasileiro, variação no uso das formas subjuntivas e indicativas diretamente negadas, conforme os exemplos (13) e (14).

(13) **Formas subjuntivas**

- a. *Saia*, meu fio. (CZ-06)
- b. *Num saia* do hospital não. (POR-02)

(14) **Formas indicativas**

- a. *Sai* já, meu filho. (CAJ-11)
- b. Ó, filho, *num sai* não. (POR-04)

Aspectos particulares de natureza morfossintática merecem destaque por se relacionarem a traços importantes do português popular, tais como o uso das formas imperativas na referência plural e a presença de pronome sujeito.

Para as formas de plural, verificou-se, de modo categórico, a não aplicação da regra de concordância, com o uso da forma verbal no singular, conforme exemplos (15) e (16).

(15) Ah, ocês *põe* um pedreiro pra aju... *põe* um trabalhador pá ajuda ocês!  
(RC-11)

(16) *Num vai* não que lá cês num sai! (CZ-06)

Cabe lembrar que as amostras do português popular da Bahia deste estudo fazem parte do que Lucchesi (2012) define como normas populares, caracterizadas, sobretudo, pela perda da morfologia flexional que afeta a concordância verbal. (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009) Assim, o uso das formas de imperativo no contexto plural pode estar encaixado linguisticamente, como efeito da perda da concordância que marca as variedades linguísticas em tela.

O sujeito nulo, traço característico, mas não categórico, é comumente associado ao modo imperativo. Conforme esperado para o português, nos dados do português popular, predominam sentenças com sujeito não realizado. No entanto, estruturas com sujeito em posição pós (17) e, sobretudo, pré-verbal (18), também foram encontradas.

- (17) a. *Vá tu tomem* (SP-11) (VS)
- b. *Desculpa vocês!* (CAJ-11) (VS)
- (18) *Então você tome também!* (CAJ-01) (SV)

Segundo Cavalcante e Simioni (2015), o sujeito nulo não é uma restrição plena do modo imperativo, sendo encontradas sentenças em que o sujeito é expresso, conforme ocorrências ilustradas em (19).

(19) *Você não me provoque/provoca!*

A possibilidade de ocorrências imperativas com sujeito pré-verbal é apontada por Cavalcante (2010, p. 28) como um traço distintivo em relação ao português europeu: “[...] mesmo existindo a ordem VS, a SV também é possível no PB, ao contrário do PE”. Conforme os exemplos apresentados pelo autor, enquanto sentenças como (20) são licenciadas em PB, construções semelhantes são agramaticais no português europeu como em (21).

(20)

*Eu disse pra tu/você abrir a porta.*

*Eu não! Você abre/a a porta! (✓PB)*

(21)

*Eu disse pra tu abrires a porta.*

*Não. Tu abre/a a porta! (\*PE)*

Nos dados do português popular da Bahia, entre as sentenças com sujeito realizado, as pré-verbais perfizeram um total de 8,1% nos dados do português rural e 2% nos dados do português urbano.

Conforme os exemplos (22) e (23), as sentenças imperativas aconteceram em contextos de leitura inclusiva, mas, sobretudo, de leitura neutra.

(22) *Minha mãe chegava e falava pra mim... dizia assim: ‘Você não faça isso’.*

(POS-09) (SV – leitura neutra).

(23) *Você que fez, então você tome também! (CAJ-01) (SV leitura inclusiva)*

O contexto neutro destacou-se como o mais produtivo em relação às ocorrências com sujeito pré-verbal.<sup>9</sup>

Em alguns pontos, a classificação das ocorrências com sujeito realizado como indicativas ou imperativas mostrou-se tênue, haja vista o sincretismo das formas morfológicas. Para evitar falsos juízos, todas as ocorrências foram ouvidas, atendendo-se detidamente à prosódia da sentença. Além disso, adotou-se um conjunto de critérios descritos no Quadro 2 no intento de assegurar o caráter imperativo das ocorrências coletadas.

9 Não foram encontradas ocorrências de leitura contrastiva.

Quadro 2 – Aspectos distintivos entre as formas sincréticas de segunda pessoa singular dos modos indicativo e imperativo

<b>MODO IMPERATIVO</b>	<b>MODO INDICATIVO</b>
<i>Agora cês dois se vire aí (POS-01)</i> <i>Você não faça isso (POS-09)</i>	<i>Num vai na praia ninguém[...]! (SUB-06)</i> <i>Cênum vai saí pa lugá nenhum (ITA-02)</i>
Entonação descendente	Entonação nivelada
Valor modal deôntico	Valor modal epistêmico
Ato diretivo de fala	Ato de fala assertivo
Predomínio do falante	Predomínio do assunto
Traço semântico-pragmático de ordem, pedido, exortação ou afins.	Intenção comunicativa de informação ou declaração.
Requer como resposta uma ação física ou verbal	Requer como resposta um juízo de verdade
Admite, no contexto, a variação ( <i>cante ~ canta</i> )	Não admite a variação ( <i>cante ~ canta</i> )

Fonte: Santos (2016, p. 161).

As distinções apontadas no Quadro 2 foram observadas a fim de se evitar uma leitura equivocada do fenômeno. Os casos de falta de transparência na interpretação dos contextos de produção e, conseqüentemente, na avaliação dos critérios propostos não foram considerados.

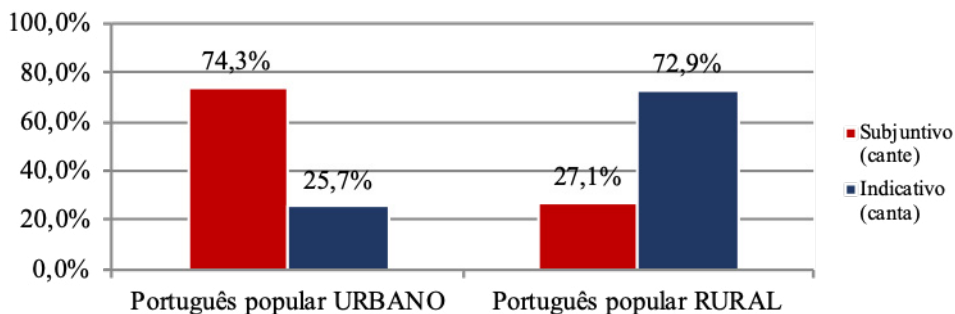
Os dados relacionados estritamente à alternância entre as formas indicativas e subjuntivas em referência à segunda pessoa totalizaram 1.371 ocorrências, distribuídas entre 432 do português rural e 939 do português urbano. Os principais resultados que versam sobre a distribuição das variantes entre as comunidades seguem descritos a seguir.

### **A variantes do imperativo no português popular da Bahia, distribuição do fenômeno do interior à capital**

Os dados da expressão do imperativo foram analisados em dois grupos de dados, o português popular rural e o português popular urbano. O recorte aqui discutido possui natureza descritiva e visa apresentar um panorama geral do fenômeno no estado,<sup>10</sup> contrastar as variedades e situar os padrões encontrados em frente ao quadro geral da região e do país. A distribuição das ocorrências do modo imperativo nas entrevistas analisadas segue apresentada conforme as variantes indicativa e subjuntiva no Gráfico 1.

10 Análises detalhadas acerca dos condicionamentos linguísticos e extralinguísticos não cabem nos limites físicos e nos objetivos gerais deste capítulo, de modo que serão feitas apenas menções funcionais a encaixamentos particularmente ligados à distribuição geográfica do fenômeno.

Gráfico 1 – Panorama de emprego das formas imperativas no português popular da Bahia

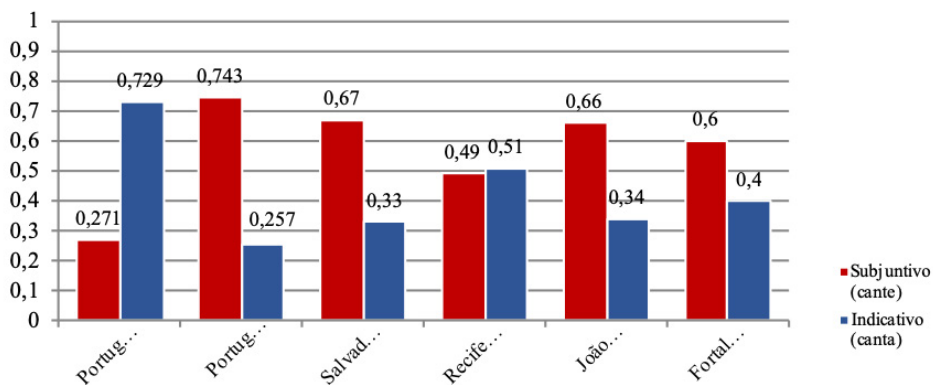


Fonte: Santos (2016, p. 188).

Enquanto no português rural predomina o uso das formas indicativas – *canta/não canta* (74,3% das 432 ocorrências levantadas), a capital apresenta um quadro de predomínio das formas de subjuntivo – *cante/não cante* (72,9% das 939 ocorrências de imperativo). Assim, para a expressão do imperativo, os dados observados indicam uma oposição entre o padrão da capital e do interior do estado da Bahia.

A correlação entre resultados do imperativo no português popular da Bahia e demais variedades linguísticas da Bahia e do Nordeste pode ser observada no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Comparação da variação do imperativo entre o português popular da Bahia e variedades do português falado na região Nordeste

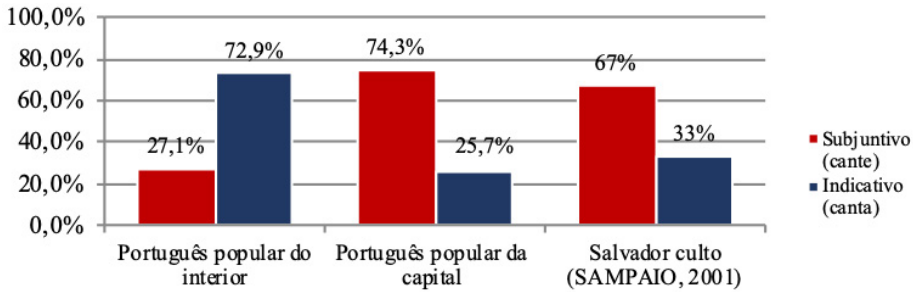


Fonte: elaborado pela autora.

A comparação entre os resultados e os dados representativos do português culto (SAMPAIO, 2001) e de outras localidades do Nordeste indica simetria entre o uso do imperativo na capital e o padrão associado à Bahia (SAMPAIO, 2001) e à região Nordeste, onde há, à exceção de Recife (JESUS, 2006), o predomínio de formas subjuntivas. (ALVES, 2001; CARDOSO, 2009)

O contraste estrito entre os dados da Bahia e o estudo pioneiro de Sampaio (2001) nos revela a aproximação das realizações do português culto (SAMPAIO, 2001) e popular de Salvador para a expressão do imperativo, conforme Gráfico 3.

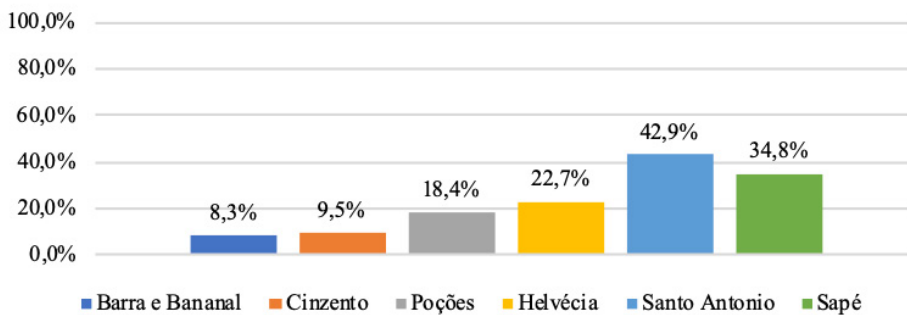
Gráfico 3 – Variantes modo imperativo no português popular da Bahia



Fonte: elaborado pela autora.

Conforme o Gráfico 3, não há, para este fenômeno, uma polarização entre normas cultas e populares no espaço urbano. Tal comportamento linguístico pode ser justificado pela natureza da variação observada, a qual não carrega traços expressivos de estigmatização. Ademais, no espaço fortemente marcado pelo desenvolvimento urbano, as diferentes normas tendem a coexistir, seja pelo efeito e difusão da mídia, seja pelo convívio entre os falantes, favorecendo as trocas dialetais e a eventual confluência das normas. O quadro apresentado, portanto, parece ser melhor caracterizado como uma clivagem entre variedades urbanas e rurais do estado. A fim de compreender e adentrar a esta hipótese, o Gráfico 4 detalha as realizações imperativas nas comunidades rurais.

Gráfico 4 – Usos das formas do subjuntivo com valor imperativo nas comunidades rurais



Fonte: adaptado de Santos (2016, p. 178).

Os resultados confirmam, em todas as comunidades rurais, a prevalência das formas indicativas como padrão. A expectativa inicial do estudo era de que as variedades marcadas etnicamente (Cinzento, Poções, Barra e Bananal, Sapé e Helvécia), mais afetadas pela perda da morfologia que caracteriza a formação do português brasileiro (LUCCHESI, 2009) e menos sensíveis à influência da urbanização e dos padrões da capital, apresentariam frequências mais expressivas de formas indicativas. No entanto, o comportamento linguístico dos falantes de Poções e Sapé se destaca. Os valores de frequência e peso relativo, embora não sejam foco deste estudo de caráter descritivo, são evocados na Tabela 1, a fim de evidenciar de modo mais claro a questão.

Tabela 1 – Uso da variante do subjuntivo com valor imperativo no português popular rural da Bahia, segundo a variável comunidade de fala

COMUNIDADE DE FALA	Nº DE OC./TOTAL	FREQUÊNCIA	PESO RELATIVO
Poções	25/136	18,4%	0,377
Santo Antônio de Jesus	60/140	42,9%	0,657
Helvécia	10/44	22,7%	0,533
Cinzento	4/42	9,5%	0,277
Rio de Contas	2/24	8,3%	0,244
Sapé	16/46	34,8	0,7
TOTAL	117/432	27,1%	

Fonte: elaborada pela autora.

Para além da distribuição desigual do fenômeno na amostra e dos dados de peso relativo que reforçam as leituras dos dados de Sapé e Poções, aspectos relacionados à descrição sociocultural e geográfica das comunidades de fala estudadas podem colaborar na leitura da questão.

As comunidades de Santo Antônio de Jesus e Poções, ambas não marcadas diretamente em relação à matriz étnica, apresentam características importantes acerca dos dados sociais e demográficos que podem ser evocadas para a diferenciação do padrão de imperativo. A proximidade e relações estabelecidas com o centro urbano difusor, Salvador, o nível de desenvolvimento urbano, o caráter de subcentro regional da cidade e a recepção constante de falantes de outras regiões, seja para estudo<sup>11</sup> ou atividades econômicas, podem colaborar com a abertura da dinâmica social de Santo Antônio de Jesus a influências culturais e linguísticas externas.

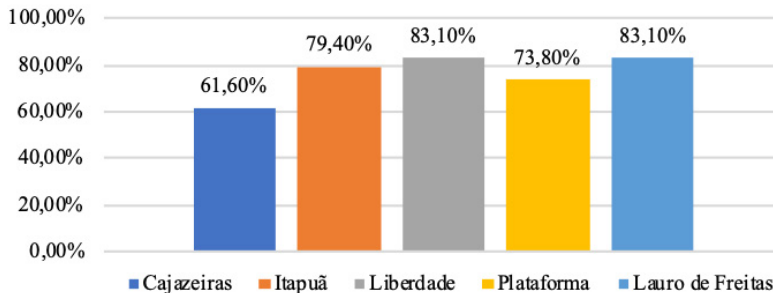
11 O município de Santo Antônio de Jesus conta com a presença de um campus da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e outro da Universidade do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Contrariamente, o município de Poções, geograficamente mais distante da capital (963 km), apresenta um caráter mais rural, com menor índice demográfico, menor grau de urbanização e manutenção de traços culturais das regiões rurais. Tal cenário desfavoreceria a entrada das formas subjuntivas características das variedades urbanas.

Sobre o comportamento da comunidade de Sapé, situada no município de Valença, cabe destacar que, entre as comunidades afro-brasileiras, é a mais próxima da capital, Salvador (123 km), e do município de Santo Antônio de Jesus (77,1 km). Ademais, o município de Valença, onde a comunidade está inserida, é um importante porto de passagem de indivíduos que se deslocam da capital para o Recôncavo da Bahia, e de turistas que visitam as muitas atrações da Costa do Dendê.<sup>12</sup> O comportamento do imperativo na comunidade de Sapé, mais favorável à entrada das formas subjuntivas, pode ser, portanto, resultado do efeito exercido pelo contato dialetal com o entorno e com as relações socioculturais estabelecidas.

Contrários aos resultados das comunidades rurais, os dados do português popular de Salvador mostraram a prevalência de formas subjuntivas. Cabe observar em que medida os resultados se distribuem nas diferentes localidades estudadas (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Usos das formas do subjuntivo com valor imperativo nas comunidades urbanas



Fonte: elaborado pela autora.

Conforme dados do Gráfico 5, a prevalência das formas de subjuntivo é o padrão em todas as comunidades, com destaque particular às comunidades da Liberdade e Lauro de Freitas. Conforme a Tabela 2, as ocorrências de imperativo mostraram-se pouco mais equilibradas.

12 Com 115 km de extensão, a Costa do Dendê é uma importante delimitação turística do litoral baiano e abrange a região da foz do Rio Jaguaripe à Baía de Camamu. Nesse espaço, encontram-se cachoeiras, rios, manguezais e belíssimas praias, distribuídas entre as localidades de Valença, Morro de São Paulo, Boipeba, Igrapiúna, Cairu, Camamu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá e Marau.

Tabela 2 – O uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no *português popular urbano da Bahia*, segundo a variável *comunidade*

COMUNIDADE	Nº DE OC./TOTAL	FREQUÊNCIA	PESO RELATIVO
Cajazeiras	135/219	61,6%	0,392
Itapuã	204/257	79,4%	0,591
Lauro de Freitas	172/207	83,1%	0,415
Plataforma	110/149	73,8%	0,465
Liberdade	172/207	83,1%	0,571
TOTAL	698/939	74,3%	

Fonte: elaborada pela autora.

A expectativa inicial do estudo, além da predominância das formas do subjuntivo, era encontrar a resistência de formas indicativas de modo mais expressivo em comunidades cuja ocupação inicial se deu por indivíduos provenientes do interior da Bahia, como Cajazeiras e Lauro de Freitas. Os dados do imperativo nas comunidades, no entanto, mostram resultados muito próximos, com destaque sutil apenas para o bairro de Cajazeiras, convergente com a hipótese inicial.

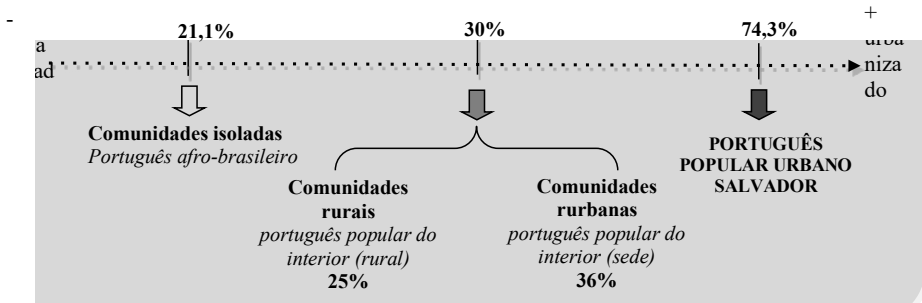
A fim de refinar a análise do fenômeno, o estudo observou ainda se a rede de relações entre os falantes dos diferentes bairros apresentaria alguma correlação com a distribuição das formas. Falantes cuja rede de relações está mais dispersa por outros bairros da cidade apresentaram menor abertura ao padrão externo de indicativo. Cabe ponderar, novamente, que os resultados, embora destacados na análise como relevantes, apresentam diferenças muito sutis (frequência de subjuntivo 76,1% e peso relativo 0,559 para rede dispersa e 72,1 e peso 0,436 para rede concentrada no bairro).

Em linhas gerais, a diferença entre as comunidades no que se refere à variante empregada, se por um lado não aponta resultados expressivos, por outro corrobora a leitura da consolidação de um padrão característico das comunidades urbanas, o emprego da forma subjuntiva, reforçando a ideia de clivagem entre variedades rurais e urbanas. Ademais, entre os bairros, não parece haver uma distância física e de relações sociais suficientemente fortes para configurar diferenças dialetais.

Para a leitura da clivagem, consideramos as contribuições de Bortoni-Ricardo (2011) e Lucchesi (2015) sobre os efeitos dos arranjos rurais e urbanos nos processos de variação e mudança do Brasil. Correlacionando os resultados do português popular da Bahia com a disposição de *continuum* (BORTONI-RICARDO, 2006; LUCCHESI, 2015), propomos a disposição apresentada na Figura 4.



Figura 4 – Distribuição da variante imperativa do subjuntivo (*cante*), conforme o *continuum* de urbanização

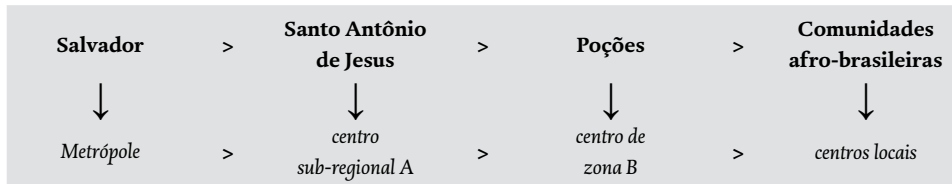


Fonte: Santos (2016, p. 254).

A distribuição geral dos dados e o detalhamento apresentado na Figura 4 conduzem à conclusão de que, para o modo imperativo, não se processa um resultado clássico de *continuum*, tal como acontece, por exemplo, com fenômenos como a concordância nominal e verbal. Mais expressivo que um incremento gradual das formas subjuntivas, acontece uma oposição dos padrões empregados entre as variedades rurais e urbanas.

A ampla dimensão territorial do estado, associada a uma difusa política de desenvolvimento urbano, proporcionou o desenvolvimento das regiões centrais e criou uma relação de dependência em relação a muitas regiões menos desenvolvidas. Considerando as comunidades por nós estudadas e as disposições da pesquisa Região de Influências das Cidades (Regic) de 2007, publicada pelo IBGE (2008), podemos pensar na hierarquia urbana proposta na Figura 5.

Figura 5 – Hierarquia urbana das comunidades de fala do português popular da Bahia



Fonte: Santos (2016, p. 258).

No que diz respeito à tessitura urbana, a investigação da urbanização mostrou ainda o efeito da influência, do ponto de vista do sistema urbano, de Salvador em relação aos demais municípios do estado. Nesse sentido, as comunidades por nós estudadas têm suscetibilidades diferenciadas no que tange ao efeito do centro metropolitano do estado. A comunidade de Santo Antônio de Jesus mostrou-se muito mais propensa ao efeito dessa influência. Do mesmo modo, a comunidade de Sapé, no município de Valença, também geograficamente mais próximo de Salvador que

os demais, esteve, dentre aquelas rurais, mais aberta à aquisição das formas típicas da capital do estado.

Em síntese, teríamos, na caracterização do modo imperativo da capital ao interior da Bahia, as seguintes leituras: 1. Predomínio, nas comunidades rurais, do padrão indicativo (*canta*), menos flexionado; 2. Predomínio das formas subjuntivas nas variedades urbanas; 3. Difusão do padrão subjuntivo (*cante*) das comunidades urbanas às comunidades rurais, via contato dialetal e desenvolvimento urbano.

## Considerações finais

As ocorrências apresentadas neste estudo permitem uma ampliação do repertório sobre a português falado na Bahia e as suas variedades populares. Da apreciação qualitativa dos inquéritos, foram extraídos alguns aspectos relevantes para a caracterização do fenômeno: o uso de estratégias alternativas ao modo imperativo morfológico; a ocorrência de formas imperativas com sujeito realizado em posição pré-verbal; a ausência de concordância nas realizações imperativas de referência plural.

A análise das ocorrências de imperativo na Bahia aponta no sentido de uma clivagem rural-urbano, com predomínio das formas indicativas (*canta*) no interior e das formas subjuntivas (*cante*) na capital. Considerando a ampla dimensão do território e as especificidades que caracterizam o processo de coleta dos dados do imperativo (poucas ocorrências em entrevistas sociolinguísticas tradicionais), cabe pontuar a necessidade de novos estudos sobre outras regiões do estado e a experimentação de metodologias de coleta mais produtivas para o fenômeno. A descrição aqui apresentada, portanto, além de ampliar a compreensão do tema na Bahia, espera contribuir na abertura de novas perspectivas de análise sobre o fenômeno.

## Referências

- ALVES, G. C. *Aspectos do uso do imperativo na linguagem oral do pessoense*. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.
- AZEVEDO, T. *Povoamento da cidade de Salvador*. Salvador: Itapuã, 1969.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2006.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e de redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- CARDOSO, D. B. B. *Variação e mudança no imperativo no português brasileiro: gênero e identidade*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, DF, 2009.

- CAVALCANTE, R. Interação entre imperativo e negação. *Revista de Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 2, p. 9-36, 2010.
- CAVALCANTE, R.; SIMIONI, L. A ordem VS em sentenças imperativas do português brasileiro. *Revista Letrônica*, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 304-315, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3HlosFd>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3JtvR7g>. Acesso em: 23 mar. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3eEwo9C>. Acesso em: 20 set. 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Região de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010: aglomerados subnormais – informações territoriais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: <https://bit.ly/3447lt3>. Acesso em: 15 out. 2014.
- JESUS, É. T. O Nordeste na mídia e os estereótipos linguísticos: estudo do imperativo na novela *Senhora do destino*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; SILVA, J. A. A. Concordância verbal. In: LUCCHESI, D.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 331-371.
- LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. In: BAXTER, A.; LUCCHESI, D.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 41-73.
- LUCCHESI, D. *Língua e Sociedade Partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- LUCCHESI, D. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. *Estudos de Linguística Galega*, Santiago de Compostela, v. 4, p. 45-65, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3qB6RIP>. Acesso em: 8 dez. 2016.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Edufba, 2007.
- OLIVEIRA, F. Modalidade e modo. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho editorial, 2003. p. 245-272.
- OLIVEIRA, J. M. O imperativo gramatical nas capitais do Nordeste: análise sociolinguística de dados do ALiB. In: LOPES, N. S.; OLIVEIRA, J. N.; PARCERO, L. M. J. (org.). *Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e sociedade*. São Paulo: Blucher, 2017. p. 27-44.
- RAMOS, M. E. R. *Território e afrodescendente: leitura de cidade através do bairro da Liberdade, Salvador (Bahia)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 42. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- SAMPAIO, D. A. *Modo imperativo: sua manifestação/ expressão no português contemporâneo*. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- SANTOS, L. L. *Fala (você/tu) ~ Fale (você/tu): a expressão variável do modo imperativo no português popular da Bahia*. 2016. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- SANTOS, J. R. *A cidade poli(multi)nucleada: a reestruturação do espaço urbano de Salvador*. Salvador: Edufba, 2013.
- SCHERRE, M. M. P. Norma e uso: o imperativo no português brasileiro. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (org.). *O português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual*. Madri: Iberoamericana, 2004. p. 231-260.
- SCHERRE, M. M. P. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. *Alfa*, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 189-222, 2007.
- SCHERRE, M. M. P. et al. Phonic Paralelism: evidence from the imperative in Brazilian Portuguese. In: PARADIS, C. et al. (org.). *Papers in sociolinguistics*. NWAVE-26 à l'Université Laval. Québec: Nota Bene, 1998. p. 63-72.
- SCHERRE, M. M. P. et al. Reflexões sobre o imperativo em português. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 23, p. 193-241, 2007.
- TAVARES, L. H. D. *História da Bahia*. São Paulo: Edufba, 2001[1959].
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006[1968].

ELISÂNGELA DOS PASSOS MENDES

## **O quadro dos pronomes pessoais no *continuum* do português popular baiano: uma análise descritiva do interior à capital**

### **Introdução**

Tradicionalmente, a *flexão de caso dos pronomes pessoais* é definida pela modificação formal dos pronomes pessoais em cada função sintática. Sob essa perspectiva – de herança latina –, as formas pronominais nominativas (*eu, tu, ele, nós, vós, eles*) apresentam formas oblíquas correspondentes (*me/mim/comigo; te/ti/contigo; nos/conosco; vos/convosco; o(s)/a(s)/lhe(s)*) para representar as funções de complementos verbais e adjuntos adverbiais. No português brasileiro (PB), no entanto, a propriedade da flexão casual dos pronomes pessoais apresenta uma simplificação, caracterizada pelo uso variável dos pronomes flexionados e não flexionados em funções de complementos verbais (*João te viu ~ João viu você*) e adjuntos adverbiais (*João saiu contigo ~ João saiu com você*).

Essa redução na morfologia de caso pronominal é um dos fenômenos morfossintáticos que, além de diferenciar o PB da variedade europeia, evidencia a polarização da realidade linguística brasileira (LUCCHESI, 2001, 2002, 2015), devido ao comportamento diferenciado do fenômeno nas variedades cultas e populares. Enquanto, no português culto, apenas as formas de natureza nominal – *você, a gente e ele* – alternam-se com as formas flexionadas dos pronomes pessoais – *te/lhe, nos/conosco, o/a* – nas funções de complementos verbais e adjuntos adverbiais, no português popular, essa variação

estende-se também às formas essencialmente pronominais – *eu, tu e nós* –, processando-se, portanto, de modo mais radical.

Neste capítulo, adotou-se a flexão de caso dos pronomes pessoais nas variedades populares como objeto de estudo. A análise aqui proposta está fundamentada nos princípios teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008[1972]), que busca sistematizar os processos de variação e mudança, observando o seu encaixamento na estrutura linguística e social. Nesse sentido, definiu-se como objetivo geral do estudo delinear o perfil sociolinguístico da flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular, delimitando como universo de observação as variedades populares da Bahia, distribuídas ao longo de um *continuum* de urbanização (BORTONI-RICARDO, 2005, 2011) – das variedades populares rurais isoladas às variedades populares urbanas.

Para tanto, foram observadas as variantes linguísticas – o pronome flexionado (*João me viu*) e o pronome não flexionado (*João viu eu*) – em um conjunto de 160 entrevistas sociolinguísticas, que comportam amostras de fala correspondentes ao português afro-brasileiro (PAF) – Helvécia, Cinzento, Rio de Contas e Sapé –, ao português popular do interior (PPI) – Santo Antônio de Jesus e Poções –, ao português popular de Feira de Santana (PPF) e ao de Salvador (PPS).

Com base no modelo da polarização sociolinguística (LUCCHESI, 2001, 2002, 2015), definiu-se a hipótese geral de que a simplificação da morfologia da flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular é resultante dos contatos linguísticos processados, sobretudo do português com as línguas africanas, nas regiões rurais do país durante a constituição sócio-histórica do PB. Isso porque, em situações de contato entre línguas mutuamente ininteligíveis, ocorre sempre, ainda que em níveis diferenciados, perda de morfologia flexional – de nomes, verbos e pronomes –, como é possível verificar nas línguas crioulas (MICHAELIS et al., 2013), resultantes de condições socio-históricas semelhantes às das variedades populares do Brasil. Nessa linha de raciocínio, o comportamento diferenciado do fenômeno nas variedades cultas estaria também associado ao seu passado colonial, visto que teriam se originado nas zonas urbanas, habitadas por uma pequena elite que cuidava de manter os padrões linguísticos europeus.

Uma integração entre as zonas rurais e as zonas urbanas tornou-se, no entanto, inevitável diante do quadro de mudanças desencadeadas pelos processos de urbanização e industrialização no século XX, sobretudo a passagem da variação linguística do PB de um plano diatópico para um diastrático. Considerando esse aspecto, Bortoni-Ricardo (2005) apresenta a proposta do *continuum* de urbanização para o estudo do PB – em que também se apoia a discussão estabelecida nesta tese. Essa concepção aponta para uma integração constante entre as zonas rurais e urbanas, procurando demonstrar que estas se interseccionam e podem, ao mesmo tempo, manter as suas particularidades. Nesse sentido, o rural e o urbano não constituem sistemas em oposição, mas em gradação, em que a existência de pontos comuns e contínuos não significa, necessariamente, a eliminação das especificidades de cada um.

Neste capítulo, pretende-se adequar o tema de estudo à proposta do *continuum* do português popular da Bahia. Para isso, será apresentada uma análise descritiva do comportamento da flexão de casos dos pronomes pessoais, considerando a hipótese de que os falantes das comunidades rurais mais isoladas – as afro-brasileiras – comportam em seu repertório linguístico uma frequência maior de variantes não padrão – o pronome não flexionado – e, à medida que se dá o avanço no *continuum* em direção às variedades populares da capital, os falantes aumentem gradativamente a frequência de uso da variante padrão – o pronome flexionado. Além disso, neste estudo, pretende-se sistematizar o quadro dos pronomes pessoais no *continuum* do português popular da Bahia para avaliar em que medida os processos de variação e mudança se aproximam ou se distanciam da reorganização do sistema pronominal brasileiro. (CARVALHO, 2008; CASTILHO 2010; MONTEIRO, 1994)

### **A constituição da pesquisa: dos *corpora* do português popular da Bahia à análise dos dados**

A pesquisa sobre a flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia foi desenvolvida no âmbito do projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia (doravante, “Projeto Vertentes”), situado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob a coordenação do professor Dante Lucchesi.

O Projeto Vertentes organizou-se em torno de três etapas, com a realização de pesquisas sociolinguísticas no nível morfossintático, a partir da observação de amostras de fala vernácula dos seguintes *corpora*: 1. o do português afro-brasileiro; 2. o do português popular do interior de cidades de pequeno porte – Santo Antônio de Jesus e Poções; 3. e o do português popular de Salvador. De acordo com Lucchesi (2015), as análises realizadas com base nesses *corpora* buscam, ao mesmo tempo, “[...] reunir novas evidências do efeito do contato entre línguas na formação dessas variedades” e “descrever o avanço do processo de nivelamento linguístico em curso no Brasil a partir da influência das grandes cidades sobre todas as regiões do país.” (LUCCHESI, 2015, p. 216)

Este estudo, acompanhando a proposta definida pelo Projeto Vertentes, foi desenvolvido também em três etapas. Na primeira, observamos a flexão de caso pronominal nas comunidades rurais afro-brasileiras (MENDES; LUCCHESI, 2007, 2009), com o objetivo de reunir elementos que atestassem a participação do contato entre línguas na redução da morfologia de caso pronominal, típica dos cenários em que se desencadearam processos de *transmissão linguística irregular*. (LUCCHESI, 2001, 2009) Na segunda etapa, foram observadas as variedades do interior do estado da Bahia, mais especificamente os municípios de Santo Antônio de Jesus (SAJ) e Poções (PO), para estabelecer uma comparação entre essas variedades populares e a das comunidades afro-brasileiras. (MENDES, 2009) Na terceira etapa, procedeu-se à observação do fenômeno variável em estudo na capital baiana, Salvador. Durante a terceira etapa, optou-se pela

ampliação da base de dados, a partir da análise do *corpus* do português popular de Feira de Santana, cedido, gentilmente, ao Projeto Vertentes pelos pesquisadores do projeto A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano, desenvolvido na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).<sup>1</sup>

Este estudo foi desenvolvido sob o enquadramento teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista. (LABOV, 2008[1972]) Para sua realização, foram analisadas um total de 160 entrevistas sociolinguísticas, distribuídas do seguinte modo: 1. 28 do português afro-brasileiro (PAF); 2. 48 do português popular do Interior (PPI) – 24 de Santo Antônio de Jesus e 24 de Poções; 3. 24 do Português Popular De Feira de Santana (PPF); 60 do português popular de Salvador (PPS). As entrevistas que constituem os *corpora* da pesquisa possuem cerca de 50 minutos de gravação. Os temas previamente selecionados para as entrevistas procuraram estar relacionados ao contexto sociocultural das comunidades. Nas comunidades afro-brasileiras e nas do interior de pequeno porte (SAJ e PO), temas relacionados à vida na comunidade, às festas locais e aos casos de doenças na família foram bastante produtivos. Nas comunidades mais urbanizadas, como Feira e Salvador, os assuntos relacionados ao transporte, à segurança, ao sistema de saúde e às atividades profissionais tiveram maior destaque.

Os informantes que compõem as amostras estudadas estão distribuídos pelas variáveis *sexo* (masculino/feminino) e *faixa etária* (Faixa 1: 25-35 anos; Faixa 2: 45-55 anos; Faixa 3: 65-80 anos; e Faixa 4: acima de 80 anos – esta aplicável somente às comunidades afro-brasileiras). Como o objetivo do estudo era investigar a fala popular, todos os informantes das amostras possuem pouco ou nenhum grau de escolaridade (analfabetos ou semialfabetizados). Além disso, outras variáveis sociais e correlacionadas com o contexto sociocultural das comunidades foram controladas e observadas durante o desenvolvimento do estudo.

Para o levantamento das ocorrências nos *corpora* selecionados, a flexão de caso dos pronomes pessoais foi definida como a variável dependente. A variável é binária e apresenta-se, no português brasileiro, com a seguinte configuração: pronome flexionado (ex: *João me viu*) e pronome não flexionado (ex: *João viu eu*). A variante com o pronome flexionado corresponde à mudança formal dos pronomes para exercer as funções de complementos verbais e adverbiais – tradicionalmente, denominados de pronomes pessoais do caso oblíquo. A variante com o pronome não flexionado é verificada quando este não se modifica formalmente para representar as funções não subjetivas, sendo tais funções representadas pelas formas tradicionalmente denominadas como pertencentes ao *caso reto*.

Uma vez delimitada a variável dependente, foi iniciado o processo de levantamento “exaustivo” dos dados nos *corpora* do português popular da Bahia. Ou seja,

---

1 Durante a realização da terceira etapa, foi necessário repensar a trajetória da pesquisa para ampliação da base de dados e também pela possibilidade de analisar a realização do fenômeno variável em estudo em uma cidade do interior de médio porte e de grande destaque no cenário baiano, Feira de Santana.



retiramos dos textos das entrevistas analisadas todas as formas pronominais flexionadas e não flexionadas que desempenhavam as funções de complemento verbal e/ou adjunto adverbial.

Após o levantamento das ocorrências nas amostras do português popular da Bahia, sistematizou-se uma análise descritiva e quantitativa<sup>2</sup>/qualitativa da flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia. A análise descritiva foi desenvolvida levando em consideração a realização do fenômeno variável em cada uma das comunidades em estudo, em perspectiva comparada, e a sua distribuição pelo paradigma de todas as pessoas do discurso (cf. seção 3). Diante dos dados sistematizados e analisados na abordagem descritiva, foi elaborado um quadro dos pronomes pessoais no *continuum* das variedades do português popular da Bahia.

## **A flexão de caso dos pronomes pessoais no *continuum* do português popular da Bahia: análise descritiva**

Esta seção apresenta uma descrição do comportamento da flexão casual dos pronomes pessoais no português popular da Bahia a partir do paradigma de cada pessoa do discurso. A abordagem tenta demonstrar o desdobramento do fenômeno desde as variedades populares do interior mais isoladas – as comunidades afro-brasileiras – até às variedades populares urbanas da capital.

Para isso, em cada subseção, a abordagem é sempre realizada a partir da descrição do fenômeno no português afro-brasileiro, no qual acreditamos ser mais visível a redução da morfologia flexional de caso dos pronomes pessoais, devido aos reflexos do contato entre línguas que marcou as origens dessas comunidades. (LUCCHESI, 2009) Posteriormente à descrição da variável em estudo no português afro-brasileiro, estão sistematizados os dados sobre o português popular do interior de cidades de pequeno porte, como Santo Antônio de Jesus (SAJ) e Poções (PO), a fim de observarmos o comportamento do fenômeno em comunidades interioranas não marcadas etnicamente. Os dados referentes ao português urbano de Feira de Santana aparecem posteriormente, apontando o comportamento do fenômeno em uma zona de transição entre Salvador e as variedades do interior. Por fim, serão apresentados os dados referentes à capital, provável centro difusor dos padrões linguísticos urbanos cultos para as variedades do interior do Estado, amenizando as marcas mais salientes do contato que marcou as origens do português popular brasileiro.

---

2 A análise quantitativa da flexão de caso dos pronomes pessoais ficou restrita aos paradigmas de primeira e segunda pessoa do singular, que, no português popular da Bahia, ainda exibem um quadro de variação entre as formas flexionadas e não flexionadas dos pronomes. A análise quantitativa/qualitativa do fenômeno variável em estudo, a partir dos dados gerados pelo programa Goldvarb, pode ser verificada na tese *A flexão de caso dos pronomes pessoais no continuum do português popular da Bahia*. (MENDES, 2016)

A análise descritiva da flexão de caso dos pronomes pessoais no *continuum* do português popular da Bahia encontra-se organizada em quatro subseções. Nas subseções 3.1 e 3.2, aborda-se a flexão no paradigma de primeira pessoa do singular e plural, respectivamente. Na subseção 3.3, a discussão se volta para os paradigmas de segunda pessoa do singular e plural. Na subseção 3.4, são apresentados os paradigmas de terceira pessoa do singular e plural. Por fim, na subseção 3.5, é apresentado o quadro dos pronomes pessoais no português popular da Bahia.

### **A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de primeira pessoa do singular**

A flexão de caso dos pronomes pessoais do paradigma de primeira pessoa do singular no português urbano culto (ARRUDA, 2006; MONTEIRO, 1994) e popular (DALTO, 2002) tem se mantido preservada, mesmo com todos os processos de variação e mudança que afetaram o quadro pronominal do PB. (CARVALHO, 2008; CASTILHO, 2010; MONTEIRO, 1994) No português popular da Bahia, o comportamento da flexão casual do paradigma de primeira pessoa do discurso não é uniforme. No português afro-brasileiro (PAF) e no português popular do interior (PPI), observamos uma redução da flexão casual nesse paradigma. Diferentemente, no português popular de Feira de Santana (PPF) e no português popular de Salvador (PPS), o paradigma se mostra mais resistente à redução da flexão casual dos pronomes de primeira pessoa do singular.

Os pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no PAF, segundo Mendes e Lucchesi (2007, 2009),<sup>3</sup> apresentam uma significativa redução da flexão casual. Nesse paradigma, a forma pronominal *eu* – tradicionalmente subjetiva – encontra-se em variação com as formas oblíquas nas funções de complementos verbais e adjuntos adverbiais. Na função de objeto direto (OD), a variação se dá entre a forma *eu* e o clítico *me*, como demonstram os exemplos (1a) e (1b). Nas funções de complemento oblíquo (OBL), a forma do caso reto, regida pelas preposições *de*, *ni*, e *com*, co-ocorre com as formas flexionadas *mim* e *comigo*, como em (2a), (2b), (2c), (2d) e (2e). Na função de adjunto adverbial (ADV), a forma *eu*, acompanhada pela preposição *com* e o item *mais* com valor prepositivo, também varia com as formas flexionadas *mim* e *comigo* (cf. (3a), (3b), (3c) e (3d)).

- (1) a. Ele *me* viu na missa (OD) / o povo *me* conhece (OD)  
 b. levô *eu* na missa (OD) / ele escuiambô *eu* na vista de todo mundo (OD)

3 A descrição da flexão casual dos pronomes pessoais nas variedades afro-brasileiras e variedades do interior de SAJ e PO será realizada a partir dos dados reunidos nos estudos de Mendes e Lucchesi (2007, 2009) e Mendes (2009), respectivamente. As ideias presentes nesses estudos serão aqui revisitadas e sistematizadas levando também em consideração a reanálise das amostras de fala do português afro-brasileiro e do português do interior para a elaboração deste estudo.

- (2) a. Dependeno *de mim* (OBL)
- b. gosta muito *de eu*. (OBL)
- c. ele ficava mais grosso, ficava discutino *com eu* (OBL)
- d. ela num tem valô, aí ele vem botá isso *ni eu*, só que nunca pega. (OBL)
- e. Pegô namorá *mais eu* e despois... (OBL)
- (3) a. Ficô morano *comigo* (ADV) / tava lá *comigo* (ADV)
- b. ele travaia aqui *mais eu* (ADV) / tem um sobrim meu que mora *mais eu* (ADV)

Na amostra do PAF analisada, para a função de OI, não foi constatada a variação entre as formas flexionadas *me*, *mim* e *comigo* e a forma não flexionada do paradigma de primeira pessoa do singular *eu*. No entanto, “apesar de não ter se constatado na amostra de fala analisada, pode-se afirmar que uma frase como *ela entregou pra eu* é possível, tanto na fala afro-brasileira, quanto na fala popular rural”. (MENDES; LUCCHESI, 2009, p. 481)

As variedades populares do interior do estado da Bahia, SAJ e PO, apresentam também a redução da flexão de caso no paradigma de primeira pessoa do singular, de acordo com o levantamento realizado em amostras de fala de moradores das sedes e zonas rurais desses municípios, conforme atesta Mendes (2009). A variação entre as formas flexionadas *me*, *mim* e *comigo* e a forma subjetiva *eu*, nessas variedades, foi constatada nas funções sintáticas de objeto direto (cf. (4a) e (4b)), objeto indireto (cf. (5a) e (5b)), complemento oblíquo (cf. (6a), (6b) e (6c)) e adjunto adverbial (cf. (7a), (7b) e (7c)). Se a variação na função de OI não tinha sido atestada nas amostras de fala das comunidades afro-brasileiras, pôde ser encontrada nas variedades do PPI, ratificando, portanto, a afirmação de Mendes e Lucchesi (2009) sobre a variação nessa função sintática.

- (4) a. Minha mãe *me* levou por hospital (OD)
- b. Ela indicô *eu* (OD)
- (5) a. Se eles *me* preguntá, *eu* falo tudo (OI)
- b. Pode preguntá a *eu* também (OI)
- (6) a. Todo mundo gosta de *mim* (OBL)
- b. Nem ele ciúma d<sup>2</sup> *eu*, nem *eu* ciúmo dele. (OBL)
- c. ficava brigano *mais eu* direto (OBL)
- (7) a. Vai *comigo* pra roça (ADV)
- b. Ele veio *com eu* e meu irmão nos braço (ADV)
- c. Tu fica *mais eu* de noite / ele foi em casa *mais eu* (ADV)

A morfologia flexional de caso dos pronomes pessoais no paradigma de primeira pessoa do singular na variedade popular de Feira de Santana, cidade do interior de médio porte e bastante próxima a Salvador, apresenta comportamento semelhante ao do português urbano culto (ARRUDA 2006; MONTEIRO, 1994) e popular. (DALTO, 2002) Nessa variedade popular da Bahia, não foi constatada, tanto em amostras de fala

da zona rural quanto nas da sede do município, a variação entre as formas flexionadas *me*, *mim* e *comigo* e a forma não flexionada *eu* nas funções de OD, OI e OBL. Nas amostras de fala analisadas do PPF, houve apenas três ocorrências isoladas da forma nominativa *eu* em função de OD, como podemos observar nos exemplos (8a), (8b) e (8c).

- (8) a. a mãe dela falou que não queria *eu* lá não (OD)  
 b. Quem é que chamou *eu* aí? (OD)  
 c. pra num botar *eu* na escola (OD)

Esse comportamento do PPF difere, portanto, do que se observou para as comunidades afro-brasileiras e as comunidades do interior de pequeno porte, SAJ e PO, em que a variação entre o pronome flexionado e o não flexionado é constatada em todas as funções sintáticas não subjetivas.

A variação no paradigma de primeira pessoa do singular, no português popular de Feira de Santana, parece estar relacionada à forma flexionada *comigo* e à forma subjetiva *eu* em contextos em que a partícula *mais* assume o valor prepositivo – *mais eu*. Nas amostras estudadas, foram encontradas seis ocorrências desse tipo na função de ADV, conforme ilustram os exemplos de (9a) a (9c).

- (9) a. ela dorme *mais eu* lá em casa / Ói, tá aqui oh, o direito de *eu* vim ver tem, mas pra levar lá pa passear, passar doi nem fêria de escola, não, a fêria *mais eu*  
 b. não tinha pessoa certa pra ir *mais eu* / ela vei passar a semana *mais eu*  
 c. ocê sabe que *eu* vai embora agora *mais eu*? / mãe, Cimélia tava *mais eu*

O comportamento da flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no PPF encontra-se mais próximo do PPS, cujo paradigma de primeira pessoa do singular praticamente não exhibe variação. O uso da forma nominativa, nas amostras de fala estudadas, semelhante ao que observamos em Feira de Santana, foi detectado somente na função de adjunto adverbial, correspondendo a um total de 12 ocorrências. Nas amostras dos bairros do PPS, foram registradas quatro dessas ocorrências, as demais (oito) são representativas da região metropolitana de Lauro de Freitas. Os exemplos de (10a) a (10g) ilustram a variação do paradigma de primeira pessoa do singular no contexto sintático de adjunto adverbial.

- (10) a. Ela ia *mais eu* / Ele foi, tomô a cerveja e veio pra casa *mais eu*  
 b. ela vai deitá na cama *mais eu* aqui. / ele mora *mais eu*.  
 c. *Eu* tinha um amigo que viajava *mais eu* / Dal ia pa Feira *mais eu*, no São Joaquim  
 d. Que essas menina minha, que *eu* t... que tá aí *mais eu*, ia percurá mangüera, coquêro, cajuêro, tudo lá na Vila do Atlântico.

- e. esse menino que mora *mais eu* / mãe foi e mandô minha fia vim ficá *mais eu*
- f. prima minha foi morá *mais eu* / mãe mandô a menina pa vim ficá *mais eu*
- g. Aí como *eu* num tinha advogado, pa ficá indo lá *mais eu*, num tinha, aí *eu* disse à juíza: “*Eu* num vô voltá *mais eu* aqui não, dôtora”

Enquanto no PPS e no PPS, a estrutura *mais eu* é atestada somente na função de ADV, nas variedades do interior do estado mais afastadas da capital, marcadas e não marcadas etnicamente, seu uso não se restringe a essa função sintática, ocupando também a função de argumento do verbo – no caso, a de complemento oblíquo – conforme assinalamos nos exemplos (2e) e (6c). É importante destacar também que a preposição *com* na função de ADV, nas variedades rurbanas e urbanas, é sempre usada com o pronome flexionado. Desse modo, a variação na função de ADV nas variedades urbanas parece se dar somente entre o pronome flexionado *comigo* e a estrutura *mais eu*, diferentemente do observado nas variedades do interior, em que a forma nominativa é também empregada com a preposição *com*, resultando na estrutura *com eu* nas funções complemento oblíquo e adjunto adverbial, conforme demonstrado nos exemplos (2c) e (7b), respectivamente.

### **A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de primeira pessoa do plural**

A flexão de caso para o paradigma de primeira pessoa do plural, diferentemente do de primeira pessoa do singular, apresenta redução no português popular da Bahia. Nessa variedade, as formas flexionadas *nos* e *conosco* não têm se mantido produtivas, como no português urbano culto (ARRUDA, 2006; PINHO, 2012), sendo detectadas ocorrências em casos isolados com essas formas pronominais. A representação de complementos verbais e adjuntos adverbiais, no português popular da Bahia, tem se dado, predominantemente, pela forma pronominal *a gente*, à semelhança do que observamos para as variedades urbanas populares. (DALTO, 2002)

Bandeira (2010), em estudo sobre o uso das formas *nós* e *a gente* e os seus correlatos por diferentes funções sintáticas no PAF, atesta a predominância da forma de primeira pessoa do plural *a gente* (60%) no resultado geral. Considerando a distribuição quantitativa das formas *nós* e *a gente* por diferentes funções sintáticas no estudo – *sujeito*, *objeto direto*, *objeto indireto*, *adjunto adverbial*, *adjunto adnominal tópico* e *constituente solto* – a autora, a partir dos resultados quantitativos, constata “[...] um ligeiro favorecimento da forma *a gente* nas posições argumentais da oração”. (BANDEIRA, 2010, p. 38)

Desse modo, o uso predominante da forma *a gente* nas funções de complementos verbais no PAF está, certamente, associado à ausência do clítico *nos*. Nas variedades afro-brasileiras, de acordo com Mendes e Lucchesi (2007, 2009), em funções de complementos adverbiais, a variação ocorre entre as formas *a gente* e o pronome canônico de primeira pessoa do plural, *nós*. Para exemplificar, apontamos as ocorrências com a

forma do caso reto *nós* nas funções de objeto direto (cf. 11a) a (11c)), objeto indireto (cf. (12a) e (12b)) e adjunto adverbial (cf. (13a) e (13b)), em variação com a forma *a gente* (cf. (11d), (11c) e (13c)) nessas mesmas posições sintáticas.

- (11) a. *cê tá ajudano nós* (OD)
- b. o padre Joselito levô *nós* (OD)
- c. ela só pegava *nós* de noite, [só] quando tava de noite (OD)
- d. uma que vai levá *a gente* po hotel (OD)
- (12) a. Porque é uma coisa que Deus deixô, Deus deu *nós*, né? (OI)
- b. vendêro *nós* esta terra bruta e deu um recibo (OI)
- c. [...] deu o recado pra *gente* (OI)
- (13) a. na labuta aqui *mais nós* (ADV)
- b. ele é nascido e criado *mais nós* aí no Cinzento (ADV)
- c. é difícil ele ir *mais a gente* (ADV)

De acordo com Mendes (2009), a perda da flexão casual também atingiu o paradigma de primeira pessoa do plural no PPI.<sup>4</sup> As formas flexionadas *nos* e *conosco* foram substituídas, em suas funções, predominantemente pela forma *a gente*, como em (14a), (15a), (16a) e (17a). O uso da forma *nós* em funções de complementos verbais – (14b), (15b), (16b) – e adverbiais – (17b) – também se faz presente nessas variedades, de modo semelhante ao que foi observado nas amostras de fala das comunidades afro-brasileiras.

- (14) a. [...] num acha nada, qué matá *a gente* (OD)
- b. *cê largô nós* (OD)
- (15) a. elas num dava trabaio pra *gente* não (OI)
- b. *nós* dizia: “foi Nana que deu a *nós*” (OI)
- (16) a. ele gostava da *gente* (OBL)
- b. mãe batia ni *nós* (OBL)
- (17) a. pode ficá junto com *a gente* (ADV)
- b. *cê zôa* aqui *mais nós* (ADV)

Ainda em relação ao paradigma de primeira pessoa do plural, nas amostras de fala das variedades populares de SAJ e de PO, foram encontradas três ocorrências da forma flexionada *nos* em contextos muito específicos, como as expressões cristalizadas e/ou de caráter religioso – conforme (18a), (18b) e (18c). Nas variedades afro-brasileiras, nem mesmo nesses contextos a forma *nos* se fez presente.

4 No português popular do interior da Bahia, a forma *a gente* também tem superado o uso do *nós*. Na comunidade de Santo Antônio de Jesus, o uso da forma *a gente*, em funções subjetivas, atinge 93%, de acordo com os resultados obtidos por Mendes (2007). Na comunidade de Poções, o percentual da forma inovadora é de 60%, segundo estudo realizado por Bandeira (2010).

- (18) a. Que a palavra de Deus *nos* diz que... né... mas muitos num qué obedecê.  
 b. Deus *nos* dá força pra poder aguentar, né, a luta do dia a dia  
 c. Isso que dá a graça, né? Que Deus *nos* dá a saúde pra...

Em relação ao paradigma de primeira pessoa do plural, no PPF, é recorrente o uso da forma *a gente* para representar as funções de complementos verbais e adverbiais, conforme atestamos nos exemplos (19a), (19b), (19c) e (19d). A forma nominativa *nós* não foi detectada em funções não subjetivas nas amostras de fala analisadas.

- (19) a. os mais véi levava *a gente* (OD)  
 b. deu o terreno *pra gente* (OI)  
 c. Pai num brigava *com a gente* não (OBL)  
 d. tava três pessoa da empresa *com a gente* (ADV)

Em relação às formas flexionadas do paradigma de *nós*, o clítico *conosco* não se fez presente na amostra analisada de Feira de Santana; e o clítico *nos* foi detectado em apenas três ocorrências. Os exemplos encontrados com o clítico *nos* não aparecem restritos aos contextos de expressões cristalizadas ou religiosos, como aqueles encontrados no português popular de de SAJ e PO. Os exemplos com o clítico *nos* encontrados no PPF são retratados em (20a), (20b) e (20c):

- (20) a. estudo técnico *nos* prepara pa uma, desempenhar uma função  
 b. os animais pode *nos* causar medo, realmente, né, com certeza é...  
 c. uma onça, um leão ou outro animal feroz assim realmente *nos* causa medo.

No português popular de Salvador, há também uma forte presença da forma *a gente* (SANTANA, 2014), com 76% de realização em funções de sujeito. Em relação ao paradigma flexional de caso de primeira pessoa do plural, nas amostras de fala dos bairros populares de Salvador, é recorrente o uso da forma *a gente* para representar também as funções de complementos verbais e adverbiais, conforme foi verificado no levantamento dos dados, como ilustram os exemplos (21a), (21b), (21c):

- (21) a. Ai escarrerava *a gente* [...] (OD)  
 b. nunca dero nada *pra gente*. (OD)  
 c. sempre gostava de ir *com a gente* pa praia (ADV)

Os clíticos de primeira pessoa do plural *nos* e *conosco*, no PPS, apresentaram baixa produtividade. O clítico *nos* se fez presente em duas ocorrências, (22a) e (22b), sendo uma delas de carácter religioso. A forma *conosco* foi detectada em apenas uma ocorrência, (23a).

- (22) a. Conhecê esse Deus maravilhoso que *a gente...* é que *nos* fortifica todos os dia.  
 b. vem *nos* pergunta  
 (23) a. o grupo tá aqui com...*conosco*

No PPS, constatamos cerca de 14 ocorrências da forma nominativa *nós* em funções de complementos verbais, como as de objeto direto (cf. (24a) a (24c)), objeto indireto (cf. (25a) a (25e)) e complemento oblíquo, (26a) e (26b), e adverbiais (cf. (27a) a (27d)). Tais ocorrências foram verificadas, no entanto, somente na amostra de fala da comunidade de Lauro de Freitas, representativa da região metropolitana da cidade de Salvador.

- (24) a. Trata *nós* melhor do que a diretoria (OD)  
 b. só num bota *nós* pa rua, mesmo, porque num pode botá, entendeu? (OD)  
 c. Veio a Base, veio o Exército, tudo pra jogá *nós* pra fora (OD)  
 (25) a. mãe num explicava *a nós* nada (OI)  
 b. Mãe num ensinô *a nós* nada! (OI)  
 c. Final de ano, mesmo, eles dá presente *pa nós*, os sócios (OI)  
 d. parava mei' dia naqueles restorante, minha fia, dava comida *a nós* (OI)  
 e. Minha mãe saía pedino. Dava comida *a nós* (OI)  
 (26) a. nunca gostô *de nós...* (OBL)  
 b. mas graças a Deus eles num buliro *com nós* não. (OBL)  
 (27) a. porque talvez se minha mãe não tivesse agido assim *com nós* (ADV)  
 b. É tanto que esse colégio já fechô quato evento *com nós* (ADV)  
 c. meu pai morreu, minha mãe ficô *com nós*  
 d. Os sócio daqui mesmo, *com nós*, super legal, *com nós*, aqui. (ADV)

### A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de segunda pessoa do singular e plural

O paradigma de segunda pessoa do singular no português urbano (LOPES; CAVALCANTE, 2011; SOUZA; OLIVEIRA, 2013) foi reorganizado a partir da entrada da forma *você*. Os processos de variação e mudança observados para as variedades urbanas no paradigma de segunda pessoa do singular são também detectados no português popular da Bahia de um modo geral, como: 1. o emprego da forma *você* ao lado da forma *tu* na posição de sujeito, como em (28a) e (28b); 2. a concorrência entre *te* e *lhe* nas funções de complementos verbais (cf. (29a), (29b), (30a) e (30b)); 3. e o uso da forma *você* em funções de complementos verbais, como em (31a), (31b), (31c), e adverbiais, em (31d). É importante destacar que, apesar da entrada do *você*, as formas flexionadas de segunda pessoa do singular – *te* e *lhe* – apresentam ainda muita produtividade tanto no português



urbano culto (ALMEIDA, 2009; ARRUDA, 2006; MODESTO, 2006) quanto no popular. (ALMEIDA, 2009; DALTO, 2002)

- (28) a. *você* tem que ficá olhando
- b. se tivé um colega na confusão, *tu* vai e tira
- (29) a. tem uma colega minha que tá quereno *te* vê aí (OD)
- b. Ela *lhe* conheceu quando ela chegô (OD)
- (30) a. Aí, tá uma coisa que *eu* num *te* informo (OI)
- b. ele *lhe* diz um bocado de palavrão. (OI)
- (31) a. “bora tomá café pra depois *eu* ir levá *você* pro hospital”.(OD)
- b. *Eu* falo a verdade *pra* *você* (OI)
- c. gostei muito *de* *você* (OBL)
- d. Óia, dona Zilda, vim passá o dia *maiocê*, comê fêjão *mais ocê*, bebê, dormir e passá o domingo aqui sossegado” (ADV)

No PAF, para além dos processos de variação e mudança anteriormente descritos, é constatada a forma *tu*, essencialmente pronominal, nas funções de objeto direto, complemento oblíquo e adjunto adverbial, como em (32a), (32b), (32c) e (32d), respectivamente. As formas flexionadas *ti* e *contigo* nas variedades afro-brasileiras não foram detectadas.

- (32) a. só num já matei *tu* (OD)
- b. *eu* num falei com *tu* (OBL)
- c. Se *tu* botá um n<sup>2</sup> *eu*, *eu* boto ôto ni *tu* (OBL)
- d. *tu* vem aqui que *eu* vô financiá o... o arame pra *tu* (ADV)

A realização de estruturas como as apresentadas em (32a) a (32d), de acordo com Mendes e Lucchesi (2009, p. 482), revela “um quadro de variação no português afro-brasileiro, e em muitas variedades populares do PB, que se relaciona com a mudança crioulizante de eliminação da flexão de caso dos pronomes pessoais.”

No paradigma de segunda pessoa do singular das variedades do interior de SAJ e PO, Mendes (2009) também atesta, em funções sintáticas de complementos verbais e adjuntos adverbiais, o emprego do pronome *tu*, conforme demonstram os exemplos de (33a) a (33f).

- (33) a. damo trabalho *pra* *tu* (OI)
- b. É bom, agora *eu* vô dizê *a tu*, eu nunca fui num forró aqui (OI)
- c. ó, teu pai tá aqui falano que o rapaz falô que qué casá *com tu* [...] (OBL)
- d. “Ói Edézio, vô arranjà uma obra *pra tu*” (ADV)
- e. Deus traga outro *pra tu* (ADV)
- f. bota uma mulhé pelo menos pra cozinhá *pra tu* (ADV)

As formas flexionadas tônicas *ti* e *contigo* não apresentam produtividade no português popular de SAJ e de PO. A forma flexionada tônica *ti* não apresentou nenhuma ocorrência nessas variedades. O pronome *contigo*, não encontrado na variedade afro-brasileira, foi registrado em quatro ocorrências nessas variedades (cf. (34a), (34b) e (34c)).

- (34) a. “Ah, é aquela pessoa que estudô *contigo*, ah, é aquela pessoa, né” ...  
 b. *eu* disse: É, Deus, a partir de hoje, tô fazeno uma aliança *contigo* aqui  
 c. Sempre o povo *me* diz “parecia *contigo*, parecia *contigo*”

O PPF exhibe para o paradigma de segunda pessoa do singular a variação entre as formas flexionadas *te* e *lhe* e a forma nominativa *você* nas funções de complementos verbais e adjuntos adverbiais. A forma flexionada tônica *ti* não foi encontrada (cf. (35)). De igual modo, a forma *tu*, em função não subjetiva, foi encontrada somente em uma ocorrência, exemplificada em (36).

- (35) Depois *eu* quero falar *contigo*.  
 (36) Como é que *tu* vai vim roubar e *eu* conheço *tu*?

Na variedade popular de Salvador, assim como nas outras aqui descritas, encontramos a variação entre as formas flexionadas *te* e *lhe* e a forma *você* em funções não subjetivas. As formas flexionadas *ti* e *contigo* não foram detectadas no *corpus* do português popular de Salvador. O uso da forma canônica *tu* nas funções de complementos verbais e adverbiais também não foi registrado.

Em relação à segunda pessoa do plural, no português popular da Bahia, semelhante ao que foi observado para as variedades urbanas do PB, o uso da forma pronominal *vocês* é categórico em todas as funções sintáticas.

### A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de terceira pessoa do singular e plural

O paradigma de terceira pessoa do singular e plural, no português popular da Bahia, apresenta um comportamento uniforme. Desde a variedade afro-brasileira até a variedade da capital baiana, as funções de complementos verbais (cf. (37a), (37b) e (37c)) e adjuntos adverbiais (cf. (37d)) são preenchidas categoricamente pela forma pronominal do caso reto *ele(s)/ela(s)*. Não há registro, portanto, das formas acusativas *o(s)/(as)* – a forma flexionada acusativa *o* foi registrada em duas ocorrências em expressões cristalizadas e de cunho religioso (ex: Deus *o* livre!) – e da forma *lhe* com referência à terceira pessoa nas amostras analisadas.

- (37) a. *eu* já num queria *ele* (OD)  
 b. dava dinheiro *a ele* (OI)

- c. meus filho tá tudo aí grande, num depende *deles* pra nada (OBL)  
 d. *eu* morei com *ela* (ADV)

Em relação ao paradigma de terceira pessoa do discurso, o português popular da Bahia apresenta comportamento semelhante ao das variedades cultas (BERLINCK, 1996; DUARTE, 1989; MONTEIRO, 1994; NEIVA, 2007) e populares urbanas. (SILVEIRA, 2000)

### O quadro dos pronomes pessoais no *continuum* do português popular da Bahia

A análise descritiva da flexão casual dos pronomes pessoais no português popular da Bahia nos permitiu observar em que medida as variedades se aproximam e se distanciam. No Quadro 1, é sistematizada uma proposta do quadro dos pronomes pessoais no português popular da Bahia, a partir dos dados reunidos na análise descritiva, e considerando o *continuum* de urbanização que se estende das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas à capital baiana.

Quadro 1 – O quadro dos pronomes pessoais no *continuum* do português popular da Bahia

O QUADRO DOS PRONOMES PESSOAIS NO CONTINUUM DAS VARIEDADES DO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA				
		SUJEITOS	COMPLEMENTOS VERBAIS	ADJUNTOS ADVERBIAIS
1sg	PAF	<i>eu</i>	<i>eu ~ me/ mim/comigo</i>	<i>eu ~ mim – comigo</i>
	PPI	<i>eu</i>	<i>eu ~ me/ mim/comigo</i>	<i>eu ~ mim – comigo</i>
	PPF	<i>eu</i>	<i>me – mim – comigo</i>	<i>eu ~ mim – comigo</i>
	PPS	<i>eu</i>	<i>me – mim – comigo</i>	<i>eu ~ mim – comigo</i>
2sg	PAF	<i>tu ~ você</i>	<i>tu ~ você ~ te ~ lhe</i>	<i>tu ~ você</i>
	PPI	<i>tu ~ você</i>	<i>tu ~ você ~ te ~ lhe</i>	<i>tu ~ você</i>
	PPF	<i>tu ~ você</i>	<i>você ~ te/ lhe</i>	<i>você</i>
	PPS	<i>tu ~ você</i>	<i>você ~ te/ lhe</i>	<i>você</i>
3sg	PAF/PPI/PPF/PPS	<i>ele/ela</i>	<i>ele/ela</i>	<i>ele/ela</i>
1pl	PAF	<i>nós ~ a gente</i>	<i>nós – a gente</i>	<i>nós ~ a gente</i>
	PPI	<i>nós ~ a gente</i>	<i>nós – a gente</i>	<i>nós ~ a gente</i>
	PPF	<i>nós ~ a gente</i>	<i>a gente</i>	<i>a gente</i>
	PPS	<i>nós ~ a gente</i>	<i>nós ~ a gente</i>	<i>nós ~ a gente</i>
2pl	PAF/PPI/PPF/PPS	<i>vocês</i>	<i>vocês</i>	<i>vocês</i>
3pl	PAF/PPI/PPF/PPS	<i>ele(s)/ ela(s)</i>	<i>ele(s)/ ela(s)</i>	<i>ele(s)/ ela(s)</i>

PAF: português afro-brasileiro; PPI: português popular do interior; PPF: português popular de Feira de Santana; PPS: português popular de Salvador.

Fonte: elaborado pela autora.

A partir da leitura do Quadro 1, é possível afirmar que, em relação à flexão casual dos pronomes de primeira pessoa do singular, há, no português popular da Bahia, uma clivagem, constituída pelas variedades do PAF e PPI, de um lado, e as variedades do PPF e PPS, do outro. Naquelas, a variação entre formas flexionadas e não flexionadas atravessa todas as funções sintáticas; nestas, a variação encontra-se restrita ao contexto de adjunto adverbial, com um número pouco significativo de ocorrências – seis em Feira e 12 em Salvador. No caso de Salvador, a variação está praticamente restrita à região de Lauro de Freitas, que abriga também falantes da zona rural do estado. Desse modo, as variedades da capital ou aquelas que *lhe* são mais próximas, como Feira de Santana, parecem se aproximar do panorama descrito para as variedades urbanas cultas e populares de outras regiões do Brasil, com uma flexão casual para o paradigma de primeira pessoa do singular ainda preservada. (ARRUDA, 2006; MONTEIRO, 1994)

Em relação ao paradigma de primeira pessoa do plural, de acordo com o Quadro 1, observamos que, no português popular da Bahia, as formas flexionadas *nos* e *conosco* não têm demonstrado produtividade, sendo detectadas ocorrências isoladas e/ou restritas a contextos específicos, como as expressões cristalizadas e/ou de cunho religioso. Nesse aspecto, o português popular da Bahia distancia-se tanto das variedades urbanas populares quanto cultas. Nas variedades urbanas populares analisadas no estudo de Dalto (2002), apesar de haver predominância do *a gente* em funções de complementos verbais e adverbiais, os clíticos *nos* e *conosco* ainda são registrados e não estão restritos a contextos específicos. Nas variedades cultas urbanas, também apesar da predominância do pronome *a gente*, é atestada uma produtividade das formas oblíquas *nos* e *conosco*. (ARRUDA, 2006; PINHO, 2012)

Por outro lado, a partir do Quadro 1, observamos que, no português popular da Bahia, de um modo geral, a variação no paradigma de primeira pessoa do plural encontra-se restrita às formas *nós* e *a gente*. É preciso, no entanto, lembrar, conforme discutido nesta seção, que o uso da forma *nós* em posição de complemento verbal e adverbial é característico dos falantes do PAF e do português popular de cidades do interior de pequeno porte – como SAJ e PC. No PPF, essa variação não foi constatada, sendo categórico o uso da forma *a gente* em funções não subjetivas. No PPS, o uso da forma *nós* apareceu restrito aos falantes da zona metropolitana da cidade, Lauro de Freitas, num contexto que pode ser definido como urbano. (BORTONI-RICARDO, 2005)

O paradigma de segunda pessoa do singular, conforme Quadro 1, demonstra que, em todas as variedades populares da Bahia, mantêm-se as formas flexionadas *te* e *lhe* e a forma inovadora *você* nas funções de complementos verbais. O distanciamento entre as variedades populares da Bahia está relacionado ao uso do *tu* nesses contextos sintáticos. Nas amostras do PPF e PPS, tal uso não foi registrado, enquanto se fez presente no PAF e no português popular de SAJ e de PO. Acreditamos que, para o PAF e o PPI, o número de ocorrências com o pronome *tu* em funções não subjetivas, poderia ter sido mais significativo se estudos como o de Figueiredo (2007) não apontassem para o domínio do *você* (88%) nessas variedades.

Diante disso, entendemos que, no português popular da Bahia, o uso do pronome *nós* em funções de complemento verbal e adjunto adverbial, opõe as variedades populares afro-brasileiras e do interior do estado às variedades mais urbanizadas. Acreditamos que um número significativo de ocorrências de formas nominativas do pronome de primeira pessoa do plural – *nós* – em funções de complementos verbais e adjuntos adverbiais poderia ainda compor a amostra do PAF e do PPI, caso a forma *a gente* não estivesse sendo implementada nessas comunidades, conforme apontam os estudos de Bandeira (2010) e Mendes (2007).

Em relação ao paradigma de terceira pessoa do singular e plural, no português popular da Bahia, observamos, no Quadro 1, um comportamento uniforme, uma vez que em todas as variedades distribuídas ao longo do *continuum* – desde a variedade afro-brasileira à variedade da capital baiana – todas as funções sintáticas são preenchidas categoricamente pela forma nominativas *ele(s)/ela(s)*, não havendo, portanto, registro das formas pronominais oblíquas *o(s)/(as)* e *lhe(s)*.

## Considerações finais

Este estudo, desenvolvido sob o modelo da polarização sociolinguística e do *continuum* de urbanização, apresentou uma descrição e análise da flexão de caso dos pronomes pessoais no *continuum* do português popular da Bahia. As comunidades de fala delimitadas para compor esse *continuum* estão organizadas desde as variedades rurais mais isoladas até as variedades mais urbanizadas, o que corresponde à seguinte distribuição: 1. comunidades rurais afro-brasileiras isoladas (Helvécia, Cinzento, Rio de Contas e Sapé); 2. comunidades do interior de pequeno porte – Santo Antônio de Jesus e Poções; 3. comunidades do interior de médio porte – Feira de Santana; 4. comunidades do centro urbano Salvador. Através da observação da flexão casual dos pronomes pessoais ao longo desse *continuum*, verificou-se que na capital baiana, Salvador, ou nas variedades populares urbanas mais próximas dela, a exemplo de Feira de Santana, a redução da propriedade da flexão casual configura-se de modo menos intenso do que nas variedades populares do interior do país, sobretudo as afro-brasileiras, que ainda guardam reflexos mais notáveis do contato entre línguas presente na sua formação histórica. (LUCCHESI, 2001, 2009)

## Referências

- ALMEIDA, G. S. *Quem te viu quem lhe vê: a expressão do objeto acusativo de referência à segunda pessoa na fala de Salvador*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- ARRUDA, N. C. *A realização do objeto direto no português brasileiro culto falado: um estudo sincrônico*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2006.

- BANDEIRA, M. *Nós e a gente nas diversas funções sintáticas no português popular do interior do Estado da Bahia*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola, 2011.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós cheguemos na escola, e agora?* 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- CARVALHO, D. S. *A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro*. 2008. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- DALTO, C. D. L. *Estudo sociolinguístico dos pronomes-objeto de primeira e segunda pessoa nas três capitais do Sul do Brasil*. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.
- FIGUEIREDO, L. A. *Tu e Você no português rural do Estado da Bahia*. In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA DA UCSAL – SEMOC, 10, 2007, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UCSAL, 2007.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008[1972].
- LOPES, C. R. S.; CAVALCANTE, S. R. O. A cronologia do *voceamento* no português brasileiro: expansão de *ocê*-sujeito e retenção do clítico-*te*. *Linguística*, [s. l.], v. 25, p. 30-65, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/32GI9bN>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- LUCCHESI, D. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. *DELTA: Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-132, 2001.
- LUCCHESI, D. et al. O português afro-brasileiro: as comunidades analisadas. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 75-100.
- LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da Norma*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002. p. 63-90.
- LUCCHESI, D. A metodologia. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 155-163.
- MENDES, E. P. *A flexão de caso dos pronomes pessoais no Português popular do interior do estado da Bahia*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- MENDES, E. P. *A flexão de caso dos pronomes pessoais no continuum do português popular da Bahia*. 2016. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

- MENDES, Elisângela dos Passos; LUCCHESI, Dante. “Beija eu, beija eu, beija eu, me beija...”: a flexão de casos dos pronomes pessoais no português afro-brasileiro. In: X SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA DA UCSAL - SEMOC, 9. Salvador, 2007, Anais [...] Salvador: UCSAL, 2007.
- MENDES, E.; LUCCHESI, D. A flexão de caso dos pronomes pessoais no português afro-brasileiro. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 471-488.
- MENDES, R. P. S. *O perfil da alternância do sujeito nós e a gente em Santo Antônio de Jesus: um recorte do português popular no interior da Bahia*. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- MICHAELIS, S. M. et al. *The Atlas of Pidgin and Creole Language Structures*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013.
- MODESTO, A. T. T. *Formas de tratamento no português brasileiro: a alternância tu/você na cidade de Santos – SP*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MONTEIRO, J. L. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: UFC, 1994.
- NEIVA, N. C. *Objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala culta de Salvador*. 2007. 134f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- PINHO, A. J. de. *Aspectos da história da língua: um estudo diacrônico e sincrônico dos pronomes oblíquos tônicos*. 2012. 351f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- SANTANA, A. M. *Nós e A gente: um retrato do português popular de Salvador*. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Ciências Humanas/Colegiado de Letras, Universidade Estadual da Bahia, Salvador, 2014.
- SILVEIRA, G. A realização variável do objeto indireto (dativo) na fala de Florianópolis. *Revista Letras de Hoje*, v. 35, n.1, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 189- 207.
- SOUZA, C. D.; OLIVEIRA, T. L. Apresentação da 2ª pessoa nas posições de complemento: o papel da categoria social. In: *Working Papers em Linguística*, v. 3, n, 2, p. 100-120, 2013.





CRISTINA FIGUEIREDO  
LÍLIAN TEIXEIRA DE SOUSA  
AMANDA QUIROGA LEÃO

## **“Raspa a mandioca, depois rela ø, bota ela na prensa e faz farinha”: objeto nulo e pronome pleno na realização do objeto direto anafórico no português popular de Salvador**

### **Introdução**

A formação do português brasileiro (PB) é um tema importante na agenda dos linguistas brasileiros, principalmente depois que Guy (1981) reacendeu, após 100 anos, a discussão iniciada por Coelho (1880) sobre a possibilidade de o português no Brasil ter se criouliizado. Essa discussão se fortaleceu no âmbito do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, que, idealizado por Dante Lucchesi, desde 2001, dá continuidade ao Projeto Vestígios de Dialetos Crioulos em Comunidades Rurais Afro-Brasileiras Isoladas, idealizado em 1992 por Alan Baxter e cuja implementação e desenvolvimento contou com a participação de Dante Lucchesi, considerando a socio-história do português, marcada, sobretudo, pelo seu contato com as línguas africanas. As pesquisas realizadas no âmbito desses projetos se deram a partir de amostras de fala constituídas em comunidades compostas majoritariamente por afro-descendentes e que, durante o período de coleta (1992 a 2002), ainda viviam em relativo isolamento.

Um ponto relevante dos estudos referentes ao contato é a descrição dos dialetos urbanos, pensando no *continuum* de mudança em que, num extremo, encontram-se normas mais isoladas, empregadas, principalmente, em comunidades rurais afrodescendentes; e no outro extremo, normas populares urbanas, que sofrem interferência de escolarização, dos meios de comunicação e da avaliação feita pelos falantes sobre a sua performance tendo em vista a convivência com normas de prestígio. E, entre esses dois extremos, as normas intermediárias, faladas na zona rural, ora mais próximas ora mais distantes das áreas urbanas. É nesse sentido que este capítulo, ao descrever o fenômeno do objeto direto anafórico (*Tinha **um lindo vestido** na vitrine, entrei na loja e comprei \_\_\_/-o/ele/vestido*), se insere no âmbito das pesquisas que buscam explicar as características inovadoras do PB, considerando o seu contato com as línguas africanas. Dessa forma, buscamos descrever o uso das estratégias de retomada de um DP na posição de objeto direto de 3ª pessoa na amostra de fala de três bairros de Salvador, Plataforma, Itapuã e Liberdade, retirada do acervo do Projeto Vertentes, constituído em 2008. Os resultados foram comparados àqueles obtidos na pesquisa do português falado nas comunidades rurais afrodescendentes, buscando verificar vestígios de que o contato entre línguas tenha um papel relevante na formação do PB.

O capítulo está organizado da seguinte forma: na seção 2, “O fenômeno do objeto direto anafórico”, apresentamos o fenômeno no PB; enquanto na seção 3, “As estratégias de retomada”, especificamos o tipo de dado que compõe nossa análise. Já na seção 4, “Os bairros”, descrevemos as características dos bairros de onde os dados foram recolhidos. A “Análise dos dados” constitui a seção 5; e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

## O fenômeno do objeto direto anafórico

A pesquisa sobre a retomada de um DP na posição de objeto direto, fenômeno conhecido como objeto direto anafórico (ODA), tem sido alvo de muitas pesquisas, e, muitos dos resultados alcançados lançam luzes para o conhecimento da formação do PB no que diz respeito à introdução das variantes inovadoras. Omena (1978), Duarte (1986), Figueiredo (2004) e Macedo-Costa (2012), numa perspectiva variacionista, debruçam-se sobre o estudo das quatro possibilidades de retomada: clítico acusativo (CL), objeto nulo (ON), repetição do DP ou retomada por um DP anafórico (DP), e pronome pleno (PP). Os exemplos a seguir foram retirados do *corpus* investigado

- (1) CL:
- a. INF: *Ela agora tá... é... ela trabalhava [aí] catano lixo na rua, no carro de mão, mas [tinha] ININT através de uma amizade que eu tinha ali na LIMPURB, eu consegui a tirá da rua e botei num colégio.* (ITA06)

- b. INF: [UM BOCADO DE SOBRINHOS] Ah, de diferente, que a gente fala um... principalmente *os pais e (a) mães* quando fala com ele, eles num *os* obedece, né. E que dirá um tio a gente *fô* falá. (PLAT06)
- c. INF: Foi *esse é* que foi embora com a... com a amante. Que Deus o leve ele! (PLAT05)
- (2) ON:
- a. INF: Aí pego o dinheiro já certo: “É tanto”, “Três”, aí *dô o dinheiro* e me saio. Cá pôco ele vem: “Toma \_\_\_ aí”. Eu pá, *jogo* \_\_\_ no bolso. (LIB04)
- b. DOC: E você ajuda a cuidá dos filhos? Dá trabalho?  
INF: Dá, a... a que... *a que nasceu agora mesmo* ela tá cum... nasceu cum refluxo. Aí ela chora, ela chora. Aí a mãe *pega* \_\_\_\_, *carrega* \_\_\_\_, *carrega* e daqui a pôco ela cansa. (ITA02)
- c. INF: Tem uma irmã que mora no Rio, mas *o filho dela* mora aqui com minha mãe. Minha mãe *trouxe* \_\_\_ pra morá aqui, porque lá, o meio lá, num dava pra ele *sê* criado não. (PLAT01)
- (3) PP:
- a. DOC 2: *Sua filha* fica até que horas na igreja?  
INF: Tem dias... quando tem... quando tem culto mesmo, aí vai nove e meia, dez. Mas a... as irmã *leva ela* lá na porta... (LIB01)
- b. INF: *Ela* tem treze ano, eu v... Levo pa escola e *vô* *buscá ela* na escola por causa dessas coisa mesmo. (ITA03)
- c. Aí eu cosia, fazia *aquele saquinho*, cabá *pegava* areia da praia, *enchia ele*, cosia a boca e botava... (PLAT12)
- (4) DP:
- a. INF: “E cadê *o cara*?”, Ah! *mataro o cara*. (LIB10)
- b. Minha sorte foi que um dos meus filho tava aí... quando ela saiu, que eu fiz assim, que eu fui comprá um geladinho, que eu meti a mão no bolso, cadê *o diêro*? Aí eu disse a ele ó “aquela mulé que... que tava conversano comigo me robô”, que ele saiu atrás, *pegô* ela e tomô *o diêro*. (ITA08)
- c. INF: Ele disse: “*Sua televisão nova, boa, mãe?* A senhora *pegô* \_\_\_ e *deu sua televisão*, minha mãe?” (PLAT11)

Os clíticos “o(s)” e “a(s)” de terceira pessoa, são as estratégias recomendadas pela tradição gramatical em posição acusativa. Os trabalhos sobre o português falado (ARRUDA, 2006; DUARTE, 1986; OMENA, 1978, entre outros), no entanto, apontam sua baixa frequência, resistindo, principalmente, numa posição pós-verbal em orações infinitivas, quando pode ter o *onset* de sua sílaba preenchido, como em *entregá-lo*, e em orações gerundivas, além de ocorrer em estruturas simples (SVO) com tempo simples. No que diz respeito ao aspecto extralinguístico, seu uso se restringe aos registros mais formais e a textos escritos. De acordo com Casagrande (2007, 2010), as crianças brasileiras não

adquirem mais o clítico átono, sua aquisição se dá via escolarização, embora em trabalho posterior Casagrande e Rossi (2018) tenham verificado que adolescentes com 9 anos de escolarização continuam sem empregar o clítico.

O ON, embora seja uma opção prevista como estratégia de coesão textual (Costa Val, 1999), não é registrado pelas gramáticas tradicionais como uma possibilidade de uso na posição de objeto direto, exceto em construções imperativas. É uma estratégia neutra no que diz respeito à avaliação dos falantes e, portanto, bastante recorrente, seja na fala do português popular (FIGUEIREDO, 2004, 2006), seja na fala do português culto (ARRUDA, 2006; DUARTE, 1986) e até no português escrito. (AVERBUG, 2000; OTHERO; SCHWANKE, 2018; OTHERO et al., 2018)

O uso do PP é uma estratégia não abonada pela tradição gramatical, que o inclui na categoria dos pronomes pessoais do caso reto e devem retomar um DP na posição de sujeito, recebendo caso nominativo, ou na posição de objeto de preposição. Tem sido avaliada como uma estratégia marcada na fala de indivíduos sem escolaridade e acreditamos que, por esse motivo, essa estratégia tem demonstrado percentuais bastante inferiores ao ON e ao DP, conforme os trabalhos já mencionados.

Assim, temos que repetição do DP ou a retomada do antecedente por um DP anafórico é uma alternativa neutra para a perda do uso do clítico, recomendado para a coesão anafórica na posição de objeto direto, e para o uso do PP, desabonado pela tradição gramatical, estigmatizado socialmente.

Após os estudos de Huang (1984) sobre o objeto nulo do chinês, o estatuto da lacuna na posição de objeto direto tem feito parte da agenda de pesquisadores gerativistas, inclusive sobre o PB: Galves (1984, 1989), Kato (, 1993, 2001), Cyrino (1993, 1997), Figueiredo (2009, ); Cyrino, Duarte, Kato (2000). No âmbito dos trabalhos diacrônicos, Cyrino (1997), Macedo-Costa (2012), Figueiredo (2019) analisam o uso do ON e do PP buscando vestígios do período em que se deu a entrada dessas duas estratégias no PB.

Neste trabalho tem-se como objetivo analisar o uso das estratégias em (2) e (3) no português popular urbano de três bairros de Salvador, a saber: Liberdade, Itapuã e Plataforma. O foco do trabalho é a mudança na retomada do ODA observada no PB em relação ao português europeu (PE), tendo em vista as seguintes diferenças registradas na literatura sobre o tema:

- a. Perda crescente dos clíticos de 3ª pessoa no PB falado, principalmente em contextos de menor formalidade;
- b. Ocorrência de ON no PB em contextos não encontrados no PE: com antecedente [+específico], [+animado] e em contextos de ilha sintática (orações adjetivas, subjetivas e adverbiais);
- c. Introdução no PB da retomada através do PP na posição de ODA.

Levamos em consideração ainda que o uso quase categórico do ON no século XX (CYRINO, 1997) é resultante do contato entre línguas ocorrido no período de colonização

do Brasil. Figueiredo (2004), ao analisar as estratégias de retomada de objeto direto anafórico no português afro-brasileiro da Bahia, propõe que o ON seja a estratégia eleita pelos africanos que foram traficados para o Brasil no período colonial em seu processo de aquisição do português como segunda língua. Além do ON, preferencialmente utilizado nesse período, a repetição do DP também era uma opção para a retomada do ODA. Quanto à retomada clítica, não foi adquirida, ou seja, a mudança que implica a perda dos CLs “o” e “a” remonta ao período de colonização do Brasil. Não se trata de uma substituição do CL pelo ON, mas de aquisição de uma ou de outra estratégia. Quanto ao PP, a autora propõe que sua aquisição seja posterior e possivelmente tenha sido introduzida em contexto urbano substituindo o clítico acusativo, principalmente nos contextos em que o clítico é estrutural e semanticamente ambíguo, ou seja, recebe do verbo antecedente o caso acusativo, mas o verbo subsequente na forma infinitiva lhe atribui papel temático de agente, caracterizando-o como sujeito. O uso do PP nesses contextos é licenciado seguindo um comportamento esperado para esse pronome, o papel de sujeito/agente, verificado robustamente em sentenças simples. O exemplo a seguir foi retirado do *corpus* do português afro-brasileiro:

- (5) DOC: E dos mais velhos, qu’ é que cê sabe dos mais velhos aqui do Cinzento, [os antigos]<sub>i</sub>?  
 INF: Eu num sei quase nada, né?  
 DOC: Cê nunca teve curiosidade de sabê comé que surgiu o Cinzento não?  
 INF: Sobe não, né?.. a vez, eu vejo eles<sub>i</sub> contá, mas num predei na mente assim não. (SP-03)

(FIGUEIREDO, 2004, p. 119)

De acordo com a tradição gramatical, o PP no exemplo em (5), deveria retomar o DP “os antigos” através do clítico “os”. Para a teoria gerativa, como o verbo está no infinitivo, apesar de lhe atribuir papel temático de agente, não é capaz de atribuir caso nominativo. Com isso, é o verbo que seleciona a sentença encaixada “eles contá” que atribui o caso acusativo, assim o esperado seria a forma acusativa do pronome. De acordo com Duarte (1986), esse foi o contexto favorável à implementação da estratégia PP no PB.

Assumimos essa hipótese para o português afro-brasileiro com base, principalmente, no fato de que, nesse dialeto, o PP é muito mais frequente na fala dos jovens do que na dos mais velhos, um comportamento também observado nos resultados de Duarte (1986) sobre o português urbano do Rio de Janeiro. (cf. FIGUEIREDO, 2004, 2006)

Considerando a hipótese norteadora deste trabalho de que foi o contato entre línguas o momento da mudança das estratégias de ODA, analisamos a frequência de uso do ON e do PP no *corpus* constituído, considerando a idade dos informantes, distribuídos em 3 faixas: Faixa 1, de 25 a 35 anos; Faixa 2, de 45 a 55 anos; e Faixa 3, composta por informantes com mais de 60 anos. Os resultados referentes às estratégias relativamente

inovadoras no português registram que o ON é a estratégia mais frequente em qualquer faixa etária, porém é mais frequente na Faixa 3 nos bairros da Liberdade e de Plataforma, enquanto o PP, nesses bairros, é mais frequente na Faixa 1, um comportamento semelhante ao encontrado no português afro-brasileiro. No bairro de Itapuã, os percentuais, seja do ON seja do PP, estão muito próximos em todas as faixas etárias. Vale ressaltar que a diferença percentual entre o ON e o PP em todas as comunidades é bem distante.

## As estratégias de retomada

A lacuna na posição de objeto direto pode ser resultante da não realização fonológica de categorias distintas, CP, como em (6), VP como em (7); NP como em (8).

- (6) Os equipamentos chegaram, mas, nem todos sabem \_\_\_\_.  
( \_\_\_\_ = que os equipamentos chegaram)
- (7) Doeí brinquedos novos à campanha da escola e a Maria também doou \_\_\_\_.  
( \_\_\_\_ = brinquedos novos)
- (8) Antigamente eu bebia cerveja importada, agora só bebo \_\_\_\_ nacional.  
( \_\_\_\_ = cerveja)

As lacunas nos exemplos em (6) a (8) correspondem a partes distintas, CP, VP e NP, respectivamente, resultantes de uma elipse, motivadas por fatores discursivos a fim de evitar redundâncias e sua interpretação se dá no contexto discursivo ou no contexto situacional. (cf. CYRINO, 1997; FIENGO; MAY, 1994; LOBECK, 1995, 1999; MATOS, 2003; entre outros) Embora superficialmente essa lacuna seja semelhante ao fenômeno do objeto nulo, a categoria elidida é diferente da categoria elidida em construções de ON. Conforme Cyrino (1997) e Figueiredo (2009), é o DP a categoria elidida,<sup>1</sup> conforme exemplo a seguir.

- (9) Ganhei o vinil da Elis, mas não tenho como ouvir \_\_\_\_\_. Não tenho o aparelho adequado.

Diferente do exemplo em (7), em que se observa uma elipse do VP, em (9), em que se observa a mesma estrutura de paralelismo sintático, não se verifica identidade entre a raiz das da forma verbal das duas orações, *ganh-* e *ouv-*, uma condição essencial, segundo Matos (2003), para o licenciamento de elipse de VP.

Outro tipo de dado bem parecido com o objeto nulo, é a anáfora de complemento nulo (ACN), que, conforme aponta Teixeira de Sousa (2020), é bem diferente do fenômeno

1 Embora as autoras assumam que a elipse seja de DP, as propostas diferem no que diz respeito ao licenciamento da elipse.

ilustrado de (6) a (8), porque envolve o apagamento de todo o complemento sentencial sem apresentar nenhum elemento movido do campo da elipse, conforme em (10), o que faz com que se assuma que, nesse caso, não há estrutura sintática interna.

Já Cyrino e Matos (2006, p. 127) distinguem ACN de ON. Segundo as autoras, a ACN é lexicalmente restrita e os verbos que a legitimam em português não coincidem totalmente com os presentes em ON ou em elipse de VP; além disso, enquanto a ACN denota uma proposição ou um predicado, o ON designa uma entidade:

(10) *Anáfora de complemento nulo*

O Mario mora na Alemanha e não sabe alemão, mas deveria \_\_\_\_  
( \_\_\_\_ = saber alemão)

(11) *Objeto nulo*

O Mário comprou *um livro* e perdeu \_\_\_\_ sem ter lido.  
( \_\_\_\_ = um livro)

Por fim, um último caso em que a lacuna na posição de objeto direto não corresponde ao ON: uma estrutura de topicalização, como em (12).

(12) Este livro, eu tenho \_\_\_\_.

( \_\_\_\_ = este livro)

Em (12) a lacuna não corresponde a uma retomada anafórica, mas ao resultado do movimento do DP de sua posição de origem para uma posição A-barra.

Tendo em vista que tanto estruturas de PP, como em (5), quanto às de (6) a (8), (10) e (12) podem ser ambíguas quanto à interpretação do fenômeno analisado, ODA, para a constituição do *corpus* foram selecionadas apenas as ocorrências de ON e PP que se caracterizassem por: 1. Retomar um DP; 2. Ser um argumento interno do verbo; 3. Expressar papel temático de tema/paciente; 4. Receber caso acusativo; 5. Exercer a função de OD; 6. Haver variação entre PP e ON.

Uma discussão muito produtiva nos trabalhos acerca da escolha entre as duas estratégias relativamente inovadoras, ON/PP, é estabelecer os fatores que condicionam uma e outra variante. (CREUS; MENUZZI, 2004; CYRINO, 1997; KATO, 1993; OTHERO; SCHWANKE, 2018; OTHERO et al., 2018) No que diz respeito ao licenciamento do ON no PB, o relevante é que essa língua permite ON cujos antecedentes são inanimados, sejam específicos ou não-específicos, como em (13a-b); além de requerer que o antecedente, se animado, seja não-específico, como em (14), ou retomando um antecedente plural nu, como em (15). Caso expresse animacidade e seja específico, o ODA deve ser realizado, conforme o contraste de gramaticalidade em (16).

(13) a. Comprei o *casaco* sem experimentar \_\_\_\_ [-ani; +espec]

(CYRINO, 1994, p. 40)

- b. A instrutora visita *escolas* antes de *recomendar* \_\_\_\_ aos alunos. [-ani, -espec]

(Adaptado de CYRINO, 2017, p. 97)

- (14) a. Então os meus primos por parte de pai são todos muito mais velhos do que eu, *eles* têm idade, assim, de, eu chamo até de tio alguns, porque eu *conheço* \_\_\_\_ desde pequenininha.

(FREIRE, 2000 apud CYRINO, 2020, p. 392)

- (15) Maria recolhe *cachorros* por onde *encontra* \_\_\_\_ . [+anim, -espec]

- (16) a. Sabe *a Maria*? Eu *encontrei ela* ontem no cinema e achei ela um pouco cansada.

(Adaptado de CREUS; MENUZZI, 2004, p. 158)

- b. \*A Maria encontrou *o Pedro* mas não *beijou* \_\_\_\_ . [+anim, +def, +espec]

(Adaptado de CYRINO, 2020, p.392)

No português afro-brasileiro, Figueiredo (2004, 2009, 2014, 2019) encontra a variação ON/PP em todos esses contextos: [-anim, +específico] e [+anim. +específico], semelhantes aos exemplos em (17) a (20) do português popular urbano de Salvador, indicando um comportamento semelhante entre essas duas variedades do PB.

- (17) [-anim, +espec]

- a. INF: Tem um mesmo que vai entregá pizza pa moça, tem um que tem *o carro de mão*, de vez em quando, ele *pega* \_\_\_\_ pa entregá. (PLATo1)

- lb.NF: Foi, porque isso aqui, ó, como arriô, ói! E esse *dedo daqui mesmo*, eu num... eu *dobro ele*, mas na hora de suspêndê me dói como o quê! (PLATo6)

- (18) [-anim, -espec]

- a. INF: Nunca usei *camisinha*. Elas sempre *leva* \_\_\_\_, eu *dêxo* \_\_\_\_ lá den'do guarda rôpa... (LIB10)

- b. INF: 1 Mariscá *cê pega* uma colé de pedrero, pequena ou grande ou até uma, tipo uma... tipo *um zincozinho assim comprido* *cê faz* tipo um... tipo... tipo assim um cavadô, *corta ele e é mariscá* (PLATo8)

- (19) [+anim, +espec]

- a. *O pai dos meus filho é morto há quinze anos... quinze, é... Mataro* \_\_\_\_, as amizade que ele tinha boa... (PLATo1)

- b. INF: É! Aí quando... no dia que *ele* (o marido da informante) disse assim que ele ia me dá um tapa, aí eu meti a penela de feção *nele*. Aí eu *larguei ele*, também nunca mais eu... eu botei... foi... pa den'de casa. (PLATo7)



- (20) [+anim, -espec]
- a. Ói, tire *criança* da sala, num sê o que...” Passa mesmo, os cara tudo baleado, assim, a gente vê \_\_\_ mesmo. (LIB01)
  - b. INF: O nome certo... o nome certo *dele* [tipo de peixe] é xangó.  
 DOC1: A pititinga é *xangó*, é?  
 INF: É, é. É porque aí já é uma cultura, no caso, a pessoa... todo mundo *vende ele* como pititinga, porque pititinga, se você observá, pela aqui não tem mais não. (PLAT04)

A animacidade e a especificidade do referente, como observado em (19b), têm sido apontadas como características fundamentais para a distinção no uso do ON ou do PP. Cyrino (2017), por exemplo, propõe que a variação entre forma nula e pronome pleno na função de objeto no PB poderia estar relacionada ao fenômeno conhecido como *diferencial object marking* (DOM). O fenômeno do DOM ocorre em algumas línguas quando objetos com certos traços ([+animado]; [+específico]) recebem uma marca especial. No espanhol, por exemplo, objetos diretos portando o traço [+animado] são marcados morfológicamente pela preposição *a*. Para Cyrino (2017), objetos diretos no PB podem ser marcados diferencialmente devido ao traço [+animado] que apresentam; a sua realização, no entanto, não estaria relacionada à presença da preposição como no espanhol, mas ao uso do pronome tônico.

Creus e Menuzzi (2004) também analisam o papel dos traços [+animado] e [+específico] na escolha entre objetos nulos e pronomes plenos no PB. Para esses autores, “destes dois traços, o que tem papel central é o de animacidade, já que é ele que configura as generalizações básicas do sistema”, o traço de especificidade parece ser relevante, na verdade, apenas para a classe dos antecedentes”. (CREUS; MENUZZI, 2004, p. 160) Para os autores, a relevância do traço de animacidade está relacionada ao fato de os referentes apresentarem distinção de gênero semântico (GS) e seria essa propriedade dos referentes que estaria na base da escolha da estratégia de retomada, reduzindo a escolha do ON/PP a uma oposição única, a saber, a presença de GS no antecedente. Especificamente, a correlação que os autores estabelecem é que se o antecedente animado não possui gênero semântico (*um paciente*, por exemplo, com leitura genérica), o ON é usado; caso contrário, se o antecedente possui gênero semântico (*um menino*, por exemplo, com leitura genérica), então, o pronome pleno é o usado. (CREUS; MENUZZI, 2004, p. 160-162)

Nos *corpora* analisados neste capítulo, da mesma forma que no português afro-brasileiro, foram encontradas retomadas através de PP de antecedentes animados que não apresentam GS, conforme exemplos em (20).

- (21) a. INF: Num é porque eu não goste, é porque *a pessoa que num... num é acostumada a ôvi (música evangélica)*, aí... pa num irritá *ela...* (não toca) (LIB01) – [+anim, -GS]

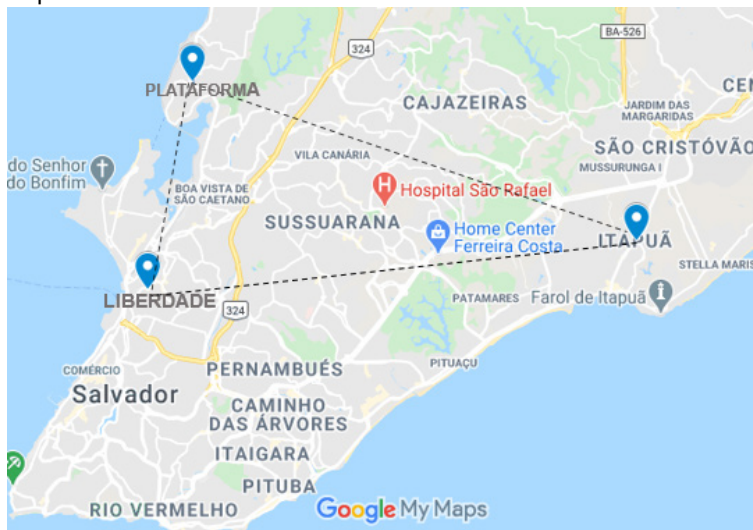
- b. INF: *Aquele pêxe ali é... às veze a gente... é... a cesta sai a cinco reais. A gente o trata e faz os pacotes de um real pa vendê ou às veze de cinco reais também.* (PLAT04) – [+anim, -GS]

Como apresentamos nos exemplos em (17) a (21), no português popular de Salvador e também no português afro-brasileiro, não há um comportamento categórico no que diz respeito aos traços de animacidade, especificidade e gênero semântico, a variação é possível em todos os contextos, porém acreditamos que esses traços atuam como fatores de favorecimento, o que deve ser revelado em termos de frequência. Esses aspectos serão analisados quali-quantitativamente em trabalhos posteriores.

## Os bairros

Para o capítulo deste livro, que tem como objetivo descrever o português do estado da Bahia, selecionamos amostras de fala do português popular de Salvador de três bairros localizados em regiões distintas da capital: Liberdade, mais próxima ao centro, Plataforma, subúrbio ferroviário margeando a Baía de Todos os Santos, e Itapuã, ao norte da cidade, ao longo da orla marítima.

Figura 1 – Mapa dos bairros de Salvador – BA



Fonte: elaborado pelas autoras a partir do aplicativo MyMaps.

### Liberdade

De acordo com Ramos (2007), “a Liberdade é um bairro que apresenta feições de identidade coletiva expressiva no contexto metropolitano de Salvador”, tendo em vista ser

majoritariamente composta por afro-descendentes resultante da ancestralidade negra como traço constitutivo de sua população.

Conta-nos ainda Ramos (2007) que o bairro da Liberdade começou a se delinear no século XVIII, em torno da Estrada da Boiada, que ligava a cidade ao interior, servindo para o transporte de rebanho bovino. Além disso, quilombos foram formados ao redor da estrada e, posteriormente, no final do século XIX, tornaram-se núcleos habitacionais. Em sua formação, destaca-se a presença de escravizados libertos, conforme relato dos moradores antigos. (LIMA, 2016)

O bairro da Liberdade é considerado pelo Ministério da Cultura como território nacional da cultura afro-brasileira e é sede do bloco Ilê Ayê, que cultiva as raízes africanas e desenvolve um trabalho social que busca resgatar a autoestima do povo negro a partir de ações afirmativas.

O território da Liberdade, hoje, tem cerca de 190 hectares, e é integrado pelas localidades de Soledade, Lapinha, Sieiro, Japão, Duque de Caxias, Curuzu, Cravinas, Bairro Guarani, Alegria, Jardim São Cristóvão, São Lourenço e parte do Largo do Tanque e da Baixa do Fiscal. Situa-se na região que divide a Cidade Alta e a Cidade Baixa de Salvador. É um bairro populoso, com 41.802 habitantes, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010 e essencialmente residencial. O comércio concentra-se nas ruas em que há circulação de transporte coletivo.

### **Itapuã**

Localizado na Orla Atlântica de Salvador, Itapuã, tendo em vista a administração no período colonial, situava-se distante do Centro de Salvador, possibilitando, provavelmente, a existência de quilombos suburbanos<sup>2</sup> registrados por Schwartz (2008[1996], p. 377). De acordo com o autor, a existência desses quilombos servia, às vezes, como destinação de fugas temporárias, centros de assistência e descanso para escravizados urbanos.

Segundo Azevedo (1969), a ocupação do território em que hoje se constitui o bairro de Itapuã deveu-se ao desenvolvimento pouco significativo de atividades agrícolas com a formação de pequenos vilarejos após o século XVII.

O povoamento de Itapuã começa a se intensificar no século XX, cujas primeiras casas tinham como objetivo o veraneio da população do Centro, atribuindo-lhe o status de balneário, provavelmente devido às suas belas praias e ao seu distanciamento do centro. (LIMA, 2016) Essa característica revela que, na formação do bairro, houve a participação de indivíduos de classes sociais distintas: conviviam com os moradores provenientes dos vilarejos agrícolas, dos quilombos suburbanos e das vilas de pescadores, os indivíduos de classes mais altas, aqueles que podiam manter

---

2 De acordo com o autor, na cidade Salvador, teriam se formados quilombos suburbanos no Cabula, em Matatu, além de Itapuã. (SCHWARTZ, 2008[1996], p. 377)

uma casa de veraneio no centro e outra no bairro, além de terem acesso a níveis mais altos de escolaridade. Somente a partir do desenvolvimento viário da cidade, a região é incorporada ao tecido urbano.

De acordo com Andrade e Brandão (2009), a ocupação do bairro de Itapuã começa a se fortalecer a partir de 1940 de maneira ainda incipiente, e mais significativamente entre 1980 e 2005, vinculado à proximidade com a avenida Paralela e ao setor hoteleiro, motivado pelo turismo. Itapuã é o ponto de conexão entre os bairros localizados mais ao norte da capital soteropolitana, Stella Maris, Flamengo e Ipitanga, áreas consideradas nobres, e o Centro. Conecta ainda a orla de Salvador à região metropolitana, os municípios de Lauro de Freitas, Simões Filho e Camaçari. O comércio de Itapuã, bem como suas feiras abastecem os bairros nobres que estão em seu entorno. Além dos já citados, incluímos ao sul: Piatã, Patamares e Jaguaribe. De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o bairro possui 66.961 habitantes. Sua ocupação, segundo Lima (2016):

Atualmente, a ocupação de Itapuã contrasta entre a tradição e a modernidade. De um lado, ruas inteiramente habitadas por antigos moradores que narram com saudosismo os tempos de uma Itapuã aprazível e pacata, ainda preservada em seus aspectos naturais e nos pontos turísticos (pouco atrativos em função da violência urbana). Do outro, a Itapuã da modernidade, entrecortada por invasões e baixas, afetada, como os bairros das demais metrópoles brasileiras, pelos problemas da ocupação desordenada, violência e tráfico de drogas [...]. (LIMA, 2016, p. 119)

De acordo com Afonso e Serpa (2007, p. 5), em Itapuã, “o resgate das manifestações culturais ligadas às tradições afro-brasileiras é feito, principalmente, pelo bloco afro Malê Debalê, pelos praticantes da capoeira e pelos adeptos do candomblé, ressaltando a tentativa de afirmação de uma identidade afro-brasileira no bairro”. Outro grupo que preserva a história de Itapuã como antiga vila de pescadores é o grupo As Ganhadeiras de Itapuã. De acordo com Afonso e Serpa (2007), é formado por mulheres e crianças representando as mulheres e os filhos de pescadores que lavavam roupas na Lagoa do Abaeté, além de venderem fritos os peixes trazidos pelos homens da família.

## **Plataforma**

Santos e demais autores (2010) afirmam que o nome do bairro está relacionado a uma fortificação do século XVI, cuja função era a defesa da cidade. Sua localização é privilegiada para a tarefa, pois dessa fortificação é possível observar a Cidade Alta, a Ilha de Itaparica, a Ilha de Maré e a Ribeira.

De acordo com Serpa (2002), o bairro de Plataforma tem origem operária e possui mais de 100 anos. Considerado subúrbio ferroviário, liga-se ao bairro da Calçada através do transporte ferroviário e pela linha de barcos que o liga ao tradicional bairro da Ribeira, de onde, através de transporte coletivo rodoviário, se liga ao Centro e a outros bairros da

capital baiana. A ocupação inicial do espaço geográfico em que se estende o bairro coincide com a implantação da via férrea, inaugurada em 1860. Ao longo da via férrea, no século XIX, foram erguidas edificações a fim de abrigar os operários responsáveis pela manutenção da via e seus familiares. Ainda segundo o autor, a expansão do bairro deveu-se, principalmente, à implantação de indústrias na região, fortalecendo sua tradição de bairro operário. A partir de 1940, o bairro ganhou inúmeros loteamentos populares, que foram ocupados nas décadas seguintes sem qualquer controle dos órgãos de planejamento municipais; além disso, ocorreram muitas ocupações ilegais de áreas livres, conforme afirmam Carvalho e Pereira (2008), transformando-o em um bairro bastante populoso.

O número de habitantes está em torno de 34.034, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010. Atualmente, o bairro constitui uma das regiões mais precárias da cidade, com carência de infraestrutura e serviços básicos.

## Análise dos dados

Embora se tenha como objetivo uma análise das estratégias que caracterizam PB, ON e PP, realizamos uma análise quantitativa das ocorrências das três estratégias de retomada anafórica na posição de objeto direto, a fim de apresentar o cenário completo do fenômeno.

Foram encontradas 2.226 ocorrências de retomada anafórica no *corpus*, sendo 1.347 de ON, 218 de PP e 661 de DP, respectivamente, 61%, 10% e 29%, como se vê na última linha da Tabela 1. Vale ressaltar que se verificaram apenas três realizações de retomada clítica: uma em Itapuã, conforme (1a), e duas em Plataforma, em (1b, c).

Tabela 1 – A distribuição das ocorrências de ODA no português popular de Salvador

VARIÁVEIS BAIRROS	ON	PP	DP	TOTAL
	NO./%	NO./%	NO./%	
Liberdade	359/61	32/5	200/34	591
Itapuã	525/69	90/12	148/19	463
Plataforma	463/53	96/11	313/36	872
Total	1.347/61	218/10	661/29	2.226

Fonte: elaborada pelas autoras.

A leitura da Tabela 1 revela que, em todos os bairros, o ON é o mais realizado, corroborando trabalhos anteriores realizados no âmbito da Sociolinguística Variacionista sobre a língua falada de diferentes regiões brasileiras. (DUARTE, 1986, FIGUEIREDO, 2004; OMENA, 1978, entre outros) Não se observa disparidade entre os bairros quando se compara à ordem de realização das estratégias: o ON é a estratégia mais realizada, seguido pela retomada através do DP e, por fim, pelo PP. Chama atenção o fato de que na Liberdade o

percentual de PP seja bastante baixo, 5% apenas, um comportamento significativo para a hipótese que se defende neste trabalho sobre as duas estratégias que caracterizam o português brasileiro (ON e PP), principalmente ao considerarmos a formação étnica, o caráter eminentemente residencial e o período da ocupação inicial desse bairro. Nos três bairros, a estratégia neutra, o DP, com 34%, 19% e 36%, é percentualmente mais frequente que o PP que computa 5%, 12%, 11%, respectivamente, nos bairros Liberdade, Itapuã e Plataforma.

Passando para a análise das variantes ON e PP, as duas estratégias que caracterizam uma mudança sofrida no português ao ser adquirido pelas populações de que fizeram parte da colonização brasileira, verificamos que o bairro de Itapuã reflete a frequência da média do total de ocorrências analisadas, 86% de ON e 14% de PP, percentuais idênticos aos encontrados por Figueiredo (2004) no português afro-brasileiro. Na Liberdade, bairro mais antigo constituído majoritariamente por afrodescendentes e que preserva as tradições de seus ancestrais, conforme seção 2.1, o ON é a estratégia mais realizada (91% das ocorrências), permitindo concluir que são também preservados os usos linguísticos conservadores, isso considerando a hipótese de que o contato entre línguas foi a estratégia adquirida no período de aquisição do português, principalmente pelos falantes de línguas africanas. No bairro de Plataforma, cuja constituição populacional está relacionada à classe trabalhadora, conforme seção 2.3, que pode incluir indivíduos de diversas etnias, apresenta um percentual de ON abaixo da média, 83%, como se pode verificar na Tabela 2.

Tabela 2 – A distribuição das estratégias de acordo com os bairros de Salvador

VARIÁVEIS BAIRROS	ON	PP	TOTAL
	NO./%	NO./%	
Liberdade	359/91	32/9	391
Itapuã	528/86	87/14	615
Plataforma	463/83	96/17	559
Total	1.350/86	215/14	1.565

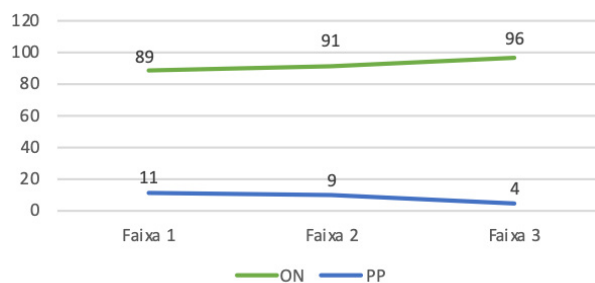
Fonte: elaborada pelas autoras.

Para a investigação da hipótese proposta na introdução deste trabalho é importante verificar a distribuição do ON e do PP de acordo com a faixa etária, tendo em vista se considerar o ON a variante resultante do contato entre línguas, ampliando o contexto de ON, que, segundo Cyrino (1997), já ocorria no português para a retomada de antecedentes [–específico, –animado].<sup>3</sup> Em defesa dessa hipótese, espera-se um padrão descendente do ON a partir da Faixa 3. Sob a hipótese de que o PP tenha surgido

3 De acordo com Cyrino (1997), a lacuna na posição de objeto direto também era licenciada para retomar uma sentença (elipse proposicional), porém não pode ser considerada como ON, visto que o ON é uma elipse de DP. Porém, de acordo com a autora, é a elipse proposicional que desencadeia no PB o uso do ON (elipse de DP) com traço [+específico, –animado].

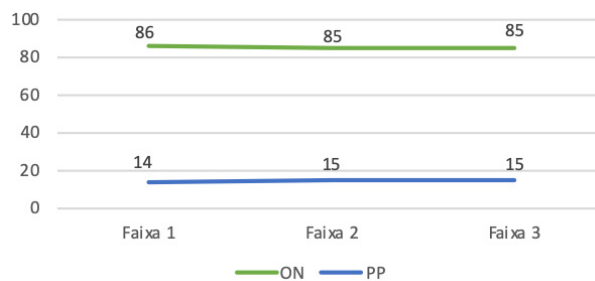
posteriormente, possivelmente, a partir da evidência no português culto da realização do objeto anafórico através do uso do clítico, o padrão ascendente a partir da Faixa 3 é esperado. Como se vê nos gráficos 1, 2 e 3, esse é o comportamento obtido nos dados da Liberdade e de Plataforma, e há uma distribuição equilibrada em Itapuã.

Gráfico 1 – ON e PP no bairro da Liberdade: faixa etária



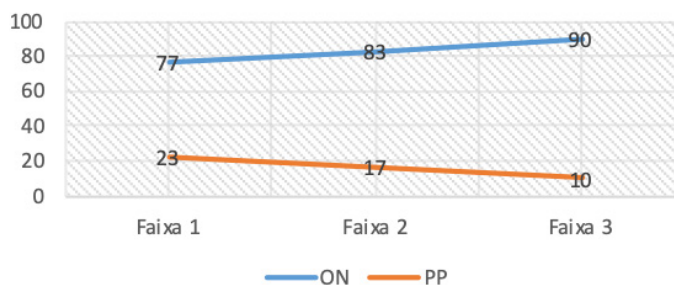
Fonte: elaborado pelas autoras.

Gráfico 2 – ON e PP no bairro de Itapuã: faixa etária



Fonte: elaborado pelas autoras.

Gráfico 3 – ON e PP no bairro da Plataforma: faixa etária



Fonte: elaborado pelas autoras.

A observação dos gráficos 1, 2 e 3 revela um comportamento abissal entre o ON e o PP nos três bairros. Na Liberdade e em Plataforma, as linhas no gráfico apresentam trajetórias semelhantes: a trajetória do percentual do ON traça uma linha descendente da Faixa 3 para a Faixa 1, enquanto a do PP uma linha ascendente da Faixa 1 para a Faixa 3, um comportamento que, de acordo com a teoria da mudança e variação (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]) representa um indício de mudança. Neste caso, o PP, mais frequente na Faixa 1, estaria sendo introduzido no PB, enquanto o ON estaria cedendo lugar a essa estratégia inovadora. Esse comportamento é mais evidente no Gráfico 3, referente ao bairro de Plataforma, cuja distância entre as duas estratégias na Faixa 1, 43 pontos percentuais, é menor que a distância entre essas duas estratégias no bairro da Liberdade, 75 pontos percentuais. Focalizando a Faixa 3, a distância entre os pontos é ainda maior, em Plataforma, ela é de 60 pontos percentuais, enquanto na Liberdade é de 92 pontos. Já no bairro de Itapuã, o gráfico 2 revela um comportamento equilibrado entre as estratégias, embora a distância entre os pontos de todas as faixas seja abissal.

Considerando a história da ocupação desses bairros, bem como a formação étnica de sua população, podemos fazer as seguintes considerações:

- i. Na Liberdade, o bairro mais antigo e devido à sua majoritária população negra, bem como seu caráter essencialmente residencial e seu compromisso com a preservação da cultura afro-brasileira, resguarda-se um comportamento linguístico que retoma, de acordo com hipótese proposta neste capítulo, a fala dos africanos e afro-brasileiros que adquiriram o português no período da colonização do Brasil, um período de multilinguismo generalizado como proposto por Mattos e Silva (2003).
- ii. Em Itapuã, o uso das duas variantes é equilibrado, como se viu no Gráfico 2. Esse comportamento parece refletir a história do bairro, cujo povoamento que remonta às atividades agrícolas desenvolvidas no século XVII, quilombos suburbanos, teve suas feições delineadas apenas no século XX, a partir das vilas de pescadores e de uma população temporária que tinha o bairro como balneário. Sua formação conta com indivíduos de classes sociais e escolaridade distintas. Atualmente, é um bairro populoso e atrai pessoas de diversas localidades para usufruir de suas praias e de seu comércio, que atende a região. Esses fatos extralinguísticos nos permitem inferir que não só em sua formação, mas também nos dias atuais, houve a convivência de diversas normas linguísticas.
- iii. Em Plataforma, o uso da estratégia não padrão, o PP, é o mais amplo. Desde sua formação acolheu pessoas de diversas regiões, tendo em vista ter se constituído a partir de núcleos de moradias que abrigavam os operários que implantaram a via férrea em Salvador e posteriormente os operários das indústrias implantadas na região. Atualmente, é um bairro



populoso que reúne moradias regulares e irregulares. Acreditamos que essa constituição sem uma identidade étnica definida como observado na Liberdade, bem como a sua origem como bairro popular, sem qualquer apelo ao turismo, favoreça o crescimento da variante PP, que não encontra qualquer tipo de restrição.

## Considerações finais

Nosso objetivo ao desenvolver este trabalho foi analisar o uso das estratégias de realização do ODA no português popular urbano de três bairros de Salvador: Liberdade, Itapuã e Plataforma. O foco do trabalho foi a mudança na retomada do objeto direto anafórico observada no PB, que apresenta uma preferência clara por objetos nulos, além de permitir pronomes plenos.

Em relação ao processo de mudança, partimos da hipótese de Figueiredo (2004) que, ao analisar as estratégias de retomada de objeto direto anafórico no português afro-brasileiro da Bahia, propõe que o ON seja a estratégia eleita pelos africanos que foram traficados para o Brasil no período colonial em seu processo de aquisição do português como segunda língua e que a aquisição do PP é posterior e possivelmente tenha sido introduzida em contexto urbano substituindo o clítico acusativo, principalmente nos contextos em que o clítico é estrutural e semanticamente ambíguo.

Em nossa análise, verificamos que o ON é o mais realizado em todos os bairros, corroborando, assim, trabalhos anteriores que chegaram ao mesmo resultado partindo de corpora distintos. (DUARTE, 1986, FIGUEIREDO, 2004; OMENA, 1978) Embora não se tenha observado disparidade entre os bairros em relação à ordem de realização das estratégias: o ON é a estratégia mais realizada, seguida pela retomada através do DP e, por fim, pelo PP, chamou nossa atenção o fato de que na Liberdade o percentual de PP seja bastante baixo, 5%. Partindo desse resultado e considerando as especificidades na formação desse bairro (etnia, antiguidade, caráter eminentemente residencial), argumentamos em favor da hipótese de que o ON é a primeira estratégia selecionada quando a variedade começa a se formar.

## Referências

AFONSO, L. D.; SERPA, A. S. P. Perfil sócio-econômico e cultural do bairro de Itapuã em Salvador-BA. In: COLÓQUIO NACIONAL DO NEER – NÚCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES, 2., 2007, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: NEER, 2007. v. 1. p. 1-13. CD-ROM.

ANDRADE, A. B. BRANDÃO, P. R. B. *Geografia de Salvador*. 2. ed. Salvador: Edufba, 2009.

- ARRUDA, N. C. *A realização do objeto direto no português brasileiro culto falado: um estudo sincrônico*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Unesp, Araraquara, 2006.
- AVERBUG, M. C. G. *Objeto direto anafórico e sujeito pronominal na escrita de estudantes*. 2000. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.
- AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da cidade de Salvador*. Salvador: Itapuã, 1969.
- CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. As “cidades” de Salvador. In: CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. (org.). *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. Salvador: Edufba, 2008. p. 81-107.
- CASAGRANDE, S. *A aquisição do objeto direto anafórico em português brasileiro*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Florianópolis, UFSC, 2007.
- CASAGRANDE, S. *A correlação entre aspecto e objeto no PB: uma análise sintático-aquisicionista*. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – Unicamp, Campinas, 2010.
- CASAGRANDE, S.; ROSSI, J. C. O objeto direto anafórico em português brasileiro: comparação entre dados de aquisição e de aprendizagem. *Revista de Estudos Acadêmicos de Letras, Cáceres*, v. 11, n. 1, p. 47-62, 2018.
- COSTA VAL, M. da G. C. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CREUS, S.; MENUZZI, S. O papel do gênero na alternância entre objeto nulo e pronome pleno em português brasileiro. *Revista da ABRALIN, Florianópolis*, v. 3, n. 1-2, p. 149-176, 2004.
- CYRINO, S. L.; MATOS, G. Anáfora do Complemento Nulo: anáfora profunda ou de superfície evidência do português brasileiro e europeu. *Letras de Hoje, Porto Alegre*, v. 41, n. 1, p. 121-141, 2006.
- CYRINO, S. M. L. Null objects in Brazilian Portuguese. *Cuadernos de La ALFAL*, [s. l.], n. 12, p. 387-410, 2020.
- CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: UEL, 1997.
- CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. 1994. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Unicamp, Campinas, 1994.
- CYRINO, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: Objetos Nulo e Clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1993. p. 163-184.
- CYRINO, S. M. L. Reflexões sobre a marcação morfológica do objeto direto por a em português brasileiro. *Estudos Linguísticos e Literários, Salvador*, n. 58, p. 83-103, 2017. Número especial.
- CYRINO, S. M. L.; DUARTE, M. E. L.; KATO, M. A. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (ed.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter Frankfurt am Main*. Madrid, Iberoamericana, 2000. p. 55-73.

- DUARTE, M. E. L. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. 1986. Dissertação (Mestrado) – PUC-SP, São Paulo, 1986.
- FIENGO, R.; MAY, R. *Indices and identity*. Cambridge: The MIT Press, 1994.
- FIGUEIREDO, C. *O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro*. 2004. Dissertação (Mestrado) – UFBA, Salvador, 2004.
- FIGUEIREDO, C. O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro. *Revista Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 33/34, p. 45-68, 2006.
- FIGUEIREDO, C. *O objeto nulo no português rural baiano: teoria temática e eclipse de DP*. Tese (Doutorado) – UFBA, Salvador, 2009.
- FIGUEIREDO, C. Objeto nulo versus estratégias pronominais no português rural do estado da Bahia e no de Portugal. *Revista Confluência*, Rio de Janeiro, v. 46, p. 79-114, 2014.
- FIGUEIREDO, C. O objeto direto anafórico. In: GALVES, C.; LOBO, T. (org.). *O português escrito por afro-brasileiros no século XIX: as atas da Sociedade Protetora do Desvalidos*. Salvador: Edufba, 2019. v. 1. p. 175-216.
- GALVES, C. Pronomes e categorias vazias em português do Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 7, 1984.
- GALVES, C. L’objet nul et la structure de la proposition en portugais du Brésil. *Revue des Langues Romanes*. França, v. 93-2, 1989. p. 305-336.
- HUANG, C.T.J. On the determination and reference of empty pronouns. *Linguistic Inquiry*, v. 15: 1984. p. 531-574.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- KATO, M. A. The distribution of null and pronominal objects in Brazilian Portuguese. In: ASHBY, W. J.; MITHUN, M.; PERISSINOTTO, G. *Linguistic perspectives on the romance languages: selected papers from the XXI linguistic symposium on romance languages*. Amsterdam: John Benjamins, 1993. p. 225-235.
- KATO, M. A. Null objects, null resumptives and VP-ellipsis in European and Brazilian Portuguese. In: QUER, J.; et al. (org.). *Romance languages and linguistic theory*. Amsterdam: John Benjamins, 2001, v. p. 131-153.
- LIMA, L. *Fala (você/tu) ~ fale (você/tu): a expressão variável do modo imperativo no Português popular da Bahia*. 2016. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- LOBECK, A. *Ellipsis: Functional Heads, Licensing and Identification*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- LOBECK, A. VP ellipsis and the minimalist program: some speculations and proposals. In: LAPIN, S.; BENAMOUN, E. *Fragments: studies in ellipsis and gapping*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 7-28.

- MACEDO-COSTA, T. *Um estudo diacrônico das variadas realizações do objeto direto anafórico na imprensa baiana dos séculos XIX e XX*. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- MATOS, G. Construções elípticas. In: MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003. p. 869-916.
- MATTOS E SILVA, R. V. De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, R. V. *Para a história do português brasileiro*, v. 2, t. 2. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 275-301.
- OMENA, N. P. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. 1978. Dissertação (Mestrado) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1978.
- OTHERO, G. A. et al. Objeto nulo e pronome pleno na retomada anafórica em PB: uma análise em corpora escritos com características de fala. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v. 1, n. 45, p. 68-89, 2018.
- OTHERO, G. A.; SCHWANKE, C. Retomadas anafóricas de objeto direto em português brasileiro escrito. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 147-185, 2018.
- RAMOS, M. E. R. *Território e afrodescendente: leitura de cidade através do bairro da Liberdade, Salvador (Bahia)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – UFBA, Salvador, 2007.
- SANTOS, E. et al. (org.). *O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes*. Salvador: CIAGS/UFBA, SEMA, 2010.
- SERPA, A. Margens de Salvador: A Produção do Espaço Periférico Metropolitano. In: LIMA, P. C.; LUZ, A. M. de C.; CARVALHO, M. J. de; SERRA, O. (Orgs.). *Quem Faz Salvador?* Salvador-Bahia, 2002, p. 295-303.
- SCHWARTZ, S. B. Cantos e Quilombos numa conspiração de escravos haussás: Bahia, 1814. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1996]. p. 373-406.
- TEIXEIRA DE SOUSA, L. Elipse em português brasileiro. *Cuadernos de La ALFAL*, [s. l.], n. 12, 2020.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos Empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola Editorial, 2006[1968].

GILCE DE SOUZA ALMEIDA

## **“Eu te vi x eu lhe vi” : um estudo sobre a variação no uso do objeto direto de segunda pessoa na fala soteropolitana**

### **Introdução**

Os estudos sobre os processos de variação e mudança que atingem as formas objetivas do quadro de pronomes do português brasileiro (PB), por muito tempo, enfatizaram a descrição do paradigma de terceira pessoa, uma vez que as alterações aí observadas – o desuso das formas acusativas *o(s)* e *a(s)* e das formas dativas *lhe(s)*, a especialização de *ele(s)/ela(s)* e *a/para ele(s)/ela(s)* para o acusativo e para o dativo, respectivamente, bem como o não preenchimento dessas posições – estão em estágio bastante avançado e abrangem o PB com um todo. Na última década, contudo, tem sido também notório o interesse pela investigação das formas objetivas de segunda pessoa, especialmente em algumas variedades da língua, pois, embora as gramáticas normativas comumente apontem, nesse paradigma, apenas as formas tradicionais – *te*, para o singular, e *vos*, para o plural –, existe aí uma variação bastante produtiva e sistemática.

Buscando ampliar a literatura sobre o assunto, pretende-se analisar, neste texto, o uso das formas de objeto direto de segunda pessoa *te* e *lhe* na variedade do português falada em Salvador. Enquanto a primeira forma constitui uma estratégia conservadora no português, cujo emprego está respaldado pela descrição tradicional, a segunda configura-se como uma inovação, dada a sua origem como pronome dativo de terceira pessoa

e posterior especialização como pronome de segunda, alternando-se entre as funções dativa e acusativa. Assim, por meio de um estudo sociolinguístico, investigam-se aqui os fatores sociais e pragmático-discursivos que regulam o comportamento do falante ao usar uma dessas variantes.

Em suas pesquisas iniciais, Labov (2008[1972]) demonstrou que os fenômenos variáveis refletem tanto uma estratificação social quanto estilística, assinalando que as circunstâncias em que se realiza a comunicação exercem interferência expressiva no comportamento linguístico do indivíduo. Embora a atuação dos condicionamentos sociopragmáticos revele-se em qualquer fenômeno, o emprego das formas de endereçamento mostra-se um campo bastante propício para a observação da força dessas variáveis, uma vez que põe em destaque a relação estabelecida entre os falantes, a sua posição social e o contexto da interação. Assim, o uso das formas *te* e *lhe* foi analisado com base na influência dos fatores pragmático-discursivos tipo de discurso e grau de monitoramento da fala, além de características sociais inerentes ao falante como sexo e faixa etária. É importante destacar que estão sendo considerados apenas os fatores selecionados como estatisticamente relevantes.

A amostra usada na análise foi extraída do *corpus* organizado por Almeida (2009) a partir da realização de entrevistas semiestruturadas e testes de produção linguística envolvendo 36 pessoas, recrutadas de acordo com rigorosos critérios da metodologia sociolinguística e estratificadas segundo o sexo (masculino e feminino), a faixa etária (25 a 35 anos, 45 a 55 anos e 65 a 75 anos) e a escolaridade (ensino fundamental e ensino superior). Os dados coletados receberam tratamento estatístico por meio do pacote de programas Goldvarb, além de terem sido submetidos à criteriosa análise qualitativa subsidiada pela literatura sobre o tema.

Para assegurar uma melhor organização desta exposição e uma compreensão mais precisa do fenômeno estudado, este texto segue estruturado em mais quatro seções assim resumidas: 1. contextualização do fenômeno linguístico analisado, a fim de situá-lo no quadro das transformações do sistema pronominal do português brasileiro; 2. descrição do uso das formas de objeto direto de segunda pessoa na capital baiana com base no *corpus* considerado; 3. análise dos condicionamentos sociopragmáticos à luz da teoria sociolinguística; e 4. considerações finais.

## **A reorganização do quadro dos clíticos pronominais de segunda pessoa no PB e o emprego de *lhe* como objeto direto**

A profunda reestruturação do sistema pronominal do PB tem sido atestada por diversos pesquisadores, a exemplo de Monteiro (1994), Menon (1995), Ramos (1999), Galves (2001), Lopes e Rumeu (2007), os quais apontam que algumas das mudanças descritas já estão implementadas em todas as variedades do PB, como a substituição de *vós*, do objeto *vos* e do possessivo *vosso* pela forma *vocês*, enquanto outras ainda não

foram completamente assimiladas, como o uso de *a gente* em lugar de *nós* e mesmo o generalizado emprego das formas lexicais *ele(s)/ela(s)* em substituição às acusativas canônicas *o(s)/a(s)*.

É consenso que tal reformulação está relacionada à introdução de *você* no quadro dos pronomes pessoais retos a partir do século XIX, o que provocou a fusão do paradigma de terceira pessoa com o de segunda, gerando no sistema algumas incompatibilidades entre propriedades formais e semântico-discursivas. (LOPES; COUTO; DUARTE, 2005) Isso se traduz no fato de o pronome *você* continuar sendo usado com o verbo na terceira pessoa, mas ser interpretado semanticamente como de segunda, como claramente explicado por Lopes e Rumeu (2007, p. 419-20):

Por derivar de uma forma nominal que leva o verbo para a terceira pessoa do singular, o emprego de *você* na interlocução acarretou, por exemplo, um rearranjo no sistema pronominal com a fusão do paradigma de 2ª com o de 3ª pessoa do singular e com a eliminação do paradigma de 2ª pessoa do plural. Novas possibilidades combinatórias tornaram-se usuais: *você* com *te~lhe*, *teu~seu/tua~sua*, etc e *vocês* com *lhes~vocês*, *seu(s)~teu(s)*, *de você(s)* etc.

Além do referido rearranjo entre as formas de segunda e de terceira pessoas, a inserção de *você* – e posteriormente de *a gente* – gerou outras importantes repercussões gramaticais na língua, como o preenchimento obrigatório do sujeito, a ordem mais rígida da sentença, o objeto nulo e o estabelecimento de um novo paradigma de clíticos, com a substituição de algumas formas e a ampliação de função de outras. Sobre esse último fato, que constitui o interesse principal da discussão aqui realizada, pode-se afirmar, com base no Quadro 1, que a configuração atual é muito distante daquela divulgada nas gramáticas normativas do PB.

Quadro 1 – Distribuição dos pronomes pessoais no português brasileiro

NUMERO/ PESSOA SUJEITO		FUNÇÃO SINTÁTICA		
		OBJETO DIRETO	OBJETO INDIRETO	
Singular	1ª	eu	me, eu	me, prep. + mim, prep. + eu
	2ª	você/ocê/cê tu, te	você/ocê/cê tu, ti, lhe, o/a	lhe, te, prep. + você/ocê/cê prep. + tu, ti
	3ª	ele/ela	ele/ela, lhe, o/a	lhe, prep. + ele/ela
Plural	1ª	nós, a gente	nos, nós, a gente	nos, prep. + nós prep. + a gente
	2ª	vocês/ocês/cês	vocês/ocês/cês, os/as	lhes, prep. + vocês/ocês/cês
	3ª	eles/elas	eles/elas, os/as	lhes, prep. + eles/elas

Fonte: adaptado de Almeida (2014).

Sem pretensão de abranger todas as inovações presentes nas diversas normas do PB, o quadro apresentado evidencia, dentre outros fatos, que as formas nominativas, que geralmente exercem a função de sujeito, concorrem com as clíticas em todas as pessoas tanto na função de objeto direto (OD) quanto na de objeto indireto (OI), o que ratifica a ideia da eliminação dos vestígios de caso herdados do latim pelos pronomes pessoais. A perda da diferenciação casual é também notada no comportamento do clítico *lhe*, que aparece como alternativa à pronominalização do OD na segunda e na terceira pessoas, como exemplificado a seguir:

- (1) Não *lhe* vi ontem. (2ª pessoa)
- (2) O falante opta por uma forma que não *lhe* comprometa. (3ª pessoa)

Tradicionalmente, a esse pronome cabe a representação do dativo anafórico de terceira pessoa, que corresponde ao objeto indireto na gramática normativa, contudo o PB vem experimentando uma mudança nesse modelo. Os estudos de Berlinck (1997), Gomes (2003), Freire (2000, 2005) e Torres Morais e Berlinck (2007) demonstraram que o clítico *lhe* está em desuso na língua oral como dativo anafórico de terceira pessoa, aparecendo, especialmente, na escrita ou em contextos formais de oralidade. Frequentemente, o falante, em outras situações, tem recorrido a diferentes estratégias: uso do dativo nulo, uso de sintagma preposicionado (SP) – representado pelo sintagma nominal (SN) anafórico ou pelo pronome lexical regido por preposição –, como ilustram os exemplos a seguir.

- (3) [...] o guarda conversou com ele em inglês, disse  $\emptyset$  que ele voltasse e estacionasse o carro mais próximo do meio-fio. (100.DID.NURC/SSA)<sup>1</sup>
- (4) É o tal transporte solidário, em que você leva várias pessoas em... seu carro, pra dar uma maior utilização *ao carro*? (277.DID.NURC/SSA)
- (5) então, ela, na escola, aprendeu muita coisa que eu não tive condições de ensinar *a ela*. (231.DID.NURC/SSA)

Paralelamente ao desuso de *lhe* como clítico dativo de terceira pessoa, ocorre seu deslocamento para a segunda pessoa, de modo que se preconiza que ele teria acompanhado *você* em seu curso de pronominalização, passando a ser reanalisado como clítico de segunda pessoa. (MENON, 1995) Seguindo seu processo de especialização, ao assumir a função dêitica típica desse paradigma, *lhe* admite o sincretismo característico dos clíticos dessa natureza, como *me*, *te* e *nos*, e amplia seu emprego para contextos de acusativo, como exemplificado em (01).

1 Exemplos da fala soteropolitana extraídos dos inquéritos do projeto Norma Urbana Culta (NURC). A identificação expressa o número do inquérito, o tipo (DID: diálogo informante – documentador) e o nome da cidade (Salvador).



Ramos (1999, p. 16) destaca que esse item pronominal tem sido usado também como OD anafórico, como em (02): “[...] cabe ainda observar que quando o falante do PB preenche a posição de objeto – opção cada vez menos frequente em nosso dialeto –, ele o faz usando ou o pronome tônico *ele*, estratégia favorecida na grande maioria dos casos, ou a forma dativa *lhe*, estratégia menos usada”. Na amostra analisada neste texto, não se verificou a ocorrência de *lhe* como OD de terceira pessoa, mas é possível sugerir a hipótese de que esse emprego seja mais frequente em situações de fala e escrita monitoradas, configurando-se uma tentativa de evitar o preenchimento do objeto, por um lado, com o pronome lexical *ele/ela* estigmatizado, e, por outro, com o clítico canônico *o/a*, por denotar pouca naturalidade. Além disso, acrescente-se o fato de que este último já não existe na gramática internalizada da maior parte dos falantes, de modo que *lhe* parece se legitimar como uma alternativa para contextos mais monitorados.

O pronome *lhe* como acusativo de segunda pessoa, ao que parece, alterna-se com as formas *o, a, te, você, senhor/senhora*, com frequências diferentes, em todas as variedades do PB, destacando-se sua presença no Nordeste em cidades como Salvador, Maceió, Recife e João Pessoa. (RAMOS, 1999) Embora não se disponha de descrições que permitam um amplo mapeamento dessa variante em todo o território nacional, as evidências existentes permitem situá-la como um traço definidor de isoglossa. Nessa direção, Pereira (2006, p. 44), referindo-se à alternância *te/lhe*, tanto para o dativo como para o acusativo, diz que: “Aparentemente, as formas *te* e *lhe* [...] configuram duas variantes diatópicas claramente marcadas no PB, com o *lhe* realizado no norte/nordeste do país e o *te*, no sul/sudeste”. Ainda no sentido de argumentar em favor da natureza diatópica do uso de *lhe* como OD de segunda pessoa, destacam-se os estudos que identificam esse fato linguístico em Salvador (ALMEIDA, 2009), em Santo Antônio de Jesus (ALMEIDA, 2014), no Ceará (ARAÚJO; CARVALHO, 2015) e em Feira de Santana. (SILVA, 2016)

É válido ressaltar que, na segunda pessoa do plural, a integração de *lhe* não ocorre da mesma maneira que no singular. Nesse paradigma, mesmo que as gramáticas tradicionais já admitam o desuso de *vós*, assim como também da forma oblíqua e do possessivo correspondentes, resistem à reprodução dessa mudança ao exibirem o quadro pronominal em suas páginas. A despeito disso, figuram, no PB, as formas *vocês* e, em contextos de monitoramento, *os/as*. Parece pouco usual, a forma plural *lhes* tanto na posição de OI como na de OD. Na amostra da fala soteropolitana aqui analisada, todas as vezes em que apareceram estruturas com um objeto direto plural de segunda pessoa, o falante empregou o pronome *vocês*, como se vê no exemplo a seguir:

(6) No dia que eu não tiver trabalhando, eu pego *vocês* [...].

Há de se ressaltar, também, como uma das inovações do sistema pronominal do PB o não preenchimento do argumento objeto direto de segunda pessoa, seguindo a mesma tendência do OD e OI anafóricos. Assim, a uma pergunta como *Em que lugar você me espera?*, o falante pode optar por não preencher a posição de objeto e dizer:

(7) Espero Ø em frente ao shopping.

Do exposto até aqui, ratifica-se o ponto de vista de que as transformações ocorridas no quadro pronominal repercutem com intensidade na sintaxe de complementação no paradigma de segunda pessoa, onde se observa a fixação do clítico *lhe* como OD em concorrência bastante acentuada com *te*. Na próxima seção, descrevem-se as possibilidades de expressão da segunda pessoa em estruturas acusativas na fala soteropolitana observadas no *corpus* organizado por Almeida (2009).

### **As estratégias de objeto direto para referência ao interlocutor na fala soteropolitana**

Antes da descrição das estratégias de objeto direto de segunda pessoa identificadas na fala soteropolitana, é importante tecer um breve comentário acerca dos contextos em que foram produzidas, primeiramente para que se justifique o número reduzido de dados obtidos e, por fim, para uma melhor compreensão dos resultados.

A natureza da variável em questão limita a sua produção em pesquisas linguísticas, uma vez que formas interlocutórias são, a rigor, usadas quando há interação entre os participantes da situação comunicativa e, por isso, diferentemente dos fenômenos fonético-fonológicos e de alguns fatos morfossintáticos, são mais difíceis de serem captadas durante uma entrevista no modelo pesquisador-informante. A fim de superar essa limitação, recorreu-se a estratégias que facilitassem a produção das ocorrências desejadas e não revelassem dificuldades durante a sua audição e transcrição.<sup>2</sup> Assim, além das entrevistas semiestruturadas, submeteu-se o informante a duas situações de produção: um jogo rápido de perguntas e respostas que favorecia uma breve interação entre os participantes – documentador e informante – e um teste de produção, cujas questões apresentavam uma formulação inicial, a fim de direcionar o falante para o uso de estruturas com formas interlocutórias, em posição de objeto direto, em diferentes contextos (dirigindo-se a uma pessoa idosa, a um jovem ou a uma pessoa numa posição hierárquica superior etc.), tal qual no exemplo:

(8) DOC: Imagine que você tenha encontrado uma jovem deficiente que precisa de ajuda para atravessar o sinal. Como perguntaria se pode ajudar ela nessa tarefa?

INF: Boa tarde, cê gostaria que eu atravessasse *você* na rua?

---

2 O detalhamento da metodologia bem como das técnicas de coleta dos dados empregadas pode ser conferido no estudo de Almeida (2009).

Na análise da amostra, ficou evidenciado que, em Salvador, há predileção por quatro formas acusativas de referência à segunda pessoa: os clíticos *te* e *lhe*, o pronome lexical *você* e o não preenchimento do objeto, exemplificadas a seguir:

- (9) (...) eu digo: “Vá, minha mãe, Deus *lhe* acompanhe.”
- (10) Oh, D., veja o esforço que sua mãe faz pra *te* criar [...].
- (11) Não, ninguém vai poder ouvir *você*.
- (12) Não, S., é... se você, se você questiona que eu não *lhe* esperei, eu acho que você está equivocado, eu esperei  $\emptyset$  o suficiente, esperei  $\emptyset$  até uma tolerância (...).

As ocorrências com os pronomes *o/a* e *senhor/senhora*, embora produzidas por alguns poucos informantes, não foram recorrentes. No primeiro caso, houve apenas sete registros – quatro entre falantes com nível superior e três entre falantes com ensino fundamental.

As ocorrências com os pronomes *o/a* e *senhor/senhora*, embora produzidas por alguns poucos informantes, não foram recorrentes. No primeiro caso, houve apenas sete registros – quatro entre falantes com nível superior, exemplificados em (13), (14) e (15), e três entre falantes com ensino fundamental.

- (13) Não *a* vi.
- (14) Não *a* entenderia.
- (15) [...] fui ao lugar que combinamos, ao seu encontro. Infelizmente não *o* vi, não *o* vi, não localizei você, pelo menos o celular estava desligado [...].

Entre os indivíduos com ensino fundamental, os clíticos *o* e *a* apareceram juntamente com outra estratégia de preenchimento do objeto, como em (16), o que evidencia a pouca habilidade desse grupo com a estrutura padrão.

- (16) Não *a* vi *a* *senhora*.

Já que, na variedade brasileira do português, esses clíticos, em geral, são aprendidos por meio da escolarização, os casos de hipercorreção, como o exemplificado, são evidências da tentativa de sua recuperação.

A opção por não incluir os pronomes de tratamento *senhor/senhora* na análise também se deveu à sua pouca ocorrência e por aparecerem em contextos bastante específicos, como em relações não solidárias, que envolvem maior formalidade e cortesia:

- (17) DOC: Você chegou ao local e ficou esperando, mas o seu chefe não compareceu. Como você diria a ele que esteve no local combinado, procurou ele e não viu?
- INF: Puxa! Eu fiquei lá esperando [...] não vi o senhor aparecer não.

Outra variante possível em alguns dialetos do PB, como mostrado no Quadro 1, é o uso da forma tônica *tu* – como em *Não vi tu no local combinado* –, que não foi empregada por nenhum dos falantes pesquisados, o que, em parte, pode ser explicado pelo fato de, em Salvador, não ser frequente o uso desse pronome. (DEUS, 2009; NASCIMENTO; PAIM, 2016) Acrescente-se a isso que o uso das formas retas de primeira e de segunda pessoas em posição de objeto é mais comum entre falantes com baixa escolaridade e, na amostra analisada, os dados provêm de 18 informantes com nível superior completo e 18 com nível fundamental, sendo que, dentre estes, todos têm mais de quatro anos de escolarização.

Tendo sido descritas todas as possibilidades de preenchimento do OD na comunidade em estudo, apresenta-se o cômputo geral dos dados de acordo com cada variante:

Tabela 1 – Distribuição total das formas de referência à segunda pessoa em estrutura acusativa no falar soteropolitano

VARIANTES	Nº DE OCORRÊNCIAS	%
Lhe	251	37
Te	247	36
Objeto nulo	141	21
Você	43	6
TOTAL	682	100

Fonte: Almeida (2009).

A princípio conjecturou-se que a amostra revelaria um emprego mais expressivo de ocorrências da variante *lhe*, tendo em vista que Ramos (1999), Galves (2001) e Oliveira (2004) destacaram o seu emprego como característico de capitais nordestinas. Os resultados obtidos mostraram, todavia, uma concorrência mais equilibrada do que a suposta. Vê-se, pelos números expressos na Tabela 1, que as estratégias preferidas pelos falantes são os clíticos *lhe*, com 37% (251/682) do total de ocorrências, e *te*, com 36% (247/682), seguidas do emprego do objeto nulo, que representa 21% (141/682) na amostra. A variante com pronome lexical *você* foi a estratégia menos usada, com apenas 6% (43/682) do total. Ressalta-se que, diferentemente de outras variedades do PB onde *você* e *te* alternam-se na posição de objeto direto, em Salvador, essa concorrência mostra-se mais acentuada entre os dois clíticos.

Embora o uso de *te* e *lhe* distribua-se equitativamente, quando se comparam os valores numéricos de ambas as variantes na amostra de Salvador com os da região Sul, por exemplo, fica clara a diferença entre as preferências linguísticas dos falantes dessas localidades. Dalto (2002) realizou um estudo sobre os pronomes-objeto de primeira e segunda pessoa nas três capitais do Sul, investigando tanto as formas para a expressão do dativo quanto do acusativo, e identificou, para a segunda pessoa, o uso de formas lexicais (*você/vocês*), tônicas (*a você, pra você/vocês, pra ti, pra senhora*), pronominais (*te, lhe*) e de objeto nulo. Nas três capitais, o clítico pronominal *te* foi a variante majoritária,

com 77 ocorrências em Florianópolis, 121 em Curitiba e 116 em Porto Alegre. O uso da forma lexical foi bastante reduzido, tendo a autora verificado apenas 4 ocorrências de *vocês* em Porto Alegre e 3 de *you* em Curitiba. Do clítico *lhe* foram registradas 12 ocorrências em Florianópolis, 4 em Curitiba e 6 em Porto Alegre. Embora a autora não faça a distinção entre formas de OD e de OI, é notório que, nessa variedade do português, esse pronome tem baixa produtividade.

Outro fato que chama a atenção nos dados da Tabela 1 é o uso do objeto nulo,<sup>3</sup> que aparece como a terceira alternativa mais frequente. Esse dado não chega a surpreender se se leva em conta que há no PB uma tendência ao apagamento dos pronomes clíticos, já registrada para a representação do acusativo anafórico de terceira pessoa em estudos de Omena (1978) e Duarte (1989), do dativo anafórico de terceira pessoa, em Freire (2000, 2005) e Berlinck (1997), e para a expressão do objeto de primeira e segunda pessoas, em Dalto (2002) e Lopes e Pereira (2008). Estas últimas autoras, assim como Dalto (2002), não realizaram um estudo sobre o apagamento do objeto de segunda pessoa, contudo apontam a ocorrência de tal estratégia:

*Você e tu coexistem no singular e vocês é praticamente categórico no plural na posição de sujeito, nas demais posições, contudo, nem o pronome complemento o/a/os/as nem o possessivo vosso se mantiveram produtivos, em seu lugar, se empregam com maior frequência te variando com você, lhe e objeto nulo [...].* (LOPES; PEREIRA, 2008, p. 350)

Os resultados expostos até aqui ratificam a ideia de um desuso *seletivo* de *lhe* no PB, visto que se especializou como forma de segunda pessoa para representar o OD. Para além disso, seu emprego nesta função figura como um traço marcante na fala soteropolitana.

## As motivações sociais e pragmático-discursivas para a alternância *te* e *lhe*

Nesta seção confrontam-se as duas variantes mais usadas em Salvador com o intuito de investigar os fatores sociais e pragmático-discursivos que atuam sobre a sua escolha. Assim, as ocorrências foram reduzidas a 498, das quais 251 referem-se ao uso de *lhe* e 247 ao uso de *te*. Embora alguns outros fatores tenham sido definidos como potenciais influenciadores dessa variação, a discussão dos resultados exposta aqui trata apenas daqueles considerados estatisticamente relevantes pelo programa Goldvarb, quais sejam: faixa etária, sexo, tipo de discurso e grau do monitoramento da fala. Destaca-se que a análise foi feita em função da variante *lhe*, dado que o seu emprego em Salvador é destoante do prototípico.

3 Embora se utilize essa terminologia quando há uma lacuna na posição do objeto de segunda pessoa, adverte-se que não se trata do característico objeto nulo do português, que se refere a um antecedente anafórico.

### A faixa etária do informante

Uma vez que não se tem notícias de estudos sistemáticos sobre a alternância das variantes *te* e *lhe* em Salvador em outras sincronias, a investigação da variável faixa etária do informante mostrou-se particularmente interessante, porque, fazendo-se uma projeção em tempo aparente, foi possível levantar hipóteses acerca do estágio da mudança nessa comunidade de fala. Para isso, partiu-se da estratificação da amostra de acordo com três faixas de idade – 25 a 35 anos (faixa 1), 45 a 55 anos (faixa 2) e 65 a 75 anos (faixa 3) – e da existência de uma hipótese clássica, nos estudos linguísticos, que prevê a estabilidade linguística do falante por volta dos 15 anos. Assim, como os dados foram coletados em 2008, fez-se uma projeção sobre o emprego das variantes num dado recorte temporal: 1. os falantes da faixa 3 refletem os usos linguísticos das décadas de 1948 a 1958; 2. os da faixa 2 refletem os usos de 1968 a 1978 e 3. os da faixa 1, das décadas de 1988 a 1998. Na Tabela 2, encontram-se os pesos relativos (PR) e percentuais obtidos:

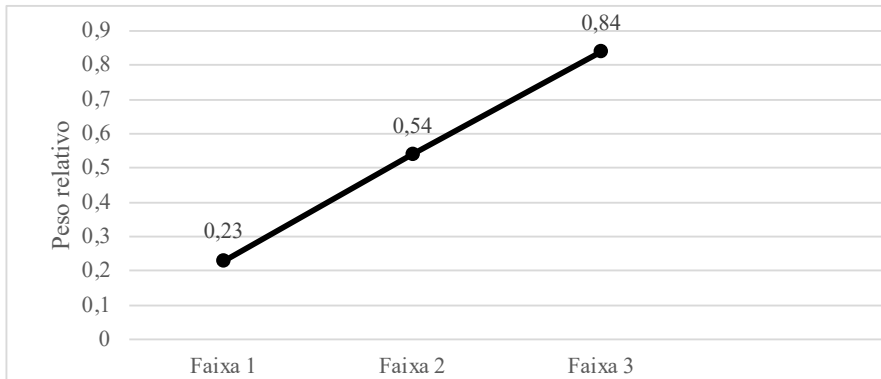
Tabela 2 – Atuação da variável *faixa etária* no uso da forma *lhe* como OD em Salvador.

FAIXA ETÁRIA	APL <sup>4</sup> /TOTAL%		PR
Faixa 3	100/122	82	0,84
Faixa 2	101/190	53	0,54
Faixa 1	50/186	27	0,23
TOTAL	251/498	50	-

Fonte: Almeida (2009).

A leitura dos dados revela que o uso de *lhe* é favorecido entre os falantes mais velhos, haja vista o peso relativo de 0,84; tende à neutralidade na faixa etária intermediária, que teve peso relativo de 0,54, e é desfavorecido na faixa 1, com PR de 0,23. Pelo Gráfico 1, é possível visualizar um padrão linear na distribuição da variante, traçado característico de mudança em curso conforme a literatura da área. A linha que representa o pronome *lhe* é descendente, mostrando-o como majoritário na faixa 3 e como minoritário na faixa 1.

4 Valor de aplicação da regra variável (emprego do pronome *lhe*).

Gráfico 1 – Influência da variável *faixa etária* no uso de *lhe* como OD em Salvador

Fonte: Almeida (2009).

Se tomada essa interpretação, assume-se que a forma *te* seria uma variante inovadora em Salvador, portanto, mais usual entre os indivíduos jovens, e *lhe* seria a forma conservadora, na medida em que é preferida pelos mais velhos. Adverte-se, contudo, que, embora o Gráfico 1 sugira a existência de uma mudança em curso, não é seguro fazer uma afirmação categórica sem a existência de estudos em tempo real. É possível, porém, aventar hipóteses que, posteriormente, podem ser testadas.

Pela alta incidência de *lhe* entre os falantes da faixa 3, sugere-se que, em algum momento anterior, teria este pronome alcançado um uso bastante expressivo na capital baiana, suplantando o *te*, que, mais recentemente, então, estaria se revitalizando, daí o seu uso expressivo entre os indivíduos mais jovens. Uma possibilidade de explicação para o decréscimo de *lhe* em Salvador e o consequente aumento de *te* seria a influência de falantes migrantes do interior, onde se usa o *tu* e seu correlato *te*, ou de outros estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, grandes centros irradiadores de influências socioculturais, em que é mais frequente o uso da forma *te*. Sabe-se que o intenso crescimento econômico e sociocultural de Salvador entre as décadas de 1970 e 1990 atraiu falantes de diversas regiões do país, vindos especialmente do interior e de outros estados como São Paulo e Rio de Janeiro, fato que poderia ter impulsionado a revitalização de *te*.

A hipótese sugerida é que os falantes da terceira faixa e menos intensamente os da segunda, por representarem um estágio da língua anterior a essa influência, evidenciariam um uso mais frequente da variante *lhe*. É de se esperar que os falantes da faixa 1, tendo adquirido estabilidade linguística no período de grande desenvolvimento da capital baiana, empreguem mais o pronome *te*, característico de relações mais solidárias e que serve melhor à informalidade dos dias atuais.

### O sexo do informante

Embora não haja um padrão rigoroso quanto à atuação da variável *sexo*, é aceitável a ideia de que as mulheres tendem a usar menos as variantes socialmente estigmatizadas do que

os homens do mesmo grupo social. Espera-se também que liderem processos de mudança quando esta se dá em direção a uma forma prestigiada (SILVA; PAIVA, 1996). Tomando por base essas afirmações e considerando a inexistência de estigma definido em relação à forma *te*, estabeleceu-se como hipótese que as mulheres pesquisadas usariam com mais frequência a variante indicativa de mais envolvimento/solidariedade, o *te*, enquanto os homens empregariam mais o *lhe*, que sugere menos envolvimento/solidariedade.

Na Tabela 3 apresentam-se os índices de ocorrência do *lhe* em função do sexo.

Tabela 3 – Atuação da variável sexo no uso de *lhe* como OD em Salvador

SEXO	APL. / TOTAL%		PR
Masculino	150/220	68	0,74
Feminino	101/278	36	0,31
TOTAL	251/498	50	-

Fonte: Almeida (2009).

Os pesos relativos confirmam que *lhe* é mais produtivo na fala dos homens e *te* na das mulheres. Das 278 ocorrências analisadas, em apenas 36% delas as mulheres usaram o pronome *lhe*, e o PR obtido foi 0,31. Os falantes do sexo masculino, por sua vez, usaram *lhe* em 68% das 220 ocorrências e o PR foi 0,74. Os resultados corroboram a hipótese de que as mulheres se mostraram mais sensíveis à variante inovadora na comunidade.

Para investigar como se comportam falantes de ambos os sexos em cada faixa etária, fez-se o cruzamento entre esses grupos de fatores, e os índices numéricos obtidos seguem expostos na Tabela 4.

Tabela 4 – Atuação das variáveis sexo e faixa etária no uso de *lhe* como OD em Salvador

SEXO	FAIXA ETÁRIA	APL. / TOTAL%		PR
Masculino	Faixa 3	44/51	86	0,88
	Faixa 2	65/87	75	0,76
	Faixa 1	41/82	50	0,52
Feminino	Faixa 3	56/71	79	0,79
	Faixa 2	36/103	35	0,35
	Faixa 1	9/104	9	0,09
TOTAL		251/498	50	-

Fonte: Almeida (2009).

Nota-se que o sexo masculino condiciona o emprego de *lhe* acusativo em todos os grupos etários, salientando-se que os jovens da faixa 1 são os que menos usam a forma. O peso relativo de 0,52 evidencia que esse grupo se alterna de forma bastante equilibrada entre o uso de *lhe* e de *te*. Ainda no sexo masculino, as faixas 2 e 3, que aparecem com pesos relativos 0,76 e 0,88, respectivamente, mostram clara predileção pelo



preenchimento do objeto direto com a variante *lhe*. Confirma-se, assim, a hipótese de que os homens usariam menos o pronome que denota menor solidariedade e menor formalidade e seriam, pois, mais conservadores na comunidade.

As mulheres das faixas 1 e 2 aparecem como desfavorecedoras do clítico *lhe* como acusativo. O PR de 0,09 da faixa 1 revela a preferência desse grupo pela variante menos formal e com maior envolvimento/solidariedade. Observando o PR da faixa 2, 0,35, vê-se que, embora esse grupo desfavoreça o uso do pronome *lhe*, há um crescimento significativo de 0,26 pontos em relação à faixa 1. As mulheres mais velhas aparecem favorecendo o uso do clítico *lhe*, com peso relativo de 0,79, porém mostram-se um pouco menos conservadoras do que os homens da mesma faixa.

### O tipo de discurso

Nas entrevistas realizadas, os informantes foram estimulados a produzir diferentes tipos de discursos – respondiam a perguntas feitas pelo documentador, contavam histórias, relatavam a fala de outras pessoas, elaboravam discursos hipotéticos a partir de algumas situações –, de modo que se torna importante investigar a atuação desses contextos sobre a escolha das formas usadas para a expressão do objeto direto de segunda pessoa. Para tanto, foram codificados os fatores discurso real (fala para o documentador), discurso próprio hipotético, discurso próprio relatado, discurso relatado de outra pessoa.

No controle desse grupo de fatores, está-se investigando, além da variação diafásica, a variação diarreferencial, uma vez que, pedindo ao falante que elabore um discurso de como falaria em determinada situação, procura-se inferir sua posição sobre o modo de falar de sua comunidade e é esperado que evite variantes estigmatizadas. A imagem que o indivíduo tem de sua fala e o que realmente realiza no ato verbal apresenta diferenças, ou seja, aquilo que ele pensa que diz nem sempre corresponde à realidade.

A expectativa inicial era a de que o discurso próprio para o documentador favorecesse o uso da forma *te* e de que os demais, pela possibilidade de não corresponderem exatamente ao que o falante diz, favorecessem o uso da variante *lhe*, que, embora não seja a forma canônica no paradigma de segunda pessoa, revela maior formalidade. Na Tabela 5, encontram-se os valores estatísticos obtidos.

Tabela 5 – Influência do grupo de fatores *tipo de discurso* no uso de *lhe* como OD em Salvador

TIPO DE DISCURSO	APL. / TOTAL%		P.R.
Próprio hipotético	97/197	49	0,40
Real	133/273	49	0,54
Próprio relatado	9/12	75	0,84
Relatado de outra pessoa	12/16	75	0,79
TOTAL	251/498	50	-

Fonte: Almeida (2009).

Os discursos relatado próprio e relatado de outra pessoa favorecem significativamente o uso do *lhe* acusativo, com pesos relativos de 0,84 e 0,79, respectivamente. É preciso ter em mente que a forma usada pelo falante, ao relatar sua fala ou a de outrem, nem sempre corresponde àquela que usaria ou ouviu em uma situação real, mas à que supõe ter dito ou ouvido, e a tendência, nesse caso, é recorrer a construções que indiquem maior prestígio, especialmente quando relata sua própria fala. Além disso, distante do fato acontecido, a tendência à informalidade seria menor, de modo que há maior probabilidade de evitar o *te*, eminentemente informal.

Era esperado que, no discurso hipotético, o falante também recorresse à forma que julgasse mais prestigiosa, uma vez que, como já lembrado, esse contexto relaciona-se à variação diarreferencial, e o resultado obtido pode, portanto, dar indícios de rejeição ou estigmatização do fato linguístico. Diferentemente do esperado, o resultado apontou aí um contexto inibidor de *lhe*, o que pode ser explicado considerando-se o tipo de relação estabelecida entre os interlocutores. Há, por exemplo, uma situação em que a mesma informante oscila entre o emprego dos dois clíticos: ao reproduzir a própria fala, dirigindo-se ao filho adotivo opta pela forma *te* para preencher a posição de OD e, ao dirigir-se à mãe, usa o clítico *lhe*:

- (18) Um dia eu disse: “[...] sua mãe é aquela moça que vem aqui sempre *te* ver.”
- (19) “A senhora não tem pra me dar, meu pai já morreu, meus irmãos não dá. Eu quero ter minhas coisas. Pronto! Eu vou-me embora, mas eu vou trabalhar, mas não esqueço de vim *lhe* ver.”

Voltando à Tabela 5, observa-se que o contexto de fala real, quando o informante se dirige diretamente ao documentador, tem uma influência moderada no uso de *lhe*, evidenciada pelo PR 0,54 – próximo ao valor de neutralidade (0,50). Essa atuação torna-se significativa quando comparada à do fator fala hipotética, que é de 0,40. Para a análise desse tipo de discurso, não se pode desprezar que o documentador, a quem o informante se dirigia nessas situações, era, muitas vezes, uma pessoa desconhecida, com quem não tinha relação de envolvimento/solidariedade. Para averiguar a atuação do tipo de relação entre os falantes em conjunto com o tipo de discurso produzido, fez-se o cruzamento dos dados de ambas as variáveis. O resultado, em percentuais, segue na tabela 6.

Tabela 6 – Efeito das variáveis *tipo de discurso* e *tipo de relação entre os interlocutores* no uso de *lhe* como OD em Salvador

TIPO DE RELAÇÃO	TIPO DE DISCURSO	APL./TOTAL%	
Não solidária	Real	101/221	46
	Próprio hipotético	43/63	68
	Próprio relatado	2/2	100
	Relatado de outra pessoa	6/8	75
Solidária	Real	32/52	62
	Próprio hipotético	54/134	40
	Próprio relatado	7/10	70
	Relatado de outra pessoa	6/8	75
TOTAL		251/498	50

Fonte: Almeida (2009).

Foram produzidas 273 ocorrências representativas do discurso próprio do informante em uma situação real, das quais a maior parte caracterizava relações não solidárias, dado o fato de o interlocutor nesses casos tratar-se do próprio documentador, que quase sempre era desconhecido do informante. Observa-se a prevalência de *lhe* em ambos os tipos de relações, mas nas relações solidárias esse índice é surpreendentemente maior (62%). Aí caberia a análise conjunta de outras variáveis, o que não poderá ser efetivado aqui.

No discurso hipotético, das 197 ocorrências totais, a maior parte das relações simuladas indicava solidariedade (134). Nestas, o *lhe* é menos usual, tendo alcançado o percentual de 40%. Nas relações não solidárias em que o falante recorreu a esse tipo de discurso, prevaleceu o uso da forma *lhe*, com 68%, em comparação a *te*, que obteve o índice de 32%. O número acentuado de contextos de relações solidárias, nas quais prevaleceu, ainda que discretamente, a variante *te*, provavelmente influenciou o resultado obtido para o fator discurso próprio hipotético na Tabela 05. Na fala relatada, aparece maior emprego de *lhe* tanto nas relações solidárias como nas não solidárias, o que corrobora a hipótese apresentada anteriormente ao se analisar o tipo de discurso isoladamente.

### O grau de monitoramento do discurso

O pronome *lhe* na distribuição com outras formas pronominais tanto pode ser clítico de *você* como de *senhor/senhora*, o que *lhe* confere mais neutralidade do que a forma *te*. Assim, é esperado que seja a variante preferida em contextos que sugerem maior monitoramento do falante. Na Tabela 7, apontam-se os resultados obtidos para a fala soteropolitana nesse quesito.

Tabela 7 – Influência do grau de monitoramento da fala no uso de *lhe* como OD em Salvador

MONITORAMENTO	APL. / TOTAL %		PR
[+monitoramento]	148/273	54	0,61
[-monitoramento]	103/225	46	0,37
TOTAL	251/498	50	-

Fonte: Almeida (2009).

O resultado revelou que os falantes preferem a forma *lhe* quando envolvidos em situações que requerem mais atenção à fala. O PR relativo para o fator [+monitoramento] foi 0,61 contra 0,37 para [-monitoramento]. O pronome *te*, por sua vez, refletindo as mesmas características pragmático-discursivas do *tu*, parece mais propício a situações de menor formalidade. A fim de investigar como ocorre a diferenciação pragmática de *lhe* em cada faixa de idade, buscou-se associar os grupos monitoramento da fala com faixa etária. Apresenta-se o resultado na Tabela 8.

Tabela 8 – Atuação das variáveis *faixa etária* e *monitoramento da fala* no uso da forma *lhe* como OD em Salvador

MONITORAMENTO	FAIXA ETÁRIA	APL. / TOTAL%		PR
	Faixa 3	64/78	82	0,89
[+monitoramento]	Faixa 2	48/92	52	0,57
	Faixa 1	36/103	35	0,39
	Faixa 3	36/44	82	0,78
[-monitoramento]	Faixa 2	53/98	54	0,47
	Faixa 1	14/83	17	0,1
TOTAL		251/498	50	-

Fonte: Almeida (2009).

Os índices numéricos expostos na Tabela 8 indicam que é na faixa 1 que se observa maior diferenciação quanto ao uso das variantes em função do monitoramento. Se se consideram os valores dos pesos relativos nessa faixa, 0,39 para o discurso monitorado e 0,10 para o menos monitorado, vê-se que não há favorecimento da variante *lhe* em nenhuma das situações; contudo, comparando os valores desses fatores, obtém-se uma diferença significativa de 0,29. Isso quer dizer que os falantes desse grupo etário, quando têm de escolher entre as formas *te* e *lhe*, revelam maior probabilidade de optar por esta última quando há maior atenção à fala e pela forma *te* quando a situação requer menos atenção ao discurso produzido. Os falantes da faixa 2, com o peso relativo de 0,57, também revelam sua predileção por *lhe* quando monitoram a fala. Quando há menor monitoramento, a influência tende à neutralidade: 0,47 para *lhe* e 0,53 para *te*. Na faixa 3, como se supunha, é onde há menor diferenciação

no uso de *lhe*, observando-se que os dois contextos são favorecedores da variante: o discurso monitorado apresenta o peso relativo de 0,89 e o menos monitorado 0,78. Destaca-se, contudo, que, mesmo entre os falantes mais velhos, é no contexto mais formal que se faz maior uso de *lhe* como OD.

## Considerações finais

Os primeiros resultados deste trabalho revelaram que as formas comumente empregadas na posição de OD de segunda pessoa, em Salvador, são *te*, *lhe*, *ocê* e o objeto nulo, com destaque para a concorrência bastante acentuada entre as duas primeiras variantes. Assim, é possível pensar que os dados referentes ao emprego de *lhe* como objeto direto na fala soteropolitana servem como argumento à hipótese de que seja essa uma marca diatópica do Nordeste.

Ao longo desta exposição, procurou-se demonstrar a existência de uma variação sistemática entre as formas *lhe* e *te*, observando-se a atuação de grupos de fatores de natureza extralinguística – sociais e pragmático-discursivos –, que atuam favorecendo ou não as variantes. Dentre esses grupos, a análise estatística a que foram submetidos os dados indicou como relevantes as variáveis faixa etária, sexo, tipo de discurso e grau de monitoramento da fala.

Pelo estudo em tempo aparente, os resultados obtidos para os grupos etários definidos indicam a conservação do *lhe* na faixa 3 e uma consequente mudança em direção à forma *te* para a posição de OD de segunda pessoa na capital baiana. Apontou-se a hipótese de que o uso mais frequente da variante *te* possa ter sido motivada por influências socioculturais dos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, onde o uso desta última é mais expressivo, e da migração de falantes do interior para a capital, fatos que teriam se intensificado entre os anos de 1970 e 2000, quando Salvador experimentou grande desenvolvimento econômico.

Analisando a atuação do fator sexo, verificou-se um comportamento diferenciado entre homens e mulheres no que se refere à escolha da estratégia para preencher o OD de segunda pessoa. O uso de *lhe* se mantém entre os homens, que são mais conservadores ao preferirem a variante “mais antiga” e mais formal, e é pouco evidente entre as mulheres. Na conjugação dos grupos de fatores sexo e faixa etária, os resultados ratificam a importância da idade para explicar a variação, apontando para a preferência de *lhe* entre homens e mulheres da faixa 3. Na faixa 2, também é visível a preferência masculina por este pronome, ao passo que na faixa 1 a atuação deste grupo é neutra. São as mulheres, especialmente as mais jovens, as responsáveis pela revitalização de *te*.

O exame da variável *tipo de discurso* mostrou que, em situações de fala relatada, do interlocutor ou de terceiros, há favorecimento da variante *lhe*, mas, na fala hipotética, contrariando a hipótese inicial, essa variante não foi favorecida. Notou-se que essa variável poderia ser mais bem explicada investigando-se o tipo de relação existente entre os

interlocutores dessas situações. Credita-se, assim, o resultado para o discurso hipotético ao fato de a maior parte das relações reproduzidas serem pautadas na solidariedade, o que deve ter motivado o favorecimento da variante *te* em detrimento de *lhe*. Para o discurso real, os valores dos pesos relativos estiveram muito próximos do valor neutro.

A análise do fator monitoramento da fala demonstrou que há uma diferenciação estilística das variantes. A forma *lhe* revelou-se característica das situações em que se dispensa maior atenção à fala. Associando-se os fatores grau de monitoramento e faixa etária, observou-se que, entre os falantes mais jovens, *lhe* apresenta uma diferenciação pragmática bem evidente: usam significativamente mais a forma *lhe* quando a fala é monitorada e *te* quando menos monitorada.

Em síntese, comprovou-se que a forma *lhe* como objeto direto de segunda pessoa faz parte do repertório linguístico do falante soteropolitano, mas tem-se definido como marca dos falantes mais velhos. Os demais grupos etários usam-na em oposição a *te* para indicar diferentes graus de intimidade e de respeito em relação a seus interlocutores.

## Referências

- ALMEIDA, G. S. *Quem te viu quem lhe vê: a expressão do objeto acusativo de referência à segunda pessoa na fala de Salvador*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- ALMEIDA, G. S. *Uso variável dos pronomes-objeto na expressão do dativo e do acusativo de segunda pessoa em Santo Antônio de Jesus – BA*. 2014. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- ARAÚJO, F. J. N.; CARVALHO, H. M. *Te e lhe como clíticos acusativos de 2ª pessoa em cartas cearenses*. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, p. 62-80, 2015.
- BERLINCK, R. A. *Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil*. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL, 2., 1997, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 1997.
- DALTO, C. D. L. *Estudo sociolingüístico dos pronomes-objeto de primeira e de segunda pessoas nas três capitais do Sul do Brasil*. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.
- DEUS, V. G. *VOCÊ ou TU? NORDESTE versus SUL: o tratamento do interlocutor no português do Brasil a partir de dados do Projeto ALiB*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- DUARTE, M. E. L. *Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes, 1989. p. 19-34.
- FREIRE, G. C. *A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na fala e na escrita brasileira e lusitana*. 2005. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

- FREIRE, G. C. *Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana*. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.
- GOMES, C. A. Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (org.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contracapa; Faperj, 2003. v. 1. p. 81-96.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LOPES, C. R. S.; COUTO, L. R.; DUARTE, M. E. L. Como as pessoas se tratavam no cinema latino-americano. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALFAL, 14., 2006, Monterrey. *Actas [...]*. Santiago de Chile: Alba Valencia E., 2005. v. 2, p. 1-14.
- LOPES, C. R. S.; PEREIRA, R. O “voceamento” no português brasileiro: análise de cartas familiares dos séculos XIX e XX. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALFAL, 15., 2008, Montevidéu. *Actas [...]*. Montevidéu: [s. n.], 2008. p. 350-370.
- LOPES, C. R. S.; RUMEU, M. B. O quadro de pronomes pessoais do português: as mudanças na especificação dos traços intrínsecos. In: CASTILHO, A. et al. (org.). *Descrição, história e aquisição do português*. São Paulo: Fapesp; Pontes, 2007. v. 1, p. 419-435.
- MENON, O. P. S. O sistema pronominal do Brasil. *Revista Letras*, Curitiba, n. 44, p. 91-106, 1995.
- MONTEIRO, J. L. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: UFC, 1994.
- NASCIMENTO, L. C. R.; PAIM, M. M. T. A variação tu/você no português popular falado de Salvador e Amargosa, na Bahia. In: ENCONTRO DE SOCIOLINGÜÍSTICA, 6., 2016, Feira de Santana. *Anais [...]*. Feira de Santana: UEFS, 2016. p. 31-45.
- OLIVEIRA, M. A perda da preposição a e a recategorização de *lhe*. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 23, p. 292-297, 2004.
- OMENA, N. P. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. 1978. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.
- PEREIRA, A. L. D. *Os pronomes clíticos do PB contemporâneo na perspectiva teórica da Morfologia Distribuída*. 2006. Tese (Doutorado em Teoria e Análise Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- RAMOS, C. M. A. *O clítico de 3ª pessoa: um estudo comparativo português brasileiro / espanhol peninsular*. 1999. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1999.
- SILVA, D. E. R. *A variação na representação do objeto dativo e acusativo em Feira de Santana*. 2016. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

SILVA, G. M. O.; PAIVA, M. C. Visão de conjunto das variáveis sociais. In: SILVA, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P. (org.). *Padrões sociolinguísticos: análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 334-378.

TORRES MORAIS, M. A. C. R.; BERLINCK, R. A. “Eu disse pra ele” ou “Disse-lhe a ele”: a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. In: CASTILHO, A. *et al.* (org.). *Descrição, história e aquisição do português*. São Paulo: Fapesp; Pontes, 2007. v. 1. p. 61-83.



PARTE II  
**DE NORTE A SUL**



EMILY KAROLINE OLIVEIRA PIMENTEL LIMA  
JOSANE MOREIRA DE OLIVEIRA

## **“Diz *que*/disse *que*”: no semiárido baiano tem gramaticalização**

### **Introdução**

Na contemporaneidade, são muitos os estudos acerca de transformações linguísticas. As possibilidades de criações, principalmente na fala, ocasionam, em algumas situações, mudança, visto que a expressão de cada locutor acompanha a transformação do universo em que reside e permeia diferentes contextos discursivos. Tais mudanças podem ser visíveis também em alterações semânticas e sintáticas de determinadas palavras, como, por exemplo, alguns verbos. Estes podem ganhar novos usos, novas possibilidades e perder, assim, seu sentido fonte para assumir uma nova função, como a de organizar o discurso em situações usuais de fala.

Neste trabalho, analisa-se um caso específico de mudança – a gramaticalização –, mais especificamente a gramaticalização do verbo *dizer* nas construções *diz que* e *disse que*, a partir do funcionamento da língua em situações reais de uso. A análise aqui apresentada é fruto de uma dissertação de mestrado que buscou retratar dois diferentes usos específicos atribuídos a tais construções em dados de fala popular do Semiárido Baiano. Busca-se responder neste estudo perguntas como: Quais os usos mais frequentes de *diz que* e *disse que* nos dados de fala do Semiárido Baiano? Dentre os usos, quais se encontram mais ou menos gramaticalizados? Quais contextos linguísticos influenciam os usos gramaticalizados de *diz que* e *disse que*?

Os dados analisados fazem parte das amostras da língua falada na zona rural e urbana de Feira de Santana (BA) e da coleção Amostras da Língua Falada no Semiárido Baiano, que pertencem ao projeto A Língua Portuguesa Falada no Semiárido Baiano, desenvolvido no Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP) do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Para apresentar o processo de mudança e os usos gramaticalizados ou não das duas construções, este texto divide-se nas seguintes partes: pressupostos teóricos; a gramaticalização do verbo *dizer*; o *corpus*; a gramaticalização de *dizer* nas construções *diz que* e *disse que* em dados de fala do Semiárido Baiano; e considerações finais.

### Pressupostos teóricos

A possibilidade adaptativa das línguas torna-se evidente quando os falantes percebem e utilizam sentidos novos atribuídos a palavras já existentes, baseando-se em suas necessidades comunicativas em meio aos diversos contextos discursivos. Para explicar esse fenômeno, este trabalho baseia-se na gramaticalização, que é entendida como a reconfiguração da significação de palavras ou construções às suas formas novas, dando-lhes características próprias, modificando suas categorias fontes (palavras ou construções). Essas inovações evidenciam que a gramática não é acabada, mas renovada constantemente por meio de palavras e construções gramaticalizadas. Entende-se por gramaticalização, portanto, o percurso pelo qual palavras autônomas podem tornar-se palavras gramaticais. Esse processo de mudança envolve um conjunto de alterações pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas correlacionadas. (TRAUGOTT, 2003)

Visto que tais construções não são somas de sentidos dos elementos que as compõem, ou seja, não são composicionais, seu valor não é tido por seus componentes separadamente, mas depende das habilidades cognitivas de agregar categorias em diferentes domínios de conhecimento, o que está associado à percepção de mundo de cada falante. E a repetição dessas formas tende a automatizá-las, tornando-as um único referente, fazendo com que estejam disponíveis no repertório da língua. (MARTELOTTA, 2011)

A visão clássica da gramaticalização volta seu olhar para itens específicos, que, através dela, se espriam para outras categorias. Porém, partindo da ideia de que essas formas não sofrem alterações isoladamente, configuradas a partir da junção do verbo *dizer*, em dois tempos distintos, com a conjunção *que*, torna-se indispensável a abordagem da perspectiva construcional da gramática neste estudo. O foco de análise da mudança recai, então, na ideia de que os fenômenos estruturais observáveis na gramática podem ser derivados de domínios cognitivos gerais, aqueles que se mostram operantes em outras áreas da cognição humana que não a da linguagem. (BYBEE, 2010)

Para Traugott (2008) e Traugott e Trousdale (2013), esse modelo, que considera o composto forma e significado, defende a ideia de que as construções são organizadas em uma rede, sendo consideradas como unidades simbólicas partilhadas entre grupos de falantes. Nessa perspectiva, a semântica, a morfologia, a morfossintaxe e a pragmática

estão unidas. A mudança, portanto, inicia-se no uso linguístico e apenas se fixa como mudança quando novos construtos se espalham entre diferentes usuários da língua. Trata-se, então, de uma convenção aceita pelos falantes entre forma e significado, caracterizando uma mudança construcional. A construcionalização é um pareamento entre forma e significado, o que gera um novo nó na rede.

A língua é definida como uma rede de construções, as quais emergem na gramática a partir de novos pareamentos de forma-significado. Esses significados ou usos só serão implementados a partir de compartilhamentos entre os falantes, o que torna uma construção tão familiar que aparenta ser ou se torna na gramática uma única palavra, a qual pode ser acionada pelos usuários da língua de acordo com suas diferentes necessidades dentro de suas redes comunicacionais. Seguindo os postulados da Língua Funcional Centrada no Uso (LFCU), a gramática de construções considera as construções advindas de processos cognitivos gerais, partindo do pressuposto de que nenhum nível da gramática é autônomo e de que as construções são projetadas na linguagem para capturar associações entre forma e significado. Sobre isso, Rosário e Oliveira (2016, p. 239) afirmam que

[...] a construção é assumida como unidade gramatical básica e fundante. A língua, por consequência, define-se como um conjunto de construções específicas e hierarquizadas que, interconectadas, compõem uma ampla rede, na qual propriedades fonológicas, morfossintáticas, semânticas e pragmáticas se encontram integradas.

Assume-se aqui que o agrupamento do verbo *dizer* mais a conjunção *que* pode ser considerado como uma construção, o que resulta numa certa redução dos significados da sua composicionalidade e seu uso se torna tão natural que, ao utilizá-la, o falante não imagina a possibilidade de as palavras que a compõem serem utilizadas separadamente para o mesmo valor correspondente à sua junção.

Todos esses aportes teóricos, portanto, explicam a mudança ocorrida no verbo *dizer*, que perde seu valor declarativo, de enunciar informações advindas de uma ação realizada por um sujeito expresso – presente no sintagma e que se compromete com o que diz –, e passa a ser um marcador evidencial, que perpassa por enunciados com valores de *ouvir dizer*, sem a presença do agente do dito, marcando, assim, um certo distanciamento discursivo entre falante e a informação por ele veiculada.

### **A gramaticalização do verbo *dizer***

As construções tomadas aqui como objeto de análise pouco foram estudadas até o momento. Foram encontrados sete trabalhos sobre o *diz que* (CASSEB-GALVÃO, 2001; 2004; CASSEB-GALVÃO; LIMA-HERNANDES, 2007; COELHO, 2010; COSTA; CASSEB-GALVÃO, 2012; LIMA; CARVALHO, 2014; MACHADO; CASSEB-GALVÃO,

2012) e apenas três sobre o *disse que*. (CARVALHO, 2017; LIMA, 2015; LIMA; CARVALHO, 2014) Trata-se de retratos linguísticos de diferentes épocas, de várias comunidades cujos dados provêm também de diferentes fontes e apresentam diversos contextos sócio-comunicativos. Acresce-se a essa lista o recente trabalho de Lima (2020), que envolve as duas construções e que forneceu o recorte para este texto.

Em direção à mudança, o verbo *dizer* ganha classificação no domínio da evidencialidade, que faz referência à expressão da fonte daquilo que é enunciado e às relações entre falante e ouvinte, além de marcar a não responsabilidade de quem fala quanto ao que é dito. (CASSEB-GALVÃO, 2001)

Referente ao item *diz que*, ao utilizá-lo, o falante não explicita o agente do dito, não é cifrada a fonte da informação [...]. O falante emprega uma construção com o verbo *dizer* sem sujeito sintático, fixando a flexão, entretanto, na terceira pessoa do singular. Com esse recurso, o falante cifra para o interlocutor algo que não quer dizer claramente: a fonte da informação. (CASSEB-GALVÃO; LIMA-HERNANDES, 2007, p. 105)

Nesses usos, encontram-se as expressões gramaticalizadas, marcando uma experiência indireta, em que o informante está distante física e cognitivamente em relação ao que é dito. Sobre essa mudança gradativa, Casseb-Galvão (2001, p. 113) afirma que “o (*ele*) *diz que* é uma predicação matriz, organizada a partir de um predicado, item lexical, verbo pleno, de elocução (*dizer*) e que exige uma oração encaixada como segundo argumento”. A construção é definida pela autora como uma expressão cristalizada no presente (tempo do mundo comentado) que, metaforicamente, é usada para introduzir um evento do mundo narrado.

O *diz que* leva a asserção para o domínio *irrealis*, explicita um fato no campo das hipóteses. A justificativa para isso pode estar na própria escala de evidencialidade, ou seja, no campo das hipóteses, da abdução, há alguma evidência a favor desse fato. (CASSEB-GALVÃO; LIMA-HERNANDES, 2007, p. 114)

É na macrofunção de *ouvir dizer* que a autora encontra maior ocorrência das construções não predicativas, sem agente do dito. De acordo com Casseb-Galvão (2001, p. 140), estão nas experiências evidenciais de *ouvir dizer* diferentes funções: 1. reforçar uma verdade geral preexistente; 2. divulgar o que se ouviu de terceiro; e 3. exteriorizar elucubrações do enunciador.

Casseb-Galvão (2001) sustenta, pois, que as formas fonte para o *diz que* mais gramaticalizado são as construções *dizem que* e *ele diz que*, sendo que *dizem que*, por não apresentar o agente do dito, configura uma das escalas polissêmicas da mudança em direção à expressão gramatical da evidencialidade.

A escala de mudança, no aspecto conceitual, é item lexical (predicador matriz) > item gramatical (operador evidencial), ou seja, do mais concreto para o mais abstrato.

Segundo Casseb-Galvão (2001), nas ocorrências com *(eles) dizem que*, apesar de se indicar a indeterminação do sujeito, preserva-se o valor semântico e a marca morfológica de pessoa, como em: “Eurídice: *Todos dizem que* mulher tem alma de gato”. (CASSEB-GALVÃO, 2001, p. 222)

Visto que os usos da construção *diz que* estão ligados a dúvidas e incertezas, ao mundo das possibilidades, está presente aí a dessemantização da forma fonte, configurada pela transferência conceptual do mundo real, [+concreto], para o mundo do discurso, [+abstrato], e, como resultado desta, surge o valor evidencial de *diz que*. A partir desse valor de operador evidencial pertencente ao domínio das qualificações, essa construção expressa um domínio abstrato, o que caracteriza a transferência de um fato do mundo real para o mundo abstrato, transferência essa que sofre influência da *metáfora*.

Analisa-se aqui o grau de gramaticalização alcançado pelas construções examinadas, desde o mais gramaticalizado, quando a construção já é classificada como uma nova categoria, com valor de operador evidencial, sem a presença do sujeito que diz/disse, como em (1) e (2); ao menos gramaticalizado, quando ainda se observa a presença daquele que diz/disse ou quando o sujeito pode ser recuperado no contexto, como em (3) e (4).

- (1) DOC: Ham, ham. Más amizades, né? A gente sabe que tudo que influencia... é com quem tá andando, né? A gente tem que tá olhando porque...  
 INF: Ôh! *Diz que* uma ovelha ruim bota as outra a perder, né?  
 DOC: A gente tem que tá...  
 INF: E quando a pessoa é adolescente qualquer coisa pra ele é... é...  
 DOC: Ham, ham. (Homem, Faixa II, Urbano)
- (2) INF: Hoje, hoje já num anda mais.  
 DOC: Hum.  
 INF: Já anda mais de carro, ande de pé só assim por perto. Mas, assim pra ir pra cidade tudo vai de carro.  
 DOC: Mas você não gostava mais não, você deve não ter ido naquela época não, né?  
 INF: Não. Naquela época era mais difícil.  
 DOC: Tinha que andar mais?  
 INF: Andar. Chovia muito, o rio enchia, *disse que* pa passar dava maior trabaio.  
 DOC: É mehmo?  
 INF: É.  
 DOC: Parece que era muito difícil. (Mulher, Faixa I, Rural)
- (3) DOC: E as brincadeiras, dona C.? A senhora acha o quê, que...  
 INF: Minha filha! As brincadeiras hoje não tem mais brincadeira, que crianças mais não quer brincar. Minha neta mesmo tem uma, tem umas

três bonecas deste tamanho, só vendo. [medindo o tamanho da boneca com as mãos] que só vendo...

DOC: Sim.

INF: Se desbunda, se desmancha pra dar um presente bonito, uma boneca pa, pa ela, deu umas três boneca tudo na casa de A. L. do tamanho dela, se você for lá, você diz assim: É mentira! Tá lá jogada num, nuns canto lá, toda, toda, toda desconsertada. Não brincam mais de boneca, elas agora quer brincar... Quer é namorar, *as crianças deste tamanho diz que já tem é namorado, já tem namorada*. E... E a televisão ensinando mais ainda, aí...

DOC: E na sua época, as brincadeiras eram como?

INF: Ave Maria! Que brincadeiras gostosa! (Mulher, Faixa III, Urbano)

- (4) DOC: E a senhora nasceu em que bairro?

INF: Eu nasci lá nos Olhos d'Água, perto da Senador Quintino.

DOC: Hum.

INF: A rua exatamente eu não sei, porque *minha mãe disse que lá mudou muito, entendeu?*

DOC: Sei. (Mulher, Faixa II, Urbano)

## O corpus

O *corpus* escolhido e aqui analisado é composto por entrevistas do português culto e popular falado em diferentes regiões do Semiárido Baiano. Tais entrevistas fazem parte do projeto A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano, desenvolvido pelo NELP do Departamento de Letras e Artes da UEFS. Ressalta-se que, inicialmente, o projeto centrou-se em comunidades rurais e, posteriormente, foi acrescida a fase 3, a qual teve como foco principal a zona urbana de Feira de Santana.

Para uma melhor visualização da composição das entrevistas, citam-se os quatro CDs que contêm o *corpus* português popular rural das regiões do Semiárido Baiano: 1. amostras da língua falada na zona rural de Caem (Piemonte da Diamantina), com 12 inquéritos; 2. amostras da língua falada na zona rural de Rio de Contas (Chapada Diamantina), com 24 inquéritos; 3. amostras da língua falada na zona rural de Feira de Santana (Paraguaçu), com 12 inquéritos; 4. Amostras da língua falada na zona rural de Jeremoabo (Nordeste), com 36 inquéritos. As amostras foram constituídas entre 1994 e 2002 e os informantes são estratificados por sexo, faixa etária (Faixa I – 12 a 22 anos; Faixa II – 25 a 40 anos; Faixa III – 45 a 55 anos; e Faixa IV – 65 anos em diante) e escolaridade (analfabeto; semialfabetizado).

Posteriormente, na composição do *corpus* do projeto A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano – Fase 3, considerou-se a relação com a migração: feirenses filhos de feirenses; feirenses filhos de migrantes; migrantes e feirenses da zona rural. Tal amostra se caracteriza por conter falantes da norma popular e da norma culta de Feira de Santana.



As entrevistas que compõem esse banco de dados foram gravadas entre os anos de 2007 e 2013 e totalizam 72 inquéritos. O *corpus* está estruturado da seguinte forma, segundo Araújo e Almeida (2010, p. 36):

- 48 informantes analfabetos ou pouco escolarizados, sendo 24 feirenses, 12 filhos de migrantes e 12 migrantes. Os da zona rural são nascidos no município e os seus pais, na maioria dos casos, também;
- 12 informantes com nível universitário completo e/ou com pós-graduação (todos informantes da sede do município, nascidos na própria cidade);
- 12 informantes com nível médio completo, sendo feirenses e filhos de feirenses;
- Os informantes estão distribuídos equitativamente por ambos os sexos e pelas quatro faixas etárias citadas.

### **A gramaticalização de *dizer* nas construções *diz que* e *disse que* na fala do semiárido baiano**

Ao se gramaticalizar, o verbo *dizer* perde sua função declarativa e, ao admitir usos mais gramaticais, passa a ser utilizado não apenas com seu valor *dicendi*, que apresenta sujeito preenchido, mas também com diferentes novas funções, consideradas mais gramaticais. As construções funcionam não só apresentando o agente do dito como também os valores evidenciais, os quais apontam para um descomprometimento do sujeito com o conteúdo que diz. Denominam-se construções as formas *diz que* e *disse que*, pois o verbo *dizer* se une à conjunção *que* e passa a ser utilizado como uma só palavra e essa função advém de uma certa frequência de uso adotada pelos usuários da língua. De acordo com Carvalho (2017), os usos gramaticalizados de *disse que* parecem ter se implementado no português por analogia a *diz que*.

Foram tomados como base para a análise estudos empíricos que envolvem o *diz que* (CASSEB-GALVÃO, 2001, 2004; CASSEB-GALVÃO; LIMA-HERNANDES, 2007) e o trabalho de Carvalho (2017), que considera tanto o *diz que* quanto o *disse que*. Segundo Carvalho (2017, p. 96), está ocorrendo uma mudança categorial de *dizer*, que pode ser representada da seguinte forma: verbo declarativo ou *dicendi* > operador evidencial. É imprescindível em trabalhos sobre gramaticalização citar a forma fonte que serviu como origem para formas mais gramaticalizadas. Segundo Casseb-Galvão (2001), a origem do *diz que* é *ele/ela diz que* > *dizem que* até o surgimento dos itens evidenciais ( $\emptyset$  *diz que*). A esse respeito, Casseb-Galvão (2001, p. 11) salienta aspectos do (des)comprometimento do falante sobre o valor de verdade da proposição. A autora cita ainda que a evidencialidade é um domínio favorável à gramaticalização.

Portanto os usos mais gramaticais, com valor evidencial, são interpretados como gramaticalizados; e os menos gramaticais, declarativos, como não gramaticalizados. Dentre as condições precursoras da mudança categorial, estão fatores gramaticais. Para

a análise linguística dos dados do Semiárido Baiano, considerou-se como relevantes fatores: grau de gramaticalização; formas de expressão do sujeito; e valores semânticos das construções. Tais discussões apresentam-se nos tópicos seguintes. Ressalta-se que, embora os dados tenham sido codificados e processados no programa Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), o programa selecionou apenas as variáveis sociais. Assim, as variáveis linguísticas aqui apresentadas não foram selecionadas como estatisticamente relevantes para o cálculo dos pesos relativos, motivo pelo qual são expostos apenas os resultados absolutos e percentuais.

### Fatores linguísticos do *diz que*

Foram encontradas 280 ocorrências da construção *diz que* no *corpus* do Semiárido, distribuídas entre mais gramaticais – quando gramaticalizadas, com valor evidencial – e menos gramaticais, ou seja, construções não gramaticalizadas, com valor declarativo.

Tabela 1 – Resultado geral para o *diz que*

DIZ QUE GRAMATICALIZADO	DIZ QUE NÃO GRAMATICALIZADO	TOTAL
163 58,2%	117 41,8%	280

Fonte: Lima (2020, p. 82).

Das 280 ocorrências documentadas, 163 foram casos de *diz que* gramaticalizado (58,2% dos dados), como já exemplificado em (1). As demais 117 ocorrências (41,8% dos dados) foram casos de *diz que* não gramaticalizado, como já exemplificado em (3).

Diferentes tipos de sujeitos são encontrados nas construções analisadas, a saber: pronominais, como em *ele/ela diz que*; nominais, como em *minha mãe diz que* e em *Seu João diz que*; e sujeito nulo, com anáfora zero, como em (5), ou nulo recuperável, como em (6). Os resultados estão apresentados na Tabela 2, mais adiante.

- (5) DOC 1: Sei. Hum, hum. E aí é, é em relação assim a remédios de como é que a senhora usa assim? Usa muitas... muitas ervas, muitas folhas de mato? Me fala um pouquinho sobre isso.  
 INF: Eu... eu faço assim: o chá do o chá do pau de rato, que diz que é muito bom pra tudo. Diz que o chá de pau de rato é bom, e remédio.  
 DOC 1: Pau de rato é o quê?  
 INF: O pau de rato é um... um mato que tem no mato cuma diz aí o povo chama pau de rato.  
 DOC 1: Hum. (Mulher, Faixa III, Rural)

- (6) INF: Não é bom, *eles* reclama *diz que* é a estrada que não presta, quando tiver asfalto *diz que* vai ter transporte melhor, eu quero ver, nunca vai mudar o transporte daqui, não muda nunca, é isso aí mesmo, é o mesmo véi que *diz que* ah a gente comprou cinquenta ônibus novo, quando vem dois ônibus chega no centro da cidade, aqueles véi que num, que num tá mais rodando no centro da cidade vem pra roça pra ficar quebrando.  
DOC: É mesmo. (Homem, Faixa II, Rural)

Tabela 2 – Usos do *diz que* e formas de expressão do sujeito

TIPO DE SUJEITO	DIZ QUE GRAMATICALIZADO	DIZ QUE NÃO GRAMATICALIZADO	TOTAL
Sujeito pronominal	-	34 100%	34
Sujeito nominal	-	46 100%	46
Sujeito nulo	163 81,5%	37 18,5%	200

Fonte: Lima (2020, p. 84).

Das 280 ocorrências documentadas, 163 foram casos de sujeitos ausentes, o que, como já esperado, se configura como dados mais gramaticais. As demais 117 ocorrências foram casos de *diz que* menos gramaticalizado, que ocorrem quando há a possibilidade de encontrar no contexto ou na oração aquele que diz como também a fonte da informação enunciada.

Em relação ao tipo de sujeito, como demonstrado na Tabela 2, as ocorrências mais gramaticais das construções analisadas são com sujeito nulo, correspondendo a 81,5% dos dados. Essas ocorrências evidenciam um contexto favorável para casos de gramaticalização, já que os usos evidenciais indicam um distanciamento do sujeito, isto é, seu apagamento ao dizer. Os sujeitos preenchidos pronominais e nominais configuram os casos menos gramaticais ou não gramaticalizados da construção *diz que*, os quais ocorrem em 100% de casos não gramaticalizados. Ressalta-se que há dados de sujeito nulo com a construção não gramatical, já que existe a possibilidade de recuperação desse sujeito no contexto, ou seja, o sujeito será nulo na oração na qual ocorre a construção, mas recuperável na conversação. Esses dados de sujeitos nulos recuperáveis (18,5%) ocorrem em casos menos gramaticais. Interessa citar que os resultados com preenchimento do sujeito revelam que nesse percurso de mudança é relevante a coexistência de dados gramaticalizados com os não gramaticalizados, já que estes justificam o trajeto de [- gramatical] para [+ gramatical] alcançado pela construção. O tipo de sujeito é considerado bastante relevante, visto que serve como justificativa para explicar o trajeto do *diz que/disse que* declarativo menos gramatical até o *diz que/disse que* mais gramatical. (CASSEB-GALVÃO, 2004; CASSEB-GALVÃO; LIMA-HERNANDES, 2007)

Após analisar os dados mais e menos gramaticais, foram investigados valores semânticos atribuídos à construção e encontraram-se todos os valores previstos, desde os predicativos com valor declarativo, em que é perceptível a presença do sujeito responsável pelo dizer, até os usos não predicativos, que se dividem em: 1. reforço de verdade geral, em que é evidente um domínio coletivo que assevera como real a informação transmitida; 2. boato, em que o falante veicula o que ouviu de terceiros, em forma de fuxicos, notando-se nesse uso a distância do falante em relação ao evento narrado; e 3. especulação, quando é percebido que o discurso transmitido existe apenas na imaginação do falante, sendo uma hipótese pessoal.

Os exemplos (7), (8), (9) e (10) ilustram os valores declarativo, verdade geral, boato e especulativo, respectivamente:

- (7) DOC: Ham, ham. Ok. E assim.... o que que 'cê acha assim dos jovens hoje? 'Cê pode falar?  
 INF: Os jove minha filha, os jove hoje em dia a gente sempre quando... quando levanta a campanha de oração...  
 DOC: Ham, ham.  
 INF: Na igreja, eu oro muito pelos jove, por quê? Porque os jovem não respeita pai, não respeita mãe, não respeita pai não respeita mãe, não respeita os mais velho, não respeita ninguém... eles, quando a gente fala, vai dar um conselho pra um jovem hoje em dia, *ele diz que* a gente é cafona que a gente é cafona né? [...] (Homem, Faixa III, Urbano)
- (8) DOC: Que é a realidade. Hoje em dia já tá melhor, né, a coisa. A escola já tá...  
 INF: Qual o professor que vai bater num aluno hoje numa sala de aula?  
 DOC: Se bater...  
 INF: *Diz que* tem queixa pra dar, né?  
 DOC: Hum. (Homem, Faixa II, Rural)
- (9) DOC 1: Ham, ham. Aqui tem escola, não tem?  
 INF: Tem.  
 DOC 1: Até que série tem aqui?  
 INF: Até a sétima parece, sexta parece que até o... não o segundo grau que não tem aqui, só segundo grau que não tem, mas *diz que* esse ano vai surgir o segundo grau aqui.  
 DOC 1: Hum. E quem estuda esse segundo grau vai pra onde?  
 INF: Ham?  
 DOC 1: Quem vai pra... quem vai pro segundo grau?  
 INF: Vai estudar em Rio de Contas. (Mulher, Faixa II, Rural)

(10) DOC 2: E bicicleta, tu sabe andar?

INF: Bicicleta eu sei.

DOC 2: Hum. Dizem que quem sabe andar de bicicleta sabe de moto, será que é verdade?

INF: Não, bicicleta é mais difícil pra se andar, diz que a moto é mais fáci...

DOC 2: É, né?

INF: É. (Mulher, Faixa I, Rural)

Os resultados encontrados para os valores semânticos do *diz que* estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Usos do *diz que* e valores semânticos

VALOR SEMÂNTICO	DIZ QUE GRAMATICALIZADO	DIZ QUE NÃO GRAMATICALIZADO	TOTAL
Declarativo	-	117 100%	117
Verdade geral	24 100%	-	24
Boato	120 100%	-	120
Especulativo	19 100%	-	19

Fonte: Adaptada de Lima (2020, p. 89).

Para os diferentes usos atribuídos à construção *diz que*, foram encontrados para os casos mais gramaticais valores de verdade geral, quando é perceptível uma voz social, um conhecimento coletivo que assevera a informação transmitida; de boato, quando as informações contadas são vindas de terceiros, muitas vezes em forma de fuxicos ou conversas passadas de boca em boca; e de especulação, quando existe influência da imaginação do informante, pois, mesmo sendo informações declaradas por ele, muitas vezes por achismos ou por não saber a veracidade do que é declarado, ele não quer ou não pode se comprometer com o dito. Para os valores de verdade geral, boato e especulação, todos os dados (100%) foram de *diz que* gramaticalizado.

Já o valor declarativo, quando o verbo mantém seu valor primitivo, *dicendi*, tendo presente o sujeito que declara determinada informação, ocorreu 117 vezes, sendo 100% desses dados de *diz que* não gramaticalizado.

### Fatores linguísticos do *disse que*

Quanto à construção com o verbo *dizer* no pretérito perfeito do indicativo mais a conjunção *que*, foram encontrados também usos mais e menos gramaticalizados, como apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Resultado geral para o *disse que*

DISSE QUE GRAMATICALIZADO	DISSE QUE NÃO GRAMATICALIZADO	TOTAL
93 33,6%	184 66,4%	277

Fonte: Lima (2020, p. 104).

Como visto na Tabela 4, há mais ocorrências de dados não gramaticalizados (66,4%) se comparadas com as ocorrências mais gramaticais (33,6%). Os resultados obtidos revelam que a construção *disse que* gramaticalizada, como já exemplificado em (2), coexiste com dados menos gramaticais, como já exemplificado em (4). Essa convivência entre a forma gramaticalizada e a declarativa (não gramaticalizada) já é prevista, conforme o princípio de divergência proposto por Hopper (1991), segundo o qual a forma que se gramaticaliza não destrói a plenitude daquela que a originou, ou seja, esta pode permanecer lexical, autônoma e, inclusive, seguir a evolução normal das unidades lexicais. Lima (2020, p. 44) ratifica a aplicação desse princípio para o tema aqui estudado:

A unidade em mudança pode preservar sua forma fonte. Ou seja, existe a possibilidade de ela permanecer autônoma, com seus sentidos primeiros conservados, mantendo, portanto, suas propriedades originais. Determinada forma pode se gramaticalizar uma ou mais vezes, assumindo diferentes valores, o que não significa o apagamento da forma primária, mas uma coexistência delas. Por exemplo, o verbo *dizer* se gramaticaliza nas construções *diz que* e *disse que* mas também mantém seu valor declarativo de *dizer*. (LIMA, 2020, p. 44)

Para entender o processo de gramaticalização do *disse que*, foi controlada a variável *formas de expressão do sujeito*, tendo sido considerados como fatores sujeito nominal, sujeito pronominal e sujeito nulo. A Tabela 5 apresenta a distribuição dos dados de *disse que* de acordo com o tipo de sujeito.

Tabela 5 – Usos do *disse que* e formas de expressão do sujeito

TIPO DE SUJEITO	DISSE QUE GRAMATICALIZADO	DISSE QUE NÃO GRAMATICALIZADO	TOTAL
Sujeito pronominal	-	51 100%	51
Sujeito nominal	-	77 100%	77
Sujeito nulo	93 62,4%	56 37,6%	149

Fonte: Lima (2020, p. 106).

Confirmando a hipótese aventada, os casos gramaticalizados ocorrem apenas com sujeito nulo (62,4%). Já os casos do *disse que* não gramaticalizados podem ocorrer com sujeito nulo (37,6%), mas aparecem preferencialmente com sujeito preenchido – por um nome ou por um pronome (100%). Nota-se que, no caso do *disse que* não gramaticalizado com sujeito nulo, trata-se de um sujeito que pode ser recuperado no contexto. Esses dados dialogam com os resultados obtidos para o *diz que*, pois os dados mais gramaticalizados são expressos com sujeito nulo. Lima (2015) e Carvalho (2017), apesar de apresentarem resultados gerais para *diz que* e *disse que*, afirmam que os casos com sujeito preenchido revelam dados não gramaticalizados, como se confirmou também nos dados do Semiárido Baiano. (LIMA, 2020) Seguem exemplos de dados do *disse que* com sujeito nominal, em (11), com sujeito pronominal, em (12), e com sujeito nulo, recuperável em (13) e não recuperável em (14) – este último sendo, pois, mais gramatical.

- (11) DOC: Como foi assim, bateu o olho e...  
 INF: É uma história interessante, história interessante.  
 DOC: Pode contar?  
 INF: Nós somos colegas de faculdade, aí fomos pra um bar, é, e um cigano ficou interessado por ela, foi até ela, chamou ela pra ir à mesa onde tava com amigos, só tinha eu de homem no meio de cinco mulheres. Aí ela foi com outra colega, os ciganos ficaram falando e ela inventou de pegar o anel dela e colocar no meu dedo pra dizer que eu era noivo, aí o cigano *disse que* não, que eu não era noivo, mas que eu ia ficar com ela e ela ficar comigo e ela não precisava ficar com medo dele. E foi o que deu, à noite a gente cabou ficando e daí começou. (Homem, Faixa I, Urbano)
- (12) DOC: E quando foi assim pa pedir a, a mão dela? [rindo]  
 INF: Aí foi duro, viu, aí eu perdi a cabeça. Eu fui falar com ela se ela aceitava, se eu pedisse ela aceitava, né? *Ela disse que* aceitava, né?  
 DOC: Hum. (Homem, Faixa II, Rural)
- (13) INF:... que tinha. Mas passava ca'quelas boiadona de gado na casa de pai mais mãe e pai mais mãe tinha... Os filho deles era tudo pequenininho.  
 DOC: Hum.  
 INF: Tudo pequeno, passava até fome.  
 DOC: Sei.  
 INF: Passava até fome, mulé, aí, aí disse qu'eles pegavam assim aqueles pedaço de carne seca gorda aí, dizia: “tome, dona J., assa aí essa carne”. Aí mãe assava, aí *disse que* os menino chega ficava tudo doido, assim, que-reno também, mas deixa que a carne era do home, né?  
 DOC: Hum. (Mulher, Faixa IV, Rural)

- (14) DOC: É. E a senhora tem, assim, ideia de como é. Por que é esse nome Lagoa do Inácio?  
 INF: Se eu tenho ideia? Tenho. É porque aqui *disse que* era uma lagoa, né? Num foi no meu tempo, mas *disse que* era uma lagoa e o dono daqui se chamava Inácio.  
 DOC: Ah!  
 INF: Aí ficou Lagoa do Inácio. (Mulher, Faixa IV, Rural)

Assim como o *diz que*, o *disse que* também apresenta todos os valores semânticos documentados por Casseb-Galvão (2004). Além do seu valor declarativo, ele pode ser usado para expressar uma verdade geral, um boato ou uma especulação. Os resultados para essa variável estão apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 – Usos do *disse que* e valores semânticos

VALOR SEMÂNTICO	DISSE QUE GRAMATICALIZADO	DISSE QUE NÃO GRAMATICALIZADO	TOTAL
Declarativo	-	184 100%	184
Verdade geral	6 100%	-	6
Boato	80 100%	-	80
Especulativo	7 100%	-	7

Fonte: adaptado de Lima (2020, p. 109).

Com os valores de verdade geral, de boato e de especulação, todos os casos foram de *disse que* gramaticalizado. E os 100% dos dados não gramaticalizados têm valor declarativo, como esperado. Dentre os dados gramaticalizados, percebe-se que os de boato apresentam mais ocorrências. No uso evidencial de boato, conforme Casseb-Galvão (2001), há uma distância temporal e espacial do falante em relação ao fato relatado. Sendo assim, o falante tem uma experiência menos direta onde a indefinidade é mais marcada em relação ao dito.

Seguem exemplos dos valores semânticos de verdade geral, de boato, de especulação e do uso declarativo, não gramatical, em (15), (16), (17) e (18), respectivamente.

- (15) DOC: Sei. Dizia que ele roubava dos ricos pra dar pr'os pobres?  
 INF: Dize que era.  
 DOC: É? Como era esse negócio?



INF: *Disse que* ele chegava na casa dos rico, logo via os cara com dinheiro, dos rico, entendeu?

DOC: Hum. (Homem, Faixa I, Rural)

(16) DOC: Ah! E Jeremoabo.

INF: Jeremoabo, eu num tenho muita ideia porque de certeza, mas eu já vi dizer que era uma roça com, assim, uma fazenda, um terreno, né? E *disse que* prantava, nasceu abobra como castigo, abobra jirimum. Aí *disse que* puseru o nome de Jeremoabo por causa de dá jirimum. Eu que vi dizer, né? O pessoal conversa com a gente aí, mas a certeza mehmo eu num tenho, agora daqui eu tenho, aqui era do véi Ináço. (Mulher, Faixa IV, Rural)

(17) DOC: E de avião, que que cê acha?

INF: De avião? Num acho nada. Acho qu’é... num gosto não. Ficar lá cima...

DOC: Teria coragem?

INF: Coragem eu tenho, mas num gosto não. Coragem eu tenho. Muita gente aqui tem coragem não de andar de avião! *Disse que* é muito perigoso, é um... Fica alto demais, qualquer coisa, se tiver algum probema, *disse que* cai, mas isso aí eu acho que é muito difíci dá probema também, coisa assim que fica no ar, é difíci. (Homem, Faixa I, Rural)

(18) DOC: O senhor é o mais velho de todos?

INF: Sou. Por parte da minha mãe é.

DOC: Aí o seu pai...

INF: *Ele disse que* tinha mais vinte e três filho agora comigo e meu irmão. E no caso na rua tinha vinte e um.

DOC: [riso Doc] É filho viu? (Homem, Faixa II, Urbano)

No exemplo (15), o falante transmite o que é de conhecimento comum da comunidade. Sabe-se que Lampião foi um cangaceiro justiceiro e que, de acordo com a história, apesar de realizar furtos, ajudava bastante as minorias que viviam em sua época, configurando-se, assim, a informação como uma verdade geral.

No exemplo (16), nota-se que a informante não tem certeza sobre o surgimento do nome da cidade de Jeremoabo, mas já ouviu falar sobre esse surgimento. Passa, portanto, uma informação adquirida de terceiros, ou seja, advinda de um boato.

Encontra-se por trás do uso de *disse que* no exemplo (17) uma opinião do informante, mesmo que ele não se comprometa com o que fala. Através de achismos nos exemplos de especulação, nota-se um sentimento asseverado, no contexto de uso, no interior do que é declarado pelo falante.

No exemplo (18), vê-se um dado declarativo, portanto não gramaticalizado com a presença do sujeito que diz, o pai do informante, evidenciando o valor semântico fonte do verbo *dizer*.

## Considerações finais

Constatou-se que o verbo *dizer*, ao se gramaticalizar, gera novas construções com *diz que* e *disse que*. A partir daí, analisou-se a gramaticalização, ou a construcionalização, dessas expressões. Seguindo um processo de mudança, o *diz que* e o *disse que* perdem seu valor de declarar algo (verbo *dicendi*) e tornam-se mais impessoais, assumindo um valor mais gramatical de evidencialidade.

Dentre os usos documentados para as construções analisadas, foram encontrados valores declarativos e três tipos de valores evidenciais (reforço de verdade geral, boato e especulação). Na amostra, de forma geral, houve um pouco mais de ocorrências de *diz que* do que de *disse que*. Quanto às duas construções investigadas, houve mais ocorrências das formas gramaticalizadas em relação às formas menos gramaticalizadas de *diz que* e para *disse que* houve mais dados com valores menos gramaticais.

Notou-se que os usos mais gramaticalizados são os empregados com valores evidenciais, nos quais o não comprometimento do falante é marcado. Os usos não gramaticalizados são representados pelas construções com valor declarativo, que constituem as construções fonte dos empregos evidenciais, que ocorrem com sujeito nulo indeterminado. Nesses contextos, não há a presença de quem diz ou disse as informações apresentadas e o falante marca sua distância e seu não comprometimento ao utilizar as construções de valor evidencial.

Para a análise dos dados, foram considerados grupos de fatores linguísticos, como o tipo de construção, a presença/ausência de sujeito e os valores semânticos da construção. A partir dos resultados encontrados, verificou-se que: 1. os dados de *diz que* são mais gramaticais do que os casos de *disse que*; 2. os casos de sujeito nulo indeterminado são mais gramaticais, em oposição aos casos de sujeito preenchido determinado, com valor declarativo e, portanto, menos gramaticais; 3. as ocorrências de sujeito nulo são majoritariamente gramaticalizadas.

Está claro que o *diz que* e o *disse que* têm usos evidenciais, com valores de verdade geral, especulação ou boato. Esses usos, mais gramaticalizados, constituem uma estratégia do falante para se esquivar do seu comprometimento com a fonte da informação veiculada. Apesar de se ter constatado que o *diz que* é mais frequente e mais gramaticalizado, este trabalho aponta que o mesmo processo de construcionalização atinge também o *disse que*, sobretudo em certos contextos linguísticos, por um processo análogo ao do *diz que*.

## Referências

- ARAÚJO, S. S. F.; ALMEIDA, N. L. F. *A língua portuguesa do Semiárido Baiano*. [S. l.: s. n.], 2010.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CARVALHO, C. S. Gramaticalização e contexto morfossintático: o que acham, olham e dizem os soteropolitanos? In: LOPES, N. S.; OLIVEIRA, J. M.; PARCERO, L. M. J. (org.). *Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e sociedade*. São Paulo: Blucher, 2017. p. 83-106.
- CASSEB-GALVÃO, V. C. De predicação matriz a operador evidencial: a gramaticalização de *diz que*. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 8, n. 1 e 2, p. 163-181, 2004.
- CASSEB-GALVÃO, V. C. *Evidencialidade e gramaticalização do português do Brasil: os usos da expressão diz que*. 2001. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2001.
- CASSEB-GALVÃO, V. C.; LIMA-HERNANDES, M. C. As rotas de gramaticalização de *diz que* e tipo no português do Brasil. In: MENDES, R. B. (org.). *Passando a palavra: uma homenagem a Maria Luiza Braga*. São Paulo: Paulistana, 2007. p. 105-122.
- COELHO, K. C. Evidências de usos gramaticalizados e não gramaticalizados de *diz que* em *Orto do Esposo*. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. XIV, n. 4, t. 3, p. 2697-2704, 2010.
- COSTA, L. A.; CASSEB-GALVÃO, V. C. Os usos derivados do verbo dizer na fala goiana: enfoque na faixa etária III. Goiânia: UFG, 2012. Relatório de Pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), sob a orientação da Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb-Galvão.
- HOPPER, P. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 17-35.
- LIMA, E. K. O. P. *Gramaticalização das construções diz que e disse que na fala popular de Salvador*. 2015. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité, 2015.
- LIMA, E. K. O. P. *Gramaticalização das construções diz que e disse que na fala do Semiárido Baiano*. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020.
- LIMA, E. K. O. P.; CARVALHO, C. S. Usos gramaticalizados de verbos e o contexto morfossintático de terceira pessoa do singular. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 18., Salvador, 2014. *Anais [...]*. Salvador: UNEB, 2014. p. 761-762.
- MACHADO, L. S.; CASSEB-GALVÃO, V. C. *Construções evidenciais derivadas de ‘dizer’ no português falado em Goiás: um estudo em faixas etárias*. Goiânia: UFC, 2012. Relatório de Pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).
- MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.
- ROSÁRIO, I. C.; OLIVEIRA, M. R. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa*, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 233-259, 2016.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *GoldVarb X* – a multivariate analysis application. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/34fnlIV>. Acesso em: 20 out. 2019.

TRAUGOTT, E. C. Constructions in grammaticalization. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. (ed.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 625-647.

TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER, G.; VEENSTRA, T. (ed.). *Variation, selection, development* – probing the evolutionary model of language change. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p. 219-250.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ROSANA CARVALHO BRITO  
MARIANA FAGUNDES DE OLIVEIRA LACERDA  
SILVANA SILVA DE FARIAS ARAUJO

## **“Dirga au meus cumpadis qui não esqueça”: a concordância verbal com a terceira pessoa do plural em uma documentação epistolar do sertão baiano**

### **Introdução**

A realidade bipartida da língua portuguesa no Brasil já foi atestada e discutida por muitos autores. (LUCCHESI, 1994, 2001, 2009, 2012, 2015; MATTOS E SILVA, 2004; SILVA NETO, 1963[1951]) Em Lucchesi (2001), discutem-se fatores que, ao longo do século XX, concorreram para uma aproximação entre os polos culto e popular do português brasileiro (PB). No entanto, como exposto em Lucchesi (2012, 2015), o abismo que separa as duas macrovertentes constitutivas do PB ainda existe, sendo perceptível, sobretudo, na realização variável das concordâncias verbal e nominal. A investigação desses fenômenos é de especial interesse para a caracterização da realidade linguística brasileira. Nessa direção, há estudos expressivos, principalmente com *corpora* orais. A proposta do capítulo é descrever a realização variável da concordância verbal com sujeitos de terceira pessoa do plural (P6) em textos escritos representativos da vertente popular do PB.

Embora muitos trabalhos já tenham se dedicado à análise do tema da concordância verbal, esta análise ainda se justifica, sobretudo pela especificidade da amostra que analisa: textos escritos por *mãos inábeis*, falantes estacionados em fases incipientes de aquisição da escrita (MARQUILHAS, 2000), os quais são tomados como representantes do vernáculo popular de épocas passadas, pois, como será explanado na quarta seção deste texto, os documentos analisados são cartas pessoais, trocadas entre familiares e amigos em relações simétricas, refletindo, assim, a escrita cotidiana menos monitorada. Dessa maneira, são materiais importantes para os estudos em Linguística Histórica, tendo em vista que, diante da impossibilidade de acesso à língua do passado, esses documentos são os que mais permitem uma aproximação com os dados da oralidade.

O texto está estruturado da seguinte forma: a seção 2 traz uma breve revisão de literatura a partir de pesquisas com a concordância verbal de P6 em *corpora* representativos do PB popular. A seção 3 apresenta o aporte teórico metodológico da pesquisa, o *corpus* consultado e alguns procedimentos de recolha e classificação dos dados. Na seção 4, descrevem-se os resultados da pesquisa e, na última seção, são expostas as considerações finais.

## **Sobre a concordância verbal em variedades populares do PB**

No Brasil, são frequentes as pesquisas centradas no tema da concordância verbal, principalmente com sujeitos de terceira pessoa do plural (P6). É possível afirmar, inclusive, que a Sociolinguística Variacionista se implementou no Brasil com os estudos sobre a concordância verbal. O grupo de pesquisa, sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e liderado por Anthony Naro, foi precursor dessa linha investigativa no Brasil, analisando dados de adultos analfabetos ou em processo de alfabetização. (NARO; LEMLE, 1977) Assinala-se que o tema foi escolhido para o presente estudo por ser um fenômeno variável pertinente para o debate acerca das origens e da caracterização atual do português brasileiro popular; sendo assim, tomou-se como *corpus* amostras do vernáculo popular rural.

Pesquisas comprovam que há variação na regra de concordância verbal no PB também na fala culta. Graciosa (1991), em sua pesquisa com dados do Projeto Norma Urbana Culta (NURC-RJ), e Araújo (2014), com dados da cidade de Feira de Santana (BA), ambas analisando a fala de informantes cultos, encontraram frequência de 6%, na falta de marcas de concordância em formas verbais com P6. Assim, mesmo em pequena proporção, encontram-se na fala culta usos como “*chegou os livro-o*”; “*os menino-o nasce*”, especialmente em contextos pouco salientes no nível fônico e com verbos ergativos e inacusativos. A despeito disso, vale ressaltar que, na fala popular, quer seja urbana quer seja rural, o nível de variação é muito maior tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, ocorrendo formas sem marcas explícitas de plural em todos os contextos de uso e não apenas em contextos pontuais, além de serem mais frequentes as formas sem marcação de plural explícita.

Sobre essa questão, diversos estudos realizados com dados do português brasileiro popular têm demonstrado empiricamente que há uma forte motivação entre a faixa etária mais jovem e a aplicação da regra de concordância com morfema de plural, algo que sugere um processo de aquisição da regra. Os resultados referentes ao controle da variável *faixa etária*, no que concerne ao fenômeno da concordância verbal, reúnem, pois, evidências que apontam para um passado sociolinguístico do PB em que os usuários das variedades populares não exibiam marcas de concordância verbal de número em suas falas.

Vieira (1995), ao considerar três faixas etárias em sua investigação sobre a concordância verbal com P6 em variedades populares do norte fluminense, encontrou os resultados expostos na Tabela 1, tendo como regra de referência a da variante zero:

Tabela 1 – Variante sem marcas de plural em dialetos populares do norte fluminense segundo a variável *faixa etária* do informante

FAIXA ETÁRIA	OCORRÊNCIAS	FREQUÊNCIA	P.R. NÍVEL SEL.	P.R. NÍVEL 1
A (18 a 35 anos)	315/565	56	0,37	0,43
B (36 a 55 anos)	463/781	59	0,48	0,47
C (56 anos em diante)	628/906	69	0,6	0,57

Fonte: Vieira (1995, p. 105).

Observa-se que os informantes da faixa etária mais alta são os que mais usam a variante sem a presença de morfemas de plural, 69% dos dados investigados (628/906), sendo a única faixa a favorecer a aplicação da regra de cancelamento das marcas de plural, com um valor de peso relativo de 0,6.

Os percentuais relativos a não concordância, expostos na Tabela 1, contrariaram a hipótese inicial da autora, que pressupunha que os informantes mais velhos se serviriam da variante considerada mais conservadora – a concordância –, enquanto os mais novos adotariam a variante mais inovadora – a não concordância. Assim, Vieira (1995, p. 106) afirma:

Tal tendência contraria os resultados obtidos em estudos que atestam que, na fala das classes socioeconômicas mais baixas, a regra de concordância verbal está passando por um processo de mudança linguística em direção a um novo sistema gramatical, sem concordância. (NARO, 1981, p. 63; NARO; LEMLE, 1977, p. 259)

Bortoni-Ricardo (2011[1985]), ao estudar a integração de falantes provenientes do campo em Brazlândia, região administrativa de Brasília, encontrou, tal como Vieira (1995), resultados que indicam um processo de aquisição ou de recuperação de morfemas flexionais nos verbos, conforme revela o seguinte trecho:

Diferenças geracionais desempenham um importante papel na aplicação da regra de concordância: os jovens mostram um índice mais alto de concordância que os adultos. Esses resultados argumentam a favor da hipótese de que falantes jovens

do português dialetal têm mais probabilidade de recuperar os sufixos flexionais sob a influência da língua padrão, principalmente por meio da educação formal. O parâmetro de exposição à mídia e sexo têm relativamente efeito pequeno, mas deve-se observar que as mulheres estão mais afastadas do padrão que os homens. (BORTONI-RICARDO, 2011[1985], p. 230)

Também os resultados obtidos por Lucchesi, Baxter e Silva (2009) levam a uma interpretação de que historicamente havia nas variedades populares do PB um amplo uso da variante zero de plural nas formas verbais. Ao investigar a variação com a primeira pessoa do singular (P1), os autores encontraram, no dialeto de Helvécia – com uma forte história de contato entre línguas –, ocorrências com a ausência da marca de plural, inclusive com a primeira pessoa do singular, a exemplo de “Eu *trabalha* na roça” e “Eu *trabalhou* na roça” (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009, p. 336), com frequência de apenas 18% desse cancelamento da regra. Isso demonstra que, para P1, a implementação da regra com marcas de concordância está bem avançada na comunidade. Ao ampliarem o universo pesquisado para outras comunidades rurais afro-brasileiras do estado da Bahia, investigando a concordância verbal com primeira pessoa plural (P4) e com P6, os autores identificaram que, ao contrário do que se verifica para P1, predomina o uso da variante não padrão, respectivamente, 82% e 84% de cancelamento da regra de plural, sendo estas favorecidas pelos falantes das faixas etárias mais altas.

Desse modo, há evidências empíricas que indicam que, nas variedades populares do PB, houve uma erosão da morfologia flexional e que, modernamente, a mesma está sendo adquirida. Nesse sentido, a quase totalidade dos estudos sobre a concordância verbal no PB consultados para este trabalho atestam que é raro, na variedade brasileira do português, encontrarem-se usos como “*a gente vamos*”, ao contrário do que se verifica no português europeu (PE). No dialeto rural-urbano investigado por Bortoni-Ricardo (2011[1985]), por exemplo, a frequência de ocorrência de *a gente* com verbo flexionado na forma *-mos/mo/emo* foi tão baixo que a autora decidiu não incluir esses dados na análise. A propósito dessa realidade de amplo uso da forma *a gente* com verbos de terceira pessoa do singular e não com de primeira pessoa do plural, acredita-se que isso é típico de uma comunidade que majoritariamente não faz uso da flexão.

Diante dos resultados apresentados, é interessante sublinhar que, quando se investiga a concordância verbal em comunidades populares – no sentido de representarem a parcela da população brasileira historicamente marginalizada –, os resultados da variável *faixa etária* são diferentes daqueles que se obtêm quando se consideram amostras de fala de informantes cultos e cidadãos, comprovando-se a realidade linguística bipolarizada brasileira. (LUCCHESI, 1994, 2001, entre outros)

Resumindo o que foi apresentado até aqui, vê-se que, quando analisada a variação na concordância verbal de número no PB, no plano da mudança, há posicionamentos diversos quando se trata da variável *faixa etária*. Se for considerado, por exemplo, o



trabalho de Naro (1981), um dos primeiros estudos em que se discutiu sistematicamente a influência da variável *idade* na concordância verbal de número no PB, observa-se que é sugerido que o uso da concordância padrão estaria a caminho de perda na comunidade de fala carioca, embora alguns fatores, como a influência da mídia, seriam responsáveis para que houvesse contrafluxos nessa tendência. Já Guy (1981), por sua vez, foi menos enfático em suas conclusões, afirmando que o fenômeno da marcação de plural nos verbos no PB é um típico caso de variação estável; posição que pode ser considerada pertinente, especialmente ao se procurar encaixar o fenômeno na estrutura linguística e social, principalmente quando se leva em consideração que a falta das marcas de concordância verbal é um fenômeno estigmatizado nas variedades urbanas do PB.

Sobre a relação variação e mudança, é importante observar que, se entre informantes cultos, está havendo um certo distanciamento da norma padrão, a força da avaliação e do encaixamento social não licenciam a implementação de um sistema sem marcas de concordância de número nos verbos. Por outro lado, ainda que, nos dias atuais, tenha aumentado o uso de marcas de plural nos verbos, mesmo entre informantes das classes populares (por interferência de fatores como aumento de escolaridade e de maior mobilidade nas redes sociais), há fatores linguísticos que levam ao apagamento das marcas, a exemplo de *posposição do sujeito*, *distância do núcleo do sujeito e o verbo*, *baixa saliência fônica*, entre outros, fazendo com que a mudança não seja implementada nem para a perda nem para a marcação explícita de plural.

Assim, é mais apropriado postular que, nas variedades populares do PB, houve uma erosão da morfologia flexional devido a fatores socio-históricos, a exemplo do contato entre línguas, levando a significativas consequências sociolinguísticas para a realidade atual do PB, sendo a principal delas a bipolarização de normas linguísticas e a estigmatização de usos linguísticos associados a um contingente populacional marginalizado na história sociolinguística brasileira. Explicações estruturais, como a da força da introdução das formas nominais no quadro de referência pessoal não se aplicam às variedades populares do PB.

O complexo cenário linguístico do período de formação do PB gerou uma heterogeneidade que trouxe significativas consequências linguísticas para a realidade linguística brasileira. Igualmente, trabalha-se com a hipótese de há padrões de variação e diferenças quantitativas entre as comunidades estudadas, por conta: 1. da formação étnica; 2. do isolamento da comunidade e 3. da distância do espaço geográfico da capital, centro de urbanização.

### **Aspectos teórico-metodológicos e o corpus do estudo**

O trabalho insere-se no âmbito da Sociolinguística Histórica. Nessa direção, parte-se dos postulados da teoria da variação e da mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]), elencados a seguir:

- a variação inerente às línguas vivas é ordenada e sistemática;
- nem todo processo de variação culmina em mudança linguística, mas a mudança sempre envolve um processo de competição entre formas variantes, até que uma substitua a outra;
- a generalização da mudança é gradual e pode estar associada a outros processos de mudança em um intervalo de tempo que pode ser relativamente longo;
- a mudança linguística acontece na gramática da comunidade de fala, não no idioleto;
- fatores da estrutura linguística e do contexto mais amplo de uso da língua estão inter-relacionados no desenvolvimento da mudança.

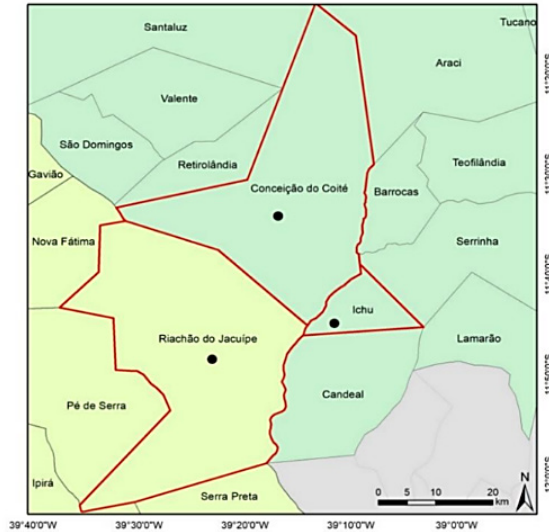
Esses princípios teóricos orientam tanto o estudo da variação e da mudança linguística em dados orais quanto em documentos históricos, embora o trabalho com estes últimos lance para o pesquisador desafios adicionais. Como apontado por Conde-Silvestre (2007), nem todo procedimento metodológico aplicado ao estudo da fala é compatível com o estudo do texto escrito. É preciso considerar, por exemplo, que os textos escritos, sobretudo os mais antigos, nem sempre foram preservados através de atos conscientes; muitos sobreviveram ao acaso, constituindo uma amostra parcial e limitada. Além disso, o controle de informações socio-históricas dos documentos e dos escritores só pode ser feito por via indireta, através da investigação histórica, e nem sempre se alcança uma caracterização satisfatória.

Alguns gêneros textuais e o trabalho desenvolvido para estabelecê-los reduzem as dificuldades em se trabalhar com escritos antigos. Textos que reflitam a escrita cotidiana menos monitorada, como cartas pessoais e diários, são os que melhor permitem uma aproximação aos usos orais da língua do passado. Esses materiais tornam-se ainda mais significativos quando o levantamento do perfil social do escrevente e da história do documento é possível. Acrescenta-se que a edição desses textos deve ser pensada com o objetivo específico de atender aos estudos da língua e contar com o rigor filológico necessário. Não são tarefas simples, mas alguns pesquisadores têm mostrado que é possível constituir uma amostra significativa para estudo da língua do passado e que atenda a esses critérios. É esse o caso do *corpus* brevemente apresentado a seguir.

### **O acervo de mãos inábeis**

Para o desenvolvimento deste trabalho, conta-se com um *corpus* de especial interesse para o estudo em Sociolinguística Histórica, um acervo de 131 cartas pessoais, reunidas e editadas por Santiago (2012, 2019), escritas ao longo do século XX, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1970, por 53 sertanejos poucos escolarizados (31 mulheres e 22 homens), naturais de áreas rurais dos municípios baianos de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu, apresentados no mapa da Figura 1.

Figura 1 – Municípios de origem dos redatores



Fonte: Brito (2019).

As cartas foram trocadas entre familiares e amigos em relações simétricas. Os remetentes pertencem a um contexto socio-histórico semelhante, são lavradores com baixas condições financeiras que, majoritariamente, aprenderam a ler e a escrever em contextos extraescolares de aprendizagem. Trata-se de missivas autógrafas, como fica evidente pelos depoimentos que alguns redatores concederam a Santiago (2019), confirmando a autoria das cartas; pelas conversas com os familiares dos redatores, em que se constata que as missivas foram escritas a próprio punho, e, ainda, pela correspondência entre as assinaturas nas cartas e nos termos de consentimento que os missivistas forneceram a Santiago (2012, 2019).

A pesquisadora, então, além da edição criteriosa dos manuscritos, conseguiu levantar o perfil socio-histórico dos remetentes, de modo que o acervo constituído é, nos termos de Barbosa (2006), representativo e significativo para o estudo da língua. Ademais, a partir da proposta de Marquilhas (2000), Santiago (2012, 2019) realizou o estudo de aspectos paleográficos, supragráficos, grafo-fônicos e de aquisição da escrita nas 131 cartas dos sertanejos baianos, do que foi possível identificar na grafia dos missivistas aspectos da escrita de mãos inábeis, falantes estacionados em estágios incipientes de aquisição da escrita.

### Tratamento dos dados

Examina-se a marcação da concordância verbal com a terceira pessoa do plural em orações finitas. A análise considera uma variável dependente binária: presença de marca de plural (variante padrão ou variante explícita) e ausência de marca de plural (variante não padrão ou variante zero), exemplificada, respectivamente, em (1) e (2):

- (1) Sim compadre como vai ideblando itoiu i| Madalena ja *estão* bem sabido não e (GOR-28)<sup>1</sup>
- (2) Zacarias u simhor Dirga Au| meus compadis qui não| *esqueça* di que não esqueso| Delis (AFS-19)

Quanto ao levantamento de dados para análise, foram estabelecidos os seguintes critérios: consideraram-se apenas ocorrências com referência definida e não foram computados os dados em que somente a presença do acento gráfico indica a marcação da concordância, como ilustram os exemplos (3) e (4):

- (3) Excelentíssima famelha| estas *tem* por fim dezerli| que a chei um [.]  
lugar que| U Dono vemdi uma posse| de terra com uma Pequenna| Caza  
principiada (AML-81)
- (4) a qui todos *tem* saudade| de apareser air[?]| eu pesar que esta duas linha|  
lhi encontra gozando saude|(LMS-75)

Tendo em vista se tratar de um contexto relevante para estudo do uso variável da concordância verbal, as realizações de sujeito composto posposto ao verbo foram computadas na análise, embora a tradição gramatical considere a concordância verbal facultativa nesse tipo de construção:

- (5) Sim compadre como *vai* ideblando etoiu e | Madalena [...]. (GOR-28)

Para classificação dos dados, são considerados cinco contextos estruturais (*realização e posição do sujeito, concordância nominal no sujeito, caracterização semântica do sujeito, presença de marcas de plural adjacente ao verbo e saliência fônica*) e quatro sociais (*sexo, faixa etária, escolaridade e data de escrita da carta*). Como a distribuição dos dados inviabiliza a obtenção de pesos relativos para os grupos de fatores controlados, a quantificação dos resultados é feita em valores percentuais que foram calculados com o auxílio do Goldvarb X. (SANKOFF; TAGLIAMONT; SMITH, 2005)

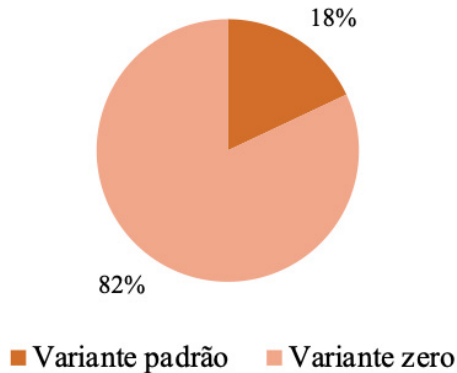
## Alguns resultados

Levantaram-se 90 ocorrências de verbos referentes a terceira pessoa do plural com sujeito definido. A marcação formal da concordância foi baixa no *corpus*, o que confirma a hipótese prevista inicialmente, tendo em vista que o material analisado foi produzido por indivíduos de baixa escolaridade. Em apenas 16 dados, o verbo apresentou marcas

1 Todos os exemplos apresentados foram extraídos do *corpus* do estudo e são indicados com as iniciais do nome do escrevente e o número da carta de onde foram retirados.

de plural. O Gráfico 1 deixa nítida a diferença entre as taxas de marcação e não marcação da concordância verbal com a terceira pessoa do plural no *corpus*:

Gráfico 1 – Marcação da concordância verbal com P6 no *corpus*



Fonte: Elaboração própria.

Começando pela descrição dos contextos estruturais, o grupo *realização* e *posição do sujeito* apresentou a seguinte distribuição:

Tabela 2 – Marcação da concordância com P6 e posição do sujeito

POSIÇÃO DO SUJEITO	PADRÃO	ZERO
IMEDIATAMENTE POSPOSTO AO VERBO	4/17 (23,5%)	13/15 (76,5%)
SUJEITO RETOMADO POR PRONOME RELATIVO	4/20 (20%)	16/20 (80%)
IMEDIATAMENTE ANTEPOSTO AO VERBO	8/44 (18,2%)	36/44 (81,8%)
ANTEPOSTO AO VERBO COM CONSTITUINTE(S) INTERVENIENTE(S)	-	3/3 (100%)
NÃO-REALIZADO COM REFERÊNCIA DETERMINADA	-	6/6 (100%)

Fonte: Elaboração própria.

Considerando que a posição canônica do sujeito em PB é de antecessor do verbo, subtende-se que, principalmente nessa posição, um constituinte tende a ser interpretado como sujeito. O esperado foi, então, que a marca de concordância formal no verbo fosse mais frequente quando o sujeito ocorresse antes do verbo. Os dados vão em outra direção e são justamente as ocorrências de sujeito posposto que marcam mais a concordância padrão (23,5%). A segunda maior taxa de concordância foi a dos *sujeitos retomados por*

*pronome relativo* (20%). E o fator *sujeito imediatamente anteposto ao verbo* figura em terceiro lugar, com uma taxa de 18,2% de marcação da concordância. As ocorrências de *sujeito anteposto ao verbo com constituinte(s) interveniente(s)* (a partir de mais de duas sílabas) e *sujeito não-realizado com referência determinada* foram reduzidas e ocorreram em todos os casos sem marcas formais de concordância. Sobre os resultados concernentes a este fator, vale destacar que este é o contexto, consensualmente, apontado na literatura como o mais favorecedor da variante padrão, mas, nos dados analisados nesta pesquisa, verifica-se um percentual bastante alto da variante não padrão mesmo neste contexto, algo que ratifica que o vernáculo popular se caracteriza por não apresentar marcas formais de número na morfologia verbal. Já as ocorrências de *sujeito anteposto ao verbo com constituinte(s) interveniente(s)* (a partir de mais de duas sílabas) e *sujeito não-realizado com referência determinada* foram reduzidas e ocorreram em todos os casos sem marcas formais de concordância.

O controle do grupo *concordância nominal no sujeito* revelou que a marcação da concordância é menos bloqueada quando há marcação formal da concordância nominal no sujeito (Tabela 3).

Tabela 3 – Marcação da concordância com P6 e concordância nominal no sujeito

SUJEITO COM CONCORDÂNCIA	PADRÃO	ZERO
SIM	5/17 (29,4%)	12/17 (70,6%)
NÃO	6/34 (17,6%)	28/34 (82,4%)

Fonte: Elaboração própria.

Acreditando que o *princípio da coesão estrutural* (LUCCHESI, 2000; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009) atua no uso variável da concordância verbal, controlou-se esta variável, partindo-se da ideia de que nas orações em que existem marcas de concordância no SN sujeito devem existir também marcas de concordância no sintagma verbal. No processo de codificação, foram considerados os determinantes, os núcleos e modificadores, observando se esses estavam em concordância de número. Nas palavras de Lucchesi e Ribeiro (2009, p. 151-152),

[...] o princípio da coesão estrutural pode ser formulado com base na propensão de coocorrência de estrutura de uma mesma gramática numa determinada porção da sentença, nas situações de alternância de código, e não numa coocorrência categórica, estritamente restringida pelos princípios abstratos da gramática. Essa propensão seria condicionada, em primeiro lugar, pelo grau de coesão da estrutura delimitada. Assim, como já foi dito, haveria uma maior propensão de coocorrência de estruturas de uma mesma gramática em seus nódulos mais coesos do que nos nódulos mais periféricos.

Em face dos resultados apresentados na Tabela 3, confirma-se a hipótese subjacente a essa variável, postulada com base no princípio da coesão estrutural. (LUCCHESI, 2000; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009) A aquisição das marcas de concordância verbal, em situações de convivência de variedades linguísticas distintas – como o que se vê na realidade linguística brasileira atual –, coocorre com a aquisição das marcas de concordância entre os elementos que compõem o SN sujeito. Se esse resultado não pode ser tomado de forma absoluta como confirmação do princípio da coesão estrutural, ele é, pelo menos, sugestivo disso. Os dados sugerem que a chance de marcação da concordância é maior quando há marcação formal da concordância no sintagma nominal sujeito.

Para analisar a relação entre a marcação da concordância verbal com a terceira pessoa do plural e a presença de marca de plural adjacente ao verbo, consideraram-se os fatores especificados na tabela 4.

Tabela 4 – Marcação da concordância com P6 e presença de marca de plural adjacente ao verbo

ELEMENTO ADJACENTE AO VERBO	PADRÃO	ZERO
NÚCLEO COM MARCA DE PLURAL	6/17 (35,3%)	11/17 (64,7%)
NUMERAL	1/3 (33,3%)	2/3 (66,7%)
QUANTIFICADOR TODAS E TODAS	4/24 (16,7%)	20/24 (83,3%)
NÚCLEO SEM MARCA DE PLURAL	4/27 (14,8%)	23/27 (85,2%)
DETERMINANTE OU MODIFICADOR COM MARCA DE PLURAL	1/9 (11,1%)	8/9 (88,9%)
DETERMINANTE OU MODIFICADOR SEM MARCA DE PLURAL	0/2 (0%)	2/2 (100%)

Fonte: Elaboração própria.

Apesar da quantidade pequena de dados, algumas comparações podem ser esboçadas. Quando o núcleo do sujeito é o elemento que está adjacente ao verbo, a concordância formal é mais frequente nos dados em que o núcleo está no plural. A concordância padrão também é menos bloqueada quando o elemento adjacente ao verbo é núcleo do sintagma nominal sujeito do que quando é um determinante ou modificador. Em uma escala decrescente, o *numeral* é o segundo fator que menos inibe a presença de marcas de número no verbo. Vale destacar que esse fator conta com três dados apenas.

Com o grupo *caracterização semântica do sujeito*, o esperado era que os sujeitos animados humanos realizassem mais a concordância formal. Os dados, no entanto, mostraram o contrário:

Tabela 5 – Marcação da concordância com P6 e caracterização semântica do sujeito

CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO	PADRÃO	ZERO
NÃO HUMANO	8/41 (19,5%)	33/41 (80,5%)
HUMANO	8/49 (16,3%)	41/49 (83,7%)

Fonte: Elaboração própria.

Como se vê, a presença de marcas formais de concordância verbal com P6 é menos inibida com sujeitos não humanos, embora os percentuais sejam muito próximos.

Para classificação dos dados em relação à *saliência fônica*, partiu-se do estudo de Naro (1981), mas considerando as ressalvas feitas por Oliveira (2005). Ademais, o número de dados analisados demandou uma simplificação maior nos fatores a serem observados com a *saliência fônica* no *corpus* deste estudo. A relação final dos fatores do grupo *saliência fônica* foi a seguinte:

- Nível baixo de *saliência fônica*: envolve oposições do tipo *ame/amem, planta/plantam*, com contraste entre vogal oral e vogal nasal e ditongação;
- Nível intermediário de *saliência fônica*: abrange pares como *chegar/chegarem*, em que há acréscimo de segmentos para formação do plural, e *está/estão*, com ditongação e/ou mudança na qualidade vocálica;
- Nível alto de *saliência*: compreende oposições como *bebeu/beberam* e *falou/falaram*, que envolvem acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular com modificação da vogal temática, nos casos de verbos da 1ª conjugação, e pares como *é/são* e *fez/fizeram*, nos quais há acréscimo de segmento e mudança na raiz (Tabela 6).

Tabela 6 – Marcação da concordância com P6 e *saliência fônica*

NÍVEL DE SALIÊNCIA	PADRÃO	ZERO
NÍVEL BAIXO	4/38 (10,5%)	34/38 (89,5%)
NÍVEL INTERMEDIÁRIO	5/31 (16,1%)	26/31 (83,9%)
NÍVEL ALTO	7/21 (33,3%)	14/21 (66,7%)

Fonte: Elaboração própria.

Tendo em vista que a taxa de marcação formal da concordância é muito baixa no *corpus*, não era de se esperar tanta distinção na realização da concordância quando se considera a *saliência fônica*. O que os estudos sobre concordância verbal têm mostrado é



que a marcação da concordância é maior com os níveis em que a diferença entre as formas singular e plural do verbo é mais acentuada (nível alto de saliência). De fato, apesar dos poucos dados, os resultados da tabela apontam um crescimento na frequência de marcação formal da concordância à medida que o nível de saliência se eleva.

Para observar a relação entre a marcação da concordância verbal com a terceira pessoa do plural no *corpus* e fatores de natureza extralinguística, os dados foram classificados em relação a quatro variáveis: *sexo*, *faixa etária*, *escolaridade* e *data de escrita da carta*. A variável *sexo* exibiu o comportamento exposto na Tabela 7.

Tabela 7 – Marcação da concordância com P6 e sexo do remetente

SEXO	PADRÃO	ZERO
HOMEM	6/31 (19,4%)	25/31 (80,6%)
MULHER	10/59 (16,9%)	49/59 (83,1%)

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se, de início, que não existem grandes diferenças entre a realização da concordância verbal nas cartas de homens e mulheres. Há, ainda, um desequilíbrio notório na distribuição dos dados quando se considera o sexo do missivista. De todo modo, os homens superam discretamente as mulheres na marcação da concordância padrão. Não é possível fazer generalizações a partir desses dados, mas parece relevante informar que essa distribuição corrobora a tendência seguida por outras amostras com informantes de áreas rurais. Como são principalmente os homens que saem da comunidade para trabalhar em áreas urbanas ou desenvolver outras atividades nesses espaços, esse processo pode estar interferindo na distribuição dos dados neste estudo também.

Como comentado na seção de apresentação do *corpus*, os remetentes são pouco escolarizados e, em sua maioria, tiveram contato com as primeiras letras em espaços extraescolares de aprendizagem, conforme a distribuição na Tabela 8.

Tabela 8 – Distribuição dos remetentes por escolaridade

ESCOLARIDADE	Nº DE REDADORES	%
ESTUDOU POUCO EM CASA	23/53	43%
ESTUDOU ATÉ A QUARTA SÉRIE	9/53	17%
ESTUDOU OS PRIMEIROS ANOS	6/53	11%
APRENDEU COM A BÍBLIA	1/53	2%
SEM INFORMAÇÃO	14/52	27%

Fonte: Elaboração própria.

Como todos os remetentes são pouco escolarizados, ao se considerar a escolaridade do escrevente, não se esperou encontrar diferenças acentuadas nas taxas de marcação formal da concordância para o *corpus* analisado. De todo modo, considerando a relevância da variável *escolaridade* nos estudos de concordância verbal, optou-se por descrever os resultados desse grupo, conforme a Tabela 9.

Tabela 9 – Marcação da concordância com P6 e escolaridade

ESCOLARIDADE	PADRÃO	ZERO
ESTUDOU POUCO EM CASA	6/28 (21,4%)	22/28 (78,6%)
APRENDEU COM A BÍBLIA	1/6 (16,7%)	5/6 (83,3%)
ESTUDOU OS PRIMEIROS ANOS	1/12 (8,3%)	11/12 (91,7%)
ESTUDOU ATÉ A QUARTA SÉRIE	2/25 (8%)	23/25 (92%)

Fonte: Elaboração própria.

Em que pese a má distribuição dos dados, nota-se que há algumas diferenças na realização da concordância a partir da escolaridade do missivista, sobretudo entre os remetentes que estudaram em casa e os que estudaram até a quarta série. Os anos de estudo não parecem estimular a realização da concordância padrão, tendo em vista que são os escreventes que estudaram com o auxílio de um professor os que menos realizam as marcas formais de concordância no verbo.

Um elemento do contexto extralinguístico que tem lugar de destaque nos estudos sociolinguísticos é a *faixa etária*. O controle de diferentes faixas de idade auxilia na constatação de mudança em progresso ou pode sinalizar também um quadro de variação estável. A variável *faixa etária* exibiu os resultados que estão na Tabela 10.

Tabela 10 – Marcação da concordância com P6 e escolaridade

FAIXA ETÁRIA	PADRÃO	ZERO
14-20 anos	2/14 (14,3%)	12/14 (85,7%)
21-25 anos	3/14 (21,4%)	11/14 (78,6%)
26-30 anos	2/17 (11,8%)	15/17 (88,2%)
Mais de 31 anos	0/6 0%	6/6 (100%)

Fonte: Elaboração própria.

Uma primeira observação importante é que a maioria dos remetentes tinha idades próximas quando escreveu as cartas, do que não foi possível organizar as faixas de idade com intervalos maiores e mais confiáveis. Inicialmente, constavam entre os fatores dessa variável outras três faixas etárias – 31-40 anos, 50-60 anos e mais de 60 anos –, cada uma com dois dados, os quais não exibiram marcação formal da concordância verbal. Por isso, optou-se por reuni-los em um único fator (mais de 31 anos). Nota-se, pela disposição dos percentuais, que entre a primeira e a segunda faixa etária houve uma elevação na taxa de marcação da concordância. Essa diferença é devida a um dado a mais com concordância na faixa de 21-25 anos. Como os dados são poucos, uma única ocorrência acarretou uma diferença percentual expressiva. Já entre a segunda e a terceira faixa etária, houve um decréscimo na marcação da concordância. O grupo dos missivistas com mais de 31 anos não realizou a concordância padrão com a terceira pessoa do plural. No entanto, apenas seis dados estão em cartas desse grupo.

O *corpus* do presente trabalho apresenta uma peculiaridade que pode comprometer uma análise absoluta da faixa etária. Considerando que a amostra analisada é constituída por cartas escritas entre 1906 e 2000, é possível ter falantes com a mesma idade, mas que escreveram em períodos distintos do século XX. Pode-se, por exemplo, ter uma carta de um redator de 20 anos que escreveu na primeira década desse século e uma carta de um redator com a mesma idade que escreveu no ano 2000. Para que os resultados da variável *faixa etária* não fossem enviesados por essa característica do *corpus*, seria interessante cruzar os resultados dessa variável com o grupo *data de escrita das cartas*. Contudo, quando se trabalha com quantidades muito pequenas de dados, observá-los a partir da combinação de variáveis é mais problemático, visto que o número de ocorrências por fator torna-se ainda mais reduzido. O fato de não se ter informações sobre a data de escrita de algumas cartas e a idade de alguns remetentes quando da escrita restringiu ainda mais a quantidade de ocorrências, de modo que apenas 43 dados compuseram o cruzamento e, das 24 células que poderiam resultar da combinação entre essas variáveis, 9 foram vazias (nas 15 células restantes, foram quatro com um dado apenas; quatro com dois dados; duas com três dados; duas com quatro dados; uma com cinco dados, e duas com seis dados). Dificilmente seria possível chegar a alguma interpretação confiável com essa distribuição dos fatores.

Não sendo produtivo o cruzamento com a variável *faixa etária*, a variável *data de escrita da carta* foi observada isoladamente, tendo os resultados da Tabela 11.

Tabela 11 – Marcação da concordância com P6 e data de escrita da carta

DÉCADA	PADRÃO	ZERO
1900	8/25 (32%)	17/25 (68%)
1950	2/12 (16,7%)	10/12 (83,3%)

DÉCADA	PADRÃO	ZERO
1960	2/9 (22,2%)	7/9 (77,8%)
1970	2/9 (22,2%)	7/9 (77,8%)
1980	0/3 (0%)	3/3 (100%)
1990	0/8 (0%)	8/8 (100%)

Fonte: Elaboração própria.

Há uma diferença perceptível entre as taxas de uso da concordância padrão no início e no final do século XX, que poderia indicar um processo de apagamento das marcas formais de concordância verbal ao longo desse século. No entanto, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, não há tanta variação na frequência de uso da concordância padrão nem uma indicação de que as marcas formais de concordância estariam se encaminhando para um apagamento maior.

## Considerações finais

A análise da concordância verbal com P6 no acervo de 131 cartas escritas por sertanejos pouco escolarizados revelou uma taxa muito reduzida de marcação formal da concordância, o que distancia significativamente a variedade empregada pelos remetentes das cartas dos modelos da norma culta. Esse resultado corrobora a colocação de Lucchesi (2012) de que, embora tenha ocorrido uma aproximação entre as variedades dos polos culto e popular no PB, ainda há diferenças notáveis, refletidas principalmente na variação nas concordâncias verbal e nominal.

Dadas a quantidade reduzida dos dados analisados e a sua má distribuição entre os fatores das variáveis controladas, os resultados apresentados neste estudo não podem ser tomados de forma absoluta. A descrição apresentada pode, ainda assim, contribuir para as discussões sobre a caracterização do PB mais recente, sugerindo o comportamento da concordância verbal com P6 em textos escritos por pessoas poucos escolarizadas do interior da Bahia. Considerando que se trata de cartas de *mãos inábeis*, não parece equivocado supor que são escritos que se aproximam da oralidade. Nesse sentido, os dados consultados neste estudo trazem alguma notícia sobre a variedade linguística utilizada por esses remetentes. Avançando um pouco mais nessa suposição, é possível ainda dizer que as cartas refletem a variedade mais espontânea, menos monitorada, utilizada pelos sertanejos em situações informais do dia a dia. Isso porque as cartas foram trocadas entre pessoas próximas, em relações sociais simétricas e tratam de assuntos do cotidiano dos escreventes.

## Referências

- ARAÚJO, S. S. F. *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro*. 2014. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- BARBOSA, A. G. Tratamento dos corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. In: LOBO, T. et al. (org.). *Para a história do português brasileiro*. Salvador: Edufba, 2006. v. 6, t. 2. p. 761-780.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011[1985].
- BRITO, R. C. *Uso variável dos artigos definidos antes de possessivos em cartas pessoais do sertão baiano (século XX)*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.
- CONDE-SILVESTRE, J. C. Problemas y principios. In: CONDE-SILVESTRE, J. C. *Sociolinguística histórica*. Madrid: Gredos, 2007. p. 19-72.
- GRACIOSA, D. M. D. *Concordância verbal na fala culta carioca*. 1991. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
- GUY, G. *Linguistic variation in brazilian portuguese: aspects of the phonology, syntax and language history*. 1981. Dissertation (PhD in Linguistics) – University of Pennsylvania, Philadelphia, 1981.
- LUCCHESI, D. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Niterói, n. 12, p. 17-28, 1994.
- LUCCHESI, D. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. 2000. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- LUCCHESI, D. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). *DELTA*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-130, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3ESoUpz>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 41-73. Disponível em: <https://bit.ly/3JyDoDk>. Acesso em: 5 jun. 2018.
- LUCCHESI, D. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. In: LOBO, T. et al. (org.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: Edufba, 2012. p. 249-274. Disponível em: <https://bit.ly/3mMaR1W>. Acesso em: 5 jun. 2018.
- LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; SILVA, J. A. A. A concordância verbal. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 331-371.

- LUCCHESI, D.; RIBEIRO, I. Teorias da estrutura e da mudança linguística e o contato entre línguas. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 125-153.
- MARQUILHAS, R. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- NARO, A. J. The social and structural dimensions of syntactic change. *Language*, New York, v. 57, n. 1, p. 63-98, 1981.
- NARO, A. J.; LEMLE, M. *Competências básicas do português*. [S. l.: s. n.], 1977. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e Fundação Ford.
- OLIVEIRA, M. S. *A concordância verbal de 3ª pessoa do plural em Vitória da Conquista: um caso de variação estável*. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh nad Windows*. Toronto: Department of Linguistics, University of Toronto, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/34kzHrf>. Acesso em: 3 jun. 2017.
- SANTIAGO, H. S. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos candidas” do sertão baiano*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.
- SANTIAGO, H. S. *A escrita por “mãos inábeis”: uma proposta de caracterização*. 2019. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: INL, 1963[1951].
- VIEIRA, S. R. *Concordância verbal: variação em dialetos populares do norte fluminense*. 1995. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

GREDSON DOS SANTOS  
ROBEVALDO CORREIA DOS SANTOS  
JAILMA DA GUARDA ALMEIDA

## **“É difíci, mai é milhó trabalhá” : o apagamento de consoantes pós-vocálicas na comunidade quilombola de Alto Alegre-BA**

### **Introdução**

A variação das consoantes /R/, /L/, /S/ em posição pós-vocálica no português brasileiro (PB) é um fenômeno largamente documentado. Callou, Leite e Moraes (1995, 2002), Callou e Moraes (1996), Mota (2002), Calou (2015), por exemplo, mostraram que essas consoantes, nesse contexto, podem se realizar de diferentes formas e até nem se realizar em função de aspectos como a extensão do vocábulo, a tonicidade e a posição interna ou externa da sílaba, o tipo de vocábulo e também de fatores extralinguísticos como região, faixa etária e escolaridade.

Neste texto, serão apresentados de forma panorâmica alguns dados referentes ao português falado pela comunidade quilombola de Alto Alegre, localizada em área rural do município de Presidente Tancredo Neves (a cerca de 250 km de Salvador). O principal objetivo é fornecer uma visão geral do apagamento de /R/, /L/ e /S/ em coda silábica em perspectiva sociolinguística, prioritariamente do ponto de vista quantitativo, com

destaque para os principais fatores que motivam o fenômeno no português afro-brasileiro de Alto Alegre.<sup>1</sup>

A comunidade foi contactada em 2013 por integrantes do Grupo de Estudos do Português Popular da Bahia (GEPPOP), sob orientação do professor Gredson dos Santos, em razão do projeto de iniciação científica “A coda silábica no português falado na comunidade quilombola de Alto Alegre: análise sociolinguística” (CNPQ/UFRB). Sendo esse o primeiro trabalho de campo do grupo, o principal objetivo era formar um *corpus* de língua falada para análises sociolinguísticas de orientação laboviana, para além das questões associadas à iniciação científica dos estudantes que participavam do projeto, dois deles co-autores deste texto.

A escolha do fenômeno em análise se deu em razão de a coda silábica ser uma parte da sílaba sujeita a ampla variação no português brasileiro. Seu exame, no português afro-brasileiro, pode auxiliar a compreensão de fenômenos linguísticos atuais relacionados à constituição histórica do PB. (Cf. GUY, 2005; SANTOS, 2012) Assim é que se pretendeu descrever a intensidade da variação das consoantes /R/, /L/ e /S/ em posição pós-vocálica no português da comunidade quilombola de Alto Alegre. A comunidade faz parte de um conjunto de oito povoados remanescentes de quilombos certificados pela Fundação Palmares e situados entre os municípios de Presidente Tancredo Neves e Teolândia, historicamente ligados às fazendas pertencentes a Valença.

O município de Presidente Tancredo Neves (doravante PTN) pertence ao território de identidade do Baixo Sul, está assentado no bioma Mata Atlântica e possui clima úmido. Segundo o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, a população do município era de 23.846 pessoas. Atualmente, a partir do site *Cidades*, o órgão estima uma população de pouco mais de 28 mil habitantes. De feição bastante rural, o índice de urbanização da cidade, segundo o IBGE, é de 12,5%. Um dado que chama atenção é o fato de que 51,6% é o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo, sendo que a renda média dos trabalhadores formais da cidade não chega a dois salários mínimos, segundo o Censo de 2010.

A principal atividade econômica de muitos trabalhadores informais está centrada na venda de produtos, principalmente agropecuários (com destaque para a banana), comercializados no pequeno centro comercial do município, sobretudo, mas também em barracas montadas às margens da rodovia BR 101, que corta o município. Do ponto de vista educacional, as notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede pública nos anos iniciais e finais do ensino fundamental são de 4,9 e 3,6, respectivamente.

A cidade tem como centros de influência imediata as cidades de Santo Antônio de Jesus e de Valença, sendo esta última a cidade da qual PTN se emancipou, em 24 de

---

1 Em virtude do espaço limitado, não faremos uma discussão das propriedades fonológicas do processo de apagamento das consoantes em coda no PB. O leitor interessado pode consultar, entre outros, Guy e Bisol (1991), Collischonn (2005), Monareto, Quednau e Hora (2005), Callou e Serra (2016).



fevereiro de 1989. Portanto, é nesse contexto geográfico de influência de Valença e da Costa do Dendê que se podem encontrar as raízes culturais e históricas mais profundas da comunidade de Alto Alegre.

Antes conhecido como Tabuleiro de Liberina (1940), segundo dados do IBGE,<sup>2</sup> PTN teve início com uma barraca de palha que ficava às margens da estrada que ligava as propriedades rurais à cidade de Valença, Nazaré e Aratuípe. Essa barraca, primeiro ponto comercial, pertencia a uma Senhora de nome Liberina, onde ali vendia alimentos e bebidas aos tropeiros que transportavam cargas em lombo de animais para as cidades anteriormente citadas. Posteriormente o senhor José Pereira, proprietário da Fazenda Paraíso, passou a morar no povoado dando-lhe o nome de Itabaína.

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Baixo Sul da Bahia (BRASIL, 2010, p. 43), a comunidade possuía, em 2010, 378 habitantes pertencentes a 102 famílias. Conforme o relato dos informantes da comunidade, os primeiros moradores de Alto Alegre, filhos de ex-escravizados ligados às fazendas de Valença, chegaram no início do século XX, via Estrada Velha, como empregados de um fazendeiro italiano chamado Carlos Monza. A esses antigos moradores foram se associando outros trabalhadores desempregados de fazendas de municípios vizinhos. Hoje, além dos recursos fornecidos por programas governamentais, a produção do cravo e de outros excedentes agrícolas, comercializados às quartas-feiras e aos sábados na feira livre da sede do município, constituem a principal fonte de renda dos moradores de Alto Alegre. Pelo que apuramos, a produção de cravo sempre foi a principal atividade econômica dos moradores de Alto Alegre e das comunidades vizinhas desde a formação desses povoados. Do ponto de vista identitário, percebemos que ainda cabe aos mais velhos a luta pela preservação de alguns elementos identitários e religiosos que marcam a história da comunidade, uma vez que os mais jovens, em razão de terem que ir em busca de escolarização e do sustento diário fora da comunidade, já mantêm uma vinculação forte com demais moradores da cidade de PTN e já não se distinguem linguística ou culturalmente dos demais municípes, inclusive dos que residem no núcleo urbano do município e pertencem à mesma faixa socioeconômica em que se situam os moradores de Alto Alegre.

Além desta introdução, o texto apresentará as seguintes seções: “Orientação teórico-metodológica da pesquisa”, em que serão detalhados os princípios teóricos que guiaram a investigação e a metodologia adotada para a coleta e para a análise dos dados. Em “Apresentação dos resultados”, serão detalhados os achados referentes ao apagamento das consoantes /R/, /S/ e /L/ em coda silábica externa na comunidade. Após isso será apresentado um “Resumo dos resultados”, a que se seguirão as “Considerações finais”, em que se retoma o principal objetivo do texto e se apresenta breve interpretação que tenta associar os resultados encontrados às reflexões empreendidas em Lucchesi (2009b) e Santos (2012, 2021) sobre o português afro-brasileiro.

---

2 Disponível em: <https://bit.ly/3fi4gbi>. Acesso em: 10 jan. 2022.

## Orientação teórico-metodológica da pesquisa

Guiou a pesquisa a proposição de que toda língua é um sistema heterogêneo, variável e que muda. Segundo demonstraram Weireinch, Labov e Herzog (2006[1968]), essa heterogeneidade exibe um padrão de regularidade tal que é passível de ser sistematizado, permitindo flagrar, a partir de regras variáveis, a mudança em curso. (Cf. LABOV, 2008[1972]) Do ponto de vista prático, essa sistematização decorre da identificação de um *fenômeno linguístico variável* (ou simplesmente variável) que comporta *variantes* – cada uma das formas alternativas de dizer um mesmo conteúdo referencial. Assim, o fenômeno variável é definido como uma *variável dependente*, que inclui a ocorrência de variantes a ela associadas e condicionadas por um ou vários grupos de fatores, que, chamados de *variável explanatória ou independente*, estruturam a explicação do fenômeno em variação e incluem condicionantes linguísticos e sociais. (GUY; ZILLES, 2007) No vocábulo *mesmo*, por exemplo, diz-se que a consoante /S/ está em coda silábica, podendo ser realizada de diferentes maneiras (*me[z]mo*, *me[Z]mo*, *me[ú]mo*) ou nem mesmo ser realizada, como em *meØmo*.

Nesses casos, <S> é uma variável que comporta quatro variantes ([z], [Z], [ú], Ø), cuja ocorrência pode ser determinada por grupos de fatores linguísticos (a extensão e a classe da palavra, o tipo de consoante que antecede <S>, a sonoridade da consoante seguinte a <s>, a posição na palavra em que ocorre <S> etc.) e sociais (a idade do falante, a escolaridade, a região, a classe social etc.). O mesmo pode ser postulado para as ocorrências de <L> e de <R>, que, no *corpus* analisado, têm como variantes, respectivamente: [w], [h] e Ø; [r], [h], [s] e Ø.

No que tange ao PB, assumimos, concordando com Lucchesi (2002, 2015), que este é um diassistema polarizado e plural, em que dois conjuntos de normas linguísticas – as de prestígio e as populares – possuem sistemas de regras variáveis e sistemas de avaliação distintos em muitos aspectos. As normas de prestígio têm sua origem no português falado pelas elites que colonizaram o Brasil e que hoje é falado por pessoas de alta escolarização com acesso amplo e consolidado a bens culturais valorizados pelos segmentos dominantes da população brasileira. As normas populares são oriundas das mais variadas situações de contato entre o português, as mais de 1.100 línguas indígenas e as mais de 200 línguas africanas faladas no território, entre os séculos XVI e XIX, e que fincaram raízes em áreas rurais, inicialmente nas grandes áreas agrícolas conhecidas como *plantations*. (LUCCHESI; BAXTER, 2006)

Os processos que determinaram o contato entre línguas, abundantes na história do Brasil, são, em boa medida, responsáveis pelo que o PB tem de específico em relação ao português europeu (PE) e também pelas características que as normas de prestígio e as normas populares do PB têm em comum. No contexto colonial brasileiro, o português, língua minoritária nos dois primeiros séculos da colonização, sobretudo em função da concorrência com línguas indígenas, africanas e outras línguas europeias, só viria a difundir-se amplamente por meio da população afrodescendente, que foi o

principal veículo de difusão do que Mattos e Silva (2004) chamou de português geral brasileiro, uma variedade fortemente marcada pela presença de elementos de línguas indígenas e, principalmente, africanas – características essas que ainda podem ser rastreadas no português de comunidades quilombolas (português afro-brasileiro), por conta de sua vinculação mais direta com antigos processos de contato forçado entre línguas. (LUCCHESI, 2009b)

Do ponto de vista fonético-fonológico, as variedades afro-brasileiras do português popular brasileiro (PPB) tendem a exibir fenômenos em intensidade tal que se supõe estarem associados ao processo de formação histórica dessa variedade, marcada pelo contato profundo com línguas indígenas e africanas. A redução da coda silábica, em que o apagamento de /R/, /L/ e /S/ é marcante, é um fenômeno que também pode ser visto como ligado a esse passado histórico, o que está discutido em autores como Guy (2005), Santos (2012), entre outros.

Assim, adotando princípios e métodos da Sociolinguística Variacionista (Cf. LABOV 2008[1972]), a pesquisa em Alto Alegre buscou observar se os dados da variação na coda exibiam algo de específico na comunidade, sobretudo se fossem focalizados os casos de enfraquecimento das consoantes em coda externa final: a aspiração e o apagamento.

Este são alguns exemplos encontrados em Alto Alegre: 1. a aspiração e o apagamento de /S/ em ocorrências como “ma[ú] logo” (‘mar logo’) em lugar de “mais logo”, “graças a DeuØ” (‘graças a Deu’), em lugar de “graças a Deus”, “JesuØ/JesuiØ” (‘Jesu/Jesui’), em lugar de “Jesus”; 2. aspiração e o apagamento de /L/ em itens como “fa[h] ta água” (‘farta água’), em lugar de “falta água”, “pap[E]Ø/”pape[h]” (‘papé’/‘paper’) em lugar de “papel”; 3. o apagamento de /R/ em palavras como “lavaØ” (‘lavá’) ao invés de “lavar”.

### Contextualizando a pesquisa

Para o levantamento de dados, num primeiro momento, adotou-se um modelo que previa a coleta de narrativas sociolinguísticas livres de 12 indivíduos (seis homens e seis mulheres) da comunidade distribuídos em três grupos etários: grupo 1 contou com pessoas de 20 a 40 anos; o grupo 2, com pessoas de 41 a 60 anos, e grupo 3, com pessoas acima de 60 anos. Com vistas a minimizar o fato de que não constam registros sobre a história da comunidade nos arquivos municipais e a atender um pedido da comunidade quando o projeto foi apresentado pela equipe do GEPPPOP na sede de Associação de Moradores de Alto Alegre, decidimos agrupar as entrevistas em três seções temáticas: 1. as origens da comunidade: memórias da chegada – contadas por informantes da faixa etária 3; 2. o cravo no Alto Alegre: a vida de hoje – narrativas dos informantes da faixa 2; 3. Alto Alegre ontem e hoje: juventude e identidade quilombola – grupo etário 1.

Após as entrevistas, que foram coletadas entre o segundo semestre de 2013 e o primeiro semestre de 2014, foi transcrito um total de 2.244 ocorrências das variáveis <S>

<L> e <R> na fala dos indivíduos entrevistados. Para <R> foram observadas 600 ocorrências; para <L>, 444; para o <S>, 1.200. A análise mais detalhada dessas ocorrências, em que pese o fato de não terem sido mais profundamente debatidas, em razão da natureza inicial dos estudos, está posta nos trabalhos de conclusão de curso dos estudantes que participaram do projeto: Santos (2015), Almeida (2016) e Pinheiro (2019). A análise estatística dos dados foi feita sempre com o auxílio da ferramenta Goldvarb X (GUY; ZILLES, 2007; TAGLIAMONTE, 2006).

## **Apresentação dos resultados**

Nesta seção, uma ênfase será dada ao apagamento das consoantes, embora eventualmente sejam mencionados dados das demais variantes. Reforçamos a informação de que os dados que serão destacados resultam das análises empreendidas no âmbito do GEPPPOP em planos de trabalho de iniciação científica vinculados ao projeto “A coda silábica no português falado na comunidade quilombola de Alto Alegre: análise sociolinguística”.

### **O apagamento de /R/ em Alto Alegre**

Reportado por diversos linguistas (cf., por exemplo, CALLOU, 2015), como um fenômeno antigo na língua portuguesa, o apagamento de /R/ em coda silábica é bastante generalizado em todo o Brasil. Callou (2015), sintetizando resultados de outras pesquisas, observa que o fenômeno representa o estágio final de um processo de enfraquecimento cujas etapas são  $R \rightarrow h \rightarrow \emptyset$ . Callou, Leite e Moraes (1995), ao analisarem amostras da década de 1970 do projeto Norma Urbana Culta (NURC), verificaram que são fatores importantes para o apagamento a posição final (a chamada coda externa), a classe morfológica do vocábulo (os verbos são especialmente os mais atingidos pelo processo). Em sua resenha, Callou (2015, p. 50-51) comenta que em coda final “o cancelamento do /R/ transpôs qualquer estratificação social e se estendeu a todos os falantes do português brasileiro, com percentuais distintos por região”. A autora ainda afirma que o apagamento de /R/ pode ser considerado um caso de variação estável, que já atingiu seu limite e não tem marca de classe social.

Importa notar que, em vários outros trabalhos, a exemplo dos que já foram citados, as taxas de apagamento de /R/, embora altas, não superam as taxas referentes à concretização das variantes. A principal suposição para Alto Alegre, a exemplo do que já se sabia da realização de /S/ (cf. ALMEIDA, 2016; SANTOS; ALMEIDA, 2017), era que o apagamento deveria apresentar uma alta intensidade quando comparado com outras pesquisas em comunidades que não são quilombolas.

Assim, a metodologia de análise do /R/ prevista pelo projeto “A coda silábica no português falado na comunidade quilombola de Alto Alegre: análise sociolinguística” definiu o exame das 50 primeiras ocorrências da variável nos 12 que participaram do

projeto. Desse modo, um total de 600 ocorrências foram definidas para estudo com o auxílio do Goldvarb X. (TAGLIAMONTE, 2006)

Para análise estatística, foram consideradas as variáveis independentes: 1. posição no vocábulo em que se encontra a variável, 2. tonicidade da sílaba em que ocorre a variável; 3. a extensão do vocábulo; 4. características da vogal precedente; 5. características da consoante seguinte; 6. sonoridade da consoante seguinte; 7. classe morfológica do vocábulo; 8. faixa etária dos informantes; 9. sexo dos informantes.

A variável dependente incluiu as seguintes realizações: o. apagamento ([Ø]), como por exemplo, acontece na palavra *estudaØ*; 1. realização velar ([x/ɣ]), como acontece na palavra *se[x]tão*; i. realização aspirada ou glotal ([h, ɦ]), como por exemplo, acontece na palavra *ifimã*. Sob orientação de Gredson dos Santos e Jailma da Guarda Almeida, Pinheiro (2019), em seu TCC, incluiu uma quarta variante para análise, em razão de termos observado um conjunto de palavras em que o /R/ era substituído pela fricativa /S/, como na palavra *dive[s]tir* por *divertir*. A seguir, uma síntese dos resultados encontrados por Pinheiro (2019) será apresentada.

Um resumo quanto à distribuição das variantes que ocorrem no *corpus* examinado pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição das variantes <R> no *corpus*

VARIANTES	Nº/ TOTAL	%
Ø	382	63,7
x/ɣ	197	32,8
s/z	19	3,2
h/ɦ	2	0,3
TOTAL	600	100

Fonte: Pinheiro (2019, p. 44).

Os dados mostram que o apagamento foi a variante mais utilizada pelos informantes de Alto Alegre, correspondendo a 63,7% das ocorrências, sendo seguida pela fricativa velar (32,8%). Já aí se vê que o português afro-brasileiro de Alto Alegre é radicalmente diferente das outras normas observadas nos trabalhos já citados. Nesses trabalhos, o apagamento não supera as ocorrências das demais variantes. Em Alto Alegre, entretanto, o apagamento é bem expressivo e de largo uso. É a variante que mais ocorre: é, pois, a marca que aponta a preferência da comunidade pela sílaba aberta, sem o travamento consonantal. Se apenas o contexto final for observado, a taxa de apagamento de /R/ em Alto Alegre sobe para 98,1%, em final absoluto, e 94,1% em final seguido de consoante.

A Tabela 2 evidencia dados referentes ao fator posição da variável no vocábulo.

Tabela 2 – Posição em que ocorrem as variantes de /R/ no corpus

POSIÇÃO DO VOCÁBULO	APL. / TOTAL	%	P. R.
Final absoluto de vocábulo	104/106	98,1	0,97
Final de vocábulo seguido de palavra	209/222	94,1	0,94
Interior de vocábulo	69/272	25,4	0,02
Total	382/600	63,6	

Log likelihood = -213.468 Significance = 0.000.

Fonte: Pinheiro (2019, p. 50).

A Tabela 2 evidencia que os contextos finais são os que favorecem o apagamento. Em final absoluto, registra-se peso relativo de 0,97 (ex.: *fazêØ* (fazer), *compraØ*, (comprar), *motôØ* (motor)). Em final de vocábulo seguido de outro vocábulo, registra-se peso relativo de 0,94 (ex.: *trabalháØ né*, *milhóØ né*, *quéØ fazê*). Note-se que os grupos de fatores apresentaram significância de 0,00 para o valor de aplicação apagamento (Ø). Essa distribuição das variantes em termos de posição e em termos de peso relativo encontra semelhança com os trabalhos de Callou, Moraes e Leite (1996) e Hora (2006), por exemplo.

No que tange ao encaixamento extralinguístico da variável, o fator selecionado pelo Goldvarb X como motivador do apagamento foi a faixa etária, como se pode observar na Tabela 3.

Tabela 3 – Apagamento de /R/ em posição externa de vocábulo quanto à faixa etária do informante na comunidade de Alto Alegre

FAIXA ETÁRIA	APL. / TOTAL	%	P. R.
III	135/200	67,5	0,64
II	117/200	58,5	0,43
I	130/200	65,0	0,04
Total	382/600	63,66	

Log likelihood = -213.468 Significance = 0.000.

Fonte: Pinheiro (2019, p. 54).

No que diz respeito à variável *faixa etária*, a Tabela 3 indica que os falantes da faixa etária III, com peso relativo de 0,64, favorecem o apagamento na comunidade de Alto Alegre. Já os falantes das faixas II e I desfavorecem essa realização. Esse quadro é o esperado para essa comunidade, considerando o que já observaram Lucchesi (2009b) e Santos (2012) para a distribuição etária de fenômenos que marcam o português afro-brasileiro.

### O apagamento de /L/ em Alto Alegre

Assim como as demais consoantes que figuram em posição de coda silábica no PB, o /L/ também sofre intensa variação nesse contexto. Para a análise estatística, os dados foram codificados em três arquivos separados por contextos de ocorrência das variantes: posição final absoluta de vocábulo, posição final de vocábulo seguido de outro vocábulo e posição medial de vocábulo.

Desse modo, foram reunidas 444 ocorrências resultantes de 12 entrevistas, nas quais foram selecionadas as 37 primeiras ocorrências de /L/ em coda, e especificados os seguintes grupos de fatores: 1. variáveis linguísticas: tonicidade da sílaba, extensão do vocábulo, características da vogal precedente, características da consoante seguinte, sonoridade da consoante seguinte e classe morfológica do vocábulo; 2. variáveis sociolinguísticas: faixa etária e sexo dos informantes. Apresenta-se a distribuição geral dos dados no Quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição geral dos dados de /L/ em coda por posição na palavra

POSIÇÃO	[w]	Ø	[h]	TOTAL POR POSIÇÃO
Final absoluto	41	32		73
%	56,2	43,8	-	100
Final seguido	83	60		143
%	58	42	-	100
Medial	113	24	91	228
%	49,6	10,5	39,9	100
TOTAL POR VARIANTE	237	116	91	444
%	53,4	26,1	20,5	100

Fonte: Santos (2015, p. 42).

No Quadro 1, observa-se que, das 444 ocorrências da variável /L/ em coda silábica, as variantes vocalizadas [w], apagamento Ø e aspiração [h] apresentaram ocorrências em posição medial de palavra; no entanto, a aspiração se manteve restrita à posição medial de vocábulo. Hora (2006), ao analisar dados da cidade de João Pessoa, e Santos (2017), ao analisar dados de seis localidades baianas do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), também verificaram que a aspiração da lateral ocorreu apenas no interior de vocábulo.

Do total de ocorrências das variantes, o apagamento apresentou o percentual aproximado de 26%, e a aspiração de 21%. A vocalização [w] mantém taxas mais altas nos três contextos de ocorrência; contudo, acresce dizer que, tomando como parâmetro os resultados para vocalização em outras regiões brasileiras, quando somados os dados das variantes apagamento e aspiração da presente análise, a soma exibe percentual mais equilibrado em comparação ao percentual da variante vocalizada, ou seja, enquanto a variante vocalizada se apresenta em aproximadamente 53% das ocorrências, as variantes apagamento e aspiração somam aproximadamente 47% do total de ocorrências.

Merecem destaque os valores altos dos percentuais da variante apagamento nos contextos final absoluto (48,2%) e final seguido de outro vocábulo (42%), posições que

competem apenas com a vocalização [w]. Em síntese, do total das 444 ocorrências da lateral pós-vocálica em posição de coda silábica, a variante vocalizada materializou-se em 237 (53%), demonstrando que o uso da variante [w] está mais alargado do que cada uma das outras variantes em particular.

### O apagamento de /L/ em final absoluto de vocábulo

Apenas as variantes Ø e [w] ocorreram nesta posição. Os grupos de fatores selecionados pelo programa computacional foram os seguintes em ordem de importância: tonicidade da sílaba (1), faixa etária dos informantes (2) e extensão do vocábulo (3). Os grupos de fatores apresentaram significância de 0,01 para o valor de aplicação apagamento (Ø).

As tabelas 4, 5 e 6 apresentam os fatores linguísticos independentes e atuantes na realização da variante Ø. A descrição dos fatores segue a ordem de importância dada pelo programa computacional.

Tabela 4 – Tonicidade da Sílaba

VARIANTE Ø			
Tonicidade da sílaba	Aplic./total	%	P. R.
Átona	19/25	76	0,98
Tônica	13/48	27	0,1

input 0.185; log likelihood = -21.965; significance = 0.018)

Fonte: Santos (2015, p. 46).

Em contexto final absoluto de vocábulo, a sílaba átona se mostra favorecedora da variante apagamento Ø, com peso relativo de 0,98. Quando se observam vocábulos como, por exemplo, *difícil* e *fácil* pronunciados *difíciØ* e *fáciØ*, percebe-se que a tendência da variável /L/ em coda silábica é ser apagada devido à posição átona que ocupa na sílaba. Oliveira, Costa e Faria (2013) sugerem que a atualização da lateral /L/ depende do contexto em que se encontra, em sílaba forte ou fraca.

Tabela 5 – Extensão do vocábulo

VARIANTE Ø			
Extensão do vocábulo	Aplic./total	%	P. R.
Polissílabo	29/49	59,2	0,74
Monossílabo	1/5	20	0,27
Dissílabo	2/19	10,5	0,07

input 0.185; log likelihood = -21.965; significance = 0.018).

Fonte: Santos (2015, p. 47).



Quanto à extensão do vocábulo, a Tabela 5 evidencia que quanto maior for o material fônico, maior será a probabilidade de apagamento da variável. Os resultados de Hora (2006) mostraram que a vocalização é favorecida quando a palavra em que ocorre a variável apresenta menos massa fônica. As palavras polissílabas (0,74) são favorecedoras da variante Ø. Dentre os fatores sociais, apenas o grupo faixa etária dos informantes foi selecionado.

Tabela 6 – Faixa etária dos informantes

VARIANTE Ø			
Faixa etária	Aplic./total	%	P. R.
III (acima de 60)	12/19	63,2	0,97
II (41-60)	14/23	60,9	0,87
I (20-40)	6/31	19,4	0,02

input 0.185; log likelihood = -21.965; significance = 0.018.

Fonte: Santos (2015, p. 48).

Para o apagamento, as faixas 3 (0,97) e 2 (0,87) mostraram-se relevantes no condicionamento do fenômeno, ao passo que a faixa etária I (0,02) apresentou-se desfavorável ao apagamento, conforme a Tabela 6. Em contexto final absoluto de palavra, a partir da análise do *corpus* obtido na comunidade de Alto Alegre, conclui-se que, nos vocábulos em que a variável ocorre, a variante apagamento Ø tende a ser favorecida quando há a interação de fatores linguísticos e extralinguísticos, visto que o condicionamento da variável pela sílaba átona (0,98), pelas palavras com três sílabas ou mais (0,92) e pelos indivíduos mais velhos (faixa 3 (0,97) e faixa 2 (0,87)) mune a variante Ø das armas necessárias na competição, em especial, contra a variante [w].

### O apagamento de /S/ em Alto Alegre

Em posição pós-vocálica, o fonema /S/ é variável, podendo realizar-se como fricativa alveolar, como fricativa palatal, como fricativa glotal ou pode até não ser realizado. A título de rápida menção, são estudos bastante conhecidos sobre a variável: Brescancini (2004), em Florianópolis-SC; Callou, Leite, Moraes (2002), que observou dados das cidades de Porto Alegre-RS, Recife-PE e Salvador-BA; Mota (2002), que observou a fala culta de Salvador; Hora (2003) e Ribeiro (2006), que analisaram dados de João Pessoa-PB. Hora e Pedrosa (2009) fazem um balanço crítico das análises da fricativa em coda silábica.

Lucchesi (2009a) fez uma análise do /S/ em coda silábica na fala de moradores de Salvador com escolarização primária e secundária e observou, por exemplo, que o zero fonético com valor morfológico atingiu um percentual de 15% e sem valor morfológico atingiu apenas 4%.

Santos (2012) analisou dados da comunidade quilombola de Helvécia e observou que as realizações alveolares somaram 44,83%; as realizações aspiradas somaram 22,37%; o apagamento somou 18%; e as realizações palatais somaram 14,79% do total de ocorrências de <S>.

Almeida (2019) fez uma análise do fonema citado também em duas comunidades afro-brasileiras. A autora constatou que, em Sapé-BA, o apagamento atinge 28,3%, a variante alveolar atingiu 26,5%, a aspirada 24,7% e a variante palatal alcançou 22,3%. Em Cinzento-BA, a variante alveolar ficou com 53,5%, a aspirada com 24,7%, o apagamento com 15,1% e a palatal com 6,5%.

Uma comparação entre as comunidades quilombolas e as demais comunidades permite ver que a fricativa também possui uma situação variável, no entanto o apagamento é bem mais intenso no português afro-brasileiro. Isso também se aplica a Alto Alegre.

Observando as ocorrências de modo geral, Almeida (2009, p. 53) apurou que a realização alveolar ficou com 29,3% das ocorrências gerais e a realização palatal ficou com 28,4%, concentradas, estas, em interior de vocábulo. A realização aspirada é a terceira que mais ocorre no *corpus* estudado, com 24,5% das ocorrências. O apagamento representou 17,5% das ocorrências. Essa taxa de apagamento é semelhante à documentada por Santos (2012) para Helvécia-BA, que teve 18% de apagamento, e Almeida (2019) para Cinzento-BA e Sapé-BA, que registrou 15,1% e 28,5% respectivamente. Observa-se que o apagamento tanto em Alto Alegre quanto nas três outras comunidades afro-brasileiras, mostra-se bastante expressivo, principalmente se comparado a outros trabalhos como o de Monteiro (2009) em que o apagamento atingiu apenas 3,8% e o de Lucchesi (2009) em que o apagamento, sem valor morfológico, atingiu apenas 4%.

Com relação aos efeitos dos dados por posição, Almeida (2019) notou que a variante alveolar tem a distribuição regular nas posições: 21% em interior de vocábulo, 37,7% em final de vocábulo seguido de consoante e 42,7% em final absoluto de vocábulo. Já a variante palatal não ocorre em final absoluto e tem baixa frequência em final de vocábulo seguido de consoante, concentrando suas ocorrências em interior de vocábulo, onde atinge o percentual de 47,5%. A variante aspirada também se concentra na em interior de vocábulo (29,6%) e final de vocábulo seguido de consoante (32,1%). Já o apagamento é favorecido, tanto em final absoluto, com 55,2% de frequência, quanto em final de vocábulo seguido de consoante, com uma frequência de 23,8%; e quase não ocorre em posição medial, com uma frequência de apenas 1,3% nessa posição.

Com relação ao apagamento, o Goldvarb X selecionou como fatores favorecedores, por ordem de importância, a faixa etária do informante, a extensão do vocábulo, o sexo do informante e a vogal antecedente. Nas tabelas 7 e 8, serão apresentados os resultados referentes à extensão do vocábulo e à faixa etária do informante.

Tabela 7 – O apagamento de /S/ em final absoluto quanto à *extensão do vocábulo* na comunidade de Alto Alegre

<b>EXTENSÃO DO VOCÁBULO</b>	<b>APL. / TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>P.R.</b>
Polissílabo	2/3	66,7	0,76
Dissílabo	69/94	73,4	0,65
Monossílabo	55/132	41,7	0,37
<b>TOTAL</b>	<b>126/229</b>	<b>55</b>	

*Input* 0.648; *Log likelihood* = -95.311 *Significance* = 0.018.

Fonte: Almeida (2016, p. 84).

A Tabela 7 mostra que são os vocábulos polissilábicos, com peso relativo 0,76, e os dissílabos, com peso relativo de 0,65, que favorecem o apagamento de <S> na comunidade. Santos (2012) também identificou, em Helvécia, que os dissílabos, com peso relativo de 0,77, favorecem o apagamento, enquanto os monossílabos o desfavorecem.

Tabela 8 – O apagamento de /S/ em final absoluto quanto à *faixa etária do informante* na comunidade de Alto Alegre

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>APL. / TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>P.R.</b>
III	77/85	90,6	0,91
II	30/70	42,9	0,26
I	19/74	25,7	0,15
<b>Total</b>	<b>126/229</b>	<b>55</b>	

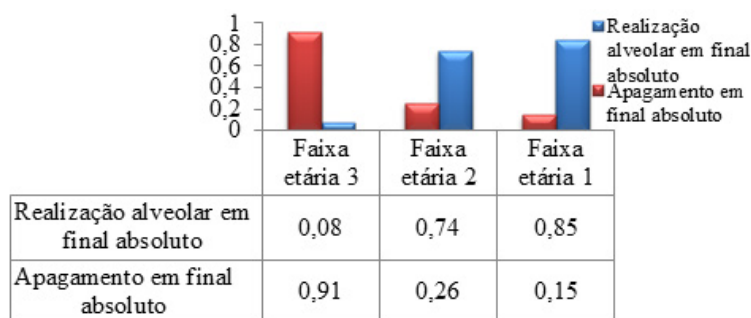
*Input* 0.648; *Log likelihood* = -95.311 *Significance* = 0.018.

Fonte: Almeida (2016, p. 86).

Conforme mostra a Tabela 8, são os informantes da faixa etária mais velha que mais favorecem o apagamento, enquanto a faixa etária mais jovem desfavorece fortemente essa realização. O trabalho de Santos (2012) também mostra que são os informantes da faixa etária mais velha, com peso relativo de 0,78, que favorecem o apagamento de <S>.

No Gráfico 1, há a comparação entre o uso das variantes alveolar e apagamento de acordo com a faixa etária em final absoluto de vocábulo.

Gráfico 1 – A variável alveolar X apagamento em final absoluto de vocábulo segundo o fator faixa etária



Fonte: Almeida (2016, p. 89).

Ao analisarmos o Gráfico 1, fica evidente que os falantes mais velhos são os que mais apagam a consoante, distanciando-se fortemente dos falantes mais jovens, que dão preferência à variante alveolar. O resultado encontrado na comunidade corrobora aqueles obtidos por Santos (2012) e Almeida (2019), que mostram que são os falantes da faixa etária mais velha os que mais favorecem o apagamento. O resultado encontrado para o apagamento em final absoluto em Alto Alegre pode ser associado a um quadro de transmissão geracional do tipo leve, como propõe Santos (2012).

## Síntese dos resultados

Em resumo, para o /R/ em coda silábica, em Alto Alegre, podemos destacar: predominaram no *corpus* as ocorrências do apagamento, que atingiram uma taxa geral de 63,7%, quando observadas juntas a coda medial e a coda externa. Em posição final absoluta de vocábulo (coda final), a taxa de apagamento aumentou para 98,1% do total das ocorrências. A posição final se revelou a mais propícia para o apagamento, já que, em final de vocábulo seguido de consoante, o peso relativo foi de 0,94. Em final absoluto, o peso foi de 0,97. Os resultados não são diferentes dos encontrados nos trabalhos citados neste texto. Merece destaque, entretanto, o fato de que, mesmo quando considerada a coda medial, contexto fortemente desfavorecedor do apagamento, esta variante é absolutamente predominante no *corpus*. Nesse ponto, o apagamento de /R/ em Alto Alegre se faz distinto do que se observa em outras comunidades, nas quais o apagamento é fenômeno praticamente restrito às posições finais.

No que tange ao fenômeno de apagamento da consoante /L/ em posição de coda silábica, os fatores sílaba átona (0,98), vocábulo polissílabo (0,92) e as faixas etárias III (0,97) e II (0,87) se mostraram favoráveis em contexto final absoluto de vocábulo. Em contexto final seguido de outro vocábulo, a variante Ø é favorecida pelos seguintes fatores: sílaba átona (0,99), vogal precedente [ɔ] (0,98) e [a] (0,71), vocábulos polissilábicos (0,67) e as faixas etárias III (0,96) e II (0,52). Já para a posição medial de vocábulo,

o quadro favorecedor à variante  $\emptyset$  é formado pelos fatores consoante seguinte vozeada (0,68), vocábulo polissílabo (0,64) e a faixa etária II (0,75), sendo que a faixa etária I (0,50) permaneceu neutra e a faixa etária III (0,29) apresentou poucos dados para o apagamento, o que parece inviabilizar proposições mais aprofundadas.

O comportamento da variante apagamento na comunidade aparentemente indica que o quadro variável opera uma mudança em direção à norma culta, conforme a tendência do português popular, como postula Lucchesi (2003), com o abandono da variante apagamento  $\emptyset$  em favor da variante vocalizada [w]. Ao que parece, o fenômeno de vocalização da consoante /L/ em posição de coda silábica já se constitui uma norma entre os falantes de 20 a 40 anos na comunidade de Alto Alegre.

Observou-se que as 444 ocorrências da variável dependente foram distribuídas nos seguintes contextos: final absoluto, final seguido de vocábulo e medial. As variantes vocalização e apagamento apresentaram ocorrências nos três contextos analisados, e a variante aspirada se manteve restrita à posição medial de vocábulo. A variante  $\emptyset$  apresentou percentuais de ocorrência mais altos quando em competição apenas com a variante vocalizada (contextos finais de palavra) e, quando em competição ternária com as variantes [w] e [h], o seu percentual de ocorrência se reduz significativamente em detrimento da variante aspirada (contexto medial de palavra).

A taxa de vocalização chega a atingir 90% das ocorrências em outras regiões brasileiras (LEITE; CALLOU; MORAES, 2007), o que não se verificou na comunidade de Alto Alegre, em que essa variante não apresentou diferença muito discrepante no percentual de ocorrências em comparação com as demais variantes, tanto em posição final, em que a vocalização competiu apenas com o apagamento, quanto em posição medial, em que se somam os percentuais de apagamento e aspiração para demonstrar o equilíbrio em relação à variante vocalizada.

A probabilidade de a variante  $\emptyset$  ser selecionada entre os mais velhos é maior quando ela se encontra em posição final e em posição final seguida de outro vocábulo, o que não é possível sugerir quando a variante está em contexto medial, haja vista que, neste caso, o apagamento não apresenta um número de ocorrências significativo.

Quanto ao apagamento de /S/, especificamente, destacamos que: 1. o apagamento tem uma maior frequência em final absoluto de vocábulo, uma frequência razoável em final de vocábulo seguido de consoante e quase não ocorrendo em interior de vocábulo; 2. para o apagamento foi considerado como fator mais importante, tanto em final absoluto de vocábulo seguido de consoante quanto em final absoluto de vocábulo, a extensão do vocábulo; 3. o apagamento é mais frequente na fala dos mais velhos. Um último ponto muito importante é que o apagamento de /S/, como já demonstrou Almeida (2019), é, sem dúvida, uma marca que: 1. vincula Alto Alegre a outras comunidades quilombolas, uma vez que a taxa de apagamento de /S/ sem valor de plural nas comunidades investigadas pela pesquisadora não é menor que 17%; 2. distingue Alto Alegre, como típica representante do português afro-brasileiro, nos termos de Lucchesi (2019) e Santos (2022), das normas populares que não são quilombolas.

## Considerações finais

Neste texto, tivemos como principal objetivo apresentar, em panorama, dados do apagamento de consoantes em coda silábica, na perspectiva da sociolinguística laboviana, da comunidade quilombola de Alto Alegre. Além de apresentar dados de ordem social, geográfica e histórica, demos destaque ao apagamento de consoantes em coda silábica, marca típica do português afro-brasileiro, como destacaram Lucchesi (2009, 2015) e Santos (2022).

Os resultados que destacamos neste trabalho evidenciaram que, em termos gerais, uma forte tendência de destravamento da sílaba especialmente pelos falantes mais velhos é a principal marca da comunidade de Alto Alegre. Uma interpretação mais geral acerca do que isso significa quando consideramos a formação do português popular do Brasil, impõe que examinemos o que afirmou Lucchesi (2009, p. 33):

o português afro-brasileiro designa aqui uma variedade constituída pelos padrões de comportamento linguístico de *comunidades rurais compostas em sua maioria por descendentes diretos de escravos africanos que se fixaram em localidades remotas do interior do país*, praticando até os dias de hoje a agricultura de subsistência. Muitas dessas comunidades têm a sua origem em antigos quilombos de escravos foragidos e ainda se conservam em um grau relativamente alto de isolamento. Dessa forma, o português afro-brasileiro guardaria uma *especificidade no universo mais amplo do português popular rural brasileiro* (ou, mais precisamente, norma popular rural do português brasileiro), não apenas pelas características sócio-históricas próprias às comunidades em que ele é falado, mas, sobretudo, pelas características linguísticas que o distinguiriam das demais variedades do português popular do Brasil (ou melhor, da norma popular brasileira).

Segundo o autor, embora não possamos caracterizar o português afro-brasileiro como o português falado pelos afro-brasileiros em geral, temos que definir o português afro-brasileiro, grosso modo, como a variedade falada pelos brasileiros remanescentes de quilombos. Tal variedade guarda especificidades em relação às outras normas da língua, mesmo quando são observadas as normas populares. Em trabalho ainda no prelo, Santos (2022), fazendo uma análise do conceito de português afro-brasileiro a partir de dados de fala de comunidades quilombolas, apresenta uma síntese segundo a qual quatro critérios devem ser observados para definição do português afro-brasileiro (Quadro 2).

Quadro 2 – Critérios de definição do português afro-brasileiro

SÓCIO-HISTÓRICO	GEO-DEMOGRÁFICO	LINGÜÍSTICO	SOCIOLINGÜÍSTICO
Falado por uma comunidade historicamente alijada de acesso a bens culturais e a serviços prestigiados na sociedade Brasileira.	São falantes do português afro-brasileiro as comunidades quilombolas isoladas.	Variação radical na concordância verbal e nominal. Outros traços indicados pela pesquisa linguística podem ser adicionados.	Curva de aquisição do português padrão ascendente, liderada por falantes mais jovens, mais escolarizados, do sexo masculino e com maiores contatos fora da comunidade.

Fonte: Santos (2021, tradução nossa).

O exame dessas características postas no quadro e dos dados apresentados neste trabalho nos autoriza a afirmar que a comunidade quilombola de Alto Alegre se insere no contexto sociolinguístico geral das comunidades de fala afro-brasileira. Em outras palavras: 1. Alto Alegre exhibe taxas altíssimas de apagamento, mesmo quando comparadas a outras variedades do português popular; 2. por um lado, a comunidade conserva marcas que sugerem um quadro ainda mais radical no passado, o que remete, em tese, a um quadro histórico de aquisição irregular de sílabas travadas pelos antepassados da comunidade; 3. finalmente, a variável estudada em Alto Alegre exhibe um padrão etário que, de um lado, coloca os mais velhos como os que mais empregam a variante apagamento e, de outro, os mais jovens como os responsáveis pela implementação de formas menos marcadas e preferidas pelos falantes urbanos e de maior escolarização.

## Referências

- ALMEIDA, J. G. *O /S/ em coda silábica no português falado nas comunidades rurais afro-brasileiras de Cinzento-Ba e Sapé-Ba: uma análise sociolinguística*. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- ALMEIDA, J. G. *Uma análise sociolinguística do <S> em coda silábica no português falado pela comunidade quilombola Alto Alegre-Ba*. 2016. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2016.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Baixo Sul da Bahia*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/32MaCwW>. Acesso em: 24 set. 2014.
- BRESCANCINI, C. R. A palatalização da fricativa em posição de coda no dialeto florianopolitano (SC): variáveis Região e Faixa Etária. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM APLICADAS AO ENSINO, 2., 2004, Paraíba. *Anais* [...]. Vitória da Conquista: ECLAE, 2004.

CALLOU, D. I. *Caracterização de áreas dialetais no português do Brasil: análise de duas variáveis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

CALLOU, D.; LEITE, Y.; MORAES, J. A. Processo(s) de enfraquecimento consonantal no português do Brasil. In: CASTILHO, A. T. (org.). *Gramática do Português falado*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. v. 7. p. 537-556.

CALLOU, D.; LEITE, Y.; MORAES, J. A. Variação dialetal no português do Brasil: aspectos fonéticos e morfossintáticos. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n. 14, Lisboa, p. 106-118, 1995.

CALLOU, D.; MORAES, J. A. A norma de pronúncia do -S e -R pós-vocálicos: distribuição por áreas regionais. In: CARDOSO, S. (org.). *Diversidade linguística e ensino*. Salvador: Edufba, 1996. p. 133-147.

COLLISCHONN, G. A sílaba em português. In: BISOL, L. (org.). *Introdução aos estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. p. 101-133.

GUY, G. R. A questão da crioulização no português do Brasil. In: ZILLES, A. M. S. (org.). *Estudos de variação linguística no Brasil e no cone Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2005. p. 15-38.

GUY, G. R.; BISOL, L. A teoria fonológica e a variação. *Organon*, Porto Alegre, v. 5, n. 18, p. 126-136, 1991.

GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

HORA, D. Fricativas coronais: análise variacionista. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: 7Letras, 2003. p. 69-89.

HORA, D.; PEDROSA, J. L. R. Comportamento da fricativa coronal pós-vocálica. In: RIBEIRO, S. S.; COSTA, S. B. B.; CARDOSO, S. A. M. (org.). *Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa: homenagem a Jacyra Andrade Mota pela contribuição aos estudos dialetais brasileiros*. Salvador: Edufba, 2009. p. 111-128.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Carolina R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LEITE, Y.; CALLOU, D.; MORAES, J. O /l/ em posição de coda silábica: confrontando variedades. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 22., 2007, Lisboa. *Anais [...]*. Lisboa: APL, 2007. p. 423-430.

LUCCHESI, D. A realização do /S/ implosivo no português popular de Salvador. In: RIBEIRO, S. S.; COSTA, S. B. B.; CARDOSO, S. A. M. (org.). *Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa; homenagem a Jacyra Andrade Mota pela contribuição aos estudos dialetais brasileiros*. Salvador: Edufba, 2009a. p. 83-110.

LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009b. p. 41-73.



- LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 63-92.
- LUCCHESI, D. O conceito de transmissão linguística e o processo de formação do português do Brasil. In: ROCANTI, C.; ABRAÇADO, J. *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 272-284.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A. N. Processos de crioulização na história sociolinguística do Brasil. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 163-218.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.
- MONARETO, V.; QUEDNAU, L. R.; HORA, D. As consoantes do português. In: BISOL, L. (org.). *Introdução aos estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. p. 207-241.
- MOTA, J. A. *O -s em coda silábica na norma culta de Salvador*. 2002. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- OLIVEIRA, M.; COSTA, C.; FARIA, M. A. A lateral posvocálica no nordeste paraense: uma descrição geo-sociolinguística. In: AGUILERA, V. A. (org.). *A geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Eduel, 2013. p. 406-429.
- PINHEIRO, C. A. *A variação do rótico em falantes da comunidade quilombola de Alto Alegre-BA*. 2019. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2019.
- RIBEIRO, S. R. *Apagamento da sibilante final em lexemas: uma análise variacionista do falar pessoense*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- SANTOS, G. Afro-brazilian portuguese: revisiting the concept based on a sociolinguistic analysis of quilombola communities in Bahia, Brazil. In: JUNGBLUTH, K.; VALLENTIN, R.; SAVEDRA, M. (ed.). *Language, belonging, politics: impacts for a future of complex diversities*. 2022. No prelo.
- SANTOS, G. *O português afro-brasileiro Helvécia-BA: análise da variável <s> em coda silábica*. 2012. Tese (Doutorado em Letras e linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- SANTOS, G.; ALMEIDA, J. G. O ditongo decrescente <EI> no português falado pela comunidade quilombola de Alto Alegre. *Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 239-252, 2017.

SANTOS, R. C. *A realização variável da lateral pós-vocálica /l/ em comunidades baianas do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.

SANTOS, R. C. *A variação da lateral pós-vocálica /l/ no português quilombola de Alto Alegre: análise sociolinguística*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Linguística) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2015.

TAGLIAMONTE, S. A. *Analysing sociolinguistics variation*. New York: Cambridge University Press, 2006.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

ISABEL SILVA SILVEIRA

## **“Levarei x vou levar x levo amanhã”: variação na expressão de futuro na fala popular de Poções-BA**

### **Introdução**

Para expressar o tempo futuro, o falante do português brasileiro (PB) pode fazê-lo de várias maneiras: pela forma simples do verbo, também chamada de forma sintética, como em *chegarei*; pelo presente do indicativo, geralmente acompanhada de advérbio, como em *chego amanhã*; ou pelas diversas formas perifrásticas, como em *eu vou chegar*; *eu irei chegar*; *eu tenho que chegar*; *eu tenho de chegar*; *eu vou estar chegando*. Dessa forma, o PB apresenta um quadro de variação linguística no uso do tempo futuro, especialmente o português popular, passível de ser descrito e analisado.

Neste trabalho, investigou-se, através de pesquisa empírica, as estratégias de uso do futuro utilizadas pelos falantes do português popular rural de Poções, no interior da Bahia. Também foram avaliados quais contextos linguísticos e extralinguísticos favorecem ou não o uso da forma de presente, forma não marcada morfológicamente, a qual, acredita-se, seja resultado do contato linguístico na formação do português popular, visto que a perda de marcas morfológicas é uma das mudanças promovidas na língua pela transmissão linguística irregular. Os contextos que favorecem o uso da forma de presente são considerados os fatores mais resistentes à mudança em favor das formas perifrásticas. De maneira contrária, os contextos que desfavorecem o uso da forma de presente são aqueles que estão mais suscetíveis à mudança em favor das formas perifrásticas.

As questões que direcionam essa pesquisa são: 1. No dialeto rural do interior do estado da Bahia, os falantes fazem uso das três formas verbais para marcar o futuro: a forma sintética, as formas perifrásticas, e a forma de presente? 2. Qual a forma verbal mais utilizada pelos falantes da zona rural de Poções para marcar o futuro? c) Quais contextos linguísticos e extralinguísticos favorecem o uso da forma de presente com valor de futuro?

Os resultados desta pesquisa foram comparados com obtidos por Silva (2003), Oliveira (2006), Tesch (2011) e Rocha (2018), em suas pesquisas sociolinguísticas.

A pesquisa está embasada no modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista e ancorou-se teoricamente em Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]); Labov (2008[1972]); Lucchesi (2004); Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009); Lucchesi e Baxter (2006), dentre outros.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: inicialmente serão apresentadas as diversas visões que se têm acerca da expressão de futuro na língua portuguesa, considerando suas origens, a normatização e variação observada atualmente no seu uso. Serão mostradas a visão das gramáticas normativas, a visão histórica – do latim aos dias atuais – e a visão sociolinguística, para entendermos como o tema vem sendo debatido e pesquisado atualmente.

Na sequência, será apresentado o PB e sua formação socio-histórica para uma melhor compreensão da sua polarização sociolinguística e da transmissão linguística irregular.

Em seguida, serão mostrados os aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa da Sociolinguística Variacionista, as informações acerca da amostra, a comunidade de fala pesquisada, os processos de coleta, o suporte de análise estatística, e os grupos de fatores estruturais e sociais.

Por fim, a análise quantitativa dos dados variáveis definidos acerca do uso do tempo futuro, a partir dos resultados obtidos nos inquéritos. Para facilitar a compreensão dos dados obtidos, serão mostradas tabelas com os resultados referentes a cada variável considerada, seguida da descrição e análise desse resultado, finalizando com as considerações finais.

## **A expressão de futuro na língua portuguesa**

### **Visão normativa**

De acordo com as gramáticas normativas de Cunha e Cintra (2013), Bechara (2009), Cegalla (1997) e Rocha Lima (2013), o tempo futuro se manifesta nas duas formas sintéticas do indicativo: o futuro do presente (*louvarei*) e o futuro do pretérito (*louvaria*). Apesar de a língua oferecer variadas formas para representar o tempo futuro, em geral, as gramáticas normativas, ao tratarem do tema, focalizam o futuro simples como a maneira mais utilizada, adequada ou suficiente para expressar o tempo vindouro. Dão a falsa impressão de que o uso de perífrases para representar o futuro não é comum na língua.

Essas gramáticas refletem o pensamento tradicional de que a língua é homogênea e pouco se modifica. Quanto ao uso do tempo futuro, cristalizaram a estrutura verbal sintética como sendo a “correta” para marcar o tempo. Acreditam que é possível definir a categoria de tempo só através do verbo.

Dos compêndios consultados, apenas Cunha e Cintra (2013) admitem que são as perífrases, e não o futuro simples, a forma verbal mais utilizada na fala como expressão de futuridade. Além disso, são os únicos a descreverem as formas variantes de expressão do futuro na língua portuguesa. Destacam que na língua falada o uso do presente simples é relativamente raro.

### Visão histórica

Inicialmente, o latim clássico apresentava formas sintéticas de futuro nos modos indicativo e imperativo. O modo subjuntivo não apresentava futuro. As formas de futuro do indicativo eram: futuro perfeito (*perfectum*) de aspecto conclusivo e o futuro imperfeito (*imperfectum*) de aspecto inconclusivo, que era denominado de futuro sintético latino e correspondia ao que a tradição gramatical chama hoje de futuro do presente simples da língua portuguesa. As duas formas podiam aparecer tanto na voz ativa quanto na passiva.

Segundo Coutinho (1976, p. 274-276), com a evolução linguística, no latim vulgar, muitas formas e tempos verbais se perderam e outros foram criados. Essas formas morfológicas e marcadas de futuro, como as da flexão em *-bo* em 1ª e 2ª conjugação, como *cantabo* e do futuro em *-am*, na terceira e quarta conjugações, como *legam* provinham de formas volitivas e no latim vulgar foram pouco a pouco sendo substituídas pelas perífrases e mais tarde desapareceram. (CÂMARA JÚNIOR, 1976, p. 128)

Com o desaparecimento dessas formas de futuro sintético, em grande parte da Romênia, ganharam força as construções perifrásticas. Segundo Nunes (1975, p. 271), o recurso às construções perifrásticas já existia no próprio latim clássico. Essas perífrases eram formadas antepondo-se o infinitivo ao presente do indicativo do verbo *habeo*. Assim, em vez de *amabo*, passou-se a dizer *amare habeo* ou *amare \*aio* ou *\*amarai*. O processo analítico passou a ser usado em toda conjugação passiva.

No percurso histórico da língua portuguesa, assim como acontece hoje, verifica-se um processo cíclico no uso de formas sintéticas e analíticas para representar o futuro, do latim até os nossos dias: formas sintéticas (*amabo*) > formas analíticas (*amare habeo*) > formas sintéticas (*amarei*) > formas analíticas (*vou amar*). (OLIVEIRA, 2006)

### Visão sociolinguística

Para uma melhor compreensão dos processos de mudança pelos quais vem passando esse aspecto do português brasileiro, destacamos aqui algumas pesquisas sociolinguísticas. A pesquisa desenvolvida por Oliveira (2006) analisou o uso do futuro na modalidade

culta, tanto na fala quanto na escrita, no Rio de Janeiro e em Salvador. Os resultados obtidos para a língua escrita mostraram que o futuro simples ainda predomina nessa modalidade da língua. Entretanto, no lapso de tempo entre as décadas de 1970 e 1990, a perífrase *ir + infinitivo* passou a ser utilizada em contextos que antes favoreciam a forma simples. Já na fala, os resultados mostram uma mudança em progresso quase concluída, com o amplo predomínio da perífrase *ir + infinitivo*, nas duas sincronias. Na década de 1970, essa variante era mais usada no Rio de Janeiro e menos em Salvador. Nos anos 1990, a perífrase *ir + infinitivo* é predominante em todos os contextos de fala, das mais formais às menos formais, nas duas capitais. Para a autora, isso se dá por causa da projeção social de Salvador no cenário nacional, considerados os índices de desenvolvimento humano municipal, quase se equiparando à cidade do Rio de Janeiro. Assim, evidencia-se a correlação entre fatos linguísticos e fatores socio-históricos e demográficos.

A pesquisa realizada por Silva (2003) foi desenvolvida em duas comunidades rurais compostas majoritariamente por afrodescendentes (Helvécia e Cinzento), focalizando o uso do futuro no que Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) denominam *português afro-brasileiro*. Os resultados da pesquisa explicitaram que os falantes de Helvécia e de Cinzento preferem marcar o futuro utilizando a forma perifrástica, que na amostragem representou 55%. Em segundo lugar, utilizam a forma de presente que obteve 43% da amostra. Já o futuro sintético praticamente não é usado pelos falantes das duas comunidades, visto que só representou 2% dos dados computados. O fator social idade revelou uma situação de mudança em progresso, com os jovens utilizando com mais frequência a variante inovadora, nesse caso a perífrase, decrescendo o seu uso nas faixas etárias mais elevadas.

Mais recentemente, Tesch (2011) analisou o uso do futuro pelos capixabas, na fala e na escrita. Para a análise da modalidade falada utilizou o *corpus* Port Vix, e para a modalidade escrita, amostras do jornal *A Gazeta*, década de 1930, década de 1970 e 2008. Segundo a autora, em geral, os resultados demonstraram que houve um uso distinto das modalidades estudadas. Maior preferência no uso do futuro simples na modalidade escrita com decréscimo do uso ao longo de oitenta anos e predominância do uso das formas perifrásticas e quase desaparecimento do uso do futuro simples, na modalidade falada.

Alves (2011) pesquisou a expressão de futuridade nos discursos de expor e narrar nas línguas falada e escrita dos cearenses. Em sua pesquisa, os resultados mostram que a depender do tipo de discurso, o valor e o uso das formas investigadas são diferentes. No discurso interativo, da ordem do expor, *ir + infinitivo* foi a variante preferida, entretanto, quando o discurso é teórico, também da ordem do expor, o futuro do presente foi a variante preferida. No relato interativo, da ordem do narrar, a variante mais usada foi *ir + infinitivo*, e, na narração, também da ordem do narrar, foi o futuro do pretérito.

Outra pesquisa acerca do tema foi desenvolvida por Rocha (2018). Em seu estudo, analisou o estabelecimento das formas perifrásticas em detrimento das formas sintéticas na fala do semiárido baiano, mais precisamente no município de Feira de Santana. Os dados foram extraídos de 48 entrevistas provenientes do projeto “A língua portuguesa no semiárido baiano”, sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS),

composto de informantes urbanos com nível superior e de falantes semiescolarizados residentes na zona rural da cidade. O resultado geral da amostra indicou que apenas 0,8% dos falantes de Feira de Santana fazem uso de presente simples para marcar o futuro, 15,9% preferem usar o presente com valor de futuro, enquanto a maioria, 82,5%, prefere usar a perífrase para indicar o tempo futuro.

## O Português Brasileiro

### A formação sócio-histórica do Português Brasileiro

Para uma melhor compreensão da realidade linguística do Brasil atualmente, faz-se necessário uma reconstituição histórica do passado relacionado com a socio-história brasileira, iniciada no século XVI, com a chegada dos portugueses. Ao aportarem aqui, os colonizadores europeus encontraram uma população indígena formada por diversas sociedades com culturas e línguas diferentes. Acredita-se que essa população indígena passava dos 6 milhões de índios, os quais falavam em torno de 1.275 línguas. (RODRIGUES, 1993)

Segundo especialistas, na costa brasileira eram faladas línguas da família tupi-guarani, do tronco tupi. Eram línguas aparentadas e serviram de base para a formação de uma língua geral da costa, ou língua brasílica, a qual serviu para estabelecer comunicação entre índios e colonizadores, considerando-se que “os portugueses precisavam aprender e usar essas línguas indígenas por razão de sobrevivência e para impor seu domínio aos nativos”. (ILLARI; BASSO, 2006, p. 60)

Dessa forma, a língua geral era mais falada no cotidiano de muitas regiões da colônia enquanto o português era utilizado em menor escala, principalmente pelo clero e pela elite administrativa da colônia. Embora minoritária, a língua do colonizador é considerada a mais importante.

Assim, no período colonial, a situação linguística do Brasil é bastante complexa e marcada pelo multilinguismo generalizado, especialmente com o início do tráfico negreiro oficialmente autorizado por um alvará de D. Pedro III, datada de 29 de março de 1549. (LUCCHESI, 2009, p. 45) A vinda de africanos foi movida pela necessidade de se buscar outra fonte de mão de obra para o trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar do Nordeste brasileiro, visto que os colonizadores não conseguiram escravizar os índios que contavam com os jesuítas fazendo campanhas contra a escravidão indígena. Estima-se que os africanos trouxeram para o Brasil cerca de 200 a 300 línguas. (PETTER, 2006, p. 124)

O cenário multilíngue generalizado se impõe a partir do contato entre a língua portuguesa, as línguas indígenas e as línguas africanas. Esse quadro pode ser mais bem compreendido quando são analisados dados demográficos desse período. Para Mattos

e Silva (2004, p. 17) “não se pode negar que a história das línguas passa necessariamente pela história demográfica de seus falantes.”

Os números mostram que a população branca sempre foi a minoria e nunca passou dos 30%, enquanto a população de negros e indígenas chega a 70%, dos quais 50% são índios, no início do período colonial. Isso explica por que o tupi, e não o português, foi a língua adotada pelos colonizadores até o final do século XVII. Nesse momento, surgem novos elementos para compor a população brasileira: os negros brasileiros, mulatos e brancos brasileiros, que perfazem um total de 60%. Nesse período, o Brasil trouxe o maior número de negros para trabalhar na cultura açucareira, na Bahia e em Pernambuco.

De acordo com Lucchesi (2009, p. 45), a língua portuguesa se expandia, paralelamente à expansão da sociedade açucareira no Nordeste, através da fala dos colonos portugueses e das variedades do português adquiridas e transmitidas pelos escravizados africanos aos seus descendentes. No decorrer do século XVIII, a língua portuguesa difundiu-se em função de ondas migratórias. A descoberta de jazidas de ouro e pedras preciosas em Minas Gerais provocou uma corrida do ouro e mais de 300 mil portugueses vieram para cá em busca de enriquecimento fácil. Nesse sentido, com a decadência da cultura açucareira, muitos escravizados foram vendidos para trabalhar nas minas e assim passaram a ter mais contato com a língua portuguesa, sendo considerados os principais difusores do português vernáculo brasileiro. (MATTOS E SILVA, 2006, p. 130)

Assim, enquanto o número de falantes do “português popular brasileiro” aumenta, o uso da língua geral entra em declínio, especialmente depois da expulsão dos jesuítas da colônia portuguesa, seguido do decreto pombalino que proibia o uso da língua geral nas escolas e institucionalizava a língua portuguesa na Colônia, na década de 1750. Dessa forma, a língua portuguesa passou a ser ensinada seguindo o modelo lusitano. Utilizava-se aqui a mesma gramática normativa da Metrópole que, desta forma, buscava “corrigir” as simplificações gramaticais do português falado nas colônias. Já eram notáveis diferenças marcantes entre o português europeu e o português brasileiro.

A abolição da escravatura no final do século XIX promoveu mudanças tanto no cenário social quanto no quadro sociolinguístico do país. Segundo Lucchesi (2009), muitos ex-cativos, deslocados do grande processo produtivo e abandonados pelas políticas públicas, mantiveram-se nas periferias das cidades ou seguiram para o interior do país e se isolaram onde podiam sobreviver. Nessas comunidades, “conservariam as mudanças decorrentes do contato entre línguas massivo e abrupto, podendo-se imaginar que nos casos mais radicais das comunidades isoladas, continuariam em uso variedades crioulizadas do português.” (LUCCHESI, 2009, p. 52)

A partir de 1808, com a chegada da Família Real portuguesa, acompanhada de quase 18 mil portugueses, o Rio de Janeiro sofreu uma “relusitanização”. A cidade tornou-se então um centro de divulgação da língua padrão e da cultura cosmopolita. Dessa forma, já é possível distinguir falares urbanos de falares rurais. As diferenças entre o português europeu e o PB não só são evidentes como passaram a ser investigadas. Muitos



pesquisadores se preocuparam em investigar a formação do PB levando em conta os diferentes momentos históricos.

### A polarização sociolinguística do Português do Brasil

Para Lucchesi (2002), a realidade linguística brasileira não é apenas heterogênea e plural, mas se constitui de um subsistema formado por dois subsistemas: a norma culta e a norma popular. A primeira é constituída pelo comportamento linguístico dos brasileiros que possuem escolaridade, têm acesso a atendimento médico-hospitalar e acesso a espaços de cidadania. A segunda, falada pela maioria dos brasileiros, reflete o padrão de comportamento daqueles cujos direitos de cidadão têm sido negados. Esses falares são resultantes dos contatos linguísticos de etnias indígenas, e africanas com a língua do colonizador, muitas vezes aprendida de maneira defectiva.

Esses dois subsistemas – a norma culta e a norma popular – não são estanques e podem se interligar. Sobretudo, a partir do século XX, com a industrialização, iniciou-se um processo de mudança no comportamento linguístico dos brasileiros que apresentam uma tendência de mudança do português popular “para cima” em direção aos modelos e padrão urbano culto, resultado da massificação do ensino básico e do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. Da mesma maneira, há uma tendência de variação da norma culta que tende a afastar-se dos modelos normativos da matriz europeia, uma mudança que se pode definir “para baixo”, aproximando-se das normas populares. (LUCCHESI, 2002, p. 80)

Muitos fatores contribuíram para essas mudanças nesse quadro de polarização linguística. Para Lucchesi (2002, p. 81), um fator que favoreceu essa mudança “para baixo” foi a vinda de mais de 3 milhões de imigrantes da Europa e da Ásia que chegaram para trabalhar no cultivo da terra, no início do século XX. Dessa forma, o acesso que eles tinham para a aquisição da língua portuguesa era através de ex-escravizados, mestiços, falantes de um português irregular decorrente do processo de transmissão linguística irregular. Portanto, o português aprendido pelos imigrantes europeus e asiáticos era o popular e não o culto. A rápida ascensão desses imigrantes na pirâmide social brasileira fez com que algumas estruturas do português popular fossem levadas para o seio da norma culta.

É importante salientar que nas últimas décadas houve uma atenuação nesse quadro de polarização linguística que predominou durante séculos anteriores, mas as marcas dessa polaridade ainda se mantêm, considerando-se que ainda se conservam profundas desigualdades sociais que fundamentam a divisão linguística do Brasil em dois subsistemas.

### A transmissão linguística irregular (TLI)

Encontramos a formulação teórica de transmissão linguística irregular em Baxter e Lucchesi (1997); Lucchesi (2000, 2003); e Lucchesi e Baxter (2009), estudiosos

sociolinguistas que têm se dedicado à investigação da influência do contato linguístico, especialmente do contato entre o português e as línguas africanas, na formação do português brasileiro.

De acordo com os estudos de Lucchesi e Baxter (2009, p. 101), utiliza-se esse termo para “designar amplamente os processos históricos de contato maciço entre povos falantes de língua tipologicamente diferenciadas entre os séculos XVI e XIX, em decorrência da ação do colonialismo europeu na África, Ásia, América e Oceania.” A língua de grupos dominantes era imposta aos grupos de falantes dominados que precisavam aprender a língua para garantir sua sobrevivência. Essa aprendizagem, no entanto, se dava de maneira defectiva, com muitas lacunas em relação aos mecanismos gramaticais da língua alvo, visto que faziam adaptações a partir do conhecimento que têm da sua língua nativa. Essa nova versão da língua alvo tornava-se a língua materna das novas gerações, nativizando esse novo modelo linguístico, chamada de língua crioula.

A língua que as crianças adquirem dos pais é a língua materna deles. No entanto, se os pais adquirem uma segunda língua de maneira defectiva e assim a transmite aos seus filhos e a segunda geração nativiza esse modelo linguístico, nesse caso, o processo de aquisição acontece de maneira irregular, caracterizando uma transmissão linguística irregular. Desse modo, esses aprendizes da língua não dispõem de dados linguísticos completos fornecidos pela língua materna de seus pais, favorecendo a possibilidade de se formar uma língua nova, denominada crioula, ou uma variedade distinta da língua alvo, com muitas variações. (LUCCHESI, 2009, p. 101)

O conceito de transmissão linguística irregular foi formulado objetivando desenvolver um modelo de análise das mudanças linguísticas fruto das situações de contato maciço entre línguas que não estejam restritas às típicas situações de pidnização e criouliização.

A formação de uma língua pidgin ou crioula acontece quando no momento inicial do contato ocorre uma erosão gramatical na língua do grupo dominante e se forma um código emergencial de comunicação denominado jargão. Caracteriza-se como um pequeno vocabulário bem restrito da língua alvo que cada falante utiliza, tendo como referência a gramática da sua língua nativa. Se a situação de contato se prolonga, então, começa a se formar uma estrutura gramatical em torno desse vocabulário básico denominado pidgin, podendo expandir-se e assemelhar-se a qualquer língua humana.

Acredita-se que não houve pidnização/criouliização na estrutura linguística do PB, como ocorreu, por exemplo, em regiões do Caribe, em decorrência das condições socio-históricas em que se deu a implantação do PB, bem diversa daquelas em que houve o estabelecimento das línguas crioulas. Segundo Guy (1981, 1989), o PB é resultante de um processo de criouliização iniciado a partir do século XVII e seguido de uma descriouliização, resultante do prolongado contato do português popular com o português culto.

Baxter e Lucchesi (1997) acreditam que não houve uma criouliização plena no Brasil. Defendem que houve, portanto, uma transmissão linguística irregular do tipo leve, já que não tivemos efetivamente um crioulo resultante dos contatos linguísticos no período da colonização. Não negam, porém, que esses contatos, na forma que se deram, trouxeram uma série de variações ao português popular do Brasil.

## Aspectos teórico-metodológicos

A pesquisa está embasada no modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, desenvolvido com base nos estudos de William Labov (2008[1972]) e sistematizado por Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog (2006[1968]).

A sociolinguística reconhece a heterogeneidade linguística como ponto de partida na compreensão dos processos de mudança e passa a estabelecer uma relação direta entre a variação e as diferenças sociais. Propõe-se a analisar quantitativamente a variação linguística. Define como seu objeto de estudo a língua falada nas situações mais naturais e espontâneas, o vernáculo propriamente dito. O método teórico da pesquisa sociolinguística define primeiro o seu objeto de estudo para então construir o modelo teórico. (CESÁRIO; VOTRE, 2008, p. 149)

Através do estudo da variação é possível identificar a mudança linguística em seu processo, algo considerado impossível para os estruturalistas que concebiam a língua como um sistema homogêneo e unitário. Desta forma, “os processos de variação e heterogeneidade na língua estão relacionados aos processos de mudança linguística na medida em que os processos de mudança passam necessariamente pelo processo de variação”. (LUCCHESI, 2004, p. 55)

O foco desta pesquisa é investigar a variação no uso do tempo futuro no português popular rural do município de Poções-BA. A coleta dos dados foi feita em um *corpus* do acervo do projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia ([www.ver-tentes.ufba.br](http://www.ver-tentes.ufba.br)).

O *corpus* analisado é constituído de amostras da fala vernácula de Poções, município do estado da Bahia, na comunidade rural de Morrinhos. Para este estudo foram utilizados 12 inquéritos de falantes da zona rural, distribuídos em seis células e em cada uma delas há dois informantes: Faixa I (de 25 a 35 anos) dois homens e duas mulheres; Faixa II (de 45 a 55 anos) dois homens e duas mulheres; Faixa III (acima de 65 anos) dois homens e duas mulheres.

Definiu-se como variável dependente no uso do tempo futuro: a forma sintética (futuro do presente e do futuro do pretérito); a forma perifrástica (futuro do presente e futuro do pretérito); o presente do indicativo (futuro do presente e futuro do pretérito).

Nesta pesquisa, além das variáveis sociais faixa etária e sexo, foram consideradas também as variáveis: estada fora da comunidade e escolaridade. Para obtenção dos dados quantitativos, utilizou-se o recurso estatístico computacional VARBRUL, o qual também selecionou as variáveis estatisticamente relevantes.

## Análise dos resultados

Nesta análise quantitativa da variação na forma de expressar o futuro do presente no português popular da zona rural do Município de Poções, a base de dados foi constituída por 707 ocorrências de formas verbais empregadas em contexto de futuro.

Tabela 1 – Frequência geral das formas variantes de expressão do tempo futuro no português popular rural do Município de Poções-Bahia.

FORMA	Nº DE OC. / TOTAL	FREQUÊNCIA
Forma perifrástica	520/707	73,6%
Presente do indicativo	180/707	25,5%
Forma sintética	7/707	1%

Fonte: elaborada pela autora.

Os dados obtidos nesta análise mostram claramente que a forma sintética praticamente já não faz parte da gramática da comunidade de fala, com apenas 1% do total da amostragem, apenas sete ocorrências, seis das quais são com *será*, uma expressão cristalizada em perguntas, como se pode ver na Tabela 1. Já a forma perifrástica predomina amplamente, com quase 3/4 do total de ocorrências (73,6%). A forma do presente do indicativo corresponde a aproximadamente 1/4 do total de ocorrências, e seu emprego seria condicionado fortemente por certos contextos linguísticos.

Ao compararmos estes resultados com os dados obtidos por Silva (2003) nas comunidades afro-brasileiras, percebe-se que nesta pesquisa o índice no uso das formas perifrásticas aumentou consideravelmente, de 55% para 73%. Esse aumento percentual no uso da forma perifrástica refletiu-se no uso da forma de presente que diminuiu nesta pesquisa. Os 43% obtidos nas comunidades afro-brasileiras caíram para 25,5%. Em relação à forma sintética, observa-se que seu uso é praticamente inexistente na comunidade rural de Poções, com apenas 1% dos dados. Esse fenômeno já se mostrava no estudo das comunidades afro-brasileiras que apresentou apenas 2% das ocorrências.

Seguindo a mesma lógica, na comunidade de Feira de Santana, de acordo com os dados da pesquisa realizada por Rocha (2018), o fenômeno também se confirmou. Houve redução no uso da forma sintética que apresentou um percentual ainda menor, apenas 0,8% das ocorrências. A forma de presente do indicativo também apresentou redução no seu uso que foi de 15,9%, e como esperado, o uso das perífrases expandiu-se para 82,5% das ocorrências.

### As variáveis linguísticas

Nesta análise, o programa VARBRUL selecionou seis das 15 variáveis definidas inicialmente, todas na mesma rodada, com o mesmo nível de significância (0.045), no

entanto aqui só apresentaremos tabelas de resultados das quatro que consideramos mais significativas: *Presença de constituinte adverbial, tipo de frase, forma do sujeito verbal e conjugação verbal*.

### Presença de constituinte adverbial

Com esta variável verificou-se se a presença de um constituinte adverbial que indica tempo pode favorecer o uso de uma das variantes. Acredita-se na hipótese de que a presença do constituinte favorece o uso da forma de presente com valor de futuro. Considerando-se que o constituinte adverbial serve para localizar o evento no tempo, a sua presença na oração traz a marca de futuridade, tornando-se desnecessário fazer a marcação também no verbo, através das desinências, como acontece no futuro sintético e nas formas perifrásticas.

Tabela 2 – Emprego da forma do presente do indicativo na expressão do tempo futuro no português popular rural de Poções-BA, em função da presença de um constituinte adverbial que expresse o futuro (nível de significância: 0,045)

PRESENÇA DE CONSTITUINTE ADVERBIAL	Nº OC. / TOTAL	FREQUÊNCIA	P.R.
Com constituinte adverbial	39/114	34,2%	0,68
Sem constituinte adverbial	141/586	24,1%	0,464
TOTAL	180/700	25,7%	0,185

Fonte: elaborada pela autora.

Nesse caso, confirmou-se a hipótese levantada. Esse resultado também foi encontrado por Oliveira (2006), ao analisar o mesmo fenômeno no português culto das décadas de 1970 e 1990 das capitais de Salvador e Rio de Janeiro e por Rocha (2018) na fala popular e culta de Feira de Santana. Em suas pesquisas constataram também que o contexto sintático que apresenta um circunstancializador temporal contíguo à forma verbal condiciona o emprego da forma de presente.

### Tipo de frase

A hipótese aventada é de que os contextos negativos favorecem o emprego da forma de presente do indicativo. Acredita-se que a forma de presente, por não ter marca morfológica, é a que melhor se ajusta à partícula de negação na formação do vocábulo fonológico. Os resultados apresentados na Tabela 3 confirmam a hipótese.

Tabela 3 – Emprego da forma do presente do indicativo na expressão do tempo futuro no português popular rural de Poções-BA, em função tipo de frase (nível de significância: 0,045)

TIPO DE FRASE	Nº OC. / TOTAL	FREQUÊNCIA	P.R.
Frase negativa	43/111	38,7%	0,6
Frase afirmativa	131/538	24,3%	0,502
Frase interrogativa	6/51	11,8%	0,276
TOTAL	180/700	25,7%	0,185

Fonte: elaborada pela autora.

Os dados apresentados na Tabela 3 coincidem com os resultados obtidos por Silva (2003) nas comunidades rurais afro-brasileiras. Naquela pesquisa, os contextos negativos também favoreceram o uso da forma presente do indicativo para expressar futuridade, com 0,41 de peso relativo. Por outro lado, verificou-se que as perífrases são usadas com predominância nos contextos interrogativos, com 0,69 de peso relativo.

#### Forma do sujeito verbal

O sujeito da oração pode apresentar-se de diferentes formas. Nesse caso, analisaremos se a forma como ele se apresenta pode interferir na escolha da variável. Para essa análise serão considerados quatro fatores para avaliar qual deles favorece o uso da forma de presente do indicativo. São eles: 1. pronome; 2. sintagma nominal; 3. pronome não realizado; 4. pronome oracional/sem sujeito. Considerando os cinco fatores, acredita-se que o sujeito na forma de pronome pode favorecer o uso da forma de presente do indicativo.

Essa hipótese não tomou por referência nenhuma pesquisa realizada anteriormente e foi idealizada por se acreditar que o sujeito preenchido lexicalmente com um pronome dispensa a marca da desinência de pessoa presente no verbo flexionado. Por isso, a forma de presente que não é marcada morfologicamente é mais empregada quando o sujeito se apresenta na forma de pronome.

Tabela 4 – Emprego da forma do presente do indicativo na expressão do tempo futuro no português popular rural de Poções-BA, em função da forma do sujeito do verbo (nível de significância: 0,045)

FORMA DO SUJEITO VERBAL	Nº OC. / TOTAL	FREQUÊNCIA	P.R.
Pronome	101/303	33,3%	0,607
Sintagma Nominal	17/83	20,5%	0,49
Pronome não realizado	60/284	21,1%	0,418
Sujeito oracional / sem sujeito	2/29	6,9%	0,234
TOTAL	180/700	25,7%	0,185

Fonte: elaborada pela autora.

Tomando por base os pesos relativos e frequência, o emprego da forma do presente do indicativo com valor futuro é favorecido quando o sujeito é um pronome pessoal, com peso relativo de 0,607 e frequência de 33,3%. Fica próximo à neutralidade quando o sujeito é um sintagma nominal, com peso relativo de 0,490 e 20,5% de frequência. É ligeiramente desfavorecido quando o pronome sujeito não está realizado, com peso relativo de 0,418 e frequência de 21,1%. O emprego da forma de presente mostra-se bem desfavorecido quando o sujeito é oracional ou quando a oração não possui sujeito, com peso relativo de 0,234 e frequência de 6,9%.

Desta maneira, confirmou-se a hipótese inicial de que o sujeito em forma de pronome favorece o uso do presente do indicativo para indicar futuro.

### Conjugação verbal

Para essa variável, a hipótese aventada prevê que o uso da forma de presente seja favorecida nos contextos de segunda e terceira conjugações, sendo as perífrases mais comuns com verbos de primeira conjugação.

Esse grupo de fatores também foi considerado no estudo de Oliveira (2006, p. 185), que esperava que a perífrase, mais comum na língua, se espraiasse por verbos da primeira conjugação, com vogal temática –a, visto que, segundo Câmara Júnior (1980), são em maior quantidade na língua.

Os estudos realizados por Oliveira (2006) mostraram que há maior uso das perífrases quando os verbos são da primeira conjugação. A forma de presente é mais comum nos verbos da segunda e terceira conjugações, com peso relativo de 0,85 na década de 1990. Vejamos o resultado:

Tabela 5 – Emprego da forma do presente do indicativo na expressão do tempo futuro no português popular rural de Poções-BA, em função conjugação do verbo (nível de significância: 0,045)

CONJUGAÇÃO DO VERBO	Nº OC. / TOTAL	FREQUÊNCIA	P.R.
Primeira conjugação	53/355	14,9%	0,680
Segunda conjugação	27/197	13,7%	0,497
Terceira conjugação	100/148	67,6%	0,404
TOTAL	180/700	25,7%	0,185

Fonte: elaborada pela autora.

Pelos dados da Tabela 5, a hipótese inicial não se confirmou. A variável parece apresentar um comportamento contrário àquele esperado. Considerando os pesos relativos, o uso do presente do indicativo foi favorecido, nos contextos de primeira conjugação, com PR de 0,680, nesse contexto. Nos verbos de segunda conjugação o índice de PR caiu para 0,497, demonstrando uma certa neutralidade. Com os verbos de terceira pessoa mostrou-se ligeiramente desfavorecido, com PR de 0,404.

## Variáveis extralinguísticas

### A variável *sexo*

A análise dessa variável permite observar qual gênero utiliza mais a forma de presente do indicativo, considerada a variante mais universal e histórica. A ideia geral que permeia os estudos variacionistas em relação a esta variável é que as mulheres são mais conservadoras em seu dialeto, enquanto os homens têm um comportamento linguístico mais inovador, visto que saem mais da comunidade. Por isso, a hipótese é que as mulheres da zona rural de Poções empreguem mais a forma de presente, tomada aqui como a mais conservadora, ao fazer referência ao tempo futuro. Os dados da Tabela 5, não confirmam essa hipótese.

Tabela 6 – Emprego da forma do presente do indicativo na expressão do tempo futuro no português popular rural de Poções-BA, em função do sexo do falante (nível de significância: 0,045).

SEXO DO FALANTE	Nº OC. / TOTAL	FREQUÊNCIA	P.R.
Masculino	104/388	26,8%	0,578
Feminino	76/312	24,4%	0,403
TOTAL	180/700	25,7%	0,185

Fonte: elaborada pela autora.

Os resultados desta pesquisa coincidem com os dados obtidos por Oliveira (2006). Naquela pesquisa, a variável *sexo/gênero* em relação ao presente do futuro também foi testada. Os resultados mostraram que na década de 1970 os homens empregavam mais o presente com valor de futuro do que as mulheres, havendo uma estratificação de *sexo/gênero*. Para ela, se o presente fosse considerado uma variante inovadora, na década de 1970, eram os homens que liderariam o processo de mudança, com 0,65 de peso relativo, enquanto as mulheres seriam conservadoras, com peso relativo de 0,20. Entretanto, na década de 1990 essa oposição é anulada e ocorre o que a autora chama de neutralização na fala dos homens e das mulheres, cujas frequências foram de 84% e 82%, respectivamente.

Diferentemente desses resultados, os dados obtidos por Taisch (2011) na fala capixaba confirmaram a hipótese de que as mulheres preferem usar a forma de presente, ainda que tenha sido com uma margem pequena. Naquela comunidade, 20,4% das mulheres preferem usar a forma de presente, contrastando com 18,4% dos homens.

### A variável *estada fora da comunidade*

A análise da variável *estada fora da comunidade* buscou avaliar se influências externas podem interferir na escolha da variante. Desta forma, espera-se que os falantes que já saíram da comunidade façam mais uso da perífrase, considerada a variante inovadora.



O presente do indicativo seria mais utilizado pelos falantes que nunca saíram da comunidade. Para esta variável foram considerados dois fatores: nunca viveu fora da comunidade, viveu fora por ao menos seis meses.

Tabela 7 – Emprego da forma do presente do indicativo na expressão do tempo futuro no português popular rural de Poções-BA, em função variável *estada fora da comunidade* (nível de significância: 0,045)

ESTADA FORA	Nº OC. / TOTAL	FREQUÊNCIA	P.R.
Nunca viveu fora da comunidade	126/413	30,5%	0,604
Viveu fora por ao menos seis meses	54/287	18,8%	0,352
TOTAL	180/700	25,7%	0,185

Fonte: elaborada pela autora.

Os dados da Tabela 7 mostram que o uso do presente é maior entre os moradores que nunca saíram da comunidade, com 0,604 de peso relativo e insignificante entre os que viveram fora por pelo menos 6 meses, com peso relativo de 0,185, confirmando a hipótese aventada. Os resultados obtidos por Silva (2003) ao analisar a mesma variável no português rural afro-brasileiro foram contrários aos dados desta pesquisa, a forma de presente é mais usada pelos falantes que já saíram da comunidade, com 0,46 de peso relativo. A forma perifrástica é mais utilizada pelos que nunca saíram do lugar, com peso relativo de 0,62.

## Considerações finais

O foco dessa pesquisa foi investigar a variação no uso do tempo futuro no português rural de Poções. As questões que direcionaram essa pesquisa foram: 1. No dialeto rural do interior do estado da Bahia, os falantes fazem uso das três formas verbais para marcar o futuro: a forma sintética, as formas perifrásticas, a forma de presente? 2. Qual a forma verbal mais utilizada pelos falantes da zona rural de Poções para marcar o futuro? 3. Quais contextos linguísticos e extralinguísticos favorecem o uso da forma de presente com valor de futuro? A partir dos dados da pesquisa empírica, concluiu-se que os falantes do dialeto rural de Poções fazem uso das três formas verbais para marcar o futuro: a forma sintética, as formas perifrásticas e a forma de presente. Os dados obtidos nessa pesquisa sobre a frequência geral do uso das formas variantes da expressão de futuro revelaram que a forma perifrástica, considerada a forma inovadora, é a mais utilizada pelos falantes do português popular rural de Poções, seguido da forma de presente e da forma sintética.

Em comparação com os resultados da pesquisa do português popular afro-brasileiro (SILVA, 2003), houve um considerável aumento na frequência de uso das formas perifrásticas, seguindo uma tendência de implementação desta, em substituição ao futuro simples. A forma de presente, não marcada morfologicamente, está ligada ao contato entre línguas que marca a formação das variedades populares do português brasileiro.

Por isso, teve uma frequência maior nas comunidades afro-brasileiras que, por suposto, foram mais afetadas pelo contato do que as comunidades rurais de Poções.

Essa tendência também se confirmou no semiárido baiano. (ROCHA, 2018) Os falantes de Feira de Santana estão utilizando, preferencialmente, as formas perifrásticas para marcar o futuro, observável pelo aumento na frequência de utilização dessas formas, em substituição à forma sintética de futuro. Consequentemente, o uso da forma de presente reduziu. Na fala capixaba (TESCH, 2011), também houve predominância do uso das formas perifrásticas e quase desaparecimento do uso do futuro simples.

Os contextos linguísticos favorecedores da forma de presente e que inibem o uso da perífrase, considerada a forma inovadora, foram: *presença de constituinte adverbial temporal, forma do sujeito e as frases negativas*. Contexto linguístico inibidor da forma de presente e favorecedor da perífrase: conjugação verbal. A variável *conjugação verbal* contrariou a hipótese de que a forma de presente seria mais utilizada com verbos de segunda e terceira conjugações.

Quanto ao encaixamento social do fenômeno, o que se constatou foi que os fatores sociais não condicionam muito o uso da forma de presente com valor de futuro, que seria um fenômeno de natureza mais estrutural. As variáveis selecionadas, sexo e estada fora da comunidade, não são suficientes para se fazer uma avaliação social segura do fenômeno. Os homens fazem mais uso da forma de presente, considerada a variável mais antiga, negando a hipótese levantada de que as mulheres, por serem mais conservadoras, usariam mais essa variante. Os falantes que nunca saíram da comunidade utilizam mais a forma de presente, confirmando a hipótese inicial. O fato de a variável *idade* não ter sido selecionada pelo programa impossibilitou verificar se está ocorrendo mudança em progresso ou variação estável. O estudo realizado trouxe um melhor entendimento do fenômeno variável do emprego do futuro no português popular e deu novas contribuições para a descrição tanto do PB quanto do português baiano.

## Referências

- ALVES, T. G. L. *A expressão da futuridade nos tipos de discurso do expor e do narrar a partir de textos de língua falada e escrita cearenses*. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 19, p. 65-83, 1997.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Padrão, 1976.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 40. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1997.
- CESÁRIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. (org). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

- COUTINHO, I. L. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Gramática do português contemporâneo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexicon Editorial, 2013.
- GUY, Gregory R. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*. Tese (Doutorado) - University of Pennsylvania, Pennsylvania, 1981.
- ILLARI, R.; BASSO, R. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008[1972].
- LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 63-92.
- LUCCHESI, D. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A. Processos de criouliização da história sociolinguística do Brasil. In: CARDOSO, S.; MORA, J.; MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 163-218.
- MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 163-218.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.
- NUNES, J. J. *Compêndio de gramática histórica: fonética e morfologia*. 8. ed. Lisboa: Livraria Clássica editora, 1975.
- OLIVEIRA, J. M. *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. 2006. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- PETTER, M. M. T. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, S.; MOTA, J.; MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 117-142.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.
- ROCHA, F. *Entre o semiárido e o recôncavo baianos: a expressão de futuro no português falado em Feira de Santana-BA*. 2018. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- RODRIGUES, A. D. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. D.E.L.T.A., São Paulo, n. 9, v. 1, 1993.

SILVA, D. F. *O futuro em Helvécia e em Cinzento: um estudo do uso das formas perifrásticas e simples, no português rural afro-brasileiro*. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

TESCH, L. M. *A expressão do tempo futuro no uso capixaba: variação e gramaticalização*. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006[1968].

LUDQUELLEN BRAGA DIAS  
JULIANA ESCALIER LUDWIG GAYER

## **“Placa x praca”: o rotacismo em comunidades rurais afro-brasileiras do estado da Bahia**

### **Introdução**

Neste capítulo apresentamos os principais resultados obtidos em Dias (2019), trabalho em nível de mestrado no qual analisamos o fenômeno do rotacismo, troca da consoante lateral /l/ por um rótico, no português afro-brasileiro do estado da Bahia, com base em amostras de fala vernácula de quatro comunidades rurais de diferentes regiões do interior: Helvécia, Sapé, Cinzento e Rio de Contas. As amostras linguísticas das comunidades estudadas fazem parte do Acervo de Fala Vernácula do Português Afro-Brasileiro, integrante do banco de dados do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, coordenado pelos professores Dante Lucchesi (Universidade Federal Fluminense - UFF) e Gredson dos Santos (Universidade Federal da Bahia - UFBA).

O rotacismo pode ocorrer em dois contextos silábicos: ataque complexo, como em *placa* ~ *praca*, e coda silábica, como, por exemplo, *calçado* ~ *carçado*. Para esta análise, focamos apenas na ocorrência do rotacismo no encontro consonantal que se dá no ataque complexo. O principal objetivo deste estudo então é descrever o fenômeno variável de rotacismo que ocorre no ataque complexo nas comunidades rurais afro-brasileiras selecionadas.

As comunidades aqui estudadas foram escolhidas por serem comunidades rurais. Pretendemos então observar a ocorrência do rotacismo – variação que ocorre em *bloco*

e *broco*, por exemplo – nessas comunidades, já que este é um fenômeno estigmatizado e ligado a camadas sociais mais baixas, com menor nível de escolarização, e a falantes de zonas mais afastadas das grandes cidades. (BAGNO, 2007) Pensando neste último aspecto do fenômeno, de ser característico de zonas afastadas das grandes cidades, esperamos que a comunidade de Helvécia seja a que mais apresenta a aplicação da regra, pois é a mais afastada de Salvador, a capital do estado da Bahia.

A análise que será apresentada segue os princípios da Sociolinguística Variacionista. (LABOV, 2008) Este modelo de estudo teórico-metodológico concebe a língua como heterogênea e variável, refutando assim a visão assumida por outras escolas linguísticas, como o Estruturalismo, que trata a língua como um sistema homogêneo e uniforme. Além disso, para a sociolinguística, não existe língua que não seja social. Labov (2008, p. 216) sinaliza, por conta disso, a redundância do termo e afirma que, “se não houvesse necessidade de contrastar esse trabalho com o estudo da língua fora do seu contexto social, eu preferiria dizer que se trata simplesmente de linguística”, divergindo, em mais um ponto, dos estruturalistas, que optaram por estudar apenas a estrutura interna da língua. Sendo assim, a teoria variacionista acredita que a variação é intrínseca à língua, e suas regularidades podem ser observadas a partir da correlação entre fatores linguísticos e extralinguísticos, como por exemplo sexo, faixa etária, idade e escolaridade.

Este texto está estruturado da seguinte forma: na primeira seção, fazemos uma breve apresentação sobre o rotacismo e sobre alguns estudos relacionados ao fenômeno; na seção dois, apresentamos a amostra de dados analisada, assim como a variável dependente e as variáveis independentes consideradas na análise do estudo em questão; e, na terceira seção, realizamos a análise e a discussão dos resultados obtidos no programa estatístico Goldvarb X.

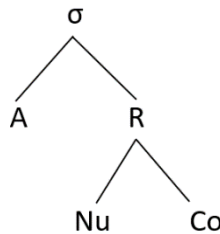
## O fenômeno variável do rotacismo

O rotacismo é um fenômeno fonético-fonológico conhecido pela troca da consoante lateral /l/ por um som de ‘r’. As consoantes que alternam nesse processo fazem parte de uma mesma classe de sons, as líquidas, e, por esse motivo, o fenômeno em questão também é denominado como alternância entre as líquidas.

As líquidas, classe fonológica que agrupa os sons laterais e róticos, são desafiadoras para as teorias fonológicas por constituírem uma classe de sons que, sem uma propriedade fonética em comum, se caracteriza por padrões fonotáticos, como a possibilidade de formar ataque complexo com outra consoante, e pelo compartilhamento de fenômenos como, por exemplo, a vocalização, a metátese e o rotacismo. Ao mesmo tempo, são sons bastante recorrentes nas línguas. (COSTA, 2011, p. 16)

Alguns ambientes específicos são propícios à aplicação da regra do rotacismo. Tais ambientes estão ligados diretamente aos constituintes silábicos, por esse motivo, uma

teoria fonológica importante para a análise do rotacismo é a teoria da sílaba. Utilizamos a teoria métrica da sílaba, que prevê a sua divisão interna em duas partes: ataque (A) e rima (R); a rima, por sua vez, é subdividida em núcleo (Nu) e coda (Co). (SELKIRK, 1984) Demonstramos a seguir a estrutura silábica estabelecida pela teoria métrica da sílaba.



(COLLISCHONN, 2010, p. 101)

De todos esses constituintes, o único que necessariamente deve ser preenchido é o núcleo, que em português é sempre ocupado por uma vogal; o ataque e a coda não são obrigatórios na sílaba, podendo estar presentes ou não na formação silábica, e permitem mais de um elemento na sua constituição. Além disso, a teoria prevê uma relação mais estreita entre o elemento que preenche o núcleo e o elemento da coda do que entre o do núcleo e o do ataque. O ataque, então, é constituído pelo(s) segmento(s) que, dentro do domínio da sílaba, ocupa(m) a porção inicial, antes da vogal do núcleo. Na sílaba *pé*, por exemplo, o [p] ocupa a posição de ataque e a vogal [a] o núcleo. Já a coda é preenchida pelo(s) segmento(s) que pode(m) ocupar a porção final, depois do núcleo, como em *ar*, em que a vogal [a] ocupa a posição de núcleo e o [h]<sup>1</sup> a posição de coda.

O fenômeno do rotacismo pode ocorrer em dois dos constituintes silábicos: 1. ataque complexo (quando temos dois elementos no ataque), como, por exemplo, *placa* ~ *praca*, e 2. coda silábica, como em *mel* ~ *mer*. Apesar de existirem dois contextos silábicos possíveis para a aplicação do fenômeno, para este estudo, apenas um deles será analisado: o ataque complexo. Quando estamos considerando o contexto silábico do ataque complexo em português, algumas restrições devem ser respeitadas. Segundo Collischonn (2007, p. 36),

[...] em primeiro lugar, apenas líquidas, isto é, /l/ ou /r/ podem ocupar a segunda posição num ataque complexo. Além disso, a primeira posição pode ser ocupada apenas por oclusivas ou fricativas. Entretanto, das fricativas, apenas a fricativa labiodental pode compor ataque complexo; além disso, das fricativas labiodentais, o /v/ tem distribuição limitada a ataques com /r/ no interior de palavra (nomes como *Wrana* e *Vladimir* têm caráter excepcional).

1 É importante deixar claro que estamos considerando apenas uma das variantes possíveis nessa posição. Outras consoantes podem ser encontradas nesse contexto, dependendo da localidade do informante.

Podemos observar que, de acordo com as condições apresentadas, apenas um número reduzido de combinações de segmentos é permitido no contexto de ataque complexo e, por esse motivo, somente duas líquidas vão nos interessar neste estudo: a lateral alveolar /l/ e o tepe /r/, pois são os segmentos permitidos na segunda posição do grupo consonantal.

Apresentamos, no Quadro 1, alguns trabalhos que serviram de base para esta pesquisa e que já verificaram a alternância entre essas líquidas em outras localidades do português do Brasil.

Quadro 1 – Estudos sobre o fenômeno do rotacismo

ESTUDO	LOCALIDADE E/OU BANCO DE DADOS ANALISADO	FATORES FAVORECEDORES
Mollica e Paiva (1991)	Projeto Censo	– contexto precedente oclusivo; – presença de outro segmento líquido; – segmento precedente surdo.
Costa (2006)	São José do Norte (RS) VARSUL	– segmento precedente sonoro; – informantes menos escolarizados.
Oliveira (2009)	Paranhos (MS)	– sexo feminino; – informantes menos escolarizados.
Maia dos Reis (2010)	São Luís, Bacabal, Brejo e Pinheiro (MA) ALiMA	– informantes menos escolarizados.
Tem (2010)	Jardim Moricãba (RJ)	– contexto precedente fricativo; – presença de outro segmento líquido; – segmento precedente surdo; – sílaba tônica; – sílaba no início da palavra; – informantes menos escolarizados; – sexo feminino.
Romano e Fonseca (2015)	Itajubá (MG)	– informantes menos escolarizados; – informantes mais velhos.

Fonte: elaborado pelas autoras.

O levantamento desses estudos sincrônicos sobre o fenômeno variável do rotacismo foi importante para pensarmos sobre a metodologia deste trabalho, a qual será detalhada a seguir.

## Metodologia

Os dados analisados foram extraídos de amostras de fala de quatro comunidades: Helvécia, que pertence ao município de Nova Viçosa, no extremo sul da Bahia; Sapé, distrito do município de Valença, ao sul do Recôncavo Baiano; Cinzento, comunidade localizada no semiárido baiano, pertencente ao município de Planalto; e as comunidades



geminadas de Barra e Bananal, que pertencem ao município de Rio de Contas, na Chapada Diamantina. Consideramos em nossa análise 12 informantes de cada comunidade, totalizando 48 participantes da pesquisa. Como já mencionado anteriormente, a metodologia usada para esta pesquisa tem como base os princípios da Sociolinguística Variacionista. (LABOV, 2008)

Dessa forma, tanto o banco de dados analisado quanto as etapas para elaboração da análise estão alinhados a esse modelo de estudo teórico-metodológico.

Fizemos uma coleta dos dados com contexto propício ao fenômeno estudado, isto é, todas as palavras que continham sílaba com ataque complexo com a líquida lateral na segunda posição foram selecionadas (excluímos apenas os dados pouco claros que apresentaram dificuldade de compreensão no momento da audição). Feito o levantamento, chegamos a um total de 1.003 ocorrências. A Tabela 1 apresenta como esses dados estão distribuídos por comunidade.

Tabela 1 – Amostra

COMUNIDADE	DADOS
Helvécia	222
Sapé	175
Cinzento	390
Rio de Contas	216
Total: 1.003	

Fonte: elaborada pelas autoras.

A variável dependente considerada neste estudo foi a aplicação ou não aplicação do fenômeno do rotacismo, ou seja, se ocorreu a troca da líquida [l] pelo [r], como em *prob[r]ema* (aplicação da regra), ou se a consoante lateral foi mantida ou apagada no contexto silábico de ataque complexo, como nos exemplos *prob[l]ema* e *prob[Ø]ema*, respectivamente (não aplicação).

Os informantes considerados nesta análise estão distribuídos de acordo com o banco de dados do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia. Dessa forma, nossas variáveis extralinguísticas são: sexo (feminino e masculino); idade (faixa I: de 20 a 40 anos, faixa II: de 41 a 60 anos e faixa III: mais de 60 anos), escolaridade (analfabeto e semianalfabeto) e estada fora da comunidade (se o informante viveu pelo menos seis meses fora da comunidade e o informante viveu sempre na comunidade). Além das variáveis citadas, controlamos também, como variável extralinguística, região, considerando as quatro comunidades analisadas neste estudo.

Com relação às variáveis linguísticas, vale ressaltar que elas foram consideradas com base nas análises já realizadas sobre o fenômeno do rotacismo, como Mollica e Paiva (1991), Costa (2006), Oliveira (2009), Maia dos Reis (2010), Tem (2010) e Romano e Fonseca (2015). Sendo assim, os seguintes grupos de fatores linguísticos foram controlados

na nossa análise: contexto precedente, presença de outro segmento líquido na palavra, sonoridade do segmento precedente, tonicidade da sílaba e posição da sílaba na palavra, os quais serão descritos a seguir.

Com a variável *contexto precedente*, pudemos observar qual das duas classes de consoante permitida na primeira posição do ataque complexo, isto é, a consoante que antecede a líquida, possui mais influência na aplicação do fenômeno. Essa variável contém os seguintes fatores: (a) oclusiva (*claro*); (b) fricativa (*flor*).

Analisamos também a *presença de outro segmento líquido na palavra*. Esse grupo de fatores nos permitiu saber se o fato de haver outra líquida na palavra poderia favorecer a aplicação do processo, conforme os resultados de Mollica e Paiva (1991) e Tem (2010) indicaram. Para tal, analisamos os fatores: (a) presença (*problema*); (b) ausência (*planta*).

Verificamos ainda se a sonoridade do segmento que antecede a líquida influencia na aplicação da regra. Para isso, a variável *sonoridade do segmento precedente* foi controlada a fim de analisar se a presença de um segmento surdo favoreceria o rotacismo, conforme os trabalhos de Mollica e Paiva (1991) e Tem (2010). Essa variável é composta pelos seguintes fatores: (a) surdo (*planeta*); (b) sonoro (*globo*).

Com base nos resultados encontrados em Tem (2010) de que a sílaba tônica parece favorecer a aplicação do processo, examinamos a relevância da *tonicidade da sílaba* em que se encontra o grupo consonantal. Essa variável compreende os seguintes fatores: (a) tônica (*placa*); (b) átona (*claridade*).

Observamos também a *posição da sílaba na palavra* com base em Tem (2010). A intenção foi verificar se o fato de o ataque complexo estar na posição inicial da palavra faria com que a regra fosse favorecida. Para tanto, analisamos os seguintes fatores: (a) inicial (*placa*); (b) não inicial (*panfleto*).

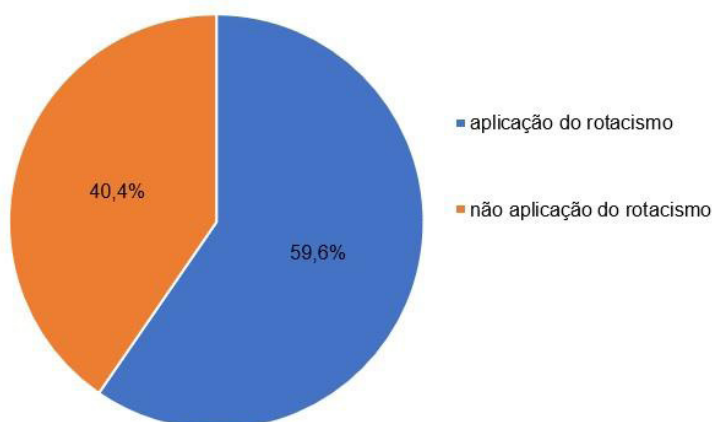
Decidimos analisar também a *frequência lexical*, já que algumas palavras apresentaram um número de ocorrências muito maior que outras, fato que poderia ocasionar o enviesamento dos dados. Com o intuito de evitar esse enviesamento, optamos por considerar as palavras mais frequentes como um fator a ser controlado. Para tal fim, estabelecemos que palavras com dez ou mais ocorrências seriam consideradas como um fator separado e as demais, que possuem de uma a nove ocorrências, seriam agrupadas formando um único fator (outros). Essa variável compreende os seguintes fatores: (a) candomblé; (b) claro; (c) Cláudia; (d) Claudionor; (e) exemplo; (f) flor; (g) inclusive; (h) planta; (i) plantando; (j) plantava; (l) plantou; (m) Planalto; (n) plantei; (o) plantar; (p) plantado(a); (q) planto; (r) problema; (s) outros.

Os dados considerados nesta pesquisa passaram pela análise estatística do programa Goldvarb X. O programa nos forneceu a frequência de ocorrência das variantes em relação aos grupos de fatores por nós considerados, indicou os contextos favorecedores à ocorrência de determinada variante e apresentou os pesos relativos, tais informações serão apresentadas na próxima seção.

## Resultados

O objetivo desta seção é verificar como se encontra o quadro de variação do fenômeno do rotacismo nas comunidades rurais afro-brasileiras do estado da Bahia (Helvécia, Sapé, Cinzento e Rio de Contas). De modo geral, nossos resultados revelam uma taxa de 59,6% de aplicação do rotacismo e de 40,4% de não aplicação da regra (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Resultado geral de aplicação do rotacismo



Fonte: elaborado pelas autoras.

É importante dizer que os resultados que serão apresentados neste trabalho foram obtidos em duas rodadas distintas no programa Goldvarb X, e as variáveis relevantes serão listadas na ordem de seleção: frequência lexical, comunidade, faixa etária, presença de outro segmento líquido na palavra, tonicidade da sílaba, sonoridade do segmento precedente, posição da sílaba na palavra, contexto precedente e estada fora da comunidade.

### Frequência lexical

O grupo *frequência lexical* foi o primeiro selecionado pelo programa e apresentou os resultados inscritos na Tabela 2.

Tabela 2 – Frequência lexical

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	%	PESO RELATIVO
plantado	10/11	90,9	0,85
Planalto	59/99	59,6	0,84
planto	39/45	86,7	0,83
planta	100/120	83,3	0,76
plantar	95/110	86,4	0,7

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	%	PESO RELATIVO
plantando	31/35	88,6	0,65
plantou	22/27	81,5	0,5
plantava	25/32	78,1	0,45
flor	6/12	50	0,43
problema	61/123	49,6	0,39
plantei	14/26	53,8	0,29
outros	122/290	42,1	0,26
claro	2/13	15,4	0,25
inclusive	4/14	28,6	0,23
exemplo	6/34	17,6	0,16
candomblé	2/12	16,7	0,19
TOTAL	598/1003	59,6	

Input: 0.634; Significância: 0.009.

Fonte: elaborada pelas autoras.

Como se pode observar, os fatores que apresentam maiores pesos relativos são os de palavras com o ataque complexo formado pela consoante oclusiva bilabial surda /p/ seguida da líquida lateral /l/. Desse modo, as palavras *plantado*, *Planalto*, *planto*, *planta*, *plantar* e *plantando* parecem favorecer a aplicação do rotacismo, com pesos relativos de 0,85, 0,84, 0,83, 0,76, 0,70 e 0,65, respectivamente. As palavras *plantou* e *plantava*, embora apresentem o mesmo tipo de construção no ataque complexo que as anteriormente mencionadas, não demonstraram favorecimento ou desfavorecimento da regra, pois a primeira possui peso relativo no ponto neutro (0,50), e a segunda encontra-se na margem considerada próxima ao ponto neutro (0,45). Já a palavra *plantei*, com peso relativo 0,29, não favorece a aplicação do rotacismo, apesar de também possuir a mesma formação de ataque complexo dos fatores que apresentaram maior favorecimento na aplicação da regra. Os demais fatores não favorecem a aplicação do fenômeno do rotacismo, visto que os pesos relativos apresentam valores abaixo do ponto neutro.

É importante justificar a ausência de dois fatores previstos na metodologia para essa variável. Os nomes *Claudionor* e *Cláudia*, após apresentarem *knockout* na rodada realizada por não apresentarem variação,<sup>2</sup> foram recodificados como fazendo parte do fator *outros* a fim de possibilitar que o programa gerasse os pesos relativos.

2 O fator *Claudionor* apresentou todos os dados com a aplicação do rotacismo, enquanto o fator *Claudia* teve todos os dados sem aplicação do rotacismo.

## Comunidade

O segundo grupo selecionado como relevante foi *comunidade*; seus resultados podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3 – Comunidade

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Sapé	139/175	79,4	0,76
Rio de Contas	158/216	73,1	0,68
Helvécia	130/222	58,6	0,55
Cinzento	171/390	43,8	0,25
Total	598/1003	59,6	

Input: 0.634; Significância: 0.009.

Fonte: elaborada pelas autoras.

Conforme os dados apresentados, a comunidade de Sapé é a que mais favorece a aplicação da regra, com 0,76 de peso relativo. Em seguida, a comunidade de Rio de Contas também demonstra ser favorecedora à aplicação do rotacismo, já que o peso relativo obtido para essa comunidade é de 0,68. Helvécia parece estar com peso relativo próximo ao ponto neutro (0,55); no entanto, comparada a Cinzento, ela se mostra favorável à regra, pois a comunidade de Cinzento não favorece de fato a aplicação do rotacismo, com peso relativo de 0,25.

Apesar de acreditarmos inicialmente que a comunidade de Helvécia seria a mais favorecedora à aplicação do rotacismo, por sua localização geográfica, os dados mostraram uma neutralidade da comunidade em relação ao processo. Isso pode ocorrer devido ao fato de que os moradores dessa região comumente saem da comunidade em busca de trabalho, geralmente vão para São Paulo, segundo relatos dos próprios informantes, um grande centro urbano que pode ser fator influenciador no comportamento demonstrado pela comunidade na análise em questão.

## Faixa etária

A *faixa etária* foi o terceiro grupo de fatores selecionado pelo programa na primeira rodada (Tabela 4).

Tabela 4 – Faixa etária

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Faixa III (mais de 60 anos)	201/259	77,6	0,73
Faixa II (41 a 60 anos)	220/356	61,8	0,49
Faixa I (20 a 40 anos)	177/388	45,6	0,34

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
TOTAL	598/1003	59,6	-

Input: 0.634; Significância: 0.009.

Fonte: elaborada pelas autoras.

Notamos aqui que os informantes mais velhos são os mais favorecedores à aplicação da regra, apresentando um peso relativo de 0,73. Os informantes da faixa etária intermediária apresentaram peso relativo próximo ao ponto neutro (0,49), indicando que nem favorecem nem desfavorecem a regra. E os mais novos, por sua vez, desfavorecem a aplicação do rotacismo, com 0,34 de peso relativo.

Esses valores demonstram uma tendência de mudança em progresso, conforme Labov (2008), pois os falantes mais novos parecem estar mudando de comportamento em relação à regra variável do rotacismo, nesse caso aplicando menos a regra, quando comparados aos resultados obtidos para os falantes mais velhos.

Assim como em nossos resultados, no estudo de Romano e Fonseca (2015), os informantes mais velhos são os que favorecem a aplicação do rotacismo (0,62), enquanto os falantes mais novos desfavorecem (0,38). Por outro lado, os resultados apresentados por Costa (2006) e Oliveira (2009) revelam uma tendência diferente da que os nossos dados sugerem, pois, nos estudos das autoras mencionadas, tanto os falantes mais novos quanto os mais velhos favorecem a aplicação da regra variável do rotacismo. Tal resultado apresenta um quadro de variação estável do rotacismo nas comunidades por elas analisadas.

### Presença de outro segmento líquido na palavra

O grupo *presença de outro segmento líquido na palavra*, quarto a ser selecionado pelo programa, apresentou os resultados da Tabela 5.

Tabela 5 – Presença de outro segmento líquido na palavra

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Ausência ( <i>planta</i> )	468/734	63,8	0,59
Presença ( <i>problema</i> )	130/269	48,3	0,27
TOTAL	598/1003	59,6	

Input: 0.634; Significância: 0.009.

Fonte: elaborada pelas autoras.

Na Tabela 5, o fator ausência de outro segmento líquido na palavra demonstra favorecimento à aplicação do rotacismo, com peso relativo de 0,59, enquanto a presença de outro segmento líquido na palavra parece desfavorecer a aplicação da regra, com 0,27 de peso relativo.

Segundo resultados de Mollica e Paiva (1991), a presença de outro semente líquido na palavra apresenta maior probabilidade de [l] se transformar em [r], com peso relativo de 0,54. Já o fator ausência desfavorece a aplicação da regra, com peso relativo de 0,45. Os resultados de Tem (2010) mostram o fator presença influenciando também na aplicação da regra, com peso relativo de 0,56, enquanto o fator ausência desfavorece, com peso relativo de 0,48. Os resultados das duas pesquisas indicam o contrário do que foi encontrado no presente trabalho. No entanto, o fato de que a maior parte dos dados analisados para o nosso estudo consiste em palavras que não possuem outro segmento líquido, como no exemplo *planta*, pode ter influenciado no resultado por nós obtido para essa variável, fato que pôde ser observado em uma segunda rodada e que será detalhado adiante.

### Tonicidade da sílaba

Quanto ao quinto grupo selecionado como relevante pelo programa, o grupo *tonicidade da sílaba*, obtivemos os resultados da Tabela 6.

Tabela 6 – Tonicidade da sílaba

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Átona ( <i>platina</i> )	369/602	61,3	0,59
Tônica ( <i>blusa</i> )	229/401	57,1	0,36
TOTAL	598/1003	59,6	

Input: 0.634; Significância: 0.009.

Fonte: elaborada pelas autoras.

De acordo com os dados da Tabela 6, o rotacismo é favorecido no contexto de sílaba átona, apresentando peso relativo de 0,59, e desfavorecimento no contexto de sílaba tônica, com peso relativo de 0,36. Com resultados contrários aos nossos, o estudo apresentado por Tem (2010) revela o contexto de sílaba átona desfavorecendo a aplicação do rotacismo, com 0,48 de peso relativo. E o fator sílaba tônica encontra-se no ponto neutro (0,50); no entanto, comparado ao fator átona, demonstra um pequeno favorecimento da regra.

### Sonoridade do segmento precedente

Outro grupo de fatores que se mostrou relevante foi a *sonoridade do segmento precedente*, para o qual obtivemos os resultados apresentados na Tabela 7.

Tabela 7 – Sonoridade do segmento precedente

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	%	PESO RELATIVO
Sonoro ( <i>candoblé</i> )	76/162	46,9	0,74
Surdo ( <i>aflito</i> )	522/841	62,1	0,45
Total	598/1003	59,6	

Input: 0.634; Significância: 0.009.

Fonte: elaborada pelas autoras.

Verificamos, nesses resultados, que o fator sonoro apresenta peso relativo de 0,74, o que indica favorecimento da aplicação da regra variável do rotacismo. Demonstrando desfavorecimento, o fator surdo apresenta peso relativo de 0,45. Costa (2006) encontrou resultados semelhantes, sendo o fator sonoro mais favorecedor à regra, com peso relativo de 0,72, e o fator surdo não favorecedor, apresentando 0,47 de peso relativo. No entanto, outras pesquisas demonstraram resultados contrários aos nossos. Tem (2010), por exemplo, encontrou, para o fator surdo, um peso relativo maior do que para o fator sonoro, 0,51 e 0,44, respectivamente. E os resultados obtidos por Mollica e Paiva (1991) em relação à sonoridade do segmento precedente mostram que o fator surdo favorece a regra (0,60), enquanto o fator sonoro desfavorece (0,40).

Apesar de os nossos resultados estarem de acordo com os apresentados por Costa (2006), notamos que os valores por nós obtidos apresentam uma discordância em relação à percentagem e ao peso relativo. Espera-se que o fator com maior peso relativo seja também o que apresenta o percentual mais elevado; no entanto, podemos observar que o fator surdo, apesar de ter 62,1% de aplicação, desfavoreceu a regra, enquanto o fator sonoro, mesmo contando com menor percentual (46,9%), demonstrou favorecimento da regra por apresentar alto peso relativo.

Devido a esse acontecimento, decidimos verificar se, em algum momento da rodada no programa estatístico, a entrada de um grupo de fator estaria interferindo nos resultados da variável *sonoridade do segmento precedente*. Após essa verificação, observamos que, em determinado momento, a combinação com o grupo *frequência lexical* pareceu influenciar o resultado da sonoridade, pois os valores dos pesos relativos para o grupo de fator *sonoridade do segmento precedente* mudam significativamente nos resultados da rodada. Para tentar explicar essa questão, realizamos uma tabulação cruzada das variáveis *sonoridade do segmento precedente* e *frequência lexical*. Os resultados desse cruzamento encontram-se na Tabela 8.



Tabela 8 – Cruzamento entre as variáveis sonoridade do segmento precedente e frequência lexical

FREQUÊNCIA LEXICAL	SONORIDADE DO SEGMENTO PRECEDENTE			
	SURDO		SONORO	
	APLICAÇÃO/TOTAL	%	APLICAÇÃO/TOTAL	%
plantado	10/11	91	0/0	-
Planalto	59/99	60	0/0	-
planto	39/45	87	0/0	-
planta	100/120	83	0/0	-
plantar	95/110	86	0/0	-
plantando	31/35	89	0/0	-
plantou	22/27	81	0/0	-
plantava	25/32	78	0/0	-
flor	6/12	50	0/0	
problema	0/0	-	61/123	50
plantei	14/26	54	0/0	-
outros	109/263	41	13/27	48
claro	2/13	15	0/0	-
inclusive	4/14	29	0/0	-
exemplo	6/34	18	0/0	-
candomblé	0/0	-	2/12	17

Fonte: elaborada pelas autoras.

Observando a Tabela 8, percebemos que o cruzamento das variáveis revela uma relação não-ortogonal entre elas, pois muitas das células geradas pelo cruzamento das variáveis aparecem vazias. Com exceção do fator *outros*, que apresenta dados que preencham células tanto relacionadas ao contexto precedente sonoro quanto ao surdo, todos os demais se excluem mutuamente, ou seja, sempre que um fator da variável *frequência lexical* preencher uma célula relacionada a um fator do grupo *sonoridade do segmento precedente*, o outro fator, obrigatoriamente, terá sua célula vazia. Por exemplo, o fator *problema* apresenta dados relacionados ao segmento precedente sonoro, no entanto, não apresenta dados de segmento precedente surdo. As células vazias, nesse caso, devem-se ao fato de o contexto ser único para cada palavra considerada.

Na tentativa de resolver essa questão, decidimos rodar novamente os dados retirando a variável *frequência lexical* para, assim, observar o comportamento da variável *sonoridade do segmento precedente*. No entanto, o grupo de fator não foi selecionado pelo programa na nova rodada realizada. Outro grupo que não foi selecionado nessa nova rodada foi *presença de outro segmento líquido na palavra*, confirmando que nosso resultado para a variável parece ter sido influenciado pelo grande número de contextos sem outro segmento líquido na palavra, como em *planta*.

Além das variáveis já apresentadas, o Goldvarb X selecionou outros fatores como relevantes na segunda rodada. É o que veremos a seguir.

### Posição da sílaba na palavra

Em relação à variável *posição da sílaba na palavra*, os resultados obtidos na nossa pesquisa estão na Tabela 9.

Tabela 9 – Posição da sílaba na palavra

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Inicial ( <i>placa</i> )	462/679	68	0,59
Não inicial ( <i>panfleto</i> )	136/324	42	0,31
TOTAL	598/1003	59,6	

Input: 0.622; Significância: 0.034.

Fonte: elaborada pelas autoras.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 9, observamos que o fator inicial apresenta peso relativo 0,59, o que indica favorecimento da aplicação do rotacismo, enquanto o fator não inicial parece desfavorecer a aplicação da regra, com peso relativo de 0,31. Os resultados apresentados por Tem (2010) também demonstram favorecimento na aplicação da regra para o fator inicial (0,52), quando comparado ao fator não inicial (0,46).

### Contexto precedente

O grupo de fatores *contexto precedente* apresentou os seguintes resultados na análise do rotacismo (Tabela 10).

Tabela 10 – Contexto precedente

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Oclusiva ( <i>claro</i> )	580/937	61,9	0,52
Fricativa ( <i>flor</i> )	18/66	27,3	0,17
TOTAL	598/1003	59,6	

Input: 0.622; Significância: 0.034.

Fonte: elaborada pelas autoras.

Percebemos, a partir da análise da Tabela 10, que a consoante oclusiva como contexto precedente, apesar de apresentar peso relativo de 0,52, valor próximo ao ponto neutro, parece favorecer a regra quando comparado ao fator fricativa, que tem peso

relativo 0,17, demonstrando desfavorecimento da regra do rotacismo. É importante ressaltar que o grupo oclusiva + líquida representa 61,9% da amostra analisada, além disso é o grupo mais abundante na língua portuguesa, se comparado ao grupo fricativa + líquida. Esse fato pode influenciar, em alguma medida, os resultados obtidos. Assim como em nossos resultados, na análise de Mollica e Paiva (1991), o contexto precedente oclusivo apresenta favorecimento à regra do rotacismo, com 0,52 de peso relativo, ao passo que o contexto precedente fricativo demonstra desfavorecimento da regra, com peso relativo 0,47.

Tem (2010) apresenta um resultado diferente. Nos dados analisados pela autora, o contexto precedente com consoante fricativa apresenta um maior valor de peso relativo (0,57), demonstrando favorecimento da regra, enquanto o contexto precedente oclusivo desfavorece a regra, com 0,46 de peso relativo. No entanto, os nossos dados só apresentam 66 ocorrências de consoante fricativa, uma quantidade muito inferior à de consoantes oclusivas (937), que representa 61,9% da amostra analisada neste trabalho.

### Estada fora da comunidade

No que diz respeito à variável *estada fora da comunidade*, o programa indicou os pesos que constam na Tabela 11.

Tabela 11 – Estada fora da comunidade

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Viveu sempre na comunidade	388/587	66,1	0,53
Viveu pelo menos seis meses fora da comunidade	210/416	50,5	0,44
TOTAL	598/1003	59,6	

Input: 0.622; Significância: 0.034.

Fonte: elaborada pelas autoras.

Conforme as informações apresentadas, apesar de não apresentar pesos relativos tão distantes, o fator viveu sempre na comunidade apresenta 0,53 de peso relativo, indicando favorecimento da aplicação do rotacismo, quando comparado ao fator viveu pelo menos seis meses fora da comunidade, com 0,44 de peso relativo. Podemos considerar que os resultados obtidos parecem indicar que quem tem contato fora da comunidade parece ter a tendência a preferir a variante padrão, visto que, os informantes que saem da comunidade geralmente se deslocam para os grandes centros urbanos em busca de trabalho, e nesses locais o fenômeno do rotacismo é bastante estigmatizado. Ressaltamos que tais resultados não são conclusivos e outros fatores ainda precisam ser considerados.

## Considerações finais

Este trabalho buscou verificar como se encontra o quadro de variação do fenômeno de rotacismo nas quatro comunidades afro-brasileiras (Helvécia, Sapé, Cinzento e Rio de Contas) pertencentes ao banco de dados do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia.

Nossos resultados, de modo geral, revelam uma taxa de 59,6% de aplicação do rotacismo e 40,4% de não aplicação da regra. A partir da análise realizada, pudemos verificar que a aplicação da regra variável do rotacismo parece estar condicionada tanto por fatores linguísticos quanto extralinguísticos. Sumariando os resultados fornecidos pela análise estatística no programa Goldvarb X, obtivemos as variáveis frequência lexical, comunidade, faixa etária, presença de outro segmento líquido na palavra, tonicidade da sílaba, sonoridade do segmento precedente, posição da sílaba na palavra, contexto precedente e estada fora da comunidade como relevantes à aplicação da regra do rotacismo.

Nesse sentido, a aplicação da regra variável do rotacismo demonstrou ser favorecida nos seguintes contextos linguísticos: ausência de outro segmento líquido na palavra, sílaba átona, segmento precedente sonoro, posição inicial de palavra e contexto precedente oclusivo. Em relação aos fatores extralinguísticos, encontramos como contextos favorecedores os informantes mais velhos, informantes que sempre viveram na comunidade e as comunidades de Sapé e Rio de Contas.

Acreditamos que a análise variacionista aqui apresentada cumpriu o objetivo de contribuir com uma descrição do rotacismo nas comunidades rurais afro-brasileiras, comunidades estas que são pouco contempladas quando se trata de estudos fonéticos-fonológicos. Sabemos que algumas respostas ainda precisam ser dadas com relação aos resultados obtidos neste estudo, que contemplou apenas a descrição desses dados. Uma análise mais interpretativa está prevista para próxima etapa de pesquisa, em que os dados aqui apresentados serão retomados e passarão por uma análise mais acurada, na qual buscaremos identificar os fatores históricos, geográficos e sociais que podem estar relacionados aos resultados obtidos.

## Referências

- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- COLLISCHONN, G. A sílaba em português. In: BISOL, L. (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 99-114.
- COLLISCHONN, G. *Fonologia do português brasileiro, da sílaba à frase*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- COSTA, L. T. *Abordagem dinâmica do rotacismo*. 2011. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- COSTA, L. T. *Estudo do rotacismo: variação entre as consoantes líquidas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

- DIAS, L. B. *O rotacismo em comunidades rurais afro-brasileiras do Estado da Bahia*. 2019. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- MAIA DOS REIS, G. F. Cravícula e Carcanhá: a incidência do rotacismo no falar maranhense. *Revista Littera*, São Luís, v. 1, n. 1, p. 33-40, 2010.
- MOLLICA, M. C.; PAIVA, M. C. Restrições estruturais atuando na relação entre /L/ > /R/ e /R/ > o em grupos consonantais em português. *Boletim da ABRALIN*, Campinas, n. 11, p. 181-189, 1991.
- OLIVEIRA, B. G. A. M. *A Linguagem em Paranhos: aspectos sociolinguísticos*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2009.
- ROMANO, V. P.; FONSECA, C. G. Uma abordagem sociodialetoológica do fenômeno do rotacismo no município de Itajubá-MG. *Web-Revista Sociodialeto*, Campo Grande, v. 6, n. 16, 2015.
- SELKIRK, E. On the major class features and syllable theory. In: ARONOFF, M.; OEHRLE, R. *Language sound structure*. Cambridge: MIT Press, 1984. p. 107-136.
- TEM, L. F. *Rotacização das líquidas nos grupos consonantais: representação fonológica e variação*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.



ELENEIDE DE OLIVEIRA SILVA  
JULIANA ESCALIER LUDWIG GAYER

## **“Abóbora x abobra”: a síncope nas proparoxítonas das comunidades rurais afro-brasileiras do estado da Bahia**

### **Introdução**

O objetivo do presente capítulo é analisar a síncope nas proparoxítonas, um processo que envolve uma mudança na estrutura silábica. Com sua aplicação, um ou mais fonemas são apagados em sílaba postônica, o que transforma palavras proparoxítonas em paroxítonas, como *xícara* > *xicra*, *útero* > *utro*, *óculos* > *oclus*, entre outros. Este trabalho seguiu a Sociolinguística Variacionista, proposta por Labov (1966), a teoria da fonologia métrica, com a análise métrica do acento proposta por Hayes (1995), e a teoria métrica da sílaba, com ênfase na proposta de Selkirk (1982).

O capítulo está dividido em seções: a segunda é referente ao fenômeno analisado, a síncope nas proparoxítonas; a terceira seção constitui a fundamentação teórica utilizada na pesquisa; a quarta seção diz respeito à metodologia utilizada para obtenção dos dados; e a quinta seção lista os principais resultados.

### **A síncope nas proparoxítonas**

A síncope é um fenômeno fonético-fonológico que, quando realizado, implica a perda da vogal postônica, tornando palavras proparoxítonas em paroxítonas, como nos exemplos a seguir: a) *xícara* > *xicra*; b) *título* > *titlo*; c) *útero* > *utro*; d) *chácara* > *chacra*. De acordo

com Coutinho (1962), a síncope nas proparoxítonas é um metaplasmo por subtração, que implica o apagamento ou diminuição de um segmento em uma palavra, como *speculum* (latim clássico) que passa a *specum* (latim vulgar), *abóbora* que passa a *abobra* (português), e outras.

Conforme Dubois (1978, p. 551-552):

Na evolução das línguas, a síncope é um fenômeno muito frequente de desaparecimento de um ou mais fonemas no interior de uma palavra. As vogais e sílabas átonas estão particularmente sujeitas a isso. Por exemplo: a passagem do latim *calidus*, *verecundiam*, respectivamente ao port. *caldo* e *vergonha* deve-se a um fenômeno de síncope.

No português brasileiro, encontramos a síncope nas proparoxítonas, principalmente, na língua falada em situações espontâneas não monitoradas. Pode-se observar esse processo em palavras do português como *corgo*, que equivale a *córrego*, *plasco*, a *plástico*, *espírito*, a *espírito*. Em *A língua do Nordeste*, em que é abordado o português falado em Alagoas e Pernambuco, Marroquim (1996, p. 73) destaca que a síncope é um fenômeno comum devido à “dificuldade de pronunciar o proparoxítono”. O autor exemplifica com as palavras *porva*, *prinspe* e *poliça* (*pólvora*, *príncipe* e *polícia*, respectivamente). Amadeu Amaral (1982), em *O dialeto caipira*, cita vocábulos como *corgo* e *estamo* correspondendo a *córrego* e *estômago*.

Veremos, na próxima seção, alguns estudos e teorias relacionados ao fenômeno da síncope nas proparoxítonas. Primeiramente, alguns trabalhos sociolinguísticos sobre o tema e, em seguida, teorias fonológicas que podem explicar como se dá a realização da síncope na língua portuguesa.

## Fundamentação teórica

O trabalho seguiu os pressupostos da Sociolinguística Variacionista, proposta por Labov a partir da década de 1960, e algumas teorias fonológicas como teoria métrica da sílaba, com ênfase na proposta de Selkirk (1982), e a análise métrica do acento, proposta de Hayes (1995).

### A sociolinguística variacionista

A Sociolinguística Variacionista, relacionada ao nome de William Labov, analisa o estudo da língua no contexto social, através da língua falada que é heterogênea e sofre variação, um fenômeno comum, estruturado e condicionado por fatores linguísticos e sociais. Diante do caráter variável da linguagem humana, Labov (2008[1972]) afirma que a variação é um fenômeno regular e sistemático, regido por princípios de organização estrutural emanados das próprias regras do sistema linguístico.



A metodologia da Sociolinguística é delimitada e proporciona ao pesquisador ferramentas para estabelecer as variáveis relacionadas ao fenômeno estudado, coleta e codificação dos dados, assim como mecanismos computacionais para definir e analisar o fenômeno variável que se quer estudar. Com esse modelo teórico-metodológico, por meio de técnicas estatísticas, é possível trabalhar com a heterogeneidade linguística e, contrário aos modelos teóricos precursores, a variação nas línguas pode ser observada e prevista em determinados contextos. Labov (2008[1972]) investiga a língua falada no interior dos grupos em que ela se manifesta. Para o autor, a língua é essencialmente social e deve ser analisada nos ambientes em que é realmente produzida, ou seja, nas comunidades de fala.

Ao tratar da comunidade de fala como o contexto de análise, revela que as regularidades encontradas passaram a ser descritas a partir da noção da regra variável, que surge da observação de que os falantes de uma determinada comunidade utilizam formas alternativas com o mesmo valor de verdade: as variantes linguísticas. São exemplos dessas variantes as produções sincopadas *corço* (*córrego*), *árvri* (*árvore*), assim como as não sincopadas. E a produção de uma variante em detrimento de outra se dá por influência dos fatores sociais ou estruturais, considerados a partir de grupos de fatores analisados.

Amaral (1999), Silva (2006), Lima (2008), Santana (2008), Ramos (2009) e Chaves (2011) mostraram em seus trabalhos, seguindo a Sociolinguística Variacionista proposta por Labov (2008[1972]), que a síncope nas proparoxítonas no português brasileiro atual é uma regra variável que possui influência de fatores linguísticos (internos à língua), como regras/condições do sistema linguístico, e fatores extralinguísticos (externos à língua, ou seja, sociais), como faixa etária, sexo, escolaridade e outros.

Amaral (1999) selecionou dados do município de colonização açoriana de São José do Norte, localizado no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul. Foram 40 informantes, 20 do sexo feminino e 20 do masculino, todos com idade superior a 20 anos e com baixo grau de escolaridade (de zero a quatro anos de escolarização). Foram 1.772 dados analisados e houve a aplicação de 23% da síncope nas proparoxítonas nos dados analisados. As variáveis linguísticas que demonstraram favorecer a síncope nas proparoxítonas foram: o contexto fonológico seguinte à vogal postônica (composto por líquida vibrante e líquida lateral), o traço de articulação da vogal (labial), a estrutura da sílaba precedente (sílaba leve) e o contexto fonológico precedente à vogal postônica (composto por uma consoante velar ou labial). Já as variáveis sociais que favoreceram a síncope foram: o menor nível de escolaridade (menos anos de escolarização, menor instrução), o tipo de entrevista (entrevista de fala espontânea) e sexo (masculino).

Silva (2006) analisou dados na cidade de Sapé, Paraíba. Foram 36 informantes analisados socialmente com relação ao sexo, à faixa etária e à escolarização. Foram investigados 3.590 dados, indicando a aplicação de 30% da síncope nas proparoxítonas. As variáveis linguísticas selecionadas como relevantes na análise foram: contexto seguinte (líquidas lateral e vibrante), contexto precedente (fricativas), extensão da palavra (mais de três sílabas), estrutura da sílaba tônica (sílaba pesada) e traço de articulação da vogal

(coronal). As variáveis extralinguísticas selecionadas como mais favorecedoras foram: escolaridade (menos escolarizados – de 0 a 2 anos de escolarização), faixa etária (faixa etária III – mais de 50 anos) e sexo (masculino).

Em Lima (2008), 36 informantes foram estratificados em naturais de Rio Verde ou de Santa Helena de Goiás (duas cidades vizinhas), sendo 18 informantes provenientes de cada uma das regiões; sexo feminino e masculino; faixa etária (de 15 a 25 anos, de 26 a 49 anos e mais de 50 anos); grau de escolaridade (de zero a quatro anos de estudo, de cinco a 11 anos de estudo ou mais de 12 anos). Foram encontrados 1.902 contextos e houve a aplicação de 26,6% da síncope nas proparoxítonas nos dados analisados. Os resultados indicaram que os grupos de fatores linguísticos favorecedores à síncope foram: contexto seguinte (líquida vibrante), contexto precedente (velar), traço de articulação da vogal (labial) e estrutura da sílaba tônica (sílabas pesadas). Já os grupos de fatores extralinguísticos selecionados foram: escolaridade (menos escolarizados), região (Santa Helena de Goiás) e sexo (masculino).

Santana (2008) investigou dados da comunidade de Matinha, zona rural do município de Feira de Santana, região do semiárido baiano. Foram considerados 12 informantes da comunidade distribuídos em três faixas etárias (18 a 38 anos, 39 a 58 anos e mais de 59 anos), sexo (masculino e feminino) e escolaridade (analfabeto – nunca frequentou a escola –, semianalfabeto – estudou até a 2ª série –, e ensino fundamental incompleto – estudou até a 7ª série). O autor encontrou 291 contextos, nos quais a aplicação da síncope nas proparoxítonas foi de 14%. Os grupos de fatores selecionados pelo programa foram: contexto antecedente à vogal postônica (sibilante), contexto seguinte à vogal postônica (líquida lateral e vibrante) e escolaridade (o fator analfabeto).

Em Ramos (2009), foram descritos os dados da região de São José do Rio Preto, noroeste do estado de São Paulo. Foram 19 informantes (mulheres) e 588 dados analisados, resultando na aplicação de 8% da síncope nas proparoxítonas. No resultado sobre o apagamento da vogal postônica, os grupos de fatores selecionados pelo programa foram: consoante seguinte (líquida lateral e líquida vibrante), consoante precedente (sibilante e o fator mais contínuo), traço de articulação da vogal (dorsal e labial) e faixa etária (os mais velhos, entre as faixas de 36 a 55 anos e mais de 55 anos).

Chaves (2011) trabalhou com 61 informantes e encontrou 2.387 dados em seu *corpus* da região Sul do país, dos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O resultado indicou 8% de aplicação da síncope nas proparoxítonas. As variáveis selecionadas como relevantes à aplicação do fenômeno foram: contexto fonológico seguinte à vogal postônica (as líquidas vibrante e lateral), o contexto fonológico precedente à vogal postônica (velar e labial), extensão da palavra (palavras com mais de três sílabas) e traço de articulação da vogal (as vogais dorsais e labiais). As variáveis sociais não foram selecionadas pelo programa, porém a autora realizou cruzamentos entre todas as variáveis sociais delimitadas, e a interação entre faixa etária e sexo foi destacada como significativa, mostrando que as mulheres da faixa etária III (60 anos) aplicam mais a síncope nas proparoxítonas do que as mulheres mais jovens. Já os homens mais jovens indicaram realizar mais o processo do que os mais velhos.

Diante dos trabalhos apresentados, percebemos que os estudos sociolinguísticos revelam sua importância no campo da linguagem, principalmente por observar a variação linguística e seus condicionamentos sociais, dando espaço para o estudo de informantes de grupos sociais deixados à margem da sociedade, como análise de informantes de periferias, zona rural, e outros. Também por mostrar que a variação não ocorre apenas na língua popular, e sim também em falantes cultos, principalmente em contextos mais informais, revelando que a linguagem e a sociedade não se separam.

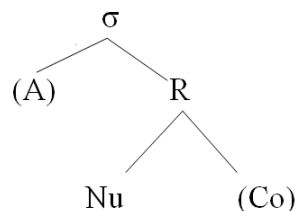
### Teorias fonológicas

Nesta seção abordaremos a teoria métrica da sílaba, seguindo a proposta de Selkirk (1982), e o estudo sobre o acento, proposto por Hayes (1995). Essas teorias fonológicas serão usadas para explicar como acontece o fenômeno da síncope nas proparoxítonas na língua portuguesa.

#### Teoria métrica da sílaba

Selkirk (1982) propõe uma representação da estrutura da sílaba composta por níveis, ou seja, que segue uma hierarquia. Conforme a teoria métrica da sílaba, a estrutura interna silábica é dividida em duas partes: ataque ou *onset* (A) e rima (R). A rima também é dividida em duas partes: núcleo (Nu) e coda (Co). O núcleo é o único elemento considerado obrigatório na sílaba e, em português, é composto por uma vogal. A estrutura silábica proposta pela teoria métrica da sílaba é a seguinte:

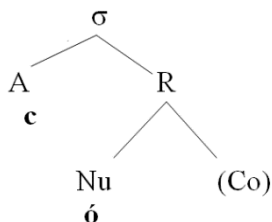
(1)



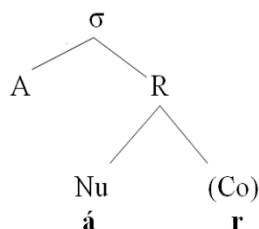
(COLLISCHONN, 2010a, p. 100)

Uma sílaba pode ser leve ou pesada, e essa classificação depende da rima. Se a rima for ramificada, a sílaba será pesada, e, se a rima não se ramificar, a sílaba será leve. Dessa forma, a rima que possui apenas o núcleo, e não tem segmento que preencha a sua coda, irá formar uma sílaba leve, por exemplo, a sílaba *có* da palavra proparoxítona *córrego*, a qual tem o ataque preenchido e o núcleo, não possuindo segmento na coda. Já a sílaba *ár* da palavra *árvore* não possui ataque, mas possui o núcleo e a coda preenchidos, sendo assim uma sílaba pesada. Pode-se observar os exemplos das sílabas leves e pesadas a seguir:

## (2) Sílabla leve



## (3) Sílabla pesada



Considerando essa teoria, podemos observar que há um processo de reestruturação silábica quando há o processo de síncope nas palavras proparoxítonas na língua portuguesa. Isso acontece devido à queda de um núcleo silábico, uma vogal, e a permanência dos outros segmentos que formavam essa sílaba. Por exemplo, em *abóbora*, que passa a *abobra* com a síncope, a sílaba perde a vogal *o*, que é apagada. O segmento *b*, que compõe o ataque da sílaba desfeita, é então associado à sílaba seguinte, formando um ataque complexo *br*. Essa reestruturação silábica acontece em todos os casos de aplicação da síncope, sendo com a formação de um ataque complexo, como no exemplo recém apresentado, e também em *óculos* > *oclos*, *chácara* > *chacra*, *xícara* > *xicra*, ou com a formação de uma nova coda, como em *córrego* > *corgo*. Neste último caso, a consoante que fica flutuante não formaria um ataque complexo permitido no português (*\*rgo*), mas é um segmento que pode ocupar a coda, então é associado ao final da sílaba anterior.

Conforme Collischonn (2010a), a formação de sílabas não se dá de forma aleatória, mas possui regras:

A silabação de uma sequência de segmentos é feita por meio de regras de criação de estrutura silábica: regra de formação do núcleo, regra de formação do ataque, regra de formação da coda. Estas regras são ordenadas entre si: primeiramente cria-se o núcleo, depois o ataque, depois a coda. (COLLISCHONN, 2010a, p. 108)

Para a formação de ataque complexo, por exemplo, há algumas restrições e combinações possíveis na língua portuguesa. As combinações possíveis no ataque complexo podem ser observadas a seguir:

(4)

	obstruintes + /l/	obstruintes + /r/	Exemplos
Labiais	pl, bl, fl, (vl)	pr, br, fr, <u>vr</u>	planta, blusa, flor
Alveolares	tl, *dl, *sl, *zl	tr, dr, *sr, *zr	prato, braço, fruta
Palatais	*ʃl, *ʒl	*ʃr, *ʒr	atlas, trabalho, drama
Velares	kl, gl	kr, gr	claro, glorioso
			cravo, graça

(SCHIMITT, 1987 apud COLLISCHONN, 2010a, p. 107)

As combinações marcadas com asterisco (\*) são formações que não são encontradas na língua portuguesa. Então, podemos observar que quando há uma reestruturação silábica decorrente do processo de síncope da vogal postônica, um ataque complexo poderá ser formado, desde que obedeça e siga as combinações possíveis da língua.

Veremos a seguir uma breve descrição sobre os estudos sobre o acento e sua relação com o fenômeno da síncope nas proparoxítonas.

### O acento

O acento, partindo de uma análise métrica, é estudado como propriedade relacionada à sílaba e não somente às vogais, como era analisado anteriormente por algumas teorias. Hayes (1995) propõe a existência de constituintes chamados *pés métricos* seguindo a proposta da fonologia métrica, demonstrando essa propriedade relacional do acento, formando um contorno de proeminência e recebendo uma representação em termos de árvores métricas. (HAYES, 1995) Os pés métricos mostram a alternância rítmica na palavra, revelando assim a sílaba mais proeminente no nível da palavra e o seu o acento primário. Conforme Hayes (1995), os pés são classificados em *troqueu silábico*, *troqueu mórico* e *iambo*.

O pé *troqueu silábico* é composto por duas sílabas, com proeminência inicial, apresentando constituintes binários com cabeça à esquerda. Caracteriza assim as línguas que não levam em consideração o peso silábico. A estrutura que representa esse pé é a seguinte:

(5)

$$\begin{matrix} (* \cdot) \\ \sigma \sigma \end{matrix}$$

(COLLISCHONN, 2010b, p. 137)

O pé *troqueu mórico* leva em consideração o peso das sílabas, medido por meio de moras, ou seja, a cada duas moras<sup>1</sup> ( $\mu$ ) tem-se constituído um pé, com o segmento mais

1 Moras são unidades de peso silábico. Uma sílaba leve é constituída de uma mora, enquanto uma sílaba pesada tem duas moras. No caso do pé troqueu mórico, conta-se moras e não sílabas.

forte situado à esquerda. Pode ser formado por duas sílabas leves, já que cada uma delas apresenta uma mora, ou por uma sílaba pesada, constituída por duas moras. A estrutura que representa esse pé é a seguinte:

(6)

$$\begin{array}{ccc} (* \cdot) & \text{ou} & (*) \\ \sigma \sigma & & \sigma \end{array}$$

(COLLISCHONN, 2010b, p. 137)

O pé *iambo* tem proeminência final e considera o peso silábico, ou seja, conta também as moras. A estrutura que representa esse pé é a seguinte:

(7)

$$\begin{array}{ccc} (\cdot *) & \text{ou} & (*) \\ \sigma \sigma & & \sigma \end{array}$$

(COLLISCHONN, 2010b, p. 137)

No português, o acento pode situar-se em três posições na palavra: na última sílaba, formando oxítonas; na penúltima sílaba, formando palavras paroxítonas; e na antepenúltima sílaba, formando as proparoxítonas. Além dessa regularidade de posição do acento, temos outras importantes de serem analisadas, como o fato de a maioria das palavras no português ser paroxítona, ou seja, o acento tende a cair na penúltima sílaba da palavra.

O grupo de proparoxítonas revela ser o menor no português, ou seja, a posição antepenúltima é a menos acentuada no português, sendo esse acento considerado como marcado, pois é o menos usado em relação ao acento oxítono e paroxítono. Já o paroxítono seria o não marcado, o mais frequente na língua, sendo também o resultado do processo da síncope. Isso indica então que a aplicação da síncope parece ocorrer para se adaptar ao padrão acentual não marcado do português, ou seja, à posição de acento mais frequente na língua.

Nesse sentido, além de haver uma reestruturação silábica com a aplicação da síncope, como vimos anteriormente, há uma alteração na posição da sílaba acentuada na palavra, relacionada também à perda de uma das sílabas. Por exemplo, a palavra proparoxítona *xícara* passa a receber acento paroxítono com a aplicação do processo: *xicra*.

Para explicar a acentuação que ocorre nas palavras proparoxítonas em português, Bisol (1994) trata como extramétrica (invisível) a última sílaba dos vocábulos

proparoxítonos.<sup>2</sup> Segundo Bisol (1994, p. 28), a regra do acento primário “começa a operar a partir da segunda sílaba do item lexical, encontrando contexto para a formação de um pé binário subjacente” (8a). Já o acento paroxítono, que é o não marcado na língua, seria atribuído com a construção de um pé binário de cabeça à esquerda na borda direita da palavra (8b), sem precisar lançar mão do recurso da extrametricidade, como vemos a seguir.

- (8)
- |    |          |          |
|----|----------|----------|
| a) | xícara   | b) xicra |
|    | xí ca ra | xi cra   |
|    | < >      | (* .)    |
|    | (* .)    |          |

Conforme os exemplos, a palavra é constituída por sílabas primeiramente e depois recebe o acento. No caso de *xícara*, há a utilização da ferramenta extramétrica, indicada por parênteses angulados (< >), para que a última sílaba das proparoxítonas torne-se invisível à regra do acento, considerando nesse caso o pé troqueu silábico a partir da borda direita visível à regra. O acento é aplicado à palavra e, em seguida, a sílaba que estava oculta, por causa da utilização do recurso da extrametricidade, é reincorporada à palavra. No caso de *xicra*, como o acento paroxítono é o padrão, a acentuação é explicada apenas pela formação do pé na borda direita da palavra.

Considerando então essas questões teóricas, na seção a seguir veremos a metodologia adotada na pesquisa que gerou os resultados da síncope nas proparoxítonas nas comunidades rurais afro-brasileiras.

## Metodologia

A pesquisa seguiu o modelo da Sociolinguística Variacionista proposto por Labov (2008[1972]), considerando a língua como heterogênea e sujeita à variação e à mudança, influenciada por fatores linguísticos e extralinguísticos/sociais. O *corpus* usado nesta pesquisa faz parte do banco de dados do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, coordenado pelos professores Dante Lucchesi (UFF) e Gredson dos Santos (UFBA). As variáveis linguísticas e extralinguísticas consideradas na pesquisa foram testadas no programa Goldvarb X, que é um programa estatístico que indica a porcentagem de aplicação e não aplicação do fenômeno, assim como os pesos relativos dos fatores considerados, mostrando as suas influências para a realização da síncope nas proparoxítonas.

2 É importante frisar que todos os acentos considerados excepcionais (marcados) em português são explicados através do recurso da extrametricidade pela autora.

## As comunidades e o levantamento de dados

As comunidades analisadas nesta pesquisa são Cinzento, Helvécia, Rio de Contas e Sapé, que fazem parte do Acervo de Fala do Português Afro-Brasileiro do Estado da Bahia. Foram escolhidos 12 informantes de cada comunidade de acordo com a divisão já feita pelo banco de dados, totalizando 48 informantes para a pesquisa. A escolha dos informantes de cada comunidade de fala foi feita de acordo com as seguintes variáveis estratificadas: sexo (masculino e feminino), idade (faixa I: de 20 a 40 anos; faixa II: de 40 a 60 anos; faixa III: mais de 60 anos), escolaridade (semianalfabeto e analfabeto) e estada fora da comunidade (viveu fora da comunidade por mais de seis meses e nunca viveu fora da comunidade).

O levantamento de dados nas quatro comunidades totalizou 816 dados, sendo 260 dados em Cinzento, 273 em Helvécia, 153 em Rio de Contas e 131 em Sapé. Esse levantamento de dados foi feito com atenção, e todas as proparoxítonas encontradas nas entrevistas foram quantificadas. Após a quantificação dos dados, partimos para a etapa da audição das entrevistas com cuidado e atenção para observar como as proparoxítonas eram realizadas.

## As variáveis independentes estudadas

As variáveis independentes são divididas em linguísticas e extralinguísticas, revelando quais os grupos de fatores que influenciam na realização ou na não realização da síncope nas proparoxítonas. Conforme Mollica (2015, p. 27), “as variáveis, tanto linguísticas quanto não linguísticas, não agem isoladamente, mas operam num conjunto complexo de correlações que inibem ou favorecem o emprego de formas variantes semanticamente equivalentes”. Em relação às variáveis extralinguísticas/sociais desta pesquisa, elas estão divididas conforme o banco de dados do Projeto Vertentes, como já mencionamos na seção anterior.

As variáveis linguísticas para esta pesquisa foram organizadas a partir dos trabalhos que serviram de base, como Amaral (1999), Silva (2006), Lima (2008), Ramos (2009) e Chaves (2011), e são elas: contexto fonológico precedente à vogal postônica, contexto fonológico seguinte à vogal postônica, traço de articulação da vogal postônica, estrutura da sílaba tônica e extensão da palavra.

- i. *Contexto fonológico precedente à vogal postônica* se refere ao segmento que vem antes da vogal postônica, ou seja, à consoante que forma o ataque da sílaba postônica. Os fatores que compõem esse grupo são: 1. labial (abóbora); 2. alveolar (módulo); 3. velar (máscara); 4. palatal (mágica / 3/).
- ii. *Contexto fonológico seguinte à vogal postônica* diz respeito ao segmento seguinte à vogal da sílaba postônica que é elidida quando acontece o processo de síncope na palavra proparoxítona. Os fatores que constituem



- o grupo de fatores apresentado são: 1. líquida lateral (óculos); 2. líquida vibrante (chácara); 3. não líquida (quilômetro).
- iii. *Traço de articulação da vogal postônica* diz respeito à vogal que sofre a queda na palavra proparoxítona. Os fatores que fazem parte desse grupo são: 1. labial (óculos/abóbora); 2. dorsal (chácara); 3. coronal (matemática/córrego).
  - iv. *Estrutura da sílaba tônica* é referente à sílaba tônica, se essa sílaba é pesada, com a rima ramificada (coda preenchida), ou sílaba leve, sem a coda preenchida. Os fatores que formam esse grupo são: 1. sílaba leve (**ch**ácara); 2. sílaba pesada (árvore).
  - v. *Extensão da palavra* se refere à quantidade de sílabas da palavra. Os fatores considerados nesse grupo são: 1. três sílabas (fósforo); 2. quatro ou mais sílabas (abóbora).

Além dessas variáveis, o grupo de fatores *frequência lexical* foi escolhido para ser analisado neste trabalho devido à repetição de algumas palavras nas entrevistas. Para que a repetição dessas palavras não interferisse nos resultados, decidimos organizar aquelas que tinham mais de dez repetições no *corpus* analisado, ou seja, se uma palavra aparecesse mais de dez vezes, esta já seria separada como um fator; as palavras que não completassem esse número de repetições entraram no fator nomeado *outros*. Os fatores que formam esse grupo são: a) abóbora; b) álcool; c) árvore; d) córrego; e) estômago; f) época; g) grávida; h) máquina; i) médico; j) música; k) ônibus; l) política; m) quilômetro; n) rápido; o) sábado; e p) outros.

## Resultados

Esta seção apresentará os principais resultados da pesquisa e uma comparação com resultados de outros trabalhos usados como base. Após a rodada dos dados no programa estatístico Goldvarb X, a síncope nas proparoxítonas foi realizada em 22,2% dos dados, havendo então 77,8% de não aplicação do processo. Os grupos de fatores selecionados por ordem pelo Goldvarb X foram: *contexto fonológico seguinte à vogal postônica, traço de articulação da vogal postônica, comunidade, contexto fonológico precedente à vogal postônica, estrutura da sílaba tônica e escolaridade*.

O *contexto fonológico seguinte à vogal postônica* foi o primeiro grupo selecionado pelo programa, indicando que a *líquida vibrante* e a *líquida lateral* favorecem mais a realização da síncope, com pesos relativos de 0,996 e 0,990, respectivamente. Já as consoantes não líquidas apresentaram um peso relativo de 0,377, mostrando não favorecer a realização do fenômeno estudado. Esses resultados são mostrados na Tabela 1.

Tabela 1 – Contexto fonológico seguinte à vogal postônica

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Líquida vibrante (chácara)	48/54	88,9	0,996
Líquida lateral (óculos)	11/18	61,1	0,990
Não líquidas (córrego)	127/744	17,1	0,377
TOTAL	186/816	22,8	

Input: 0.140; Significância: 0.021.

Fonte: elaborada pelas autoras.

Esse resultado também foi encontrado nos trabalhos de Amaral (1999), Silva (2006), Santana (2008), Ramos (2009) e Chaves (2011); em Lima (2008) foi selecionado apenas o fator *líquida vibrante*, conforme o Quadro 1 evidencia.

Quadro 1 – Comparação dos resultados para a variável contexto fonológico seguinte

TRABALHOS	FATORES FAVORECEDORES
PRESENTE PESQUISA	LÍQUIDA VIBRANTE E LÍQUIDA LATERAL
Amaral (1999)	líquida vibrante e líquida lateral
Silva (2006)	líquida vibrante e líquida lateral
Santana (2008)	líquida vibrante e líquida lateral
Ramos (2009)	líquida vibrante e líquida lateral
Chaves (2011)	líquida vibrante e líquida lateral
Lima (2008)	líquida vibrante

Fonte: elaborado pelas autoras.

Diante disso, confirmamos a hipótese de que os contextos fonológicos seguintes à vogal postônica *líquida lateral* e *líquida vibrante* favoreceriam a realização da síncope nas proparoxítonas, corroborando com os resultados dos trabalhos de Amaral (1999), Silva (2006), Lima (2008), Santana (2008), Ramos (2009) e Chaves (2011).

O segundo grupo selecionado foi o *traço de articulação da vogal postônica*, mostrando que o fator *dorsal* favorece a regra, com o peso relativo de 0,915; a vogal *labial* também mostrou favorecer a aplicação do processo, com peso relativo de 0,676; e a vogal *coronal*, com peso de 0,348, parece não favorecer a realização da síncope nas proparoxítonas. A Tabela 2.

Tabela 2 – Traço de articulação da vogal postônica

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Dorsal (chácara)	68/108	63	0,915
Labial (óculos)	42/138	30,4	0,676
Coronal (matemática)	76/570	13,3	0,348
Total	186/816	22,8	

Input: 0,185; Significância: 0,046.

Fonte: elaborada pelas autoras.

Esse resultado também foi encontrado nos trabalhos de Ramos (2009) e Chaves (2011). Em Amaral (1999) e Lima (2008), apenas o fator *labial* foi selecionado. Em Silva (2006) foi o fator *coronal*, e, em Santana (2008), a variável não foi selecionada. O quadro a seguir apresenta essa comparação.

Quadro 2 – Comparação dos resultados para a *variável traço de articulação da vogal postônica*

TRABALHOS	FATORES FAVORECEDORES
PRESENTE PESQUISA	DORSAL E LABIAL
Ramos (2009)	dorsal e labial
Chaves (2011)	dorsal e labial
Amaral (1999)	labial
Lima (2008)	labial
Silva (2006)	coronal
Santana (2008)	Não selecionou a variável

Fonte: elaborado pelas autoras.

Esse resultado confirma a hipótese que indica que as vogais *dorsais* e *labiais* são mais suscetíveis à queda do que a vogal *coronal*, conforme os trabalhos de Ramos (2009), Chaves (2011), Amaral (1999) e Lima (2008).

O grupo de fatores *comunidade* foi o terceiro selecionado como relevante à síncope nas proparoxítonas. A comunidade de Cinzento foi a que indicou ter mais realização de síncope nas proparoxítonas, com o peso relativo de 0,664. Já as comunidades de Helvécia, Sapé e Rio de Contas mostraram que não há muita aplicação do processo de síncope nas proparoxítonas, com os pesos relativos de 0,462, 0,401 e 0,368, respectivamente.

Tabela 3 – Comunidade

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Cinzento	84/260	32,3	0,664
Helvécia	52/272	19,1	0,462
Sapé	27/131	20,6	0,401
Rio de Contas	23/153	15	0,368
Total	186/816	22,8	

Input: 0,185; Significância: 0,046.

Fonte: elaborada pelas autoras.

Nossa hipótese inicial era de que, na comunidade de Helvécia, haveria mais realização da síncope nas proparoxítonas, pelo fato de ser mais distante da capital do estado. Essa hipótese não foi confirmada, pois a comunidade de Cinzento foi selecionada como a que mais apresentou a realização de síncope nas proparoxítonas.

É importante salientar que notamos um enviesamento entre as comunidades de Helvécia e Sapé, ou seja, há discrepância entre porcentagem e peso relativo dessas comunidades: as porcentagens não seguem a mesma ordem do resultado dos pesos relativos. Acreditamos que isso pode estar sendo influenciado por outras questões e pretendemos, em trabalhos futuros, voltarmos aos dados para sanar a questão.

O grupo de fatores *contexto fonológico precedente à vogal* também foi selecionado como relevante à síncope, indicando que o fator que mais favorece o processo da queda da vogal postônica é o da consoante *labial*, com peso relativo 0,693. Os contextos fonológicos precedentes *velar* e *alveolar* parecem não favorecer a aplicação do processo de síncope, com pesos de 0,425 e 0,405, respectivamente. A Tabela 4 apresenta o resultado.

Tabela 4 – Contexto fonológico precedente à vogal postônica

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Labial (abóbora)	98/253	38,7	0.693
Velar (máscara)	14/77	18,2	0.425
Alveolar (módulo)	74/476	15,5	0.405
Total	186/806 <sup>3</sup>	23,1	

Input: 0,203; Significância: 0,005.

Fonte: elaborada pelas autoras.

Esse resultado corrobora os resultados de Amaral (1999) e Chaves (2011), como mostra o Quadro 3.

Quadro 3 – Comparação dos resultados para a variável *contexto fonológico precedente à vogal postônica*

TRABALHOS	FATORES FAVORECEDORES
PRESENTE PESQUISA	LABIAL
Amaral (1999)	velar ou labial
Chaves (2011)	velar ou labial
Silva (2006)	fricativa
Lima (2008)	velar
Santana (2008)	sibilante
Ramos (2009)	Sibilante mais contínuo

Fonte: elaborado pelas autoras.

A hipótese para essa variável linguística era de que os contextos fonológicos precedentes *velar* e *labial* favoreceriam a síncope nas proparoxítonas, conforme os trabalhos

3 Nesta variável, foi retirado o fator palatal (*mágica*) devido ao fato de ele não apresentar nenhum dado com Aplicação da síncope, o que gerou a redução do número total.

de Amaral (1999), Lima (2008) e Chaves (2011); com isso, só podemos confirmar parcialmente esta hipótese, pois o contexto precedente *velar* não apresentou favorecimento na aplicação da síncope nas proparoxítonas nos dados analisados, e o contexto *labial* foi o mais favorecedor ao processo.

O grupo de fatores *estrutura da sílaba tônica* foi o quinto selecionado pelo programa Goldvarb X. A sílaba tônica pesada, ou seja, com coda silábica, apresentou um peso relativo de 0,711, favorecendo a síncope nas proparoxítonas. Já a sílaba leve, sem coda silábica, mostrou não favorecer a síncope, com o peso relativo de 0,476. Isso pode ser visto na tabela a seguir.

Tabela 5 – Estrutura da sílaba tônica

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Sílaba pesada ( <i>árvore</i> )	28/79	35,4	0,711
Sílaba leve ( <i>chácara</i> )	158/737	21,4	0,476
Total	186/816	22,8	

Input: 0,185; Significância: 0,046.

Fonte: elaborada pelas autoras.

Esse resultado também foi encontrado em Silva (2006) e Lima (2008). O Quadro 4 apresenta a comparação.

Quadro 4 – Comparação dos resultados para a variável *estrutura da sílaba tônica*

TRABALHOS	FATORES FAVORECEDORES
PRESENTE PESQUISA	SÍLABA PESADA
Silva (2006)	Sílaba pesada
Lima (2008)	Sílaba pesada
Amaral (1999)	Sílaba leve
Santana (2008)	Não selecionou a variável
Ramos (2009)	Não selecionou a variável

Fonte: elaborado pelas autoras.

A hipótese para esta variável linguística era de que a síncope nas proparoxítonas tende a ser realizada mais após uma sílaba pesada, conforme os resultados de Silva (2006) e Lima (2008). Essa hipótese foi confirmada, pois os resultados deste trabalho mostraram que a síncope ocorre mais diante de sílabas pesadas do que das sílabas leves.

A variável social *escolaridade* também foi selecionada pelo programa, mostrando que os informantes analfabetos realizam mais a síncope nas proparoxítonas do que os semianalfabetos. O fator analfabeto apresentou o peso relativo de 0,570 e o semianalfabeto, 0,461. A Tabela 6 apresenta o resultado.

Tabela 6 – Escolaridade

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Analfabeto	79/290	27,2	0.570
Semianalfabeto	107/526	20,3	0.461
Total	186/816	22,8	

Input: 0,185; Significância: 0,046.

Fonte: elaborada pelas autoras.

Podemos observar que esse resultado também foi encontrado em Amaral (1999), Silva (2006), Lima (2008), Santana (2008), como mostra o Quadro 5.

Quadro 5 – Comparação dos resultados para a variável *escolaridade*

TRABALHOS	FATORES FAVORECEDORES
PRESENTE PESQUISA	MENOR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (ANALFABETO)
Amaral (1999)	menor nível de escolaridade
Silva (2006)	menor nível de escolaridade
Lima (2008)	menor nível de escolaridade
Santana (2008)	menor nível de escolaridade (analfabeto)
Ramos (2009)	Não selecionou a variável
Chaves (2011)	Não selecionou a variável

Fonte: elaborado pelas autoras.

A hipótese estipulada para esta variável extralinguística era de que quanto menor o grau de escolaridade, maior seria a produção da síncope nas proparoxítonas, baseada nos trabalhos de Amaral (1999), Lima (2008), Santana (2008) e Silva (2006). Essa hipótese foi confirmada, pois os informantes analfabetos (que não frequentaram a escola) favoreceram mais o processo de síncope nas proparoxítonas do que os informantes semianalfabetos (que tiveram pelo menos 4 anos de contato com a escola).

## Considerações finais

Diante do exposto, podemos observar que a síncope nas proparoxítonas foi favorecida nos seguintes contextos linguísticos específicos: no contexto fonológico seguinte à vogal postônica líquida vibrante, como em *chácara*, e líquida lateral, como em *óculos*; quando o traço de articulação da vogal postônica for dorsal, por exemplo, *xícara*, e labial, como em *matricula*; no contexto fonológico precedente à vogal postônica labial, como no exemplo *abóbora*; e quando a estrutura da sílaba tônica possui coda, ou seja, no contexto de sílaba pesada, como em *árvore*.

Já em relação aos contextos sociais, as variáveis extralinguísticas selecionadas como as que mais favorecem o processo de síncope nas proparoxítonas foram as seguintes: comunidade, indicando que ocorre mais a síncope nas proparoxítonas em Cinzento do que nas demais comunidades; e escolaridade, revelando que os informantes analfabetos foram os que mais realizaram o fenômeno estudado.

Considerando a porcentagem geral, podemos dizer que o processo teve uma baixa aplicação nos dados analisados, pois foi realizado em um percentual de 22,8% nos 816 dados das comunidades rurais afro-brasileiras do estado da Bahia. Esse resultado de baixa realização da síncope nas proparoxítonas também foi encontrado nos trabalhos usados como base para esta pesquisa. Em Amaral (1999) a síncope foi aplicada em 23% nos 1.772 dados; em Silva (2006), houve uma porcentagem de 30% dos 3.590 dados; em Lima (2008), a porcentagem de aplicação foi de 26,6 % nos 1902 dados; em Santana (2008), houve 14% de aplicação da síncope em 291 dados; e em Ramos (2009) e Chaves (2011), a aplicação foi de 8% em 588 dados e 2.387 dados analisados, respectivamente. Esse resultado pode ter alguma influência da escolarização, da urbanização e de um possível nivelamento linguístico, no qual há uma tendência ao uso da forma de mais prestígio, a forma padrão, não sincopada, em decorrência dos avanços da tecnologia. Pretendemos analisar melhor essas possíveis influências em trabalhos futuros.

Diante dos resultados obtidos nesta pesquisa, concluímos que a análise feita partindo da Sociolinguística Variacionista foi importante e necessária, pois mostrou que tanto os fatores linguísticos quanto os sociais parecem influenciar na escolha dos falantes em relação à variação das palavras proparoxítonas.

## Referências

- AMARAL, A. *O dialeto caipira: gramática, vocabulário*. 4. ed. São Paulo: Hucitec: INL, 1982.
- AMARAL, M. P. *As proparoxítonas: teoria e variação*. 1999. Tese (Doutorado em Linguística e Letras) – Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- BISOL, L. O acento e o pé binário. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 29, n. 98, p. 25-36, 1994.
- CHAVES, R. G. *A redução de proparoxítonas na fala do Sul do Brasil*. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras/Linguística) – Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- COLLISCHONN, G. A sílaba em português. In: BISOL, L. (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010a. p. 99-127.
- COLLISCHONN, G. O acento em português. In: BISOL, L. (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010b. p. 132-161.
- COUTINHO, I. L. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.
- DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

- HAYES, B. *Metrical Stress Theory: Principles and case studies*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008[1972].
- LABOV, W. *The Social Stratification of English in New York*. Washington, DC: Center for Applied Linguistics, 1966.
- LIMA, G. O. *O efeito da síncope em proparoxítonas: uma análise fonológica e variacionista*. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- MARROQUIM, M. A. *A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*. Curitiba: HD livros, 1996.
- MOLLICA, M. C. Relevância das variáveis não linguísticas. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- RAMOS, A. P. *Descrição das vogais postônicas não finais na variedade do noroeste paulista*. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2009.
- SANTANA, J. C. D. A síncope das proparoxítonas na fala da comunidade de Matinha. *Zephyrus: Caderno de Iniciação Científica Discente-DLET-UEFS, Feira de Santana*, v. 2, n. 2, p. 30-41, 2008.
- SELKIRK, E. The Syllable. In: HULST, H. v. d.; SMITH, N. *The structure of phonological representations*. Dordrecht: Foris, 1982. p. 337-384.
- SILVA, A. P. *Supressão da vogal postônica não-final: uma tendência das proparoxítonas na língua portuguesa com evidências na fala sapeense*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.



PARTE III  
**DE LESTE A OESTE**



ELIAS DE SOUZA SANTOS  
JÉSSICA CARNEIRO DA SILVA

## **“A Chapada que eu gosto dela”: as construções relativas no português falado em Seabra (BA)**

### **Nótulas iniciais**

As construções relativas (daqui por diante CRel), nas gramáticas (BECHARA, 2006; CUNHA; CINTRA, 1986), são caracterizadas pela introdução de elementos denominados genericamente de pronomes relativos, os quais se conectam a um sintagma nominal presente noutra oração. À face disto, as CRel são orações que modificam o antecedente a que estão correlacionadas por meio do pronome relativo (PR), podendo este nexos ser restritivo ou explicativo (cf. Seção 2).

Em síntese, uma CRel implica o movimento sintático do constituinte relativo para uma posição periférica da oração deixando, de tal modo, um vestígio em seu lugar de origem. Essa exposição do movimento do constituinte, ou melhor posto, de um movimento *-Wh*, explica aquilo que acontece na estratégia de relativização padrão, ou ainda dita canônica, aquela prescrita pela tradição gramatical. Conquanto, há evidências empíricas que atestam a significativa importância, ora na escrita ora na oralidade, de estratégias não-padrão de relativização, também ditas não-canônicas, que diferem daquela primeira por eliminar a preposição de constituintes preposicionados quando estes são movidos, na oração, para uma localização periférica.

Considerando os indicativos que mostram a existência de uma mudança em curso no que diz respeito às estratégias de relativização (TARALLO, 1983) pretende-se, com este texto, analisar as construções mais acessadas pelos falantes de uma comunidade interiorana da Bahia, Seabra (devidamente apresentada na seção 4). Tendo em conta que os sujeitos do sexo masculino e feminino, com idades entre 18 a 60 anos e níveis de escolaridade fundamental, médio e universitário envolvidos no estudo praticamente já estabilizaram sua gramática adulta, é de se esperar que os resultados alcançados com eles possam dar conta da mudança em curso concernente às estratégias de relativização.

Logo, destas proposições expressas nos parágrafos anteriores, extraíram-se os objetivos deste estudo, quais sejam: 1. atestar as estratégias de relativização usadas na comunidade investigada; 2. identificar os condicionamentos sociais e; 3. comparar os resultados obtidos com os de outros estudos.

Com efeito, as perguntas de partida que delineiam as próximas seções deste presente capítulo são: 1. Quais as estratégias de relativização mais frequentes no *corpus* de estudo? 2. Como analisar esses dados em relação às restrições universais para a construção de orações relativas, de acordo com estudo de Keenan e Comrie (1977; COMRIE; KEENAN, 1979)? 3. Haverá marcações distintas no desempenho dos falantes com nível de escolaridade fundamental, médio e universitário quanto às construções relativas? 4. Seria o sexo e a faixa etária do falante um fator atuante no uso variável das orações relativas na comunidade de fala investigada? A seguir apresentam-se a caracterização das construções relativas.

## **Caracterização das construções relativas**

O tema das CRel tem sido amplamente discutido no português brasileiro (PB), quer numa abordagem diacrônica (COHEN, 1990; JESUS, 2002; TARALLO, 1983), quer numa abordagem sincrônica. (KATO, 1993; LEMLE, 1978; RIBEIRO, 2009; SILVA, 2018) Sem grandes pormenores, no que tange às CRel não-padrão, estes estudos centram-se 1. na ausência de preposição que acompanha o relativo, 2. nas relativas argumentais preposicionais e de adjunto, 3. nas possibilidades de as construções apresentarem pronome lebrete, e 4. no estatuto gramatical do relativizador QUE.

Sincronicamente, os estudos têm se dedicado a estabelecer comparações entre a variedade culta do PB e a do português europeu (PE), bem como entre distintos dialetos regionais do PB, em *corpus* e *corpora* de fala e de escrita, estratificados de forma sociodemográfica. (CORRÊA, 1998, 1999; KATO, 1981; KATO; RAPOSO, 1996; LEMLE, 1978; RIBEIRO, 2009; SILVA, 2018) Diacronicamente, os estudos voltam-se para as mudanças ocorridas no PB. (JESUS, 2002; SILVA, 2011; TARALLO, 1983, 1993a, 1993b)

Tais pesquisas informam que as CRel são um tipo de subordinação introduzidas pelos denominados pronomes relativos que, geralmente, modificam uma expressão nominal antecedente, mas que também podem modificar uma oração. Dito de outra maneira, identifica-se como uma oração subordinada que modifica um nome ou um

sintagma nominal (SN) na sentença matriz a qual se relaciona. A esse SN dá-se o nome de antecedente ou núcleo.

No que diz respeito às propriedades gerais das CRel, pode-se dizer destas: 1. serem iniciadas por um constituinte que contém necessariamente um elemento pronominal que irá garantir a relação de subordinação, bem como retomar, na CRel, o grupo nominal; 2. podem ser do tipo restritivas ou não-restritivas (ou ainda, explicativas ou apositivas) e; 3. são classificadas tipologicamente por meio de distintas estratégias de relativização. A fim de melhor compreender estas propriedades que se vejam os exemplos (1a-d).<sup>1</sup>

- (1) a. INF: Quando é um cunhido [QUE ele tá bebendo], pidino aquela pinga pá beber. [INF2.F2.H.F]<sup>2</sup> (Resumptiva)
- b. INF: O asfalto, assim, pelo menos o daqui da rua [QUE eu vejo] quando chove fica lama, as pessoas tem que saltar pra não pisar em água, esgoto, essas coisas. [INF1.F1.H.F] (Neutra)<sup>3</sup>
- c. Eu acho que inda falta muito, mas apesar da situação [EM QUE a gente vive] é... o Brasil e a cidade ela tá crescendo. [INF4.F2.H.M] (*Pied-piping*)
- d. São Paulo naquele tempo era uma São Paulo [QUE dava até pra viver], mais daqui pra lá era muito sofrimento. [INF2.F2.H.F] (Cortadora)  
(SANTOS, 2018)

As CRel (1a) e (1b) se caracterizam como relativas não preposicionadas, elas se apresentam em contexto de covariação (SILVA, 2018), em que a estratégia neutra (LUCCHESI, 2015), isto é, com lacuna de sujeito (SU) e de objeto direto (OD), intercambia-se, no mesmo contexto, com a estratégia resumptiva, ou ainda dita relativa com lembrete. Já as CRel (1c) e (1d) se caracterizam como relativas preposicionadas, apresentando, segundo (SILVA, 2018), um outro contexto covariável em que a estratégia padrão, denominada na tradição gramatical de *pied-piping*, intercambia-se com a estratégia cortadora.

Em (1a) e (1c), as orações relativas restringem e delimitam o significado do antecedente, singularizando-as como restritivas, já em (1b) e (1d) as relativas explicam e esclarecem melhor o termo antecedente ao qual se refere, identificando-as como explicativas. Vale lembrar que as CRel podem exibir diferentes funções sintáticas e que tais funções podem, ora ser restritivas, ora ser explicativas, bem como podem apresentar nas línguas restrições universais como se verá na seção 3.

1 Esses exemplos foram extraídos do *corpus* analisado neste capítulo.

2 Códigos utilizados para a identificação dos informantes: INF2 para a ordem do informante, F2 para a faixa etária em que se encontra, H para o sexo e F para o nível de escolaridade).

3 Taxonomia utilizada por Lucchesi (2015) e adotada neste estudo para as relativas com lacuna de sujeito e de objeto introduzidas por um relativizador neutro QUE.

## Construções relativas e restrições universais

Keenan e Comrie (1977) e Comrie e Keenan (1979), por meio de resultados obtidos da análise de dados extraídos de inúmeras línguas, de distintas famílias linguísticas, definem restrições universais para a construção de orações relativas, verificando, comumente, quatro estratégias de relativização bastante usuais nas línguas investigadas, quais sejam: 1. a estratégia da lacuna (*gap*); 2. a da retenção pronominal (*pronoun-retention*); 3. a do pronome relativo (*relative pronoun*) e; 4. a de não-redução (*non-reduction*) (cf. exemplos ilustrados em (1) anteriormente).

Os autores, em estudo de 1977, propõem a *accessibility hierarchy* (hierarquia da acessibilidade, doravante HA) das funções sintáticas relativizáveis, ilustrada em (2), com o intuito de apreender uma tipologia das possibilidades de relativização.

(2) SU > OD > OI > OBL > GEN > OCOMP

A HA de funções sintáticas relativizáveis em (2) evidencia o fato de que a depender da língua a relativização se torna mais difícil e mais restrita tipologicamente, ou melhor dito, observando na HA, da direita para a esquerda, vê-se que posições mais à esquerda são mais acessíveis a serem relativizadas do que aquelas postas à direita. Línguas que apresentam mais de uma estratégia, como o português, podem fazer uso de uma estratégia primária para posições mais altas (como as de SU e OD) ou uma estratégia secundária para baixo na hierarquia, a exemplo dos casos de complemento oblíquo. Vale reiterar que as línguas não têm atestado o inverso.

A relativização da posição de SU é tida como primária porque todas as línguas que fazem uso de uma CRel inevitavelmente relativizam o SN nessa função. Se se conseguem relativizar o nível mais alto da escala (objeto de comparação), estas línguas em especial conseguem relativizar todos os níveis antecedentes na escala, em virtude de, sob condições normais, a transposição de ponto de a HA não poder ser realizável. À face da HA, Keenan e Comrie (1977) propõem algumas restrições: 1. todas as línguas apresentam uma estratégia de relativização primária que, minimamente, pode ser aplicada ao sujeito; 2. outras estratégias não primárias em qualquer ponto da HA podem ser aplicadas; 3. quaisquer estratégias devem se aplicar, na HA, a um segmento contínuo; 4. qualquer estratégia pode deixar de ser aplicada em qualquer ponto da HA, excetuada aquela que licencia a posição relativizada por um pronome, uma vez que essa se inicia e segue em direção ao último nível da hierarquia que é realizável na língua em foco; 5. se se deixa uma lacuna na HA, as estratégias com lacunas podem ser promovidas a posições a partir das quais elas se tornam relativizáveis.

Para Cristofaro (2003, p. 208, tradução nossa), a proposição original da HA de Keenan e Comrie (1977) “[...] está sustentada na facilidade psicológica da compreensão. Quanto mais baixa está uma função na Hierarquia da Acessibilidade, mais difíceis de serem entendidas são as orações relativas formadas com base nessa função”. Dito de uma outra maneira, se

o falante consegue processar CRel com uma função menos acessível, ele será ainda mais capaz de processar CRel formadas por funções mais acessíveis. Ante o exposto, na póstera subseção, apresentam-se as estratégias de relativização atestadas no PB.

### Estratégias de relativização no PB

Tarallo (1983), em sua tese de doutorado *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*, identificou três estratégias de relativização no PB: a padrão “*pied-piping*”, a estratégia resumptiva e a estratégia cortadora, de acordo com os exemplos a seguir.

- (3) a. INF: Na região não será possível, no curso [NO QUAL eu me formei], mais quem sabe no futuro eu, sim, eu pretendo um dia fazer alguma coisa nesse sentido. [INF6.F2.H.S] (*pied-piping*)
- b. INF: Foi uma das melhores escolas [QUE eu estudei nela]. [INF9.F1.M.M] (Resumptiva)
- c. INF: Eu gosto muito das profissões da área da educação, por exemplo, a psicopedagogia ou a neuropsicopedagogia, são duas [QUE eu gosto bastante]. [INF11.F1.M.S] (Cortadora)

(SANTOS, 2018)

Os resultados de seu estudo indicaram que a estratégia cortadora (3c) é a forma preferida dos falantes brasileiros, quando a relativização se dá por meio de adjuntos preposicionados e complementos. Quanto ao uso da estratégia resumptiva (3b), Tarallo chega à conclusão de que os falantes com baixo nível de escolaridade favorecem o uso dos pronomes resumptivos ao passo que a classe média os inibe. Já a classe alta dá preferência à estratégia cortadora em detrimento “do quase morto *pied-piping* [= relativa padrão PP]”. (TARALLO, 1983, p. 252-253), em (3a)

Ribeiro (2009), ao estudar as CRel na fala de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas a partir de inquéritos de 8 informantes das comunidades de Cinzento, Helvécia, Rio de Contas e Sapé, na Bahia, discutiu sobre as relativas restritivas, explicativas, livres ou semilivres, bem como sobre as restrições universais no que concerne ao encaixamento da sentença e às funções sintáticas do PR. Atestou na amostra em estudo quatro estratégias de relativização, a saber: a de lacuna, a cortadora, a lembrete e a *pied-piping*, propondo uma discussão sobre o PR e o complementizador. Chega à conclusão de que a forma *que* foi o único complementizador atestado no *corpus* de análise, para qualquer um dos tipos de relativas com antecedente, bem como verifica que os PRs só se fazem presentes nas relativas livres, sem antecedente expresso.

Lucchesi (2015), em estudo variacionista sobre as orações relativas no português afro-brasileiro, analisou amostras de 28 entrevistas do Acervo de Fala Vernácula do Português Afro-Brasileiro, do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia. Encontrou 1.249 ocorrências, sendo 917 (73%) de “relativas neutras”, com lacuna

de SU e OD (LUCCHESI, 2015, p. 103), 308 (25%) de cortadoras, 15 (1%) de padrão, ou dita, *pied-piping* e 6 (1%) de resumptiva. Desses dados, o autor, chega à conclusão de que o estudo revela a perda de PRs morfologicamente marcados, os quais permitem que as relativas *pied-piping* se tornem o efeito mais evidente do contato entre línguas sobre as estratégias de relativização.

Oliveira e Ribeiro (2015) analisaram dados de construções relativas extraídos de um *corpus* escrito, as *Atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos*, do século XIX, editadas semidiplomaticamente por Oliveira (2006). Levantaram nas atas 678 ocorrências, sendo, 393 destas relativas de sujeito e 163 de objeto direto, ambas do tipo padrão. Depois de rodada ternária as autoras decidiram por realizar outra rodada, desta vez, uma binária, com a qual chegaram as seguintes cifras: 116 ocorrências no total, sendo 91 (78%) de relativas *pied-piping* e 25 (22%) de relativas cortadoras. A partir dos dados dessa rodada binária concluem que, embora a estratégia *pied-piping* tenha sido a que mais prevaleceu na amostra, a cortadora foi favorecida em 1. Estrutura de complementos preposicionados que indica circunstância de tempo (.97) ou com outras funções (.89); 2. Em estruturas apositivas (.85); e 3. Quando o relativo tem função de complemento preposicionado (.80), um comportamento que se assemelha bastante ao PE.

Silva (2018), em sua dissertação de mestrado intitulada *As orações relativas no português falado em Feira de Santana-BA*, analisa, seguindo a Sociolinguística Variacionista, duas amostras de fala do português feirense. O foco de sua investigação foi a covariação entre a *pied-piping* e a cortadora, tendo como *corpus* dados reais de fala extraídos de 24 entrevistas (12 da norma culta e 12 da norma popular) do projeto “A língua portuguesa do semiárido baiano – Fase 3: amostras da língua falada em Feira de Santana-BA”. Buscou responder quais fatores linguísticos e socioculturais atuam no uso variável da relativa cortadora e da *pied-piping* e se havia uma aproximação ou um distanciamento das normas culta e popular no que se refere às relativas.

A autora conclui que os resultados (97% de cortadoras e 3% de *pied-piping*) confirmam a mudança sintática atestada por Tarallo (1983) ao evidenciar uso majoritário da relativa cortadora pelos falantes feirenses tanto na norma culta quanto na norma popular, permitindo constatar que há uma aproximação das normas no português feirense, ratificando o que dizem Lucchesi (2001) e Mattos e Silva (2004) sobre o PB. Na análise, aponta que a variável selecionada como significativa para a realização da cortadora, nas duas normas analisadas, foi a variável linguística *valor semântico do conectivo oracional*. Seu *input* inicial foi de 0,965, que corresponde ao percentual total da regra de aplicação, 96,5% para a variante cortadora. Ressaltou ainda que não houve diferença significativa entre as faixas etárias, os sexos e nem entre as normas investigadas.

Revisou-se, nesta seção, estudos sobre as estratégias de relativização no PB, com o objetivo de compreender o comportamento do fenômeno em variedades distintas do Brasil. Sendo a finalidade deste estudo a apreensão de uma dessas variedades, que se apreciem, na próxima seção, uma sinopse dos aspectos históricos, socioculturais, geoambientais e demográficos da comunidade de fala elegida para este estudo.



## Finalmente, a comunidade de fala: Seabra

A amostra de fala utilizada neste estudo foi recolhida no município de Seabra ( $-12\ 41876^\circ$  de latitude e  $-41\ 76820^\circ$  de longitude), cidade brasileira localizada na região Nordeste do Brasil, com uma altitude de 812,93 m e uma área de 2.402,17 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 44.234 pessoas. (SEABRA, 2010)

A ocupação da região se deu em meados do século XVIII, quando floresciam as minas de extração aurífera em Jacobina e Rio de Contas. É junto a esse cenário que Seabra começa a se constituir, com o *status* de povoamento de Cochó do Pega, isto é, de núcleo, distante da sede Vila Campestre, “tendo florescido após a construção da ponte de madeira sobre o rio Cochó, fruto da estrada imperial”. (ROLO, 2010, p. 97) Nas margens do rio, eis que surgem diversas casas de palha e taipa construídas por aventureiros e que abrigavam tropeiros e garimpeiros, atraídos pelas divulgações da presença de ouro e diamante em Rio de Contas.

Com a instabilidade política da vila campestre, em 27 de agosto de 1915, Cochó do Pega passa a ser a sede, com a publicação da Lei Estadual nº 1.126-A. “No ano de 1931, a cidade de Doutor Seabra teve o seu topônimo simplificado para Seabra, por força dos Decretos estaduais nº 7455 de 23 de junho e 7.479 de 8 de julho do mesmo ano”. (ROLO, 2010, p. 97)

Hoje Seabra é um município bastante conhecido no cenário regional por sua variedade de serviços, por suas atividades econômicas e por sediar alguns órgãos estaduais e federais. A taxa de alfabetização da população com 10 anos ou mais era de 85,40%, ao passo que o percentual de pessoas com 25 anos ou mais com nível universitário era de 3,71%. (SEABRA, 2010) Partindo desse breve relato, apresentam-se os pressupostos teórico-metodológicos do estudo, com o objetivo de anotar alguns fundamentos da teoria da variação e mudança e os procedimentos técnicos adotados para a coleta e manipulação estatística dos dados.

## Aporte teórico-metodológico

O quadro teórico no qual se fundamenta o estudo é o da teoria da variação e da mudança, cujo axioma assumido é o de que a língua é um sistema heterogêneo ordenado, isto é, ao passo que ela possui uma estrutura é, também, dotada de variabilidade, um sistema que carrega consigo regras, tanto categóricas quanto variáveis, condicionadas por fatores intrassistêmicos e extrassistêmicos. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]).

A fim de verificar como os fatores extrassistêmicos como sexo, faixa etária e escolaridade condicionam o uso das CRel no português falado em Seabra, no interior baiano, foi constituída uma amostra com 405 de construções relativas de 12 informantes que integram amostra do banco de dados do projeto “Se abra à Chapada: coletando, explorando e mapeando dados sociolinguísticos”, sediado no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *campus* XXIII, Seabra.

Depois de levantadas na amostra, as ocorrências de CRel (com núcleo) foram tabuladas em uma planilha de Excel e submetidas aos procedimentos estatísticos a partir da plataforma Rstudio. No levantamento dos dados foram observados dois contextos de covariação (SILVA, 2018), ou melhor dito, duas variáveis dependentes, a primeira constituída de relativas não preposicionadas e a segunda de relativas preposicionadas, variável de maior interesse no estudo. Na seção 6, a seguir, faz-se uma apresentação geral das estratégias de relativização atestadas na comunidade em estudo, observando as construções relativas usadas pelos informantes do sexo masculino e feminino, com idades entre 18-35 (Faixa I) e 43-60 (Faixa II),<sup>4</sup> com níveis de escolaridade fundamental, médio e universitário.

## As construções relativas no português falado em Seabra

Os dados da Tabela 1 ilustram os tipos de estratégias de relativização atestadas na amostra em análise.

Tabela 1 – Proporções das construções relativas no português falado em Seabra, Bahia

AMOSTRA	ESTRATÉGIA			FREQUÊNCIA GERAL
		N	%	
Relativas não preposicionadas	Neutra	264	65	271
	Resumptiva	7	2	
Relativas preposicionadas	<i>Pied-piping</i>	19	5	134
	Cortadora	115	28	
TOTAL		405	100	405

Fonte: elaborada pelos autores.

As estratégias neutras,<sup>5</sup> isto é, relativizações com lacuna de SU e OD, aparecem em uma cifra majoritária (65%) de relativas em detrimento das demais estratégias. Não era de se esperar que o resultado fosse outro diante do número expressivo de relativas de SU e OD (KEENAN; COMRIE, 1977), funções que só podem variar com as resumptivas, as que exibiram uma menor frequência na amostra.

- 
- 4 Na distribuição por faixa etária, optou-se pela eleição de faixas descontínuas, com intervalo de 8 anos entre as mesmas, permitindo uma melhor visualização das células etárias. Vale reiterar que não foi possível inserir uma faixa etária intermediária na amostra em estudo, dado que o *corpus* aqui utilizado se trata de uma sub-estratificação de uma amostra maior de dados, que ainda está por se constituir e fora interrompida pelo contexto social pandêmico que se tem enfrentado, o da covid-19.
- 5 Terminologia adotada por Lucchesi (2015, p. 16) para as relativas com lacuna de SU e OD.

Apresenta-se, no Quadro 1, a distribuição das ocorrências de relativas de acordo com a variável *função sintática do pronome relativo* verificada no processamento estatístico dos dados, com a finalidade de se observar quais são as posições mais acessíveis à relativização. Elencou-se esta variável com o objetivo de observar a relação entre os dados apresentados, as propriedades/restrições universais das línguas e a hierarquia de acessibilidade proposta por Keenan e Comrie (1977). A hipótese aventada foi a de que o português falado em Seabra apresentasse as funções sintáticas de SU e de OD como aquelas mais acessíveis no processamento de uma CRel, justificando assim o uso majoritário da estratégia neutra ou com lacuna, assim como apontado por Keenan e Comrie (1977) para as línguas naturais.

Quadro 1 – Função sintática do pronome relativo

FUNÇÃO SINTÁTICA DO PR	N	%
Sujeito	165	41
Objeto Direto	105	26
Adj. Adv. Locativo	54	13
Oblíquo	43	11
Adj. Adv. Tempo	30	7
Adj. Adverbial	5	1,3
Complemento Nominal	2	0,5
Objeto Indireto	1	0,2
TOTAL	405	100

Fonte: elaborado pelos autores.

Ao hierarquizar a proporção de CRel na HA, no que diz respeito à função sintática relativizada pelo PR e com base no resultado exposto no Quadro 1, os dados da comunidade em estudo apresentaram a seguinte hierarquia:

$$(4) \text{ SU (41\%)} > \text{OD (26\%)} > \text{LOC (13\%)} > \text{OBL (11\%)} > \text{ADJ.ADV.TEM (7\%)} > \text{ADJ.ADV (1,3\%)} > \text{COMPL. NOM (0,5\%)} > \text{OI (0,2\%)}$$

Assim como observado pelos estudos de Ribeiro e Figueiredo (2009) e Silva (2018), esperava-se que nas posições sintáticas mais usuais a relativização das funções não preposicionadas seriam as de SU e OD, seguidas das preposicionadas, fato observado nos dados analisados. A partir da proposta de uma hierarquia de acessibilidade para o português falado em Seabra em (4), percebeu-se que as funções mais relativizadas na amostra são as de SU e OD para as posições mais à esquerda da HA, confirmando a hipótese aventada e sua relação com as restrições universais das línguas no processamento de CRel. O português falado na comunidade em estudo apresenta estratégias

de relativização primárias, aplicadas ao SU e ao OD, assim como em todas as línguas. (KEENAN; COMRIE, 1977)

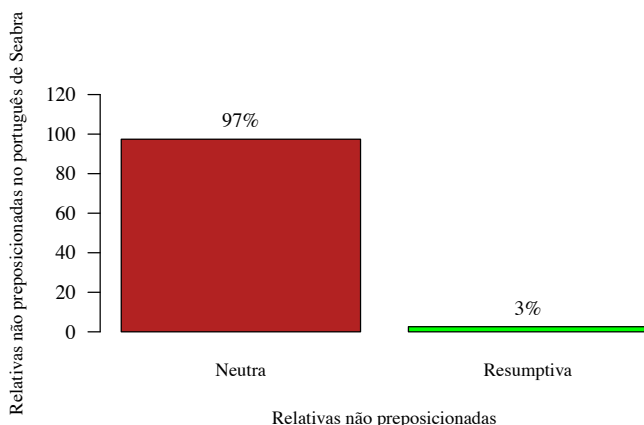
Em seguida, nota-se que as posições relativizadas são as de adjunto adverbial locativo, as de oblíquo, as de adjunto adverbial de tempo, as de adjunto adverbial, as de complemento nominal e as de objeto indireto todas mais à direita da HA, correspondentes às funções relativizadas nas construções preposicionadas.

Depois de obtidos estes dados gerais, verificou-se a relevância dos condicionantes sociais (sexo, faixa etária e escolaridade) para cada variável dependente, aquela constituída de relativas não preposicionadas e aquela de relativas preposicionadas, que se vejam os resultados nas subseções seguintes 6.1 e 6.2.

### Construções relativas não preposicionadas

Esta subseção centra-se na proporção das construções relativas de termos não preposicionados, observando os condicionantes sociais significativos para a amostra. O Gráfico 1, a seguir, mostra a distribuição geral das CRel não preposicionadas usadas na comunidade em estudo.

Gráfico 1 – Proporção das relativas não preposicionadas



Fonte: elaborado pelos autores.

Observa-se, no Gráfico 1, uma frequência de uso expressiva de relativas neutras (5) em detrimento da resumptivas (6), as menos frequentes na amostra.

- (5) INF: As pessoas [QUE tem condições] leva vantagem dos que não tem. [INF1.F1.H.F]
- (6) INF: Não tem negóço de, é eu tem uma fia mehmo [QUE ela saiu daqui com doze anos]. [INF2.F2.H.F]

Estes números estão em conformidade com os estudos de Burgos (2003), Lucchesi (2015) e Silva (2018). Isso ocorre porque o uso das relativas neutras se dá de forma generalizada nas comunidades e nas demais variedades do português, por ser introduzida por um relativizador neutro que não apresenta marcas morfológicas, o PR *que*. Já a resumptiva, talvez, apareça com menos frequência porque, de acordo com Tarallo (1983), são estigmatizadas socialmente. Apresenta-se, na Tabela 2, a distribuição dos grupos de fatores sociais controlados e sua significância, obtida por meio do teste *Chi-squared* ( $\chi^2$ ).

Tabela 2 – Significância das variáveis sociais

VARIÁVEIS		NEUTRA		RESUMPTIVA		SIGNIFICÂNCIA VALOR-P
		N	%	N	%	
SEXO	Masculino	123	96	5	4	0,2679
	Feminino	141	99	2	1	
FAIXA ETÁRIA	18-35	43	93	3	7	<2.2e-16
	43-60	221	98	4	2	
ESCOLARIDADE	Fundamental	154	97	4	3	<2.2e-16
	Médio	50	94	3	6	
	Universitário	60	100	0	0	

Fonte: elaborada pelos autores.

Os dados delineiam a significância dos fatores sociais para o uso das CRel de termos não preposicionados. Quanto ao sexo, esperava-se que as mulheres relativizassem as estratégias resumptivas com maior frequência de uso em relação aos homens, no português falado em Seabra, levando em consideração o postulado laboviano sobre o efeito variável *sexo*. Labov (2001) indica que nas mudanças em que há consciência social (*changes from above*) durante o uso linguístico, as mulheres usam mais as variantes de prestígio do que os homens. Por outro lado, em mudanças sem consciência social (*changes from below*), são também as mulheres que apresentam frequências mais altas de formas inovadoras. Com efeito, a variável *sexo* não foi significativa para a amostra em estudo, não atestando a hipótese aventada.

De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]), a faixa etária é uma variável que fornece indícios para: 1. uma competição equilibrada entre variantes na realização de um determinado fenômeno, o que se chama de variação estável; ou 2. uma mudança em progresso, quando a faixa etária jovem lidera o uso de uma das variantes, fazendo com que uma delas se sobressaia. Tal variável se mostrou significativa na amostra, no entanto, não se confirmou totalmente a hipótese aventada, de que os mais jovens tenderiam ao uso de CRel mais inovadoras como as resumptivas e, os mais velhos, de CRel canônicas como as neutras, com base nos estudos de Burgos (2003) e Lucchesi (2015). Verificou-se um equilíbrio entre as faixas etárias, validando a competição equilibrada entre as variantes das CRel de termos não preposicionados e que o uso dessas construções é generalizado na comunidade, independentemente da idade do informante.

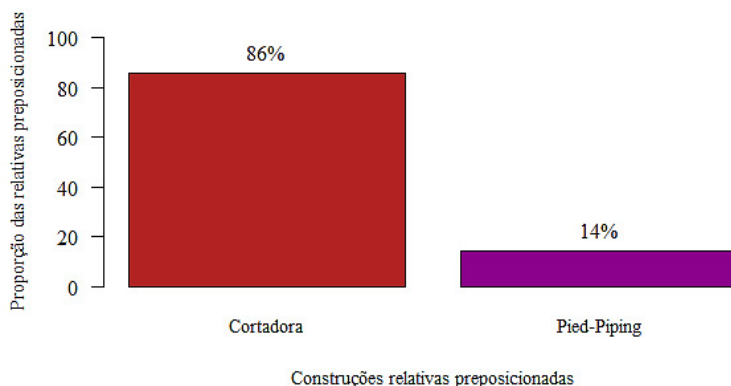
Para as CRel de termos não preposicionados, levantou-se a hipótese de que as relativas neutras seriam realizadas por falantes de todos os níveis de escolaridade, por constituir uma relativização de maior acessibilidade nas posições encaixadas de SU e OD e ser uma estratégia introduzida pelo relativizador neutro *que*, sem marcas morfológicas. (LUCCHESI, 2015) De mesmo modo, esperava-se que as estratégias resumptivas seriam mais encontradas na fala dos informantes dos níveis fundamental e médio, por serem consideradas estratégias “marginais que os falantes têm ao seu dispor” (ALEXANDRE, 2000, p. 154), mas com um baixo número de ocorrências, assim como já visto em outros estudos sobre o tema. (BURGOS, 2003; LUCCHESI, 2015; SILVA, 2018; TARALLO, 1983)

A esse respeito observou-se que os falantes com nível fundamental, médio e universitário de escolaridade fazem uso da estratégia neutra indiscriminadamente, legitimando a primeira hipótese apresentada. Não obstante, os dados também permitiram validar a segunda hipótese de que os informantes do ensino fundamental e médio tenderiam a fazer maior uso das estratégias resumptivas ainda que os dados apresentem baixa frequência de uso. Fez-se necessário, também, verificar a atuação das variáveis sociais nas relativas de termos preposicionados, como se verá na póstera subseção.

### Construções relativas preposicionadas

Esta subseção foca na proporção das construções relativas de termos preposicionados, observando os condicionantes sociais significativos para o *corpus* em análise. O Gráfico 2, a seguir, mostra a distribuição geral das CRel preposicionadas usadas na comunidade em estudo.

Gráfico 2 – Proporção das relativas preposicionadas



Fonte: elaborado pelos autores.

A distribuição das relativas de funções preposicionadas no gráfico se relaciona com a hipótese proposta por Tarallo (1983) quando aponta que houve uma mudança no quadro sintático do PB. Ele reitera que, com a segunda metade do período novecentista,

houve uma elevação nos índices de uso da cortadora e uma queda, quase que um desuso, da *pied-piping*. Outros estudos também verificaram esta assertiva. (BISPO, 2009; BURGOS, 2003; RIBEIRO, 2009; SILVA, 2018) A amostra do português falado em Seabra apresentou um percentual bastante significativo de cortadoras (7), o que comprova o fato atestado por Tarallo (1983).

- (7) INF: Eu queria mesmo pedagogia, só que na época [QUE eu fiz o curso] não tinha pedagogia, aí eu escolhi letras. [INF12.F2.M.S]

As relativas *pied-piping* também apresentaram um uso que, de certo modo, se faz expressivo, com 19 ocorrências na amostra, pois os resultados encontrados em outros trabalhos atestam um desuso dessa estratégia. Desses 19 dados, 14 estavam introduzidas pelo PR *onde* (8a), assim como nos dados de Lucchesi (2015). As outras cinco *pied-piping* foram introduzidas com *qual* (8b) e *que* (8c), acompanhadas das preposições *com* e *em*, respectivamente.

- (8) a. INF: Eu tô falando de São Paulo [ONDE eu tenho uns parente que mora lá], eles tem maneira de puxar muito o “i”. [INF6.F2.H.S]  
 b. INF: Eu falei sou formado de formação analista e desenvolvedor de sistema [COM O QUAL eu tenho um sonho de trabalhar] mas não consegui ainda. [INF6.F2.H.S]  
 c. INF: Eu acho que inda falta muito, mas apesar da situação [EM QUE a gente vive], o Brasil e a cidade ela tá crescendo. [INF4.F2.H.M]

Vale reiterar que os dados do PR *onde* foram interpretados como pronomes introdutores de relativas *pied-piping*, considerando que, as gramáticas normativas (BECHARA, 2006; CUNHA; CINTRA, 1986) o concebem como um advérbio pronominal relativo que já traz incluso em seu significado uma preposição (*onde* = *em que*) e, portanto, pode vir introduzindo relativas preposicionadas deste tipo, mesmo sem ter explícita a preposição, já que esta está morfologicamente marcada no PR.

Em dados do português afro-brasileiro, Lucchesi (2015) encontrou 15 ocorrências de relativas *pied-piping*. Todas as relativas foram construídas com o relativizador *onde*. Os resultados apontaram 1. a relação de relativas *pied-piping* com pronomes relativos morfologicamente marcados; 2. que o único pronome relativo marcado morfologicamente em relativas com antecedente nas variedades vernáculas do PB foi o *onde*, e; 3. o emprego do *onde* está longe de ser a estratégia preferencial no português afro-brasileiro, pois, nas 89 ocorrências de relativas extraídas de posições locativas, só 15 (17% do total) foram feitas com *onde*, contra 74 com o relativizador neutro *que* (83% do total).

Ao considerar essa terceira afirmativa e observando os resultados deste estudo, pode-se dizer que a *pied-piping* introduzida pelo pronome *onde* é a estratégia *pied-piping*

preferencial do português falado em Seabra, diferente do português afro-brasileiro que introduz essa construção, majoritariamente, com o PR *que*.

Lucchesi (2015) afirma ainda que as relativas *pied-piping*, totalmente ausentes na fala dos segmentos sociais mais marginalizados socioeconomicamente (exceto as construções com *onde*), ainda seriam encontradas no desempenho dos falantes ditos cultos, em decorrência da ação da escola. (CORRÊA, 1999) Exibe-se, na Tabela 3, a distribuição dos grupos de fatores sociais controlados e sua significância, obtida por meio do teste *Chi-squared* ( $2^2$ ).

Tabela 3 – Significância das variáveis sociais

VARIÁVEIS		CORTADORA		PIED-PIPING		SIGNIFICÂNCIA VALOR-P
		N	%	N	%	
SEXO	Masculino	60	81	14	19	0,641
	Feminino	55	92	5	8	
FAIXA ETÁRIA	18-35	26	93	2	7	<4.234e-09
	43-60	89	84	17	16	
ESCOLARIDADE	Fundamental	69	97	2	3	<1.021e-08
	Médio	23	88	3	12	
	Universitário	23	62	14	38	

Fonte: elaborada pelos autores.

Os dados descrevem a significância dos fatores sociais para o uso das CRel de termos preposicionados. De tal modo, ao considerar que o fenômeno da relativização se configura como uma mudança sem consciência social e interna à variedade em uso, esperava-se que as mulheres relativizassem as estratégias cortadoras com maior proporção do que os homens no português falado em Seabra, Bahia. Não obstante, caso fosse atestado o uso de relativas padrão *pied-piping* no *corpus* de análise, acreditava-se que houvesse taxas mais altas dessa variante de prestígio na fala dos homens, apresentando, assim, um comportamento conservador e conformista. Com efeito, a variável *sexo* não foi significativa para a amostra em estudo, o que corroborou para que a hipótese, não sendo significativa, tenha menor probabilidade de condicionar o uso da variante inovadora.

No que concerne à faixa etária, esperava-se que as CRel mais inovadoras estivessem presentes na fala dos informantes mais jovens, favorecendo o uso das relativas cortadoras. Em contrapartida, lançou-se a hipótese de que a fala dos informantes mais idosos apresentassem uma maior proporção das estratégias *pied-piping*. Isso daria margens para uma mudança em progresso ou poderia indicar que a mudança sintática já tenha sido implementada, no que diz respeito às construções relativas do português falado em Seabra, Bahia. Ao verificar os dados nota-se que, no que diz respeito à faixa etária,

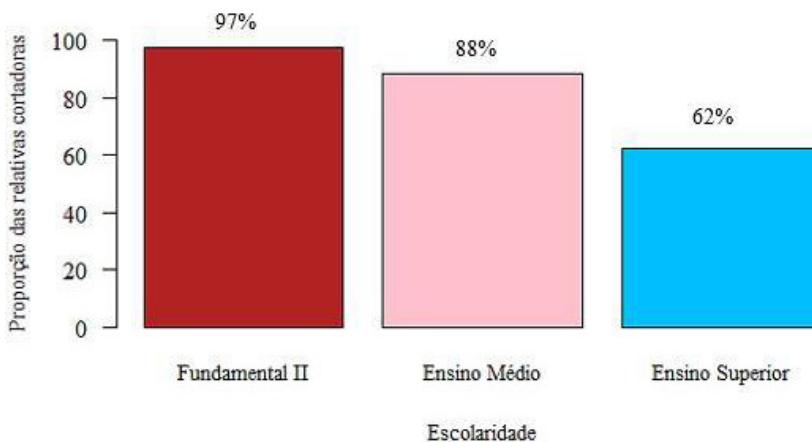


a cortadora é a mais processada em qualquer faixa etária, com 93% na Faixa I e 84% na Faixa II, já a *pied-piping* foi realizada na Faixa I com 7% e na Faixa II, 16%. Os dados de cortadora refutam a primeira hipótese, em termos percentuais, em detrimento da segunda hipótese que se confirma, demonstrando o comportamento conservador dos falantes mais velhos.

No que diz respeito à escolaridade, estudos têm demonstrado que quanto mais os falantes avançam em níveis de escolaridade, eles tendem a adquirir as relativas ditas canônicas, a exemplo das *pied-piping*, como aponta Brito e Duarte (2003) ao tratar de dados do PE. Tendo em vista que a escola pode atuar como um fator relevante na aquisição dessa estratégia, assumiu-se a hipótese de que as relativas *pied-piping* encontradas na amostra seriam mais produzidas pelos informantes do nível mais alto de escolaridade, aqueles com o nível universitário completo, assim como atestado nos estudos de Silva (2018) sobre as normas culta e popular do português falado em Feira de Santana, Bahia.

Para as relativas cortadoras (com ou sem correferente pronominal), esperava-se que elas estivessem presentes nos três níveis de escolarização, observando um decréscimo do seu uso ao passo que o nível de escolarização fosse aumentando. Ao observar os dados da Tabela 3, nota-se que as hipóteses apresentadas foram confirmadas. Apresenta-se, no Gráfico 3, a proporção de uso da cortadora considerando a variável *escolaridade*.

Gráfico 3 – Proporção de uso da cortadora



Fonte: elaborado pelos autores.

Com o Gráfico 3, observa-se que o fator escolaridade, de fato, contribui para a recuperação da estratégia *pied-piping* pois, ao passo que o nível de escolaridade se eleva, a recorrência da forma padrão preposicionada também se eleva, o que, porventura, reflete no decréscimo do uso de relativas cortadoras. Esses achados estão com consonância com as considerações de Corrêa (1998, 1999), Brito e Duarte (2003) e Lucchesi (2015).

## Considerações finais e perspectivas para estudos futuros

Este estudo se propôs a realizar uma análise descritiva sobre as construções relativas no português falado em Seabra, Bahia, com a finalidade de inventariar maiores informações a respeito do fenômeno da relativização no quadro sintático do português baiano. Após, os resultados encontrados foram comparados com estudos que pesquisaram sobre o mesmo fenômeno em outras variedades do português falado na Bahia: Lucchesi (2015), sobre o português de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas de diferentes regiões do interior do Estado (Rio de Contas, Sapé, Cinzento e Helvécia); e Silva (2018), sobre o português de Feira de Santana, considerando as normas culta e popular.

Ao descrever sobre a relativização no português de Seabra, Bahia, localizada no coração da Chapada Diamantina, esta análise confirma a generalização do fenômeno na variedade estudada, assim como atestado em outras variedades do português baiano. Com relação as variáveis sociais analisadas, os resultados apontam que a Faixa Etária e a Escolaridade são fatores relevantes na aquisição, no processamento e no uso das estratégias de relativização, principalmente daquelas que relativizam uma posição preposicionada. Ao passo que os informantes aumentam sua idade e seu nível escolar, mais relativas preposicionadas são encontradas em seu vernáculo, tanto no que se refere as cortadoras quanto as *pied-piping*, já que são construções que sofrem influência da educação escolar e das exigências acadêmicas e/ou formais que esses espaços demandam.

Para melhor compreender o fenômeno e seu encaixamento linguístico no português falado em Seabra, é necessário que um estudo futuro que contemple uma análise das variáveis linguísticas, tais como: a função sintática do antecedente, tipo da oração relativa, natureza semântica do antecedente, valor semântico do conectivo oracional, entre outras. Acredita-se que uma análise sobre o encaixamento linguístico do fenômeno nesta variedade possa apontar conclusões que reafirmem a implementação da mudança no quadro sintático do PB (TARALLO, 1983) e do português falado na Bahia, no que cerne ao fenômeno da relativização.

## Referências

- ALEXANDRE, N. M. P. *A estratégia resumptiva em relativas restritivas do português europeu*. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica - Sintaxe) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BRITO, A. M.; DUARTE, I. Orações relativas e construções aparentadas. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. Parte IV. p. 273-913.
- BURGOS, E. *Estratégias de uso das relativas em uma comunidade de fala afro-brasileira*. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

COHEN, M. A. *Syntactic Change in Portuguese: Relative clauses and the position of the adjective in the Noun Phrase*. 1990. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

COMRIE, B.; KEENAN, E. L. Noun Phrase Accessibility Revisited. *Language*, [New York], v. 55, n. 3, p. 649-664, 1979.

CORRÊA, V. R. Aprendendo a relativa padrão na escola. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 36, p. 71-83, 1999.

CORRÊA, V. R. *Oração relativa: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil*. 1998. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

CRISTOFARO, S. *Subordination*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

JESUS, L. R. *O relativo CUJO em documentos do século XIX*. 2002. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

KATO, M. Orações relativas: variação universal e variação individual no português. In: SEMINÁRIO DO GEL, 1981, Ribeirão Preto. *Anais [...]*. São Paulo: GEL, 1981. v. 5. p. 1-16.

KATO, M. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: KATO, M. A.; ROBERTS, I. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 223-262.

KATO, M.; RAPOSO, E. European and Brazilian word order: questions, focus and topic constructions. In: PARODI, C. et al. (ed.). *Aspects of Romance Linguistics*. Washington, DC: Georgetown University Press, 1996. p. 267-277.

KEENAN, E. L.; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 8, n. 1, 1977, p. 63-99.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: Social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

LEMLE, M. *Heterogeneidade dialectal: um apelo à pesquisa*. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro: 1978.

LUCCHESI, D. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-130, 2001.

LUCCHESI, D. Contato entre línguas e mudança linguística: as orações relativas no português afro-brasileiro. In: FIGUEIREDO, C.; ARAÚJO, E. (org.). *Diálogos com Ribeiro: sobre gramáticas e história da língua portuguesa*. Salvador: Edufba, 2015. p. 77-119.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

OLIVEIRA, J.; RIBEIRO, I. Estratégias de relativização em atas de afro-brasileiros do século XIX. In: FIGUEIREDO, C.; ARAÚJO, E. (org.). *Diálogos com Ribeiro: sobre gramáticas e história da língua portuguesa*. Salvador: Edufba, 2015. p. 149-173.

OLIVEIRA, K. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. 2006. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

RIBEIRO, I. As sentenças relativas. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A. N.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 185-208.

RIBEIRO, I.; FIGUEIREDO, C. Relativas. In: OLIVEIRA, K. *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: Edufba, 2009. p. 208-240.

ROLO, M. C. T. A. *Apócope das vogais átonas [i] e [u] em duas localidades do Centro Sul Baiano: Beco e Seabra*. 2010. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SANTOS, E. S. *Seabra à Chapada: coletando, explorando e mapeando dados sociolinguísticos*. Seabra: UNEB, 2018.

SEABRA. *IBGE Cidades*, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3qQd5OL>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVA, B. G. S. G. *As estratégias de relativização na escrita de portugueses dos séculos XVI, XVII e XVIII*. 2011. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Mimeografado.

SILVA, J. C. *As orações relativas no português falado em Feira de Santana-BA*. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: KATO, M. A.; ROBERTS, I. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993a. p. 9-106.

TARALLO, F. L. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese* (Estratégias de relativização no português brasileiro). 1983. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade da Pensilvânia, Pensilvânia, 1983.

TARALLO, F. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: KATO, M. A.; ROBERTS, I. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993b. p. 35-68.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006[1968].

DANILO DA SILVA SANTOS BRITO  
JUSCIMAURA LIMA CANGIRANA  
LÉCIO BARBOSA DE ASSIS

## **“Os povo fabrica os remédio”:** padrões de concordância verbal e nominal no português popular de Rio das Rãs

### **Introdução**

A importância da investigação linguística em comunidades rurais quilombolas é sublinhada por Lucchesi (2016, p. 2) quando afirma que “em função do seu isolamento anterior, essas comunidades seriam, assim, verdadeiros arquivos vivos de processos que teriam marcado a história da difusão da língua portuguesa pelo território brasileiro”.

Neste capítulo, busca-se analisar a influência dos fatores sociais na aplicação da regra de concordância verbal e nominal no português popular falado na comunidade quilombola Rio das Rãs. Para tanto, o presente estudo sobre a Concordância Verbal na terceira pessoa do plural (doravante CV) está apoiado nos estudos desenvolvidos por Silva (2000, 2005), nas comunidades de Cinzento e Morrinhos; e o estudo da concordância nominal de número (doravante CN) segue o modelo dos estudos realizados por Andrade (2003), na comunidade de Helvécia; Lemos (2014), na comunidade de Mato Grosso; e Dória (2014), nas comunidades de Mato Grosso, Bananal e Barra dos Negros.

A investigação desses dois fenômenos na comunidade de Rio das Rãs visa fornecer novos dados para a compreensão da realidade sociolinguística do português brasileiro, sobretudo, de comunidades linguísticas do oeste da Bahia.

A comunidade de Rio das Rãs está localizada no município de Bom Jesus da Lapa, no oeste do estado da Bahia, sendo a primeira no Brasil a ser reconhecida como comunidade quilombola pela Fundação Palmares (1996), e sua origem remonta aos processos de exploração e povoamento do Vale do Médio Rio São Francisco. A comunidade sempre chamou atenção por suas histórias, tradições, resistência e lutas pela conquista de seu território e, sobretudo, pela autoafirmação étnico-social de seus moradores. (CARVALHO, 1993, 1995; DUTRA, 2007; SILVA, 2000; SOUZA; ALMEIDA, 1994a, 1994b)

No que se refere à formação étnica e a permanência dos negros no território do Rio das Rãs, a ocupação da região foi feita por um grupo etnicamente diferenciado em um passado não preciso rigorosamente, apontando para a primeira metade do século XIX, de forma que a construção da identidade negra em Rio das Rãs está associada à história de resistência da comunidade no território em que esse grupo social se constituiu cultural, política e simbolicamente. (NOGUEIRA, 2011; SILVA, 2000)

Considerando o perfil social de indivíduos que compartilham, dentro de uma mesma comunidade, semelhantes normas, valores e atitudes em relação à língua, este capítulo propõe analisar como fatores não-linguísticos motivam a variação linguística quanto à aplicação das regras de CV e CN na comunidade de fala estudada.

## Referencial teórico-metodológico

A análise e discussão dos fenômenos variáveis em questão será desenvolvida dentro do quadro teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista. (LABOV, 2008[1972]; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]) A noção variacionista de comunidade de fala é definida por Labov (LABOV, 2008[1972], p. 120-121, tradução nossa) nos seguintes termos:

[a] comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada pelo uso dos elementos da língua, mas sim pela participação em um conjunto de normas compartilhadas. Estas normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso.<sup>1</sup>

Examinando a língua em seu contexto sociocultural, Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]) ressaltaram a importância de se considerar a maneira como variáveis não linguísticas atuam sobre o sistema linguístico.

---

1 “[t]he speech community is not defined by any agreement in the use of language elements, so much as by participation in a set of shared norms. These norms may be observed in overt of evaluation behavior, and by uniformity of abstract patterns of variation which are invariant in respect to particular levels of usage.”

Desde então, os estudos sociolinguísticos de diferentes comunidades de fala, atestando a importância das variáveis sociais na motivação de fenômenos variáveis, consolidam a hipótese defendida por Labov de que “o comportamento linguístico dos indivíduos só pode ser compreendido por meio do conhecimento das comunidades das quais são membros”. (LABOV, 2001, p. 222, tradução nossa)

O estudo a que se dedica este capítulo considera as relações estabelecidas entre a língua e os grupos sociais, onde “as formas da língua são vistas como portadoras de marcas resultantes da interferência de fatores sociais, como *escolaridade, localidade, sexo, profissão*, entre outros”. (MARTELOTTA, 2011, p. 238) Os dados de fala da comunidade de Rio das Rãs evidenciam o quanto fatores não linguísticos podem influenciar o uso de determinadas estruturas, em detrimento de outras que estejam menos associadas à identidade dos falantes.

Os estudos linguísticos em Rio das Rãs foram iniciados pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), *campus* de Bom Jesus da Lapa, dentro do Projeto PIBIC/UFOB 2015, que objetivava analisar o desempenho linguístico de falantes do português popular em comunidades rurais do oeste baiano.

Para tanto, o *corpus* foi constituído por 24 informantes, levando em consideração o seguinte perfil social: sexo/gênero (masculino e feminino), idade (jovens – 25 a 35 anos; adultos – 45 a 55 anos; e idosos – 65 anos ou mais), escolaridade (faixa I – 0 a 2 anos e faixa II – 3 a 5 anos de escolarização), rede de relações sociais (rede local e rede dispersa) e estada fora da comunidade (mais de 6 meses e menos de 6 meses fora da comunidade).

Nas próximas seções, será apresentada uma breve discussão e enquadramento dos fenômenos da concordância verbal em P6 e nominal de número no PB dentro da perspectiva teórica adotada neste capítulo.

## Concordância verbal com a terceira pessoa do plural (p6)

A concordância verbal com a terceira pessoa do plural (P6) é um fenômeno variável bastante analisado no português brasileiro (doravante PB), principalmente em pesquisas de orientação Sociolinguística como Lemle e Naro (1977), Naro (1981), Guy (1981), Bortoni-Ricardo (1985), dentre outros.

No português popular da Bahia, podemos citar alguns trabalhos como Lopes (2000), Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), Silva (2003, 2005). Os seguintes dados, retirados do *corpus* sociolinguístico da comunidade Rio das Rãs, exemplificam ocorrências de construções sintáticas com ausência de marca formal de plural no verbo:

- (1) a. Eles *ganha* <sup>2</sup> daqui pra cá. (Inf.22, mulher, 70 anos)
- b. *Chegou* <sup>2</sup> as pessoas de fora. (Inf.04, homem, 39 anos)
- c. Os fazendeiros *derrubou* <sup>2</sup> tudo. (Inf.03, homem, 29 anos)
- d. Vocês é <sup>2</sup> demais. (Inf.02, homem, 32 anos)

No exemplo 1a, a não marcação da concordância entre o verbo “ganhar” e seu sujeito, imediatamente anteposto, segue uma tendência comum a formas verbais em que a oposição singular/plural é indicada foneticamente apenas pela alternância oral/nasal (*ganha* Ø /*ganham*), sendo a não-marcação da desinência de número e pessoa, menos saliente, ou pouco perceptível.

Já em 1b, temos um exemplo em que o verbo deveria concordar com um constituinte posposto, no qual o SN apresenta parcialmente marcas de plural. A não marcação de concordância no verbo, nesse contexto é influenciada pela inversão da ordem canônica. Pesquisas anteriores têm demonstrado que sujeitos distantes de seus verbos, ou sujeitos pospostos, mesmo adjungidos ao verbo, tendem a enfraquecer a CV em P6. (LEMLE; NARO, 1977)

Na sentença do exemplo 1c, “Os fazendeiros *derrubou* Ø tudo”, observa-se que todos os elementos que compõem o SN que encabeça a sentença apresentam marcas de plural, ou concordância nominal no sujeito, ao tempo que a marcação de concordância no verbo “*derrubou/aram*” é mais saliente. Esses dois fatores deveriam motivar a aplicação da regra. A não marcação de plural em exemplos como esse mostra que a aplicação da regra pode não ocorrer mesmo em contextos linguísticos que mais favorecem a CV.

De acordo com Scherre e Naro (1993), outro fator altamente favorável à aplicação da regra de CV, se verifica quando o último elemento do SN sujeito apresenta marca de plural, ou “s”. Nesse contexto, o verbo correspondente tende a exibir marcas plural, o que não ocorre nos exemplos 1c e 1d, nos quais o verbo permanece no singular.

No último exemplo 1d, “Vocês é Ø demais”, a pluralização do verbo “ser” envolve uma maior diferenciação entre as formas de singular e plural (é ≠ são). Na não pluralização de verbos anômalos, a “forma não-padrão” é mais perceptível, ou mais saliente, o que, em teoria, tende a contribuir para a aplicação da regra. (LEMLE; NARO, 1977)

Os estudos desenvolvidos por Lemle e Naro (1977), Naro (1981) e Silva (2003, 2005), serão fundamentais para análise deste estudo, pois fornecerão suporte teórico para compreender a presença ou ausência da CV em P6 na fala dos informantes da comunidade estudada.

## Concordância nominal de número

A concordância nominal de número (CN) apresenta uma maior variedade de formas linguísticas sujeitas a regras variáveis. Essa variação é também centrada na análise da *presença vs. ausência* de marcas de plural, nesse caso observando os elementos que compõem o Sintagma Nominal (SN).

Esse tema também vem sendo amplamente estudado no âmbito do português brasileiro (PB), tendo como principal referencial teórico os estudos de Scherre (1978, 1988), e no que se refere às pesquisas realizadas no território baiano, pode-se citar os estudos de Andrade (2003), Guimarães (2014), Lemos (2014) e Meira (2015).



No caso da variedade falada em Rio das Rãs, o estudo da *presença vs. ausência* de marcas de plural, considerou as seguintes possibilidades de marcação encontradas no *corpus*:

- (2) a. *NesseS anoS todoS* eu estudei assim. (Inf.02, homem, 29 anos)  
 b. *AS condiçõeS financeira*<sup>2</sup> era pouca. (Inf.04, homem, 39 anos)  
 c. A gente fazer *aS coisa errada*, ele não consentia. (Inf.17, homem, 66 anos)

Dentre os exemplos anteriores, apenas no exemplo 2a a marcação morfológica de plural /s/ se dá em todos os itens pluralizáveis, de acordo com o padrão da norma “cultura” prestigiada. Nesse contexto, levando em consideração as variáveis linguísticas, as marcas precedentes influenciaram a marcação de plural em todos os itens do SN, validando a hipótese de que “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros” (SCHERRE, 1988), ou seja, o plural marcado em dois elementos anteriores, na configuração Det + N (determinante + nome), funciona como gatilho para a marcação no item seguinte, o modificador “todos”.

No exemplo 2b, há a marcação de plural no determinante e no núcleo do SN, portanto, considerou-se que não houve a aplicação da regra, porque nem todos os itens do SN foram marcados. Na configuração Det. + N + Adj. (determinante + nome + adjetivo), de acordo com Scherre (1988) quando o último constituinte do SN não for um substantivo, a tendência é ser menos marcado.

O princípio da saliência fônica, variável bastante significativa na CV, apresentou-se, também, como um fator motivador na realização da CN. Scherre (1988) estabelece que as formas mais salientes, ou seja, os plurais irregulares, como os substantivos terminados em -l (animal/animais), itens em -ões (ex. leão/leões), itens em -ães (pão/pães), itens em -m/-em/-ã/-um/ão (tom/tons; armazém/armazéns; irmã/irmãs; algum/alguns; irmão/irmãos), itens em -r (professor/professores), itens em -s e -z (mês/ meses; vez/ vezes) e plural duplo ou metafônico (povo/povos), a forma de plural é mais perceptível no material fônico do que os plurais regulares, assim, contribuindo para a marcação de plural desses itens, devido a um cuidado maior do falante.

Já no exemplo 2c, apenas o constituinte da primeira posição linear, o determinante, tem a marcação de plural. Os itens em primeira posição são mais marcados em relação às demais posições, que geralmente desempenham a função de determinantes, especialmente os artigos e pronomes, e por se encontrarem à esquerda do núcleo do SN, posição mais favorável a marcação de plural do que as demais posições.

A seguir, será apresentada a análise dos dados dos fatores sociais selecionados para este estudo.

## Análise dos dados

O cômputo geral dos dados sobre a concordância verbal em P6 no *corpus* de Rio das Rãs indicou um percentual de apenas 15% de aplicação da regra, ao tempo que a regra de concordância nominal, considerando o fator presença de marcação de plural, apresentou um percentual de aplicação de 24%, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Marcação de concordância verbal em P6 e concordância Nominal

VARIÁVEIS	CONCORDÂNCIA VERBAL	CONCORDÂNCIA NOMINAL
	OC. %	OC. %
Aplicação da regra	143/993 15%	844/3.519 24%
Não aplicação da regra	850/993 85%	2.675/3.519 76%

Fonte: elaborada pelos autores.

O índice de aplicação de CV em Rio das Rãs de 15% assemelha-se ao valor encontrado por Silva (2003) na comunidade rural de Helvécia (16%) e por Silva (2005) nas comunidades rurais de Cinzento (13%) e Morrinhos (17%).

Já o percentual de aplicação de CN de 24% encontrado em Rio das Rãs, quando comparado a outras comunidades rurais, foi bem menor que o encontrado por Andrade (2003) em Helvécia (45%), e mais próximo ao encontrado por Lemos (2014) na comunidade de Mato Grosso, em Rio de Contas (26,8%).

Os baixos percentuais de CV e CN observados em Rio das Rãs ficam mais evidentes quando comparados aos encontrados em estudos do português popular em comunidades urbanas, como o valor de aplicação de CV encontrado por Brito (2013) de 23% em Vitória da Conquista e ao encontrado por Guimarães (2014) de 57,3% de aplicação de CN na mesma comunidade urbana.

Para a análise da amostra de fala desta comunidade, o Programa Estatístico Goldvarb X apontou por ordem de significância, as variáveis linguísticas e sociais que possivelmente influenciaram o baixo índice de aplicação de a concordância e nominal. Dentre essas variáveis, destaca-se os fatores sociais: *faixa etária*, *gênero/sexo*, *redes de relações sociais* e *mobilidade geográfica*, consideradas estatisticamente relevantes, conforme poderá ser verificado na análise dos resultados.

A Tabela 2 elenca os fatores selecionados a partir do cômputo dos dados de (+) aplicação das regras de CV e CN em Rio das Rãs, utilizando o programa de análise estatística Goldvarb X. (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005).

Tabela 2 – Grupos de fatores selecionados para aplicação da regra de CV e CN

	CONCORDÂNCIA VERBAL EM P6	CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO
Ocorrências/Total	143/993	844/3.519
Percentual de aplicação	15%	24%
Significância	0,033	0,030
Grupos Selecionados	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Saliência fônica</li> <li>2. Tempos e modos verbais</li> <li>3. Realização/posição do sujeito</li> <li>4. Conc. nominal no sujeito</li> <li>5. Tipos de verbos</li> <li>6. Faixa etária</li> <li>7. Gênero/Sexo</li> <li>8. Rede de relações sociais</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Marcas precedentes</li> <li>2. Gênero/Sexo</li> <li>3. Faixa etária</li> <li>4. Tonicidade</li> <li>5. Saliência fônica</li> <li>6. Posição do constituinte</li> <li>7. Mobilidade geográfica</li> <li>8. Classe gramatical</li> </ol>

Fonte: elaborada pelos autores.

Na Tabela 2, as variáveis linguísticas e sociais selecionadas como estatisticamente relevantes estão organizadas por nível de importância na motivação do baixo índice de aplicação das regras de concordância verbal e nominal. Apesar dos diversos fatores selecionados, o presente estudo abordará apenas os fatores sociais.

A seguir analisaremos os grupos de fatores sociais selecionados como mais estatisticamente significativos para os dois fenômenos estudados. Serão discutidos os resultados para três grupos de fatores sociais: 1. *sexo/gênero*; 2. Idade; e 3. *redes e mobilidade geográfica*.

### Sexo/gênero

Fischer (1958) foi o primeiro a fazer referência à correlação entre variação linguística e o fator sexo/gênero. Desde então, já nos primeiros estudos envolvendo variável *sexo/gênero*, como os de Wolfram (1969) em Detroit, muitos linguistas parecem compartilhar a opinião de que as mulheres são mais tendentes ao uso da norma-padrão e, consequentemente, evitam empregar construções pouco valorizadas no seio da comunidade da qual fazem parte.

No tocante a essa variável, a hipótese utilizada considera que as mulheres estariam mais próximas do uso da norma padrão do que os homens, devido ao perfil observado das mulheres de Rio das Rãs. Dutra (2007) observa que a participação feminina se ampliou nos diversos espaços da comunidade durante os conflitos pelo reconhecimento da posse do território durante a década de 1990, o que consequentemente ampliou a “consciência feminina do *status* social das formas linguísticas”. (PAIVA, 2010, p. 35)

Essa maior propensão à norma mostra ainda que as mulheres estão na vanguarda de processos de mudança em que emergem as variantes prestigiadas; mulheres apresentam comportamento conservador, tendendo a evitar mais que homens a implementação de

uma nova forma, se esta for estigmatizada. Se essa premissa estiver correta, cabe verificar se há propensão a variação no comportamento de uso das construções QU invariável motivada pelo *sexo/gênero* dos falantes. Os dados para essa variável no *corpus* de Rio das Rãs estão na Tabela 3.

Tabela 3 – Aplicação da regra – variável *sexo/gênero*

FAIXA ETÁRIA:	CONCORDÂNCIA VERBAL			CONCORDÂNCIA NOMINAL		
	N.º	%	PR	N.º	%	PR
Masculino	33/432 110/561	8%	0,35	303/1.768	17%	0,34
Feminino	110/561	20%	0,62	541/1.751	31%	0,60
Total/Input	<b>143/993</b>	<b>15%</b>	<b>0,47</b>	<b>844/3.519</b>	<b>24%</b>	<b>0,80</b>

Fonte: elaborada pelos autores.

No tocante à CV, os dados na Tabela 3 apresentam que os maiores índices de aplicação de concordância verbal em P6 aparecem na fala das mulheres com a frequência de 20% (PR 0,62), enquanto os homens usam a forma não padrão com maior frequência, apenas 8% (PR 0,35).

A mesma motivação em relação ao gênero/sexo também se verifica em estudos da CV em P6 realizados em comunidades urbanas, a exemplo da pesquisa de Santos e Silva (2014) sobre o português popular em Vitória da Conquista, na qual os autores demonstraram que as mulheres utilizam mais a marcação de concordância verbal, enquanto os homens aplicam a regra em menor proporção.

Para Santos e Silva (2014), esses resultados também podem ser explicados pela exposição a que as mulheres se colocam hoje na sociedade, ocupando profissões que as levem a ter contato com outros grupos de maior prestígio social e de fora do seu “seio familiar”.

Em relação à CN, a aplicação da regra por falantes de *sexo/gênero* femininos apresentou um peso relativo de 0,60 (31%), valor muito aproximado ao observado para CV (PR 0,62). Esse valor de aplicação de CN em Rio das Rãs está em consonância com o encontrado por Lemos (2014) para a variedade falada na comunidade rural de Mato Grosso, em Rio de Contas, cujo peso relativo foi de 0,68 para as mulheres, contrapondo com o peso de 0,28 da aplicação de CN na fala dos homens.

O favorecimento da aplicação da regra de CN na fala das mulheres também se verifica em comunidades urbanas, onde o percentual geral de aplicação foi muito maior, como mostram os pesos relativos encontrados por Guimarães (2014), na fala das mulheres, de 0,57 (61,1%), na fala dos homens, de 0,41 (53,3%), no português popular de Vitória da Conquista, valor muito aproximado do encontrado por Meira (2015), de 0,58 (94,2%) na fala das mulheres, enquanto que, 0,43 (86,2%) na variedade falada pelos homens, para o português culto na mesma comunidade urbana.

Assim, a análise para o grupo de fatores sexo/gênero mostra que, em algumas comunidades como Vitória da Conquista, Mato Grosso, em Rio de Contas e Rio das Rãs, as mulheres favorecem a aplicação da concordância verbal e nominal mais do que os homens.

## Idade

O controle dessa variável buscou mensurar como diferenças geracionais, que identificam falantes de variadas faixas etárias, se refletem na manutenção de formas do presente e do passado num mesmo momento sincrônico. Essa variável é importante para entender o surgimento, a implementação e o encaixamento da mudança.

A variável *idade* fornece evidências para um estudo da mudança em *tempo aparente* (TARALLO, 2007) já que, em fenômenos de mudança, a frequência de uso de variantes inovadoras diminui proporcionalmente ao avançar da idade, ou seja, a inovação costuma ser mais frequente entre os mais jovens e menos frequente entre os mais velhos. Isso não é comum em fenômenos de variação estável, onde picos de maior frequência podem se situar em qualquer ponto da escala etária. A Tabela 4 ilustra os resultados obtidos.

Tabela 4 – Aplicação da regra – variável *faixa etária*

FAIXA ETÁRIA:	CONCORDÂNCIA VERBAL			CONCORDÂNCIA NOMINAL		
	OC.	%	PR	OC.	%	PR
I. Jovens – 25 a 35 anos	70/378	18%	0,58	471/1.473	32%	0,60
II. Adultos – 45 a 55 anos	46/293	16%	0,53	185/1.037	18%	0,41
III. Idosos – 65 anos ou mais	27/322	8%	0,38	188/1.009	19%	0,44
TOTAL/INPUT	143/993	15%	0,47	844/3.519	24%	0,80

Fonte: elaborada pelos autores.

O cômputo dos dados indicou que em Rio das Rãs os falantes mais jovens (de 25 a 35 anos) realizam em maior proporção a marcação de CV de 18% (PR 0,58) e de CN de 32% (PR. 0,60). Para os dois fenômenos estudados, os valores encontrados indicam a tendência verificada em trabalhos anteriores (BAXTER; LUCCHESI, 1993; GUY, 1981; SILVA, 2005) de que falantes mais jovens estão mais propensos à aquisição das variantes mais “inovadoras”, mais próximas à norma culta urbana.

No tocante aos falantes adultos (com idade entre 45 a 55 anos) os valores observados para os dois fenômenos foram um pouco distintos. Na aplicação da CV, os adultos apresentaram um percentual mais próximo ao verificado na fala dos jovens de 16% (PR 0,53), no entanto, quanto à CN, o padrão de aplicação dos adultos de 18% (PR 0,41) aproxima-se mais do verificado na fala dos mais idosos de 19% (PR 0,44).

A partir desses dados, é possível inferir que, em relação à CV, o percentual de aplicação verificado na fala de jovens e adultos contribui com a hipótese de que há um

processo de mudança em curso, com propensão à aquisição, pelos mais jovens, de um padrão mais próximo à norma urbana.

No entanto, quanto à CN, os dados revelam que a ausência de marcação plural é predominante na fala dos adultos, sendo um pouco mais acentuada na fala dos idosos, o que configura, em relação a esse fenômeno, uma possível estabilidade no padrão de uso das duas faixas mais avançadas de idade.

Quanto ao grupo dos idosos, o percentual de CV observado nesta faixa foi baixíssimo, apenas 8% (PR 0,38), mas esse fator também desfavoreceu a aplicação da regra de CN, apesar do índice de 19%, como se verifica pelo baixo peso relativo 0,44 ( $> 0,50$ ). Em ambos os fenômenos se verifica estabilidade no padrão adotado pelos falantes mais idosos em Rio das Rãs.

Os idosos, moradores mais antigos da comunidade, correspondem, em sua maioria, a aposentados e lavradores que, devido à idade avançada, saem poucas vezes da comunidade. Podemos concluir que nessa comunidade os falantes dessa faixa, com mais de 65 anos de idade, estão menos sujeitos a pressões normativas, ou a parâmetros externos à comunidade, e, por isso mantêm padrão adquirido na aquisição da norma popular, na qual predomina a ausência de marcas de concordância.

### **Redes e mobilidade geográfica**

O conceito de “rede de comunicação”, inicialmente introduzido no âmbito das ciências sociais (BAVELAS, 1948), vem sendo amplamente empregado como recurso explanatório em pesquisas sociolinguísticas que tomam a ideia da rede como unidade teórica ancilar à elaboração da definição de “comunidade de fala”. (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 94)

Na Sociolinguística, o estudo das redes considera, dentre as motivações subjacentes ao comportamento linguístico, a maneira como indivíduos são expostos a variados níveis de “pressão normativa” em ambientes de convivência em que, no desempenho dos papéis sociais, são estabelecidos diferentes padrões de vínculos no curso das interações.

A noção de *rede* como variável social começou a se popularizar na linguística a partir do início da década de 1980, destacando-se a pesquisa de Lesley Milroy com a classe trabalhadora da Cidade de Belfast, na Irlanda do Norte. Nesse estudo, Milroy (1980) verificou que a configuração das estruturas de rede social, ou seja, dos espaços de interação entre os indivíduos, influenciavam a manutenção do vernáculo pelos falantes, apesar das pressões sociais sobre a não aplicação do código padronizado.

A conclusão é que os vínculos estabelecidos pelos indivíduos nas redes tanto podem representar uma força conservadora, resistindo às mudanças, quanto uma força inovadora, dependendo da densidade e complexidades dessas redes.

Em comunidades pequenas e tradicionais, onde os laços de convivências são mais estreitos, a densidade comunicacional é considerada alta e os vínculos são de multiplexidade, fruto do relacionamento mais próximo com parentes, vizinhos, parceiros de

trabalho, amigos, etc. Nessas comunidades há um pequeno repertório de papéis sociais, não muito diversificados, associados a atividades mais restritas, ou não muito complexas, o que também contribui para a manutenção da norma vernácula.

No *corpus* de Rio das Rãs, a variável *rede de relações sociais* foi considerada no estudo da CV classificando os informantes, de acordo com os papéis desempenhados<sup>2</sup>, em dois grupos: a) *Rede local*: rede mais densa, ou fechada, formada por donas de casa, aposentados e aqueles que fazem serviços de roças; b) *Rede dispersa*: rede menos densa, formada por garçons, cozinheiras, vendedores, faxineiras entre outros. A Tabela 5, mostra os resultados.

Tabela 5 – Rede de relações sociais e aplicação de CV

TIPO DE REDE	APLICAÇÃO DE CONCORDÂNCIA VERBAL
	OC. % PR
Local	71/589 12% 0,35
Dispersa	72/404 17% 0,57
Total/input	143/993 15% 0,47

Fonte: elaborada pelos autores.

Apesar da pequena diferença percentual, os dados indicaram, que a “rede dispersa”, menos densa, favoreceu o padrão de aplicação da regra de concordância verbal, como se verifica pelo peso relativo observado para esse fator (PR 0,57).

Esses dados fortalecem a hipótese de que falantes que integram uma rede de maior tessitura, com contatos com outros grupos, são influenciados por referências de padrões externos à comunidade que se apresentam em alguns vínculos como formas menos estigmatizadas.

Por outro lado, o estudo da comunidade de Rio das Rãs mostrou que muitos sujeitos que optaram por permanecer na localidade, desenvolveram um sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, uma maior valoração da norma adotada pela rede mais densa, ou de tessitura miúda. Esses indivíduos, na maioria idosos e adultos nascidos na comunidade, “optaram” por não se locomover para outros espaços ou desenvolveram uma maior identidade com a comunidade, preservando, desse modo, as variantes linguísticas minoritárias e não padrão que são próprias do falar local.

Relacionando o conceito de redes com o de “mobilidade geográfica”, Bortoni-Ricardo (1985, 1989) recorreu ao estudo dos padrões de redes e difusão dialetal para analisar

2 Por influência da teoria de Bourdieu (2004), alguns sociolinguistas têm classificado, no estudo das redes, os tipos de atividades profissionais como a variável *mercado linguístico*. Nesse trabalho as atividades foram consideradas, observando o perfil da comunidade, pelo critério da densidade comunicativa, ou seja, considerando quais atividades propiciavam um o maior grau de contato com indivíduos de fora da comunidade em ambientes de maior pressão normativa.

as consequências dos contatos de migrantes que, deixando as áreas rurais em direção aos espaços municipais, motivados por oportunidades econômicas, acabam tendo que se ajustar em direção a uma norma urbana padronizada, no processo de assimilação do *modus vivendi* das cidades.

A partir do delineamento das redes em áreas rurais ou urbanas, o estudo da *mobilidade geográfica* considera como o tempo de permanência fora da comunidade (SCHREIER, 2002) e a ampliação dos contatos externos podem influenciar no comportamento linguístico dos indivíduos.

Essa variável associa-se às redes que, de modo geral, podem ser classificadas como *insuladas* (internas) ou *integradas* (externas). Comunidades tradicionais mais isoladas, nas quais os falantes têm pouco contato com pessoas de fora, estariam na zona da *rede insulada*, muito densa, e onde a interação se restringe a um número limitado de pessoas, com acesso também limitado ao código de prestígio da norma culta urbana.

Neste estudo, a influência da variável *mobilidade geográfica* foi considerada em relação à aplicação das regras de CN. A hipótese testada foi a que o contato dos indivíduos no espaço das cidades ou com grupos externos, certamente, influenciaria na mudança em direção à aquisição da norma urbana. Os resultados estão expressos na Tabela 6.

Tabela 6 – Mobilidade Geográfica e Aplicação da regra de CN

MOBILIDADE GEOGRÁFICA	APLICAÇÃO DA REGRA DE CN		
	OC.	%	PR
Não esteve fora da comunidade por pelo menos seis meses	299/1.437	20,8%	0,44
Esteve fora da comunidade por pelo menos seis meses	545/2.082	26,2%	0,54
TOTAL/INPUT	844/3.519	24%	0,8

Fonte: elaborada pelos autores.

Os dados indicam que informantes que tiveram contatos externos por mais tempo, ou seja, passaram mais de seis meses fora da comunidade (26%; PR 0,54) comportam-se, linguisticamente, de maneira diferente, aplicando com maior frequência a regra de CN, resultante da ampliação dos padrões de socialização, diferindo um pouco significativamente do padrão “conservador” mantido por aqueles que não saíram da comunidade ou só estiveram fora por menos de seis meses (20%; PR 0,44).

É importante observar que os resultados encontrados para a realização das regras de CV e CN em relação à atuação da variável *rede de relações sociais*, podem refletir um processo de aquisição de formas inovadoras, por parte dos informantes que tiveram contatos mais prolongados com pessoas de fora ou com o meio externo, e consequentemente



sofreram influência de valores sociais predominantes no contexto urbano, além do contato com variedades linguísticas mais influenciadas por pressão normativa.

Contudo, apesar de redes mais dispersas e da mobilidade geográfica estarem associadas a um maior percentual de aplicação das regras variantes de CV e CN, essas variáveis isoladamente não foram determinantes para uma mudança no comportamento linguístico dessa comunidade. A manutenção do vernáculo em Rio das Rãs pode estar associada ao princípio postulado pela teoria da “acomodação da psicologia social”, que postula que, a fim de expressarem valores, atitudes e intenções aos outros, os indivíduos podem ser motivados a ajustarem suas falas ou a “acomodarem-se” em relação ao padrão adotado pela comunidade de fala. (GILES, 1980, p. 105 apud BORTONI-RICARDO, 2011, p. 106)

Desse modo, sobre o fato de os dados da comunidade estudada apresentarem baixos índices de aplicação das regras de CV e CN, é possível inferir que diversos fatores sociais influenciam o uso de determinadas estruturas linguísticas em detrimento de outras que estejam menos associadas à identidade linguística dos falantes.

## Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar a influência dos fatores sociais na aplicação da concordância verbal e nominal, no vernáculo da comunidade Rio das Rãs.

Com esses dados, verificou-se que, quanto aos fatores sociais considerados neste trabalho, os dados da variável *sexo/gênero* indicam que as mulheres nessa comunidade costumam realizar a marcação de plural nos verbos e nos nomes, ao contrário dos homens que tendem à não aplicação, realidade replicada em outros trabalhos, tanto em comunidades rurais, quanto urbanas.

A variável *faixa etária* revela que existe uma tendência de os falantes mais jovens favorecerem a aplicação de regra de concordância verbal e nominal, ao passo que os mais velhos tendem à não marcação de CV e CN. Essa tendência foi verificada em outros trabalhos sobre o português popular em comunidades rurais, o que indica um processo de mudança em relação à aquisição, por falantes mais jovens, de padrões linguístico-gramaticais mais próximos à norma urbana de prestígio.

Com relação à *rede de relações sociais*, os dados apontaram que a rede dispersa favoreceu o padrão de aplicação da regra de concordância verbal, enquanto que a *mobilidade geográfica* revelou que os informantes com mais de seis meses fora da comunidade tenderam a fazer mais marcação da regra de concordância nominal em relação àqueles que permanecem ou nunca saíram da comunidade.

Por fim, espera-se que a análise realizada sobre os fatores sociais na realização da concordância verbal e nominal na comunidade Rio das Rãs possa fornecer novas evidências sobre os caminhos da variação e mudança linguística, contribuindo, assim, com a descrição e análise do português brasileiro, bem como na língua falada no oeste da Bahia.

## Referências

- ANDRADE, P. R. *Um fragmento da constituição sócio-histórica do Português do Brasil*. Variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- BAVELAS, A. A mathematical model for group structure. *Applied Anthropology*, New York, v. 7, n. 3, p. 16-30, 1948.
- BAXTER, A.; LUCCHESI, D. Processos de descrioulização no sistema verbal de um dialeto rural brasileiro. *Papiá: Revista de Crioulos de Base Ibérica*, Brasília, DF, v. 2, n. 2, p. 59-71, 1993.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *A migração rural-urbana: uma análise sociolinguística*. In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989. p. 167-180.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- CARVALHO, J. J. (org.). *Laudo antropológico sobre a comunidade rural negra do Rio das Rãs*. Coordenação. Brasília, DF. nov. 1993.
- CARVALHO, J. J. (org.). *O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições e lutas*. Salvador: Edufba, 1995.
- DÓRIA, T. P. L. *Um estudo na variação do sintagma nominal*. A concordância de número em comunidades baianas. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.
- DUTRA, N. O. *Liberdade é reconhecer que estamos no que é nosso: comunidades negras do Rio das Rãs e da Brasileira – BA (1982- 2004)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FISCHER, J. Social influence in the choice of a linguistic variant. *Word*, New York, v. 14, p. 47-56, 1958.
- GUIMARÃES, M. A. S. *Concordância nominal de número no português popular do Brasil: estudo de variação e mudança no vernáculo conquistense*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014.
- GUY, G. R. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: Aspects of the phonology, syntax and language history*. PhD dissertation., University of Pennsylvania, Pennsylvania, 1981.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008[1972].
- LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: External Factors*. Cambridge: Blackwell Publishers, 2001.

- LEMLE, M.; NARO, A. J. *Competências básicas do português*. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras MOBREAL e Fundação FORD. Rio de Janeiro, 1977.
- LEMOS, D. M. *Português brasileiro e português angolano: variação na concordância nominal de número*. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.
- LOPES, N. S. *PEPP: o estudo da fala popular de Salvador*. Salvador: GELNE, 2000.  
Rede de Pesquisadores em variação linguística no Nordeste. Comunicação apresentada em Mesa Redonda:
- LUCCHESI, D. L. A importância de se estudar a fala das comunidades rurais afro-brasileiras. *Revista do GELNE*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 1-6, 2016.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009.
- MARTELOTTA, M. E. (org.). *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- MEIRA, G. A. *Estudo comparativo entre as normas popular e culta do português de Vitória da Conquista*. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.
- MILROY, L. *Language and Social Networks*. Oxford: Blackwell, 1980.
- NARO, A. J. The Social and Structural Dimensions of a Syntactic Change. *Language*, [New York], v. 57, n. 1, p. 63-98, 1981.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, n. 9, 1993, p. 437-454.
- NOGUEIRA, G. A. “Viver por si”, viver pelos seus: famílias e comunidade de escravos e forros no “*Certam de Cima do Sam Francisco*” (1730-1790). 2011. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2011.
- PAIVA, M. C. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 33-42.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows*. Toronto, University of Toronto, 2005.
- SCHERRE, M. M. P. *A regra de concordância de número no sintagma nominal em português*. 1978. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.
- SCHERRE, M. M. P. *Reanálise da concordância nominal em português*. 1988. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- SCHREIER, D. Past be in Tristan da Cunha: the rise and fal of categoricity in language change. *American Speech*, [s. l.], v. 1, n. 77, p. 70-99, 2002.

SANTOS, D. da S.; SILVA, J. A. A. As variáveis sociais e o uso da concordância verbal: dados do português popular de Vitória da Conquista-BA. *Fólio: Revista de Letras*. v. 6. n. 1 (jan./jun. 2014)

SILVA, J. A. A. *A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia*. 2005. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, V. S. Rio das Rãs à luz da noção de quilombo. *Revista AfroÁsia*, Salvador, n. 23, 2000.

SOUZA, J. E.; ALMEIDA, C. D. de. *O mocambo do Rio das Rãs: um modelo de resistência negra*. Brasília, DF: Arte e Movimento, 1994b.

SOUZA, J. E.; ALMEIDA, C. D. *Comunidades rurais negras Rio das Rãs – Bahia*. Documentário. Brasília, DF: Arte e Movimento, 1994a.

TARALLO, F. *A pesquisa Sociolinguística*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006[1968].

WOLFRAM, W. A. *A sociolinguistic description of Detroit Negro speech*. Washington, DC: Center for Applied Linguistics, 1969.

JUSCIMAURA LIMA CANGIRANA  
ELISÂNGELA GONÇALVES

## **“Eles viu” x “eles viram”:** a relação entre as redes sociais e a marcação de concordância em P6 em Rio das Rãs

### **Introdução**

O presente estudo busca analisar a influência das *redes de relações sociais* na aplicação da concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos moradores da comunidade quilombola Rio das Rãs, Bahia. Para tanto, a pesquisa fundamenta-se nos pressupostos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Variacionista, que toma como princípio o caráter sistemático, heterógeno e variável da língua. (LABOV, 2008[1972]; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968])

A amostra de fala é constituída por 24 entrevistas considera os seguintes perfis sociais: 1. *sexo* (12 informantes do sexo masculino e 12 do sexo feminino); 2. *faixa etária* (oito jovens: 25 a 35 anos; oito adultos: 45 a 55 anos; oito idosos: com mais de 65 anos); 3. *escolaridade* (semiescolarizados<sup>1</sup> e sem escolaridade); e 4. *redes de relações sociais*. O estudo da variável *redes de relações sociais* neste *corpus* é relevante para traçar o perfil sociolinguístico dessa comunidade, cada vez mais exposta às influências do contato externo.

---

1 Trata-se daqueles informantes que tiveram algum contato com a escolarização, ou seja, frequentaram a escola no período de três a cinco anos e cursaram até a quinta série.

Esta pesquisa foi direcionada pela seguinte questão: “Quais fatores linguísticos e/ou extralinguísticos condicionam a aplicação da regra de concordância verbal de terceira pessoa do plural ou P6 na comunidade Rio das Rãs?”.

Especificamente quanto ao grupo de fatores *redes de relações sociais*, levanta-se a hipótese de que os falantes com uma *rede de relações sociais dispersa* apresentam um maior índice de concordância verbal de terceira pessoa do plural do que os falantes que nunca se ausentaram da comunidade.

Pretende-se que este estudo sociolinguístico seja somado a outros já realizados sobre a fala popular da comunidade quilombola Rio das Rãs, como, por exemplo, Assis (2019); Oliveira (2020); Moreira e Silva (2020), na perspectiva de contribuir para a descrição da língua falada nessa comunidade e, conseqüentemente, para a descrição do português brasileiro.

Além desta introdução, este texto conta com uma seção que revisita os princípios norteadores da teoria da variação e mudança linguística (LABOV, 2008; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]), seguida por outra seção que aborda o fenômeno da concordância verbal em P6 no português brasileiro. Em seqüência, encontra-se uma seção em que são apresentados os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho e outra em que são desenvolvidas a análise e discussão dos resultados obtidos. Por fim, são expostas as considerações finais sobre o estudo realizado.

## **Princípios norteadores da teoria da variação e mudança linguística**

O linguista norte-americano William Labov introduziu o modelo teórico-metodológico denominado teoria da variação e mudança linguística (também conhecido como Sociolinguística Variacionista ou Laboviana) a partir da década de 1960, com o objetivo de estudar a língua falada e verificar as variações resultantes da heterogeneidade presente nos fenômenos linguísticos.

Nessa teoria, Labov (2008[1972]) busca compreender a relação entre língua e sociedade, para descrever e analisar a variação de fenômenos linguísticos de forma regular e sistemática, no mesmo molde com que outros fenômenos linguísticos não variáveis são estudados. Para esse linguista, essa compreensão é fundamental para o estudo de todo fenômeno linguístico.

A Sociolinguística Laboviana analisa a variação linguística, sua estruturação e evolução no contexto social de determinada comunidade. (LABOV, 2008[1972], p. 184) Ocupa-se da investigação das variações sistemáticas da língua, chamadas de *variantes linguísticas*, que são inúmeras formas de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade, e, conseqüentemente, do conjunto de variantes a que se domina *variável linguística*. (TARALLO, 1994, p. 8) Para compreender, apreender e sistematizar variantes linguísticas em seu contexto social,

[...] deve-se primeiro admitir que as línguas são dinâmicas e heterogêneas, ou seja, que elas estão num constante processo de mudança e se diversificam, seguindo a dinâmica da sociedade e da cultura em que estão inseridas, apresentando-se, em cada grupo ou comunidade de fala, de forma diferenciada. (TEIXEIRA; LUCCHESI; MENDES, 2013, p. 252)

A Sociolinguística busca compreender a heterogeneidade da língua, através da análise de fatores internos e externos ao sistema linguístico, partindo do princípio “[...] de que toda variação é condicionada, isto é, influenciada por fatores de maneira tal que a heterogeneidade se delinea sistemática e previsível”. (MOLLICA, 2012, p. 10)

Segundo Cesário e Votre (2008, p. 141), a língua é vista como “uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independente do contexto situacional da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação.” Nesses termos, ao estabelecer o estudo da língua no contexto social, Labov (2008[1972], p. 184) sugere “o estudo da estrutura e evolução da língua dentro do contexto social da comunidade de fala”. Para esse linguista,

[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo. (LABOV, 2008[1972], p. 21)

Além de buscar compreender o modo como uma variante se adentra em uma comunidade linguística, a pesquisa sociolinguística intenta observar se existe ou não tendência à mudança. Para tanto, o sociolinguista adota uma metodologia específica de investigação. De acordo com Labov (2008[1972], p. 110), “o principal método para a investigação linguística é a observação direta da língua falada usada em situações naturais de interação social face a face”.

A Sociolinguística Variacionista estuda a variação linguística a partir de duas vertentes: sincrônica e diacrônica. Do ponto de vista sincrônico, o pesquisador considera a língua em um determinado momento histórico, fazendo um “recorte” do tempo. Na abordagem diacrônica, por sua vez, são consideradas as transformações por que passam os fatos linguísticos, permitindo-se as comparações entre os fatos em estudo e aqueles que os precederam ou sucederam. Enquanto na sincronia verifica-se como os fatos linguísticos estão se comportando num estado da língua; na diacronia observa-se como os fatos linguísticos se comportam em sucessivos estados de língua. Essas perspectivas de estudo permitem ao pesquisador atestar se dado fenômeno linguístico se encontra em variação estável ou em processo de mudança e a relação entre ambos. Nesse sentido, Tarallo (1994, p. 25-26) afirma:

A aproximação entre diacronia e sincronia possibilita o entendimento do processo de mudança, não através das transformações radicais, pois [...] para que

os sistemas mudem, urge que eles tenham sofrido algum tipo de variação. [...] a partir de tais e tais características estruturais e de tais condições de funcionamento, o sistema, quase que preditivamente, caminhou na direção X e não na direção Y.

A abordagem desenvolvida nesta seção permitiu perceber a relevância dos fatores sociais, conjuntamente com fatores intrínsecos ao sistema, para o estudo de fenômenos em variação e em mudança em uma dada comunidade linguística. Reitere-se que a pesquisa aqui desenvolvida se pauta nessa perspectiva metodológica.

### **Concordância verbal em p6, sob o viés da sociolinguística variacionista**

No âmbito dos estudos sociolinguísticos sobre a concordância verbal de P6 no português brasileiro, julgamos que dois trabalhos se destacam como especialmente relevantes para a maior compreensão desse fenômeno linguístico: Naro (1981), sobre a fala urbana da cidade do Rio de Janeiro, e Silva (2003), sobre três comunidades afro-brasileiras rurais no estado da Bahia: Cinzento, Helvécia e Rio de Contas.

Naro (1981) analisou a concordância verbal de P6 a partir de dados urbanos da cidade do Rio de Janeiro, considerando grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos. Nesse estudo, o pesquisador constatou estar havendo uma perda da marca de terceira pessoa do plural nas formas verbais no português brasileiro. Ao estudar a concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala de analfabetos cariocas, encontrou um percentual de, aproximadamente, 48% de concordância verbal em um *corpus* constituído por 6.310 ocorrências, das quais 3.002 apresentaram a marcação de concordância verbal de P6. O autor identificou que a concordância de número no português brasileiro, principalmente a verbal, apresenta-se em duas direções: uma variante sem marcas de plural, e outra com marcas de plural. Para ele, a variação na concordância verbal de número nessa variedade do português se mostra como um processo lento de mudança linguística, caminhando em direção a um sistema sem marcas, ou seja, de ausência de concordância.

Em Silva (2003), foram observadas três comunidades afro-brasileiras, todas elas também com perfis etários de aquisição da regra de concordância verbal: Cinzento, Helvécia e Rio de Contas. Nesse estudo, obteve um total de 1.706 ocorrências, equivalentes, respectivamente, a 16%, 13% e 24% de marcação de concordância verbal de terceira pessoa. Foram analisadas 12 entrevistas de cada comunidade, perfazendo-se o total de 36 entrevistas, com mais ou menos uma hora de duração cada. Os informantes foram divididos segundo perfis sociais como: *sexo*, *faixa etária*, excluindo-se a *escolaridade*, já que a maioria dos cinzentenses possui pouca ou nenhuma escolarização. Na faixa etária I, estão os falantes entre 20 e 40 anos; na II, aqueles entre 41 e 60; a faixa etária III compreende os falantes de mais de 60 anos. As variáveis linguísticas testadas foram:



*saliência fônica, realização e posição do sujeito, indicação do SN sujeito, concordância nominal no sujeito, tipo de verbo, caracterização semântica no sujeito.* O autor explica que esta diferença provavelmente se deve às condições históricas e sociais das comunidades negras, que se caracterizam pela formação de uma variedade falada a partir do contato linguístico abrupto e impositivo ocorrido na sua fundação, bem como pelo isolamento geográfico, cultural e linguístico vivido até pouco tempo atrás.

Os resultados do estudo realizado por Silva (2003), nessas comunidades afro-brasileiras: Cinzento, Helvécia e Rio de Contas: 13%, 16% e 24%, respectivamente, apontam índices ainda menores para a regra de marcação de concordância verbal, apontando um avanço maior em direção à ausência de marcas de concordância, em relação aos resultados verificados por Naro (1981) no Rio de Janeiro com analfabetos: 48% de marcação de concordância verbal. Sendo assim, a análise linguística de comunidades afro-descendentes se mostra muito relevante para a caracterização do português brasileiro no que se refere a esse fenômeno linguístico.

Estudos sociolinguísticos, como os de Naro (1981) e de Silva (2003), além de muitos outros desenvolvidos por pesquisadores de várias partes do Brasil, têm mostrado que a concordância verbal constitui uma variável linguística que abrange duas variantes: (+) presença da marca de plural ou variante padrão ou (-) marca zero ou variante não padrão, conforme demonstram os exemplos retirados da amostra de fala da comunidade Rio das Rãs:

- (1) a. *Os meninos foram pra escola.* (EJS, 54 anos, Rio das Rãs)  
 b. *Meus fis trabalha muito.* (EJS, 43 anos, Rio das Rãs)

Verifica-se, no exemplo (1a), a presença de uma variante com marcação de plural entre o sujeito e o verbo, enquanto, no exemplo (1b), constata-se a ausência de marcação de plural entre o sujeito e o verbo. Conforme discutido na seção anterior a esta, pode-se assinalar, nesse caso, que a aplicação ou não de regras pode ser condicionada não só pelo contexto linguístico, como também pelo extralinguístico.

Retomando a ideia de Labov (2008[1972]) de que dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas com o mesmo valor de verdade constituem-se como variantes de uma mesma variável (regra variável), pode-se afirmar que a concordância verbal de P6 é uma regra variável, pois suas variantes mostram o mesmo valor de verdade. Todavia, vale destacar que estas apresentam valores sociais opostos, uma vez que sentenças que apresentam ausências de marcas de concordância são vistas pelos falantes (até mesmo por falantes que as empregam) negativamente, ao passo que outras que trazem marcas de concordância verbal são valorizadas socialmente.

Findas as considerações sobre a revisão de literatura acerca da presença/ausência de concordância verbal de P6 no português brasileiro, segue-se para a descrição da metodologia proposta neste estudo, em que é descrita a comunidade em estudo, bem como são explicitados, mais detidamente, os métodos utilizados para a obtenção de dados e sua posterior análise.

## Metodologia empreendida para a coleta e a quantificação dos dados

Seguindo a metodologia laboviana, a amostra foi extraída do banco de dados do português popular da comunidade Rio das Rãs. A coleta e organização do *corpus* foram realizadas pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), *campus* de Bom Jesus da Lapa, com o auxílio de bolsistas do Projeto PIBIC/UFOB 2015, com o objetivo de analisar o comportamento linguístico de falantes do português popular dessa comunidade.

A amostra da pesquisa é composta por 24 entrevistas, registradas em inquéritos com duração de 50 minutos cada. Para sua constituição, os informantes foram selecionados, considerando os seguintes perfis sociais: 1. *sexo* (seis do sexo masculino e seis do sexo feminino); 2. *faixa etária* (oito jovens – 25 a 35 anos; oito adultos – 45 a 55 anos; oito idosos – com mais de 65 anos); 3. *grau de escolaridade* (12 sem escolaridade e 12 semiescolarizados); 4. *exposição à mídia*; 5. *redes de relações sociais*. Para a pesquisa, foram selecionadas as seguintes variáveis linguísticas: 1. *realização e posição do sujeito*; 2. *concordância nominal no sujeito*; 3. *indicação do plural no SN sujeito*; 4. *caracterização semântica do sujeito*; 5. *saliência fônica*; 6. *forma do último constituinte do SN que está antes do verbo*.

Para a realização das entrevistas, utilizou-se um gravador de voz modelo Sony PX-240, e a Chave de Transcrição cedida pelo projeto Vertentes do Português (LUCCHESI, 2001) foi usada para a transcrição grafemática. Após codificadas, todas as ocorrências foram submetidas à análise estatística com o auxílio do programa computacional Goldvarb X. (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005)

### Comunidade linguística em estudo

A comunidade quilombola Rio das Rãs<sup>2</sup> está localizada a 74 km do município de Bom Jesus da Lapa, Oeste da Bahia, na Bacia do rio São Francisco, margeando o lado direito deste rio e do rio das Rãs que nomeia a comunidade.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a comunidade é constituída por 691 famílias, espalhadas em cinco povoados: Rio das Rãs, Brasileira, Capão do Cedro, Retiro e Enchú (CARVALHO, 1996, p. 74), em um território de cerca de 39 mil hectares. Essa comunidade foi palco de uma das mais cruéis disputas de terras no final do século XX entre fazendeiros latifundiários, grileiros<sup>3</sup> e descendentes de ex-escravizados que habitavam o Vale do São Francisco desde o século XIX. (SOUZA; ALMEIDA, 1994, p. 42) Segundo a memória local, a região de Rio das Rãs era um esconderijo de negros que fugiam das fazendas, devido aos maus tratos que sofriam por parte dos fazendeiros. Esses moradores ainda mencionam a

2 A localidade recebe esse nome devido ao rio que banha a região, que tem essa mesma denominação.

3 Grileiros são proprietários de terras que definem as fronteiras entre legalidade e ilegalidade não só na Amazônia, ou nas áreas de frente de expansão capitalista, mas no conjunto do território brasileiro. (PRIETO, 2017, p. 12)

presença indígena<sup>4</sup> no território. Além dos negros e dos indígenas, Carvalho (1996, p. 37) “[...] cita um outro personagem ao conjunto pelas quais aquela memória se expressa, uma categoria social referida a um ator da história de ocupação do Vale do São Francisco – o maroto<sup>5</sup> [...]”. Através desse contato entre negros, indígenas e marotos, na época da ocupação de Rio das Rãs, deu-se a constituição dessa localidade, conforme menciona Silva (1998, p. 21)

[...] a reprodução se dá mediante relações entre os residentes no Mucambo do Pau Preto<sup>6</sup> e outros negros e índios que habitavam nas proximidades, em antigos mocambos na caatinga, como o Morro do Quilombo, Vereda do Pau Preto e a Lagoa do Pajaú. Após a retirada dos ‘marotos’, o processo de constantes deslocamentos internos facilitou os vínculos com outros grupos, sem, com isso, desfigurar o que os quilombolas dizem ser “uma só parentage.

Dessa forma, esse quilombo, por estar localizado entre o Rio das Rãs e o Rio São Francisco, bem como por ser uma área agrícola de boa qualidade para plantação e criação de gado, chamou a atenção de muitos fazendeiros da região. O primeiro fazendeiro interessado pelas terras do Rio das Rãs foi o coronel Deocleciano Pires Teixeira que, em 1850, se apropriou delas, afirmando para os moradores que as tinha herdado do seu tio, o Major Francisco Teixeira de Araújo. Para evitar conflitos com os afrodescendentes, o coronel lhes conferiu “favores”, tais como plantar, caçar e pescar; em contrapartida, estes tinham que cuidar de seu gado.

Em Rio das Rãs, o sistema de agregacia foi imposto aos negros que ocupavam o território desde o início do século XIX. O coronel Francisco Teixeira obrigava-os a trabalhar sete dias por ano na limpeza do vaquejador – o corredor por onde o gado era transferido da vazante que se inundava nas cheias do São Francisco para as áreas mais altas do sequeiro. A retirada do gado da área inundável era feita pelos vaqueiros, enquadrados na categoria de empregados, e aos agregados competia preparar a alimentação e roçar o vaquejador, serviço extenuante e sem qualquer remuneração. Os agregados eram impedidos de criar gado, de construir casas de alvenaria ou fazer plantio de ciclo permanente, além de cercar suas roças com arame farpado, com a intenção explícita de assinalar a precariedade da ocupação dos mesmos. (SILVA, 2010, p. 52)

4 [...] a presença de muitos caboclos, mistura de índios com brancos, que vieram da margem direita do Rio São Francisco [...] Na margem esquerda, a perseguição dos propostos de Manuel Nunes Viana e Athânasio de Siqueira Brandão foi muito dura e cruel contra os índios. (SOUZA; ALMEIDA, 1994, p. 7)

5 Nome dado aos brancos pelos negros. (SOUZA; ALMEIDA, 1994, p. 55)

6 A comunidade Rio das Rãs (originalmente denominada Mocambo do Pau Preto, ou simplesmente, Mocambo, segundo moradores).

A partir de 1980, a família Teixeira vendeu parte do território para o grupo Bonfim Indústria Algodoeira LTDA (BIAL), o que acentuou o conflito pelas terras. Nessa ocasião, casas foram derrubadas com uso de tratores, plantações foram destruídas, os moradores foram perseguidos e alguns acabaram fugindo da comunidade para as regiões de Brasília, Minas Gerais e São Paulo. (CARVALHO, 1996, p. 76)

Com base nos depoimentos obtidos da própria comunidade, percebe-se a violência que cercou a disputa pela posse de terra entre fazendeiros e descendentes de ex-escravizados que viviam no território, conforme o depoimento do morador José Francisco da Cruz:

O fazendeiro chegava derrubando casa, derrubando roça cheia de mandioca, feijão, de milho, de arroz e ele metia a máquina e derrubava isso tudo. As raízes das mandioca ficava toda por cima da terra. Se era o gado ele soltava, né, cortava o arrame todo. Derrubava a casa da gente. Aqui tem um lugar no (rio) São Francisco, sobre o comestivo [...] nós plantava o lameiro e ele ia derrubar, ia soltar o gado dele dentro do feijão [...].

Alguns moradores não aceitaram sair de suas terras, o que gerou um embate entre eles e o fazendeiro Carlos Bonfim. Nessa luta, contaram com o apoio de diversos órgãos, como o Ministério Público Federal, o Movimento Negro Unificado, a Comissão Pastoral da Terra, principalmente a Igreja Católica e a Comissão Evangélica dos Direitos da Terra.

Devido a esse conflito pela posse de terra e à seca, entre 1971 e 1998, alguns moradores começaram a migrar para outros lugares fora do quilombo, principalmente, os mais jovens, que tiveram que sair para trabalhar.

É importante assinalar que as migrações para [...] São Paulo, sobretudo nos períodos de seca, fazem parte da história do Rio das Rãs. Porém, a ocorrência dessa migração em todo o século XX se deu num contexto em que os quilombolas não tinham o domínio legal do seu território. Depois de 1998, em que cerca de 40 mil hectares de terras foram desapropriados em nome da comunidade de Rio das Rãs, a migração passou a ser um fenômeno que precisa ser compreendido tanto para os que migram como para os que recusam as alegações de que não haja no quilombo opções viáveis para os que querem trabalhar. (SILVA, 2010, p. 114)

Para vencer esse conflito com fazendeiros, latifundiários e grileiros, os moradores da comunidade tiveram proteção conferida através da Constituição de 1988, que estabelece, no artigo 216, parágrafo 5, que “[...] ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.” (BRASIL, 1988, p. 164), e, no artigo 68 dos Atos das Disposições Transitórias, que regulamenta que “[...] aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 1988, p. 208).

De acordo com conversas informais com os moradores de Rio das Rãs, como também com documentários consultados sobre a comunidade, durante sua história, as famílias negras que lá residiam lutaram e resistiram por um território próprio.

Como demonstrado nesta seção, a história de contato entre os nativos da região de Rio das Rãs com os fazendeiros à época da formação da comunidade, com índios e marotos em sua fuga para esse quilombo e, atualmente, com membros externos a essa comunidade, faz desta uma rica fonte de estudos linguísticos.

A próxima seção é dedicada à análise dos resultados estatísticos, que se embasa na teoria da variação e mudança linguística e nos resultados apresentados na revisão da literatura.

## Apresentação e discussão dos resultados

Nesta seção, apresentam-se os resultados gerados pelo Goldvarb X e a interpretação das pesquisadoras acerca desses números estatísticos. Nesta análise, obteve-se um total de 993 ocorrências, das quais 143 apresentam aplicação da regra de concordância, o que equivale a 14,4%, e 850 de ausência de concordância, equivalendo a 85,6%, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Aplicação da marca de concordância verbal de P6

MARCA DE CONCORDÂNCIA VERBAL DE P6	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	PERCENTUAL
Aplicação da regra	143/993	14,4%
Não aplicação da regra	850/993	85,6%

Fonte: elaborada pelas autoras.

Cada grupo de fatores linguísticos e sociais é relevante para promover a aplicação da concordância verbal de P6 na fala vernácula da comunidade Rio das Rãs. Dentre esses fatores, destaca-se a variável social *redes de relações sociais*, considerada estatisticamente relevante pelo Programa Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), conforme poderá ser verificado nos resultados que são discutidos nesta seção.

### Redes de relações sociais

Conforme apresentado na seção anterior, a comunidade Rio das Rãs tem sua história linguística profundamente relacionada ao início da formação do quilombo, ou seja, é uma localidade constituída por descendentes de negros foragidos que teriam se refugiado na região do Rio São Francisco. Além dos negros foragidos, no território do Velho Chico habitavam índios, desde o início, ainda no século XIX. A partir dos anos 1970 e 1990, os fazendeiros tomaram posse de metade do quilombo e alguns moradores foram obrigados a deixar a comunidade de Rio das Rãs. Assim começaram os contatos dos negros com os brancos (fazendeiros) na luta pela posse de terras.

Nesse contexto, pode-se mencionar que, devido aos conflitos pela posse de terras, muitos moradores tiveram que deixar a comunidade durante esse período. Alguns foram para a cidade de São Paulo, outros para cidades vizinhas (Bom Jesus da Lapa, Serra do Ramalho e Barreiras). Segundo Purificação (2015, p. 78),

As causas principais para a migração perpassaram pelas dificuldades impostas pelo fazendeiro, que dentre às suas imposições como “dono” das terras, proibia os antigos moradores de desenvolverem atividades necessárias ao sustento familiar como: a criação de animais, a produção de alimentos e até mesmo intervindo na mobilidade ao proibir a circulação dos negros pelo território.

Atualmente, a migração dos moradores da comunidade Rio das Rãs ainda continua para centros urbanos (São Paulo, Brasília e Goiás), à busca de condições de inserção no mercado de trabalho ou à busca de oportunidades de expansão econômica; como consequência dessa migração, esses moradores entram em contato com outras variedades do PB, trazendo, assim, marcas linguísticas para a comunidade de origem. Segundo Bortoni-Ricardo (1985, 2011), a urbanização de dialetos rurais é o cerne dos processos de mudança e padronização linguísticas no Brasil, devendo ser entendida no contexto de um país em desenvolvimento.

Nesse contexto, analisamos a variável *redes de relações sociais* como relevante para o processo de aplicação da concordância verbal de P6 no vernáculo da comunidade em estudo. Essa variável vem ganhando visibilidade nos estudos linguísticos por ser considerada determinante para promover a variação e a mudança linguística em decorrência do contato externo dos moradores com falantes de outras comunidades linguísticas. Dessa forma, o contato linguístico, de qualquer natureza, pode levar à mudança linguística. (SANKOFF, 2002)

As redes de relações advindas de contatos com outros grupos sociais e os contatos com os meios de comunicação, bem como com a extensão dos benefícios da urbanização, dentre eles o acesso ao letramento, podem modificar o contexto social em que vive dada comunidade, e certamente, influenciam a forma de falar de seus membros. (SILVA, 2005, p. 32)

Nesses termos, as *redes de relações sociais* são vistas como uma variável que estabelece o comportamento linguístico de um dado grupo, ou uma comunidade, pois as mudanças linguísticas acontecem em uma dada comunidade, muitas vezes em virtude da interação de seus membros, sobretudo os falantes mais jovens, com membros de outras comunidades; trazendo, assim, marcas, influências externas à comunidade. Aqueles que não se ausentaram por muito tempo, por seu turno, tendem a apresentar um padrão linguístico com mais marcas típicas da comunidade.

Para compreender o papel das *redes de relações sociais* na marcação da concordância verbal de P6 neste trabalho, classificamos os informantes em dois grupos de acordo com o papel social que exercem: *rede local* e *rede dispersa*, conforme demonstra a Tabela 2:

Tabela 2 – Presença da marca de plural ou variante padrão, segundo as *redes de relações sociais*

REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS	OCORRÊNCIAS	FREQUÊNCIA	P. R.
Local	71/589	12,1%	0,46
Dispersa	72/404	17,8%	0,57

Fonte: elaborada pelas autoras.

Como pode ser percebido na Tabela 2, o peso relativo 0,57 revela que os falantes com uma *rede de relações sociais dispersa*, ou seja, aqueles que interagem com falantes de outras comunidades por mais de seis meses, favorecem a regra de realização da marca de concordância verbal de P6, ao contrário daqueles falantes que permanecem na comunidade, os quais inibem a realização da marca de concordância verbal de P6, apresentando peso relativo.46. Pode-se inferir que os falantes que apresentam *redes de relações dispersa*, ao entrarem em contato com os padrões linguísticos de outras comunidades, para não se sentirem diferentes no modo de falar, acabam incorporando uma variedade de prestígio, enquanto os falantes que permanecem na sua localidade, por sua vez, desenvolvem um sentimento de pertencimento e valorização do local em que moram e, devido à valorização de seus costumes e tradições, preferem não se locomover para outras comunidades; assim, acabam preservando as variantes do lugar. (CANGIRANA, 2019; CANGIRANA; GONÇALVES, 2018)

Vale ressaltar que Labov (1963) realizou um estudo sobre as variações do inglês utilizado por habitantes da ilha de Martha’s Vineyard, localizada no estado americano de Massachussets. Nesse estudo, o pesquisador constatou que a comunidade sofreu influências sociais dramáticas provocadas por veranistas do continente e que os habitantes “nativos”, ressentindo-se de tal invasão cultural e econômica, começaram a marcar a pronúncia dos ditongos como forma de demarcar seu espaço, sua identidade, sua cultura, seu perfil de comunidade e de grupo social, e concluiu que o estilo articulatório seria objeto de avaliação social. Por outro lado, também revelou que o uso da forma padrão, de maior prestígio, demonstrava um sentimento de insatisfação, uma vontade de deixar a ilha, ou seja, de se diferenciar da identidade social dos habitantes nativos.

A “ampliação” da rede de relações sociais dos membros de uma determinada comunidade linguística pode estar associada à necessidade de seus membros buscarem trabalho fora da comunidade (conforme já discutido neste texto), o que faz com que estejam mais expostos ao contato com outras redes de relações; em consequência, a depender da situação, a exposição à variedade padrão também poderá ser mais intensa, bem como a necessidade de se adequarem aos moldes do “mercado linguístico”.7 (ALMEIDA, 2006)

7 A ideia de mercado linguístico está associada à competência linguística do falante que, por sua vez, é avaliada como um capital que possibilita um sistema de “trocas simbólicas” dentro da sociedade. (BOURDIEU, 1977)

Neste estudo, os dados apontam a confirmação da hipótese de que a *rede de relação social dispersa* estaria mais próxima do uso da norma padrão em detrimento da local, com o peso relativo 0,57. Sendo assim, estão associadas à mobilidade dos moradores do quilombo, principalmente, os mais jovens que interagem com outras pessoas fora da comunidade. Esse convívio fora da comunidade e contato com pessoas que empregam uma variedade linguística distinta da sua pode aproximá-los da variante padrão. Esses falantes saem do quilombo para trabalhar por um determinado tempo; normalmente vão em busca de emprego em São Paulo, Brasília, Goiás ou em cidades vizinhas (Cf. seção anterior deste capítulo), por lá permanecendo por mais de seis meses, e acabam retornando à comunidade, carregando esses traços linguísticos para o português usado pelos falantes dessa comunidade.

De acordo com a memória dos moradores, os jovens quilombolas que migraram nos últimos anos têm ocupado várias atividades fora do quilombo. Em geral, esses jovens têm migrado para cidades próximas: Bom Jesus da Lapa, Serra do Ramalho e Barreiras ou para os grandes centros, como Brasília, Goiás e São Paulo. Todos esses fatores contribuem para a marcação de concordância verbal de P6 pelos mais jovens em relação aos mais velhos, pois estes, por sua vez, em sua maioria, são aposentados, trabalham na roça e, devido a sua idade, saem poucas vezes da comunidade. Devido a esses aspectos, os mais velhos apresentam ausência da realização da marca de concordância verbal de P6 em suas ocorrências.

No estudo realizado por Purificação (2015), *Educação escolar quilombola: um estudo sobre os aspectos difundidos no Quilombo Rio das Rãs*, percebem-se as mudanças adotadas pelos mais jovens:

Os mais velhos se queixaram das mudanças adotadas pelos mais jovens, tanto no comportamento, quanto na maneira de se vestir e falar; sob a afirmação de que os adolescentes e jovens além de desprezar elementos da cultura quilombola, dispensam esforços no sentido de se aproximar ao máximo possível da aparência física dos artistas que se apresentam na televisão, em sua grande maioria, se trata de pessoas não-negras. (PURIFICAÇÃO, 2015, p. 175)

É importante destacar que outras pesquisas como as de Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009, p. 314) também consideram que “[...] o efeito dessa variável parece ser mais significativa entre os falantes mais jovens”, pois está sendo cada vez mais recorrente a migração de jovens de suas comunidades de origem à procura de trabalho nos grandes centros urbanos e cidades vizinhas, o que, como destacado neste trabalho, ocasiona a sua interação com pessoas portadoras de outras variedades linguísticas, as quais, naturalmente, acabam incorporando à sua fala.

Ainda, verificou-se, com o estudo dessa variável, que é forte sua influência sobre os outros grupos de fatores, o que poderá ser demonstrado, nas próximas subseções, por meio da análise do cruzamento deste com os grupos de fatores *faixa etária* e *sexo*.



Foi justamente o fato de as variáveis extralinguísticas não atuarem isoladamente que motivou a realização de tais cruzamentos.

### Cruzamento das variáveis redes de relações sociais e faixa etária

Fizemos o cruzamento das variáveis *redes de relações sociais* e *faixa etária*, por acreditarmos que a *rede de relações sociais dispersa* seja um fator definidor na marcação da concordância verbal de P6 na fala dos informantes mais jovens. Os resultados desse procedimento estão expostos na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 – Presença da marca de plural, segundo o cruzamento das variáveis *redes de relações sociais* e *faixa etária*

REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS	OCORRÊNCIAS	FREQUÊNCIA	P. R.
Local	Faixa I	26/220	12%
	Faixa II	20/110	18%
	Faixa III	25/259	10%
Dispersa	Faixa I	44/158	28%
	Faixa II	26/183	14%
	Faixa III	2/63	3%

Fonte: elaborada pelas autoras.

O cruzamento entre essas variáveis demonstra que a faixa etária I, constituída por jovens entre 25 e 35 anos, apresenta uma rede de relações mais ampla que as faixas etárias II e III. Os informantes mais jovens que permaneceram mais de seis meses ou mais fora da comunidade são os que mais usam a variedade padrão, com percentual de 28%. Os informantes que nunca saíram da comunidade, e que pertencem à faixa III, apresentam um percentual de 10%. Este resultado desfavorece a marcação de P6 por parte desta faixa etária na comunidade em estudo. Ressalte-se que, no cômputo geral, os resultados apontam para a ausência de marcas de concordância verbal de P6.

### Cruzamento das variáveis *redes de relações sociais* e *sexo*

O cruzamento das variáveis *redes de relações sociais* e *sexo* apresenta maior influência da aplicação da regra de concordância para os informantes que estiveram mais tempo fora da comunidade, conseqüentemente, ampliando suas redes de relações sociais. A Tabela 4, referente ao cruzamento das referidas variáveis extralinguísticas, demonstra isso.

Tabela 4 – Presença da marca de plural, segundo o cruzamento das variáveis redes de relações sociais e sexo

REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS	OCORRÊNCIAS	FREQÜÊNCIA	P. R.
Local	Masculino	20/182	11%
	Feminino	51/407	13%
Dispersa	Masculino	13/250	5%
	Feminino	59/154	38%

Fonte: elaborada pelas autoras.

O cruzamento entre essas variáveis mostra que *as redes de relações sociais dispersa* exerce influência sobre o sexo feminino, com percentual de 38%, mas não sobre o sexo masculino, com 5% percentuais. Logo, apesar do baixo índice de marcação de concordância verbal de P6, o sexo feminino associado à *rede de relações sociais dispersa* leva a uma realização maior da variante padrão do que o masculino. Ainda, com relação ao sexo feminino, percebemos que as mulheres que desenvolvem uma *rede dispersa* realizam mais a variante padrão (com 38%) do que aquelas que desenvolvem uma rede local (com 13%).

## Considerações finais

No presente estudo, investigou-se a influência da variável *redes de relações sociais* para a aplicação da regra de realização da marca de concordância verbal de terceira pessoa do plural ou P6 em dados de fala dos moradores da comunidade quilombola Rio das Rãs.

Em linhas gerais, a hipótese deste trabalho de que os falantes com uma *rede de relações sociais dispersa* apresentam um maior índice de marcação de concordância em P6 do que os falantes que nunca se ausentaram da comunidade confirmou-se. Isso porque foi constatado, na amostra deste estudo, que os falantes que apresentam uma *rede de relações sociais dispersa* demonstram uma tendência à aplicação da regra de realização da marca de concordância verbal, com peso relativo 0,57, contra a rede de relações sociais *local*, com peso relativo 0,47. Vale ressaltar que, embora, no cômputo geral da pesquisa, prevaleça a não aplicação dessa regra, esse grupo de fatores favorece sua aplicação, justamente devido à relação de um grupo de falantes – os mais jovens – com pessoas externas à sua comunidade linguística.

Acredita-se que a variação linguística que ocorre na fala dos moradores dessa comunidade quilombola sejam marcas que os falantes mais jovens estão trazendo, pois esses falantes saem do quilombo por um determinado tempo, normalmente, em busca de emprego em São Paulo, Brasília ou em cidades vizinhas (Cf. seção 3 deste capítulo), por lá permanecendo por mais de seis meses, e retornam à comunidade, trazendo esses traços linguísticos para o português usado por seus conterrâneos. Já aqueles que nunca se ausentaram do quilombo, principalmente os mais velhos, certamente apresentam um padrão linguístico com marcas mais típicas do português popular.

Espera-se que este estudo sociolinguístico contribua para a análise de fenômenos linguísticos do português popular brasileiro, mais especificamente, da variedade falada no oeste da Bahia, assim como o fazem outros estudos aqui mencionados.

## Referências

- ALMEIDA, A. P. *A concordância verbal na comunidade de São Miguel dos Pretos, Restinga Seca, RS*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- ASSIS, L. B. *A concordância nominal de número na Comunidade Quilombola de Rio Das Rãs: análise das variáveis linguísticas e extralinguísticas*. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BOURDIEU, P. L'économie des échanges linguistiques. *Langue Française*, Paris, n. 34. 1977.
- BRASIL. *A nova Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. São Paulo: Mandarino, 1988.
- CANGIRANA, J. L. *O português afro-brasileiro: a concordância verbal de terceira pessoa do plural na comunidade quilombola Rio das Rãs – BA*. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.
- CANGIRANA, J. L.; GONÇALVES, E. Influência dos fatores extralinguísticos na marcação da concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala da comunidade rural de Rio das Rãs – BA. In: ATAÍDE, C. A.; SOUSA, V. V. (org.). *Linguagem, texto e ensino: descrições e aplicações*. Recife: Pipa Comunicação, 2018. p. 885-896.
- CARVALHO, J. J. (org.). *O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas*. Salvador: Edufba, 1996.
- CESÁRIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTA, M. E. (org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LABOV, W. *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1963.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008[1972].
- LUCCHESI, D. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-130, 2001.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: E UFBA, 2009.
- MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: BRAGA, M. L.; MOLLICA, M. C. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 3. ed. Contexto: São Paulo, 2012. p. 9-14.

- MOREIRA, J. L.; SILVA, J. A. A. O pronome SE na sócio-história do português afro-brasileiro: um estudo sociolinguístico do vernáculo da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs. In: VIANA, R. B. M. et al. (org.). *Estudos em sociolinguística variacionista e sociofuncionalismo*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 31-45.
- NARO A. J. Dimensions of a syntactic change. *Language*, vol. 57, n 1, 1981. p. 63-98.
- OLIVEIRA, K. R. F. *Sujeito Nulo ou sujeito preenchido?* Uma análise da variedade falada pela Comunidade Quilombola Rio das Rãs – Bahia. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.
- PRIETO, G. F. T. A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira. *Mercator*, Fortaleza, v. 16, 26 jan. 2017.
- PURIFICAÇÃO, J. O. *Educação escolar quilombola: um estudo sobre os aspectos difundidos no Quilombo Rio das Rãs*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.
- SANKOFF, G. Linguistic outcomes of language contact. In: CHAMBERS, J. K; TRUDGILL, P; SCHILLING-ESTES, N... *The handbook of variation and change*. Malden, MA: Blackwell, 2002.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows. Toronto: University of Toronto, 2005.
- SILVA, J. A. A. *A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia*. 2005. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- SILVA, J. A. A. *A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolinguístico de três comunidades rurais do estado da Bahia*. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- SILVA, V. S. *Do mucambo do pau preto à Rio das rãs: liberdade e escravidão na construção da identidade negra de um quilombo contemporâneo (Ensaio Etnográfico)*. Salvador: UFBA, 1998.
- SILVA, V. S. *Rio das Rãs e Mangal: feitiçaria e poder em territórios quilombolas do médio São Francisco*. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- SOUZA, J. E.; ALMEIDA, J. C. D. *O mucambo do Rio das Rãs: um modelo de resistência negra*. Bom Jesus da Lapa: Sinergia/Caritas, 1994.
- TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1994.
- TEIXEIRA, S. C. C.; LUCCHESI, D.; MENDES, E. P. A concordância verbal no português popular de Salvador: uma amostra da variação linguística na periferia da capital baiana. *Entre palavras*, Fortaleza, ano 3, v. 3, n. 1, p. 251-275, 2013.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006[1968].

MARCELO DA SILVA SOUZA

## **“Quer que eu falo/fale”: variáveis sociais e o uso do subjuntivo no português em comunidades quilombolas do oeste da Bahia**

### **Introdução**

Este capítulo apresenta os resultados das variáveis sociais controladas em um estudo descritivo e analítico pioneiro da variação modal entre o indicativo e o subjuntivo em duas comunidades quilombolas situadas à margem direita (Rio das Rãs) e à margem esquerda (Montevidinha) do rio São Francisco pertencentes, respectivamente, às regiões oeste e centro-oeste (na Zona Fisiográfica do Médio São Francisco) do estado da Bahia.

Muitas pesquisas têm considerado a importância do contato linguístico no processo de formação socio-histórica do português brasileiro (PB). Segundo Lucchesi e Baxter (2009), o contato por que passou o português com as línguas africanas não gerou uma língua crioula, mas uma variedade do português. A esse processo, que deixou marcas na morfossintaxe do PB, os autores chamam de transmissão linguística irregular, que acontece quando a denominada língua de superstrato ou língua alvo “se impõe de modo que os falantes das outras línguas, em sua maioria adultos, são forçados a adquiri-la em condições bastante adversas de aprendizado, em função de sua sujeição e marginalização”. (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 101)

Entende-se, dessa forma, que o panorama apresentado contribuiu para o delineamento de diversos fenômenos morfossintáticos já observados no PB como distintos

do português europeu (PE), entre os quais o uso de formas do indicativo em contextos previstos, pela tradição gramatical, para as formas de subjuntivo (1. Você quer que eu *falo/fale* sobre isso? / 2. Ele imaginou que eu *era/fosse* morador daqui.). Tal variação também é percebida no português rural e, de modo particular, no quilombola, enfoque do presente estudo.

Partindo do pressuposto de que o contexto sócio-histórico é importante para compreender a realidade sociolinguística das variedades do português e considerando o efeito do contato linguístico sobre as variedades tais quais as conhecemos hodiernamente, a presente pesquisa tem como objetivo descrever e analisar quali-quantitativamente o uso variável do modo subjuntivo no português rural de Montevideinha e de Rio das Rãs. Para tanto, estabelece-se na proposta de contribuir para a construção de um panorama do falar baiano, que, por sua vez, colabora também para a compreensão do português brasileiro.

Buscando nortear o nosso texto, nos detemos inicialmente numa breve caracterização do fenômeno em estudo, o modo subjuntivo. Em um segundo momento, apresentamos o aporte teórico-metodológico da pesquisa. Em seguida, é apresentada a sócio-história das comunidades estudadas. Finalmente, é discutida a análise dos dados, cuja abordagem pauta-se, principalmente, na exibição das variáveis extralinguísticas, que foram submetidas ao programa de regra variáveis Goldvarb X.

### **Caracterização do modo subjuntivo**

O modo subjuntivo tem sido definido predominantemente como uma noção que toma a postura atitudinal do falante diante do enunciado por ele produzido. Nesse sentido, o modo corresponde às “diferentes formas que toma o verbo para indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia”. (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 394)

O termo subjuntivo origina-se do latim *subjunctivus*, que quer dizer literalmente “subordinado”, o que explica seu uso mais comum nas orações subordinadas, como as completivas, relativas e adverbiais.

Por meio do processo de negação do uso e refutação de explicações que sejam calçadas em aspectos de natureza extralinguística, as gramáticas tradicionais discutem a questão em termos fechados e taxativos, desprezando, assim, as interferências históricas, sociais e culturais que impulsionam fortemente a forma como o subjuntivo é produzido pelo falante, conforme se acham desvelados a seguir os conceitos:

- a. “Emprega-se o subjuntivo em orações dependentes de outras quando o seu fato verbal não é positivo, mas encerra desejo, súplica, incerteza, dúvida”. (BUENO, 1963, p. 316);

- b. “O modo subjuntivo indica dependência também quando o fato é duvidoso ou indeterminado, sendo por isso chamado ‘modo da possibilidade’”. (ALMEIDA, 1981, p. 226);
- c. “Subjuntivo (conjuntivo) – em referência a fatos incertos”. (BECHARA, 2006, p. 196);
- d. “Ao empregarmos o modo subjuntivo, é totalmente diversa a nossa atitude. Encaramos, então, a existência ou não existência do fato como uma coisa incerta, duvidosa, eventual ou, mesmo, irreal”. (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 479)

De forma geral, a tradição gramatical tem colocado o modo subjuntivo e o modo indicativo como dois polos que significam, respectivamente, o “incerto/duvidoso” e o “certo/real”. Por essa perspectiva, o subjuntivo é então entendido como o modo da dúvida, possibilidade, probabilidade e incerteza; por sua vez, o indicativo é o modo do real, da factualidade e da certeza. Sobre essa complexidade que envolve o modo, recai a necessidade de se desenvolver pesquisas que não se detenham à imanência da oração, mas que levem em consideração a covariação entre aspectos linguísticos, sociais e pragmáticos.

### Pressupostos teórico-metodológicos

Com o intuito de descrever e analisar o comportamento do fenômeno variável do modo subjuntivo no português rural das comunidades quilombolas de Montevidinha e de Rio das Rãs, utilizamos os pressupostos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Variacionista. (LABOV, 2008[1972])

O *corpus* analisado é constituído pela amostra de fala das comunidades quilombolas de Montevidinha e Rio das Rãs e é formado por entrevistas com duração de 40 a 50 minutos cada. As gravações caracterizam-se por conversas espontâneas de caráter informal, com vistas à extração de falas o mais vernacular possível. Ao todos, esta pesquisa se valeu de 37 inquéritos, dos quais 24 são amostras de fala de Rio das Rãs e, 13, de Montevidinha.

Os informantes que compõem a amostra da comunidade quilombola de Montevidinha foram escolhidos de modo que fossem estratificados de acordo com as variáveis sexo (7 informantes do sexo masculino e 6 do feminino), faixa etária (3 informantes de 25 a 35 anos, 4 de 45 a 55 anos e 6 com mais de 65 anos) e escolaridade (6 semialfabetizados,<sup>1</sup> 5 sem escolaridade e 2 alfabetizados). Os informantes de Rio das Rãs foram escolhidos de modo que fossem estratificados de acordo com as variáveis sexo (12 informantes do sexo masculino e 12 do feminino), faixa etária (8 informantes de 25 a 35 anos, 8 de 45 a

1 Por *semialfabetizado* considera-se, nesta pesquisa, a pessoa que tem pouquíssimo contato com a leitura e que geralmente apenas aprendeu a escrever o nome e que lê com dificuldade algumas frases, por exemplo.

55 anos e 8 com mais de 65 anos) e escolaridade (12 sem escolaridade e 12 semialfabetizado), totalizando, nessa amostra, 24 inquéritos.

A diferença entre a classificação da escolarização no corpus das duas comunidades se deve ao fato de que os projetos<sup>2</sup> a que pertencem as entrevistas são independentes um do outro, fazendo com que a metodologia de estratificação da escolaridade não coincida.

## **Sócio-história das comunidades de Montevidinha e Rio das Rãs**

A comunidade quilombola de Montevidinha pertence ao município de Santa Maria da Vitória, região oeste da Bahia, e está localizada a aproximadamente 936 km da capital baiana, Salvador. O município de Santa Maria da Vitória localiza-se na borda esquerda do rio Corrente, que, por sua vez, é um dos afluentes do São Francisco.

Quanto às disposições legais de registro, Montevidinha é uma comunidade reconhecida como quilombola pela Fundação Palmares, em conformidade com as disposições legais da Portaria da FCP nº 98/2007 e do Decreto Presidencial nº 4.887/2003.

A pesquisa intitulada *A comunidade Montevidinha no contexto de reconhecimento como quilombola no Oeste Baiano (1870-2010)*, desenvolvida no âmbito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) por Bello, Ortega e Camêlo de Oliveira (2010), apresenta dados socio-históricos interessantes sobre a comunidade quilombola, por meio da apresentação de “critérios como ancestralidade, relações de parentesco e de compadrio”, destacando que “a constatação de práticas culturais pertencentes à cultura afro-brasileira eram fundamentais para categorizar Montevidinha como uma comunidade remanescente de quilombo”. (BELLO; ORTEGA; CAMÊLO DE OLIVEIRA, 2010, p. 9) Para as autoras, Montevidinha se insere no contexto de comunidade de remanescentes de antigos escravizados, ainda no período vigente da escravidão no Brasil e no período Pós-Lei Áurea, de 1888, quando marcou o início da sua história. (BELLO; ORTEGA; CAMÊLO DE OLIVEIRA, 2010, p. 32)

Souza, Barros e Oliveira (2020, p. 231-232) afirmam que os moradores, ao serem questionados sobre a origem de Montevidinha, são “consensuais ao contarem que os primeiros negros a ocuparem o território atual vieram da região de Macaúbas, município baiano colonizado no século XVIII por portugueses, na região da Chapada Diamantina meridional na Bahia”.

Os moradores da comunidade vivem basicamente da agricultura de subsistência, a saber: cultivo de cana-de-açúcar, produção de cachaça e rapadura, cultivo de “arroz, milho, hortaliças, a mandioca (preparo da farinha); agropecuária com gado de corte e leiteiro e o fumo para consumo interno e, no caso da cachaça, rapadura e farinha,

---

2 O corpus de Montevidinha pertence ao projeto “Falares Além São Francisco” (UFBA-UFOB) e o corpus de Rio das Rãs pertence ao projeto “O Português Rural de Rio das Rãs” (UFOB).



são vendidos em feiras livres da cidade a fim de alimentar a renda familiar”. (BELLO; ORTEGA; OLIVEIRA, 2010, p. 9)

Por sua vez, a comunidade negra do Rio das Rãs pertence ao município de Bom Jesus da Lapa, interior da Bahia, estando localizada a 70 km da sede (CARVALHO, 1996) e à margem direita do rio São Francisco e do rio das Rãs. Localiza-se na borda direita do São Francisco, a 736 km da capital baiana, Salvador. Segundo o Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), o município tem 68.609 habitantes, possuindo uma extensão territorial de 4.115.524 km<sup>2</sup>.

A origem do nome da comunidade de Rio das Rãs faz referência ao rio das Rãs, como o próprio nome sugere, que é um importante afluente da margem direita do Rio São Francisco. O rio das Rãs assume uma relevância histórica para as comunidades negras formadas à sua margem, dado que estas, no que tange à subsistência, tinham como algumas das atividades de sobrevivência a pesca e a caça. Além de culturas agrícolas, a comunidade desenvolve atividades de criação de gado, porco, cabras e de pesca, por meio das quais desenvolvem atividades secundárias baseadas no estabelecimento comercial.

Segundo Dutra (2004, p. 3), “a população negra da fazenda do Rio das Rãs é composta de mais de trezentas famílias que se organizaram em cinco comunidades: Brasileira, Enxu ou Exú, Retiro, Capão do Cedro e Rio das Rãs”. Assim, do ponto de vista antropológico, a comunidade preserva a cultura de seus antepassados e é marcada pelas manifestações culturais negras, como a capoeira, o samba de roda e o culto à Jurema, sendo que este, segundo Carvalho (1996), corresponde a uma manifestação religiosa que compreende santos, caboclos, orixás e nagôs, em meio a rezas católicas populares, incluindo a dimensão da cura de doenças por meio de indicação de remédios naturais.

## **Análise dos dados**

Nesta seção, apresentamos as variáveis sociais controladas no estudo sobre a variação analisada entre os modos indicativo e subjuntivo em orações completivas, relativas e adverbiais, observando os tempos presente e passado.

Não foram submetidos ao controle estatístico os dados do tempo futuro e os demais casos de subjuntivo que ocorrem no *corpus*, quais sejam: em orações dubitativas com o advérbio *talvez* (*talvez fosse necessário acordar cedo amanhã*), orações coordenadas (*Que eu tenha conhecimento e tenha força para vencer*), orações optativas (*Deus o proteja!*), frases feitas e/ou expressões cristalizadas (*As coisas, que eu saiba, não mudaram nada*) e quando a sentença corresponde a uma interrupção do pensamento, tornando-a impossível de ser analisada (*Boa pra fazer conversa assim é a irmã dele, Nair, a Hilda, cês FOSSE lá...*).

Para contextualização geral da pesquisa, foram utilizados 37 inquiridos, nos quais foram encontradas 724 ocorrências de sentenças em contextos de hipotaxes complexas, considerando-se a variação modal entre indicativo e subjuntivo. Desse total,

380 ocorrências foram de indicativo e 344 ocorrências foram de subjuntivo, conforme se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição geral dos dados

MODO VERBAL	OCORRÊNCIAS	PERCENTUAL
Indicativo	380	52,5%
Subjuntivo	344	47,5%
Total	724	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

Esses resultados evidenciam um caso de variação, em cujo contexto as variantes estão concorrendo com percentuais muito próximos. Praticamente com os mesmos percentuais, as formas do indicativo representam 52,5% enquanto que as formas do subjuntivo representam 47,5% de ocorrências no universo de 724 dados em contextos próprios de subjuntivo nas orações subordinadas.

Em uma segunda rodada, foi possível eliminar os casos de *knockout* e proceder à obtenção dos pesos relativos e, assim, das variáveis selecionadas como estatisticamente relevantes. As variáveis selecionadas como relevantes no controle estatístico foram, nesta ordem: *tempo verbal da oração subordinada*, *tipo de verbo da oração principal*, *tipo de oração subordinada*, *escolaridade*, *faixa etária*, *rede de relações sociais*, *paradigma verbal da oração subordinada*, *sexo*, *exposição à mídia*, *pessoa verbal da oração subordinada*. Entretanto, como já exposto, este capítulo se detém na apresentação das variáveis sociais selecionadas como relevantes. Cabe salientar que, de todas as variáveis sociais controladas neste estudo, apenas *Comunidade* não se mostrou relevante. Os resultados de todas as variáveis podem ser consultados na íntegra em Souza (2019).

## Escolaridade

A escolaridade foi a primeira variável social e a quarta variável a ser selecionada como relevante. Apresentamos, a seguir, os resultados fornecidos pelo programa de regras variáveis sobre este grupo e sua distribuição em percentuais e pesos relativos na Tabela 2. Consideramos para este grupo três tipos de escolaridade: alfabetizados, semialfabetizados e sem escolarização.

Tomada frequentemente como uma das mais pertinentes variáveis sociais, esta variável permite uma melhor abordagem de análise quando se observam as formas linguísticas passadas pelo crivo social por uma avaliação de prestígio ou de estigmatização. Para além disso, Oliveira (2006, p. 46) assevera que “essa variável também se revela importante quando do estudo da língua escrita”.

A variável escolaridade é amplamente testada nos estudos variacionistas que tratam dos mais diversos tipos de fenômenos variáveis. No caso do subjuntivo, não é diferente,

uma vez que todas as pesquisas consultadas testaram tal grupo por considerarem a relevância que a escola possui na aquisição das normas linguísticas, principalmente nas que privilegiam variantes prestigiadas socialmente. Vejamos os dados da Tabela 2.

Tabela 2 – Uso do indicativo e escolaridade

FATOR	OC./TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
Alfabetizado	23/49	46,9%	0,087
Semialfabetizado	190/310	61,3%	0,666
Sem escolarização	167/365	45,8%	0,433

Fonte: elaborada pelo autor.

Os resultados encontrados apontam que os semialfabetizados são os que apresentam uma tendência de favorecimento do indicativo, com peso relativo de 0,666; enquanto que os alfabetizados são os que menos favorecem, com 0,087. A nossa hipótese aventada de que o indicativo seria menos favorecido por pessoas mais escolarizadas foi confirmada, apontando, dessa forma, que a escola assume papel importante na aquisição do uso padrão dos modos verbais.

Esses resultados vão na mesma direção dos de Pimpão (1999), que controlou a escolaridade levando em consideração os níveis de escolarização primário, ginásio e colegial, obtendo peso relativo de 0,71 para o nível de escolaridade mais alto, o colegial, sendo nesse nível onde se registra o maior número de ocorrências do subjuntivo e 0,26 para o primário/ginásio. Diante de tais resultados, a autora afirma que a maior frequência de uso do subjuntivo no colegial revela a atuação intensificada da escola, atuante nas prescrições gramaticais. Comparando nossos resultados com os de Pimpão (1999), podemos dizer que quanto mais escolarizados forem os indivíduos, mais eles se aproximam do subjuntivo padrão, que, por sua vez, é privilegiado nos espaços escolares por conta do critério de sistematização adotado com vistas à homogeneização da língua e à disseminação da gramática de maior prestígio social. Isso nos interessa porque, pelo que nos consta, a variação modal, de fato, passa pelo crivo da valoração social, tanto em contextos urbanos quanto em contextos rurais. Os menos escolarizados se aproximam em peso relativo, o que nos mostra que as formas não-padrão na variação modal são mais recorrentes entre os menos escolarizados.

Com percentuais muito próximos, os menos escolarizados detêm maior uso das formas inovadoras em relação ao padrão. Os alfabetizados, no entanto, apresentam uso bem reduzido e notável, indicando menor variação por esse contingente. O não acesso à escolarização coloca falantes em situação de uso natural da gramática da comunidade, sem, por exemplo, acessar estratégias de monitoramento linguístico. Para além dos nossos resultados, ainda consideramos que essa variável nos estudos sociolinguísticos torna-se relevante, especialmente quando são estudados fenômenos que são alvo do ensino escolar e que implicam estigma × prestígio.

Esses resultados confirmam também a importância que a escolarização teve no processo da formação das variedades do português. Foi, pois, a ausência de uma escolarização sistemática que corroborou a aquisição do português de forma defectiva, em que os escravizados deveriam aprender a língua-alvo sem instrução formal, de oitiva, a partir de um processo de transmissão linguística irregular que viria a desencadear uma série de variações linguísticas para as gerações futuras. Evidentemente, diante dos nossos resultados, salientamos a importância que a própria socio-história revela sobre a mudança do comportamento da escolarização perante os diferentes grupos sociais, sobretudo no que diz respeito ao processo de democratização do ensino a que assistimos no século XX, que faz com que o acesso à escolarização e o contato com a variante modal de prestígio tenha um caminho mais aberto. Tal situação desencadeia os reflexos da escolarização em ambientes antes desprovidos de escolas, como é o caso de lugares com acesso mais difícil, como o meio rural. Isso pode explicar por qual motivo tanto no português urbano (PIMPÃO, 1999) quanto no rural foram encontradas evidências do impacto da escolarização sobre a aquisição do subjuntivo padrão.

### Faixa etária

A *faixa etária* foi a segunda variável social e a quinta entre as variáveis selecionadas como estatisticamente relevantes. Consideramos para o seu controle três fatores: faixa I (de 25 a 35 anos), faixa II (de 45 a 55 anos) e faixa III (de 65 anos acima). Na Tabela 3, apresentamos os resultados referentes a esta variável.

A *faixa etária* também tem ocupado destaque como variável controlada pelas pesquisas sociolinguísticas nestes mais de 50 anos. No que concerne ao fenômeno em estudo, podemos citar Pimpão (1999), Santos (2005), Meira (2006), Carvalho (2007), Fagundes (2007), entre outros, que fizeram controle dessa variável. O enfoque dado à faixa etária pauta-se, basicamente, no fato de que essa variável

[...] indica se determinado fenômeno de variação linguística está estável ou se está em progresso num estudo em tempo aparente. Também se sabe que, no eixo social, os falantes mais jovens são mais inovadores e os falantes mais velhos costumam preservar formas mais antigas. (OLIVEIRA, 2006, p. 46)

Entretanto, ao levantar a nossa hipótese, a conjecturamos de forma diferente, pois buscamos entender que a variável *faixa etária* poderia estar relacionada com outros fatores sociais que podem aumentar ou diminuir o seu impacto sobre as variantes linguísticas a depender da realidade de que estejamos tratando e tentando levar em consideração que os meios de comunicação são um bom exemplo de fator social que pode intensificar o contato entre normas linguísticas. Assim, levando em consideração de alguma forma o papel da mídia no comportamento linguístico, a hipótese admitida é a de que

os membros mais jovens usem mais o subjuntivo padrão e que os mais velhos utilizem mais indicativo em contextos prototípicos de subjuntivo. Para aventar tal hipótese, acreditamos que, embora haja nas comunidades quilombolas pouco contato com a mídia e com canais tecnológicos, onde a norma culta é a que mais circula, ao se expor à mídia, diferentemente do que acontece com os mais velhos, os jovens são alvo de uma tendência de conformização ao padrão linguístico midiático por meio de pressões externas advindas desses meios que os afetam com peso diferente de como afetam os mais velhos, como, por exemplo, pressões no âmbito do mercado linguístico profissional. Vejamos os resultados na Tabela 3, abaixo:

Tabela 3 – Uso do indicativo e faixa etária

FATOR	OC./TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
Faixa I	185/298	62,1%	0,719
Faixa II	116/220	52,7%	0,411
Faixa III	79/206	38,3%	0,274

Fonte: elaborada pelo autor.

Os dados da Tabela 3 indicam que quanto maior for a faixa etária, menor é o uso do indicativo, mostrando que os idosos são mais conservadores com relação à forma culta, o que contrariou nossas expectativas. Os mais jovens apresentaram um peso relativo de 0,719 para o indicativo e os mais velhos o menor peso relativo, 0,274.

A nossa hipótese foi negada, pois os resultados apontam para a hipótese clássica de que os mais jovens tendem a assumir majoritariamente a forma inovadora, neste caso, com 62,1% de uso do indicativo, contra os adultos (52,7%) e idosos (38,3%), o que configuraria uma mudança em progresso, a partir da análise em tempo aparente. Para tal visão, conforme apontam os nossos dados, a mudança aconteceria quando há uma maior frequência de uso da forma inovadora na faixa etária mais jovem e, concomitantemente, a conservação das formas mais antigas na fala da faixa etária mais velha. Os dados da Tabela 3 ilustram que a faixa etária mais jovem usa mais as formas do indicativo, seguindo numa espécie de *continuum* para as faixas etárias mais altas. Entretanto, considerando a distribuição geral dos dados em que o caso de variação estável é evidente pelos percentuais muito próximos, não cremos que seja conclusiva uma afirmação de que um caso de mudança em progresso esteja acontecendo ou se apenas, nos termos de Carvalho (2007, p. 134), esteja acontecendo uma “mudança etária”. Só uma análise em tempo real de curta duração poderá esclarecer isso futuramente.

### Rede de relações sociais

A rede de relações sociais foi a terceira variável social e a sexta variável selecionada como relevante pelo programa de regras variáveis. Para isso, controlamos os seguintes fatores

neste grupo: local e dispersa. Os resultados percentuais e os pesos relativos estão expostos na Tabela 4.

Tabela 4 – Uso do indicativo e ‘Rede de relações sociais’

FATOR	OC./TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
Local	227/434	52,3%	0,676
Dispersa	153/290	52,8%	0,250

Fonte: elaborada pelo autor.

Como podemos perceber, o uso do modo indicativo é favorecido quando as relações sociais são locais, apresentando peso relativo de 0,676, enquanto que é inibido quando as relações são dispersas, com peso relativo de apenas 0,250 quando se trata de relações fora da comunidade. Neste sentido, a nossa hipótese de que o indicativo é favorecido quando a rede de relações é local e o subjuntivo é favorecido quando a rede de relações é dispersa foi confirmada. Os resultados apontam que as relações sociais constituem um importante fator sobre o modo de vida das pessoas e que o que materializa tais relações são as situações de contato estabelecido, no caso de comunidades diferentes, pela movimentação do falante nos espaços geográficos.

Assim, acreditamos que o contato linguístico estabelecido pela rede de relações dispersa contribui para que os falantes das comunidades analisadas incorporem as formas do subjuntivo, pois os grupos com os quais tiveram contato provavelmente devem ter o subjuntivo como variante de liderança, como é característico do português urbano, já que os moradores dessas comunidades que tiveram contatos linguísticos com falantes de outros lugares, acima de um ano fora da comunidade, foram morar em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Com este grupo de fatores, conseguimos entender que as redes de relações podem influenciar na variação modal em estudo, além de verificarmos que as movimentações dos falantes por territórios diferentes fazem com que, por meio do contato existente entre variedades linguísticas, eles adquiram traços que interferem no uso do indicativo ou do subjuntivo na comunidade estudada.

Nossos resultados não se aproximam daqueles encontrados nos estudos de Meira (2006) e de Santos (2005), nos quais o indicativo teve maior frequência de uso em falantes que saíram da comunidade, contrariando o que as autoras esperavam com relação a ser o subjuntivo, hipoteticamente, o mais utilizado pelos que saíram da comunidade. Nosso estudo compreende que isso decorre de uma peculiaridade das comunidades afro-brasileiras estudadas e que não se configura como uma situação que necessariamente se expanda às demais comunidades marcadas por situações pretéritas de contato linguístico.

## Sexo

Sexo foi a quarta variável social e a oitava selecionada como relevante pelo programa de regras variáveis. Para a composição do grupo, controlamos como fatores homem e mulher. Na Tabela 5, apresentamos os resultados estatísticos e os pesos relativos fornecidos pelo Goldvarb X.

A variável *sexo* tem sido considerada na maioria das pesquisas variacionistas como um grupo de fatores de notável importância para entender o encaixamento social do fenômeno linguístico, uma vez que muitos pesquisadores concordam com o fato de que homens e mulheres, por apresentarem funções e desempenharem papéis muitas vezes distintos na sociedade, representam-se como fatores indispensáveis ao entendimento da variação estável e/ou da mudança linguística. Frequentemente, esse pensamento é concebido à luz de que há uma “maior sensibilidade das mulheres às formas linguísticas prestigiadas. Os homens, ao contrário, tendem a favorecer a ocorrência de formas linguísticas de baixo prestígio social”. (PAIVA, 1992, p. 71)

Entretanto essa não é uma perspectiva única no cenário das pesquisas sociolinguísticas, que, por sua vez, têm feito considerações outras acerca do papel de homens e mulheres na sociedade, em frente a questões sociais e históricas. Assim sendo, Silva (2012), posicionando-se de forma contrária, afirmou haver uma preferência por parte dos homens em conservar a forma padrão, em comunidades quilombolas. Nesse sentido, considerando que, nas comunidades quilombolas analisadas, as mulheres geralmente são as que mais permanecem na comunidade cuidando dos trabalhos domésticos e da família, a hipótese admitida é a de que homens tendem a usar formas padrão, enquanto que mulheres tenderiam a usá-las menos, por considerarmos que os papéis sociais de homens e mulheres em comunidades quilombolas, que apresentam um isolamento social considerável, são demarcados de forma diferente dos papéis exercidos no âmbito urbano.

O estabelecimento dessa hipótese parte também do fato de concordarmos inicialmente com Meira (2006), que, por questões das especificidades das comunidades marcadas etnicamente, questiona essa máxima de que, com relação à variável *sexo*, os homens sejam mais inovadores e as mulheres mais conservadoras no que tange à variação estável. Nos termos da pesquisadora:

Analisando o fator *sexo* como variável independente, acreditamos que, em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, os resultados não seriam iguais aos de pesquisas realizadas nos centros urbanos, visto que a maioria das mulheres do meio rural não tem contato com as formas de prestígio sociais dos grandes centros urbanos, pois se restringem a permanecer na “roça”, cuidando dos afazeres domésticos e da família. (MEIRA, 2006, p. 196)

Vejamos os resultados fornecidos pela Tabela 5 e prossigamos, pois, à análise.

Tabela 5 – Uso do indicativo e ‘Sexo’

FATOR	OC./TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
Mulher	170/361	47,1%	0,430
Homem	210/363	57,9%	0,570

Fonte: elaborada pelo autor.

Depreendemos da Tabela 5 que, de fato, as mulheres são as que menos produzem as formas do indicativo em contexto de subjuntivo, com peso relativo de 0,430, enquanto que os homens são os que se mostram mais inovadores com relação ao padrão, assumindo um peso relativo de 0,570 para o indicativo. A nossa hipótese foi contrariada, pois, de fato, as mulheres se mostraram mais conservadoras com relação às formas padrão, o que confirma a hipótese clássica que circula nos estudos sociolinguísticos. Isso pode ser explicado pelos impactos sociais que tem havido nas últimas décadas, aos quais as comunidades quilombolas também têm se submetido, como o acesso cada vez maior à televisão, à internet e a outros recursos midiáticos, o que pode estar concorrendo para a reconfiguração da interação que as mulheres estabelecem, mesmo dentro da comunidade, com normas externas.

De posse dessas interações, os papéis sociais na comunidade também mudam, fazendo com que, conforme já expusemos, as mulheres possam preferir formas prestigiadas “no momento em que tais mulheres mantêm contato com tais formas socialmente aceitas, o que pouco acontece na realidade das mulheres analfabetas ou pouco escolarizadas”. (SILVA, 2012, p. 214) Na realidade das comunidades estudadas, percebe-se que é mais fácil as mulheres manterem contatos com formas prestigiadas mais por meio de aparatos tecnológicos que chegam à comunidade do que por meio de viagens ou pelo estabelecimento de relações profissionais, quando sabemos que, conforme assevera Meira (2006, p. 196), “os homens, por sua vez, são os que mais frequentam outras comunidades e as cidades”, em busca de emprego, de empréstimos, a passeio etc.

### Exposição à mídia

Exposição à mídia foi a quinta variável social e a nona variável selecionada como relevante pelo programa de regras variáveis. Vejamos, na Tabela 6, os resultados fornecidos para procedermos à análise dos dados.

Essa variável, até onde tomamos conhecimento, não foi controlada ainda com relação à variação modal indicativo e subjuntivo e ainda é pouco explorada nos estudos sociolinguísticos em comparação com as variáveis sociais clássicas.

Levando em consideração que nos últimos anos a expansão tecnológica tem alcançado, em certa medida, até os espaços mais isolados, para a testagem da variável exposição à mídia foi admitida a hipótese de que quanto maior for a exposição à televisão, rádio ou quaisquer outros meios em que normalmente é utilizada a variante de prestígio, maior será o uso do subjuntivo. Os fatores que compõem este grupo são: exposição



alta, ou seja, quando o falante possui TV em casa, consome programação televisada frequentemente, possui aparelhos de conexão à internet, possui computador, *tablets*, celulares, utiliza-se de rede sociais; e exposição baixa, quando tais características não são observadas no cotidiano do falante.

Tabela 6 – Uso do indicativo e ‘Exposição à mídia’

FATOR	OC./TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
Alta	112/204	54,9%	0,630
Baixa	268/520	51,5%	0,448

Fonte: Elaborada pelo autor.

Como podemos observar da Tabela 6, quanto mais alta for a exposição à mídia, mais há favorecimento do modo indicativo, que assume um peso relativo de 0,630. Esses resultados contrariam a nossa hipótese de que a alta exposição à mídia agiria de forma positiva para a aquisição das formas do subjuntivo na comunidade e uma inibição do uso do indicativo. Isso pode ser explicado pelo fato de haver uma relativização com relação ao que é consumido em termos de produtos televisivos, uma vez que, como sabemos, a televisão, que ainda é o principal recurso midiático nessas comunidades, também tem feito um papel inverso de adequação linguística aos diversos públicos de modo a angariar mais fidelização e potencializar sua audiência.

## Considerações finais

Neste capítulo, foram apresentados os resultados parciais de uma pesquisa que realizamos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), sobre a variação modal indicativo-subjuntivo no português rural das comunidades quilombolas de Montevidinha e Rio das Rãs, no interior da Bahia.

Nesse sentido, limitamos nossa abordagem, por conta do espaço, às variáveis sociais selecionadas como relevantes pelo Goldvarb X, quais sejam: *escolaridade, faixa etária, rede de relações sociais, sexo, exposição à mídia*. Além disso, apresentamos brevemente uma caracterização do modo subjuntivo bem como o aporte teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista. (LABOV, 2008[1972])

Os resultados obtidos na íntegra por Souza (2019), de onde este capítulo é oriundo, apontam que a referida variação é condicionada por fatores estruturais e sociais, reafirmando a existência de uma realidade sociolinguística polarizada (LUCCHESI, 2003; LUCCHESI; BAXTER, 2009) e de subvariedades rurais delineadas pelas especificidades socio-históricas distintas no português brasileiro, em que, mesmo em se tratando de comunidades com perfil marcado etnicamente, percebem-se algumas peculiaridades de contraste entre os resultados.

## Referências

- ALMEIDA, N. M. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1981.
- BECHARA, E. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BELLO, J. M. F.; ORTEGA, L. S. F.; CAMÊLO DE OLIVEIRA, T. R. *A comunidade Montevidinha no contexto de reconhecimento como quilombola no Oeste Baiano (1870-2010)*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- BRASIL. *Decreto Presidencial nº 4.887 de 2003*. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, 23 out. 2003.
- BUENO, F. S. *Gramática normativa da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1963.
- CARVALHO, H. M. *A alternância indicativo/subjuntivo nas orações substantivas em função dos tempos verbais presente e imperfeito da língua falada do Cariri*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- CARVALHO, J. J. (org.). *O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas*. Salvador: Edufba, 1996.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- DUTRA, N. *História: do Rio das Rãs ao Mangal – comunidades quilombolas do Baixo Médio São Francisco – Bahia*. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – O LUGAR DA HISTÓRIA, 17., Campinas. *Anais [...]*. Campinas: ANPUH/SP, 2004.
- FAGUNDES, E. D. *As ocorrências do modo subjuntivo nas entrevistas do VARSUL no Estado do Paraná e as possibilidades de variação com o modo indicativo*. 2007. 332 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas – resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008[1972].
- LUCCHESI, D. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 272-283.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 101-124.
- MEIRA, V. *O uso do modo subjuntivo em orações relativas e completivas no português afro-brasileiro*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- OLIVEIRA, J. M. *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. 2006. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

- PAIVA, M. C. Fatores extralinguísticos: sexo. In: MOLLICA, M. C. (org.). *Introdução à sociolinguística variacionista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. p. 69-73. Cadernos Didáticos.
- PIMPÃO, T. S. *Varição no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.
- SANTOS, S. M. C. *A variação no uso do modo subjuntivo no português afro-brasileiro*. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- SILVA, J. A. A. A concordância verbal e a variável “sexo” em três comunidades linguísticas do interior do Estado da Bahia. *Estudos da Língua*, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 207-218, 2012.
- SOUZA, M. S. *O uso variável do modo subjuntivo no português rural das comunidades quilombolas de Montevidinha e Rio das Rãs, interior da Bahia*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2019.
- SOUZA, M. S.; BARROS, I. J. F.; OLIVEIRA, J. M. A expressão do dativo no português rural da comunidade quilombola de Montevidinha, Oeste da Bahia. In: FIIGUEIREDO, C. et al. (org.) *Língua em movimento: história e funcionamento das línguas naturais*. Salvador: Edufba, 2020. v. 1. p. 227-250. x-y.



## **Comissão científica**

Alan Norman Baxter (UFBA/USJ)  
Amanda dos Reis Silva (UFRB)  
Bárbara Cristina do Santos Carneiro (UNEB)  
Carolina Queiroz Andrade (UniProjeção/UnB)  
Eduardo Ferreira dos Santos (UNILAB)  
Elaine Alves Santos Melo (UFRJ)  
Franciane Rocha (UFRB)  
Manuele Bandeira de Andrade Lima (UNILAB)  
Marcela Moura Torres Paim (UFRP/UFBA)  
Norma Lucia Fernandes de Almeida (UEFS)  
Pedro Daniel dos Santos Souza (UNEB)  
Shirley Freitas Sousa (UNILAB)  
Sonia Maria Lazzarini Cyrino (UNICAMP)



## Os organizadores

**Isis Juliana Figueiredo de Barros** é professora adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no Centro de Formação de Professores (CFP), em Amargosa-BA. É mestre (2013) e doutora (2018) em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA). Além disso, possui 14 anos de experiência como professora de língua portuguesa e de língua inglesa, tendo realizado o ofício nos níveis básico, técnico e superior em diversas instituições de ensino na Bahia. Durante a sua trajetória, tem pesquisado na área da Teoria da Gramática, com interface em Sociolinguística e Línguas em Contato. Atualmente, é coordenadora do Projeto Varia: Variação e Ensino de Gramática na Bahia, no âmbito da UFRB.

E-mail: [isis.barros@ufrb.edu.br](mailto:isis.barros@ufrb.edu.br)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9156274835708603>

**Jéssica Carneiro da Silva** é professora substituta de Língua Inglesa e Linguística na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *campus* II – Alagoinhas-BA. Doutoranda em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA), sob orientação da professora doutora Cristina Figueiredo. Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), sob orientação das professoras doutora Silvana Silva de Farias Araujo (PPGEL/MEL/DLA/UEFS) e da professora doutora Cristina Figueiredo (PPGLinC/UFBA). Tem como subárea de pesquisa a Sociolinguística Variacionista, a teoria da mudança e da variação linguística.

E-mail: [jessxcs@gmail.com](mailto:jessxcs@gmail.com), [jecsilva@uneb.br](mailto:jecsilva@uneb.br)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6848009828364114>

**Ramon Arend Paranhos** é mestre e doutorando em Língua e Cultura no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA), sob orientação da professora doutora Cristina Figueiredo. desenvolve pesquisas em teoria e análise linguística, com foco em teoria da gramática, e o contato linguístico. É pesquisador integrante do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, sediado na UFBA.

E-mail: [ramon.arend@gmail.com](mailto:ramon.arend@gmail.com)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4731497380255440>

**Thamiris Santana Coelho Assis** é professora de Língua Portuguesa. Doutoranda em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA), sob a orientação da professora doutora Cristina Figueiredo. Mestre em Língua e Cultura pela UFBA, sob a orientação do professor doutor Alan Norman Baxter. Graduada em Licenciatura em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Tem como subáreas de pesquisa a Sociolinguística Variacionista, a teoria da mudança e da variação linguística e o contato linguístico. É pesquisadora integrante do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, sediado na UFBA.

E-mail: [thamirisdaniel@gmail.com](mailto:thamirisdaniel@gmail.com)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3141366608063937>



## Sobre os autores

**Amanda Quiroga Leão** é graduada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA).

E-mail: amandaquirogale@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4673229759333414>

**Cristina Figueiredo** é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e professora associada da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA). É pesquisadora do projeto Vertentes do Português do Estado da Bahia e do grupo Interfaces Linguísticas.

E-mail: macrisfig@uol.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2829404519123105>

**Danilo Silva Santos** é doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). É professor da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Centro Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa.

E-mail: prodanilo.cte@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0712770004374817>

**Eleneide de Oliveira Silva** é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA), com fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

E-mail: eleneideoliveira@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7489601656270520>

**Elias de Souza Santos** é doutorando e mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), especialista em Educação e Estudos Filológicos, e professor substituto de Linguística e Língua Portuguesa na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: elias4o\_d@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4096158023461270>

**Elisângela Gonçalves** é doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin/UESB) e professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

E-mail: [elisangela.silva@uesb.edu.br](mailto:elisangela.silva@uesb.edu.br)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5924034966738994>

**Elisângela Passos Mendes** é mestre em Letras e Linguística, doutora em Língua e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA). Docente efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

E-mail: [elipmendes@gmail.com](mailto:elipmendes@gmail.com)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7352989106982887>

**Emily Karoline Oliveira Pimentel Lima** é mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e professora da Escola Criativa (Feira de Santana).

E-mail: [karol.looh@hotmail.com](mailto:karol.looh@hotmail.com)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3184358428854937>

**Gilce de Souza Almeida** é doutora em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: [gilcealmeida@gmail.com](mailto:gilcealmeida@gmail.com)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8574099877044404>

**Gredson dos Santos** é doutor em Letras e Linguística e professor de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É Coordenador do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, da UFBA.

E-mail: [gredsons@bol.com.br](mailto:gredsons@bol.com.br)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1581711759277069>

**Isabel Silva Silveira** é mestra em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora assistente de Língua Portuguesa na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

E-mail: [isabel.silveira@uesb.edu.br](mailto:isabel.silveira@uesb.edu.br)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8491978001169405>

**Jailma da Guarda Almeida** é mestre em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: [jailmaalmeida2@hotmail.com](mailto:jailmaalmeida2@hotmail.com)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4786039039103490>

**Josane Moreira de Oliveira** é doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: [josanemoreira@hotmail.com](mailto:josanemoreira@hotmail.com)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3819920117221086>

**Juliana Escalier Ludwig Gayer** é doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: [julianaludwig@yahoo.com.br](mailto:julianaludwig@yahoo.com.br)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4359632184480241>

**Juscimaura Lima Cangirana** é doutoranda e mestre em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e docente no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães na cidade de Bom Jesus da Lapa-BA.

E-mail: [jlcangirana@gmail.com](mailto:jlcangirana@gmail.com)

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7439291186153261>

**Lanuzalima dos Santos** é graduada em Letras Vernáculas, mestre em Letras e Linguística e doutora em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É professora EBBT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

E-mail: [lanuzalima@ifba.edu.br](mailto:lanuzalima@ifba.edu.br)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4414852362121773>

**Lécio Barbosa de Assis** é doutorando e mestre em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e professor da Rede Estadual da Bahia (SEC/BA).

E-mail: [falecomlecio@gmail.com](mailto:falecomlecio@gmail.com)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0451268350962885>

**Lílian Teixeira de Sousa** é docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: [lilian.sousa@ufba.br](mailto:lilian.sousa@ufba.br)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2387178456233881>

**Ludquellen Braga Dias** é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

E-mail: [ludquellen\\_dias@hotmail.com](mailto:ludquellen_dias@hotmail.com)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7292572791469710>

**Marcelo da Silva Souza** é mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), doutor em Língua e Cultura, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), servidor público da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e professor de Língua Portuguesa e Produção Textual na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Bahia (FACITE).

E-mail: matchelo2@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5118365039874019>

**Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda** é doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e tem pós-doutorado em Linguística de Corpus, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora titular na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde coordena o Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa e o projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (FAPESB).

E-mail: marianafag@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6332025713585581>

**Robervaldo Correia dos Santos** é doutor em Letras e Linguística e professor de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: bem\_fsa@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4786039039103490>

**Rosana Carvalho Brito** é mestre e doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), especialista em Linguística e Ensino-Aprendizagem de Língua. Integra o Projeto de Pesquisa CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (Fapesb) e é da Rede Estadual da Bahia (SEC/BA).

E-mail: carvalho.rosana@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8772831116131328>

**Silvana Silva de Farias Araujo** é professora titular de Língua Portuguesa na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), doutora em Língua e Cultura e mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em Língua Portuguesa, com pós-doutorado em Linguística, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) (PDJ/CNPq), e em Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: silvana.uefs.2014@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0441614104812969>

Formato: 18 x 25 cm

Fontes: DTL Dorian, DTL Caspari

Extensão digital: PDF

**Isis Barros**

é professora na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e doutora pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e atua nas áreas da Teoria da Gramática, da Sociolinguística e do Contato Linguístico.

**Jéssica Carneiro**

é professora substituta na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na área da Sociolinguística Variacionista.

**Ramon Paranhos**

é mestre em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador no Projeto Vertentes (UFBA), nas áreas da Teoria da Gramática e do Contato Linguístico.

**Thamiris Coelho**

é mestre em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisadora do Projeto Vertentes (UFBA), nas áreas da Sociolinguística Variacionista e do Contato Linguístico.



São consideráveis as obras que investigam a socio-história do português popular brasileiro. No entanto, ainda são escassas aquelas que se dedicam a descrever características sociais e estruturais de determinada variedade do português brasileiro, traçando um perfil sociolinguístico das comunidades que formam um território. Neste livro, reunimos textos, frutos de renomados grupos de pesquisa de universidades do estado da Bahia, que investigam o português falado na capital do estado, Salvador, em cidades do interior e em comunidades rurais afro-brasileiras semi-isoladas. Esperamos que esse conjunto de textos contribua para uma maior compreensão do português baiano e para o trato dos desafios que o futuro apresenta aos pesquisadores da Linguística.

*Thamiris Santana Coelho Assis*

ISBN 978-65-5630-310-9



9 786556 303109



CAPES